

princípios 166

teoria, política e cultura

ISSN 1415-7888 E-ISSN 2675-6609

JAN./ABR. 2023

ANO 42 - R\$ 30,00

DOSSIÊ

CLASSES SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Armando Boito Jr.

▲ Os conflitos de classe na história recente do Brasil

▲ Comunicação, imperialismo e guerra da Ucrânia

▲ O maoísmo como produto do intercâmbio entre Oriente e Ocidente



Anita Garibaldi

ISSN 14157888



9 771415 788005



CDM

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA



Pesquisar

VÍDEOS

- 0 socialismo vive! 8º Congresso do PCdoB (1992)
- Falta de abraço, de espaço, de ar: os dias das crianças na ditadura eram assim
- Três homenagens aos 96 anos do PCdoB, em imagens
- Vaner Marinho lembra 50 anos da chegada do Dr. João Carlos Haas Sobrinho em Porto Franco (MA)
- VIDEO: Homenagem a Glise Cosenza

Artigos



"Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica"
8 de março de 2022



O Partido Comunista na legalidade (1945-1947) (parte 2)
10 de março de 2010

Entrevista Luciana
8 de março de 2022

Periódicos



A Classe Operária 58



A Classe Operária 42



A Classe Operária 32



A Nação 294

VER TODOS



PCdoB - Documentos



Periódicos



Biblioteca



Principais Documentos



A Nação 457



A nova luta pelo socialismo 92



Fundamentos 02



Imprensa Popular 597B



Tribuna Popular 96



A Classe Operária 58



EDITORIAL

4 **Classes sociais: onde economia e política se encontram**

Social classes: where economy and politics meet

DOSSIÊ **Classes sociais no Brasil contemporâneo**

ARTIGOS

9 **Os conflitos de classe na recente história política do Brasil**
Class conflicts in Brazil's recent political history
Armando Boito Jr.

31 **Neoliberalismo, superexploração no Brasil contemporâneo e desafios da classe trabalhadora**
Neoliberalism, super-exploitation in contemporary Brazil and challenges of the working class
Isadora Pelegrini | Henrique Viana | Gabriel do Carmo Lacerda

55 **Elite financeira e capitalismo de índices no Brasil**
Atores na expansão do mercado de ETFs e uma nova camada na estrutura de poder no mundo corporativo
Financial elite and index capitalism in Brazil
Actors in the expansion of the ETFs market and new layer in the power structure in the corporate world
Martin Mundo Neto | Júlio Cesar Donadone

74 **O campesinato brasileiro**
The Brazilian peasantry
Igor Simoni Homem de Carvalho | Ramofly Bicalho

92 **Quando água e óleo se misturam**
Classes sociais e semelhanças analíticas entre Florestan e Rangel
When water and oil mix
Social classes and analytical similarities between Florestan and Rangel
Diogo Santos

113 **Juventude e trabalho na pandemia de covid-19**
A experiência dos “bike-entregadores” de aplicativos de delivery
Youth and labour in the covid-19 pandemic
The experience of bike-delivery drivers
Caíque Oliveira | Maria Carla Corrochano

ARTIGOS

132

TEORIA MARXISTA

O debate marxista sobre o imperialismo pós-II Guerra Mundial

The Marxist debate on imperialism after the Second World War

Caio Bugiato | Tatiana Berringer

150

COMUNICAÇÃO

Notas sobre imperialismo, guerra da Ucrânia, luta de classes e comunicação

Notes on imperialism, war in Ukraine, class struggle and communication

César Bolaño

173

ECONOMIA

A economia política e suas falácias Por que é importante criticar e repensar

On political economy and its fallacies
Why critiques and rethinking matter

Utsa Patnaik

192

FILOSOFIA

Contradição, metafísica e dialética

O maoísmo como produto do intercâmbio filosófico entre Oriente e Ocidente

Contradiction, metaphysics and dialectic
Maoism as a product of the philosophical exchange between East and West

Hugo Albuquerque

RESENHAS

208

Atualidade e impasses do pensamento de Nicos Poulantzas

Topicality and impasses of Nicos Poulantzas' thought

Francisco Prandi Mendes de Carvalho

215

LIVROS QUE RECOMENDAMOS

EXPEDIENTE 220

Classes sociais: onde economia e política se encontram

Social classes: where economy and politics meet

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.001>

A edição 166 da revista *Princípios* apresenta o dossiê temático “Classes sociais no Brasil contemporâneo”, organizado pelo professor doutor Máximo Augusto Campos Masson (UFRJ). O dossiê reúne reflexões relativas à constituição e configuração atual das classes sociais no Brasil — suas características e relações —, considerando a condição peculiar do país no cenário mundial e latino-americano, bem como as mudanças ocorridas na estrutura social brasileira entre o final do século XX e este início de século XXI, após décadas de implementação do projeto neoliberal em nosso país.

Como sabemos, a identificação e conceituação da dinâmica das classes é matéria que percorre toda a trajetória das ciências sociais, com efeitos incisivos sobre os estudos no âmbito de áreas do conhecimento correlatas, como a sociologia, a ciência política, a economia, a história e a geografia, entre outras.

Presentes de forma incontestante nos discursos e narrativas políticas que emergiram com a afirmação do capitalismo, no trato de temas tão diversos como os conflitos de interesse ou o definhamento das tradições, as classes sociais foram apreendidas e definidas a partir de enfoques variados, não se podendo conceber perspectiva teórica nas ciências sociais que as desconsidere, mesmo quando em seus arcabouços conceituais o tema não ocupe posição central.

No Brasil e, podemos dizer, em toda a América Latina, os processos de modernização e inserção no cenário internacional, que se fizeram acompanhar do aprofundamento da dependência econômica e das desigualdades, tornaram a temática das classes elemento central para o entendimento da realidade socioeconômica e política da região. Em estudos realizados em nossas universidades e centros de pesquisa, logo se tornaram claras as insuficiências das transposições imediatas de análises fundadas nos processos constituintes das sociedades capitalistas avançadas, o que levou a esforços teóricos visando apreender o que nos era específico e singular.

Diversas são as formulações apresentadas nesta edição acerca dos entendimentos sobre nossa realidade social que buscam identificar essas peculiaridades. Os estudos apresentados orbitam em torno aos traços do empresariado local e da luta entre as diversas frações do que se convencionou chamar de “burguesia nacional”. Também procuram caracterizar a alta

O entendimento dessa realidade complexa e cambiante, de fundamental importância para o avanço do novo ciclo político que se abre no país, não pode prescindir de referências àquele que é, afinal, o lugar em que economia e política se encontram: o fundamento classista das estruturas sociais

rotatividade do poder econômico entre os segmentos da oligarquia financeira – característica própria do seu modo de acumulação. Elucidam, ainda, as características dos contingentes rurais, cujas características escapam às do campesinato europeu; do proletariado urbano, e das enormes massas que ainda aspiram a estatutos distintos da informalidade. Essas classes e frações de classes são analisadas em seu dinamismo e em suas interações entre si e com os Estados nacionais e a geopolítica contemporânea.

Ao chegarmos ao final do primeiro quarto do século XXI, após a predominância das políticas de inspiração neoliberal, o intercurso dos governos de centro-esquerda, a ascensão do conservadorismo extremado e a retomada de uma frente ampla pela democracia e o desenvolvimento do país, deparamo-nos com cenários sociais em que novos elementos se fazem presentes. Eles se manifestam de múltiplas formas: a emergência de movimentos que se definem por identidades e muitas vezes não consideram a centralidade da questão de classe; as dificuldades de identificação mais precisa do que vem a ser contemporaneamente o grande empresariado do país, em particular após acelerado processo de desindustrialização e domínio desregulado do capital financeiro; a intensa informalidade dos trabalhadores urbanos, fenômeno que, ao menos em aparência, lança à margem da história as imagens clássicas do operariado e seus sindicatos; as novas situações vividas nas áreas rurais brasileiras, envolvendo o agronegócio, a agricultura familiar, a população campesina e o operariado rural.

Diante, portanto, dessas questões conceituais que perduram e dos novos contextos históricos marcados pelo crescimento das desigualdades – ainda mais acentuadas em tempos de pandemia –, mas sobretudo pela adoção extremada dos postulados neoliberais, em que se execrou qualquer protagonismo do Estado como indutor do desenvolvimento nacional, é que apresentamos o dossiê “Classes sociais no Brasil contemporâneo”. Ele se debruça, com centralidade, sobre as novas relações estruturais entre o capital e o trabalho em tempos de hegemonia do sistema financeiro. O entendimento dessa realidade complexa e cambiante, de fundamental importância para o avanço do novo ciclo político que se abre no país, não pode prescindir de referências àquele que é, afinal, o lugar em que economia e política se encontram: o fundamento classista das estruturas sociais.

Completam esta edição de *Princípios* artigos sobre as características do imperialismo no pós-Segunda Guerra; as relações entre o maioismo e o pensamento chinês e oriental – antigo e moderno –, e entre ambos e a filosofia ocidental, e os desafios atuais que a comunicação apresenta para as esquerdas, neste início de século, considerando os fenômenos de ordem econômica, política e cultural colocados pela guerra na Ucrânia.

A revista traz ainda a inédita tradução de artigo da economista indiana Utsa Patnaik. Ela discorre sobre as falácias e silenciamentos que se encontram na base da economia política e são reproduzidos até hoje na historiografia e na própria disciplina de Economia. Uma resenha do livro *A atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas*, de Tatiana Berringer e Angela Lazagna, fecha esta edição.

Boa leitura!

A Comissão Editorial

Wolfgang Sauber/Wikimedia



A imagem que ilustra a capa desta edição de *Princípios* é uma fotografia do afresco *História do México*, do pintor mexicano e ativista comunista Diego Rivera (1886-1957). O mural foi pintado na escadaria principal do Palácio Nacional, na Cidade do México, entre 1929 e 1935. A obra traça um panorama da formação cultural do povo mexicano através de eventos políticos significativos na história do país. Na cena retratada na fotografia acima, destaca-se a figura de Karl Marx segurando um cartaz onde se pode ler a célebre afirmação: “Toda a história da sociedade humana até os dias de hoje é uma história da luta de classes.”

DOSSIÊ

Classes sociais no Brasil contemporâneo

Organizador:
Prof. Dr. Máximo Augusto
Campos Masson (UFRJ)



Os conflitos de classe na recente história política do Brasil

Class conflicts in Brazil's recent political history

Armando Boito Jr.*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.002>

Ricardo Stuckert/Instituto Lula



Rovena Rosa/Agência Brasil



Manifestações contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff. São Paulo, 2016

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.002>

RESUMO

O artigo examina o processo político brasileiro do período 1994-2022. A sua tese mais geral é que esse processo é, principalmente, a resultante, nas condições econômicas e sociais vigentes, do conflito de classes e de frações de classe atuantes na política brasileira. Considera também, na análise desse processo político, os movimentos feminista, negro e LGBT, bem como a forte reação conservadora que tais movimentos ensejaram. Examina as políticas econômica, social, externa e de cidadania dos governos desse período. Caracteriza tais governos valendo-se dos conceitos de neoliberalismo (governos FHC), neodesenvolvimentismo (governos Lula e Dilma) e neofascismo (governo Bolsonaro). Uma questão de fundo é a dificuldade política para a ampliação da democracia e dos direitos sociais no Brasil.

Palavras-chave: Política brasileira. Conflitos de classe. Neoliberalismo. Neodesenvolvimentismo. Neofascismo.

ABSTRACT

The article examines the Brazilian political process from 1994 to 2022. His most general thesis is that this process, in the current economic and social conditions, is the result of the conflict between classes and class fractions active in Brazilian politics. It also considers, in the analysis of this political process, the feminist, black and LGBT movements as well as the strong conservative reaction that these movements gave rise to. It examines the economic, social, foreign and citizenship policies adopted by the governments in this period. It characterizes such governments using the concepts of neoliberalism (FHC governments), neodevelopmentalism (Lula and Dilma governments) and neofascism (Bolsonaro government). A fundamental issue is the political difficulty in expanding democracy and social rights in Brazil.

Keywords: Brazilian politics. Class conflicts. Neoliberalism. Neodevelopmentalism. Neofascism.

1. INTRODUÇÃO

Este texto examina a fase atual da história política do Brasil, fase na qual o modelo capitalista neoliberal atravessa um período de instabilidade e a democracia burguesa já apresenta sinais de se encontrar em crise, situação essa semelhante, de resto, àquela verificada em alguns outros países do centro e da periferia do sistema imperialista¹. Procuramos caracterizar as forças políticas em presença, detectar suas características e apontar a dinâmica do processo político. A pergunta de fundo, ainda que pouco desenvolvida no texto, é a seguinte: esse período de crise poderia ser caracterizado também como um período de transição para um novo modelo de capitalismo, como têm sustentado alguns analistas (FRASER; JAEGGI, 2018)?

Na análise que segue, virão à tona elementos e questões que vale a pena anunciar desde já ao leitor: a divisão, maleável e intermitente, no interior da burguesia brasileira, entre uma fração plenamente integrada, e por vínculos diversos, ao capital estrangeiro e outra fração que, embora unida e dependente desse capital, pretende estabelecer algumas limitações à internacionalização do capitalismo dependente brasileiro; o papel central desempenhado pelo conflito entre essas duas frações da classe capitalista na história política recente do Brasil; a importante presença da classe média no processo político nacional e a sua divisão entre os programas políticos das duas frações burguesas em conflito; o papel secundário, embora importante, desempenhado pelo movimento popular nesse mesmo período; a questão das alianças ou acordos políticos possíveis para o movimento popular; os perigos que tais alianças envolvem; as bases de classe e de fração de classe dos principais partidos políticos e de seus programas; as particularidades do regime político e do sistema pluripartidário brasileiro; a defasagem entre, de um lado, a eleição presidencial, que na prática se converteu em um processo bipartidário, e, de outro, as eleições legislativas e de governadores, que se mantêm como um processo no qual muitos e variados partidos têm presença significativa. Outros fatores institucionais e ideológicos, entrelaçados de diversas maneiras com os conflitos de classe, tiveram grande peso na crise política do impeachment, que resultou na deposição da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2016, e na ascensão do bolsonarismo ao governo em 2018: a intervenção das Forças Armadas e do Judiciário no processo político nacional e a mobilização política e eleitoral do racismo e do machismo contra os governos e candidatos do PT.

2. O PROBLEMA

Desde a crise política de 2015-2016, que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), o arranjo político que dava estabilidade ao bloco no poder sob a hegemonia da grande burguesia interna e sua política neodesenvolvimentista foi substituído por outro, que representa a hegemonia da grande burguesia associada ao capital estrangeiro. Essa nova hegemonia, porém, e diferentemente da anterior, afirma-se com muitas dificuldades numa situação de instabilidade política. O governo Michel Temer (2016-2018),

¹ Neste texto, pretendo sintetizar, esclarecer e atualizar algumas teses e argumentos que desenvolvi em meu livro *Reform and political crisis in Brazil: class conflicts in Workers' Party governments and the rise of Bolsonaro neo-fascism* (BOITO JR., 2021). Uma versão em inglês deste texto será publicada na edição de 2023 da *Socialist Register* e outra, em mandarim, será publicada no *Jornal de Estudos de Modernização* da Universidade de Pequim.

Quais são as principais forças em presença no processo político brasileiro nesse período? Como se caracterizam e como se comportam no período atual? Por que tal comportamento levou à situação de instabilidade e crise na qual o Brasil se encontra hoje?

que substituiu o governo Dilma, não logrou estabelecer uma situação que poderíamos denominar de estabilidade hegemônica. Era um governo sob forte pressão oriunda de investigações e processos promovidos pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e pelo Judiciário. Na sequência, o governo Bolsonaro (2019-2022), embora mais sólido e estável que o de Temer, representa uma aliança inusitada no Brasil entre o neoliberalismo e o neofascismo, aliança à qual o campo neoliberal teve de recorrer devido ao declínio de seus partidos políticos tradicionais. Foi o recurso ao neofascismo que permitiu à grande burguesia associada bloquear o retorno do Partido dos Trabalhadores e de sua política neodesenvolvimentista ao governo na eleição presidencial de 2018, mas tal recurso teve um custo, que foram a limitação do programa de reformas neoliberais, tanto no plano da política econômica quanto no plano da política social, e a continuidade do conflito entre as instituições do Estado — as ameaças do Executivo, sob o comando de Jair Bolsonaro, ao Supremo Tribunal Federal (STF) são constantes e desestabilizadoras.

Os indicadores de debilitamento das instituições e dos valores democráticos liberais no Brasil começaram a se apresentar já no golpe de Estado que foi o impeachment de 2016 que depôs a presidenta Dilma Rousseff. O início de tal debilitamento foi obra do denominado Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido sem nenhum vínculo com a social-democracia e que representou, na verdade, a vanguarda do neoliberalismo no Brasil. Esse partido, após ser derrotado na eleição presidencial de outubro de 2014 pela candidata Dilma Rousseff, do PT, rompeu com o jogo democrático, entrando com sucessivas ações na Justiça Eleitoral para impedir que prevalecesse o resultado das urnas, recusando a legitimidade do voto popular. Bolsonaro não foi, portanto, o primeiro a lançar dúvida sobre a confiabilidade do processo eleitoral brasileiro. A recusa a aceitar o resultado das urnas e o desprestígio da representação política e partidária favoreceram o fortalecimento político e ideológico da burocracia de Estado, inclusive do seu ramo militar. Ora, uma característica fundamental do regime democrático burguês é a força ideológica e política da representação eleitoral e partidária. O Judiciário e as Forças Armadas, cada um à sua maneira, incrementaram sua participação e seu peso no processo político nacional. O impeachment de Dilma Rousseff em agosto de 2016 e a prisão do ex-presidente Lula da Silva em abril de 2018, bem como a interdição da candidatura deste, que abriu caminho para a vitória de Jair Bolsonaro na eleição de outubro daquele ano, resultaram da intervenção dessas duas instituições no processo político e eleitoral.

3. PERÍODO DE ESTABILIDADE POLÍTICA A DESPEITO DA ALTERAÇÃO DE HEGEMONIA (1995-2014)

Quais são as principais forças em presença no processo político brasileiro nesse período? Como se caracterizam e como se comportam no período atual? Por que tal comportamento levou à situação de instabilidade e crise na qual o Brasil se encontra hoje? Para responder a essas questões, vamos fazer um rápido esclarecimento conceitual.

As formações sociais capitalistas, que são os capitalismo historicamente existentes, são composições complexas e, para o que nos interessa, o conflito de classes nas formações sociais é multipolar: a classe capitalista pode se encontrar politicamente dividida em frações, e as classes trabalhadoras são diversas. O que nos interessa neste momento é examinar a questão no que tange à classe capitalista.

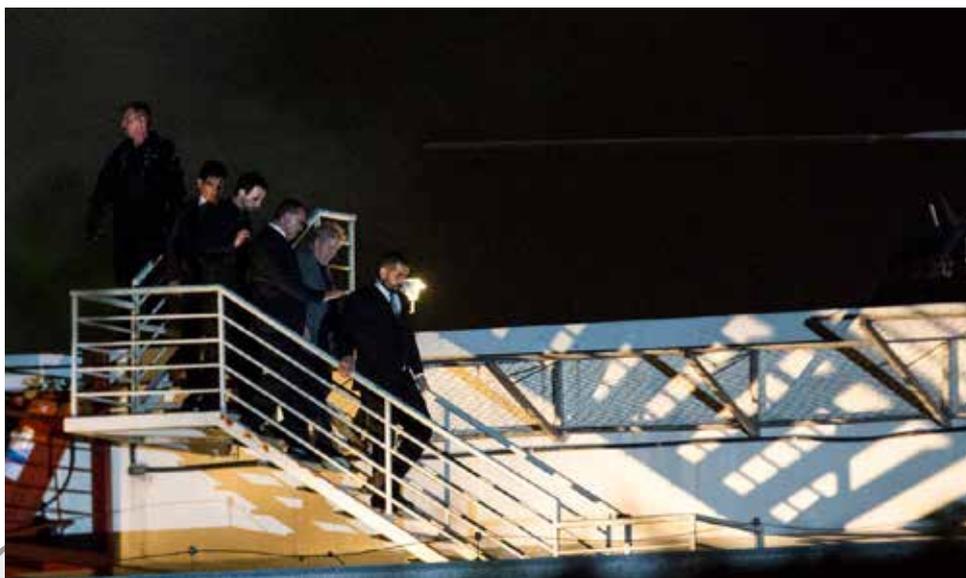
Essa classe não é um bloco homogêneo envolvido num conflito simples e bipolar — o conflito entre o “capital” e o “trabalho” —, e a sua heterogeneidade no plano econômico e político é multidimensional. Isto é, as empresas capitalistas podem se distinguir umas das outras por razões variadas, e, o que aumenta a complexidade do fenômeno, uma mesma empresa ou grupo econômico pode se situar em diferentes lugares conforme a dimensão que tomemos em consideração. As razões dessa heterogeneidade, suas dimensões, se referem: a) ao lugar ou aos lugares que essas empresas ocupam no processo conjunto de valorização do capital — empresas bancárias, industriais e comerciais; b) ao seu porte — o grande e o médio capital; c) à origem do capital, isto é, empresas estrangeiras e empresas locais; d) ao destino da produção, se para o mercado interno, se para a exportação; e ainda a outras características, sejam elas estruturais ou mais circunstanciais — por exemplo, a pandemia provocada pelo coronavírus afetou de modo muito desigual as empresas e teve impacto na posição que assumiram os diferentes segmentos burgueses perante o governo Bolsonaro (DEL PASSO; VALLE, 2020). A heterogeneidade econômica é permanente, embora suas características específicas variem muito ao longo da história do capitalismo e de acordo com a posição que cada país capitalista ocupa no sistema imperialista. Pois bem, essa heterogeneidade econômica pode propiciar o surgimento das frações da classe burguesa. Nas condições dadas por uma determinada conjuntura e diante da estratégia de desenvolvimento capitalista definida pelos agentes do Estado, a heterogeneidade econômica pode ser politicamente ativada, propiciando o surgimento de grupos de empresas aglutinados em torno de demandas específicas. Essas são as frações burguesas, um fenômeno simultaneamente econômico e político. Dito de outro modo e para exemplificar, não basta que exista um segmento bancário na economia de um determinado país capitalista para que possamos falar em fração bancária da burguesia. É preciso para tanto que esse segmento esteja organizado em torno de uma plataforma específica de demandas distinta da plataforma de outros segmentos da burguesia.

Acrescentemos três observações. Vê-se pela definição acima que o Estado desempenha um papel ativo na definição da política de desenvolvimento capitalista. Esse papel ativo não tem, contudo, o condão de fazer da política de Estado uma atividade que se encontra acima das classes sociais. Os agentes do Estado que concebem e aplicam a política de desenvolvimento capitalista são obrigados a levar em consideração as possibilidades dadas pela etapa do capitalismo e também pela relação política de forças entre as classes e frações de classe no país considerado. A segunda observação diz respeito ao fato de que tampouco a fração burguesa é um bloco homogêneo e sem fissuras. Uma fração da classe capitalista, embora apresente uma unidade geral que a caracteriza como fração, pode ver-se atravessada

por conflitos provenientes de um sistema de fracionamento distinto daquele que possibilitou a sua constituição como força social burguesa atuante. Exemplificando, uma fração bancária da burguesia, se existe como tal em um país determinado, é porque possui interesses gerais comuns, mas ela pode, apesar da unidade geral, ver-se atravessada pelos conflitos entre o médio e o grande capital bancário e/ou entre o capital bancário nacional e o estrangeiro. Esses subconjuntos podem inclusive se fazer representar no plano corporativo por diferentes associações de bancos — esse é de resto o caso do Brasil (MINELLA, 1994; 1997). O fenômeno da fração burguesa apresenta, portanto, mais essa complexidade, sem que isso represente a negação do conceito de fração. A fração resulta do fato de que há uma hierarquia nas contradições que subdividem a classe capitalista. Se o conjunto dos bancos privilegiar o seu conflito com o capital produtivo, poderá se formar uma fração bancária que reunirá os bancos estrangeiros, nacionais, grandes e médios, apesar das diferenças de interesse entre esses subconjuntos. Se, diferentemente, os bancos nacionais passarem a privilegiar o seu conflito com os bancos estrangeiros, a fração bancária poderá se dissolver enquanto tal, e nesse caso poderemos assistir à constituição de um novo subconjunto que poderá vir a integrar uma eventual burguesia interna ou, mais raramente, nacional. A terceira e última observação decorre do que já foi dito: as frações burguesas não são coletivos rígidos e perenes (FARIAS, 2017). São flexíveis e podem formar-se e dissolver-se ao longo do processo político. Numa conjuntura de crise, diferentes frações da burguesia, até então separadas por conflitos, podem se unir em decorrência do agravamento do conflito com as classes populares. Todas as considerações que fizemos dizem respeito à posição da fração diante das principais características da política de desenvolvimento definida pelo Estado. Não está eliminada a possibilidade de, diante de uma ou outra medida governamental específica no plano da política econômica ou social, empresas pertencentes a uma mesma fração burguesa reagirem de modo distinto.

Pois bem, na história política recente do Brasil, a principal divisão no interior da classe capitalista tem sido aquela que distingue a grande burguesia interna da grande burguesia associada². Esta última é a fração burguesa enfeudada na dominação imperialista no modo como tal dominação se apresenta no atual período histórico, enquanto a primeira, sem ser uma burguesia nacional anti-imperialista, entretém uma relação de unidade — que é o aspecto dominante da relação —, mas também de conflito, secundário, com o capital estrangeiro. A presença política dessas frações burguesas é ignorada ou subestimada nas análises marxistas sobre a política brasileira contemporânea. Domina a concepção bipolar e, na nossa avaliação, simplificada, do conflito de classes. Já na bibliografia que toma as frações em consideração, domina a análise que privilegia o conflito entre o capital bancário e o capital produtivo, e não entre a burguesia interna e a burguesia associada. Na grande maioria dos casos, não se considera, ao contrário do que faremos aqui, o conflito no interior da burguesia como o conflito principal, isto é, o conflito em torno do qual girou o processo político brasileiro a partir da década de 1990. E esse conflito ocupou o posto de conflito principal porque as diferentes classes populares, apesar de influírem no processo político brasileiro, restringiram-se, fundamentalmente, à luta reivindicativa e segmentada, e terminaram por se integrar politicamente a um dos campos burgueses em disputa.

² O livro *A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro*, coletânea organizada por André Valle e Pedro Narciso, realiza um estudo aprofundado do posicionamento político de diversos segmentos da burguesia brasileira no período recente. O livro apresenta trabalhos de 12 pesquisadores do tema (VALLE; NARCISO, 2021).



Lula chega à sede da Polícia Federal para começar a cumprir pena. Curitiba (PR), abril de 2018

Até 2014, a grande burguesia associada e a grande burguesia interna alternaram-se, de modo estável e sem provocar rupturas políticas, na posição de fração hegemônica no interior do bloco no poder. A mudança de hegemonia sem ruptura política foi possível porque ambas as frações em conflito pertencem ao grande capital, o que faz com que as diferenças entre elas não provoquem impactos profundos na organização econômica e social do país. A década de 1990 se iniciou com uma crise política oriunda da primeira tentativa de implantação do capitalismo neoliberal no Brasil realizada pelo presidente Collor de Mello (1990-1992). Essa tentativa encontrou resistências variadas e resultou em crise política e deposição do presidente (MARTUSCELLI, 2015). A partir de 1995, quando se inicia o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), verifica-se a hegemonia política da grande burguesia associada no interior do bloco no poder, isto é, a política econômica, social e externa do Estado brasileiro passou a priorizar os interesses dessa fração da classe capitalista. O programa dessa grande burguesia associada, que era a implantação do modelo econômico capitalista neoliberal, foi aplicado com sucesso pelo governo Cardoso. A burguesia associada e o capital estrangeiro estão presentes no setor bancário, comercial, industrial e agropecuário, contando com empresas de portes distintos, embora o setor politicamente mais poderoso da burguesia associada seja o grande capital. Naquela década, então, a grande burguesia interna ocupou uma posição subordinada no interior do bloco no poder. Entretanto, os seus interesses não deixaram de ser contemplados. Eles o foram, acima de tudo, pela política social do neoliberalismo — prevaleceu a unidade das frações burguesas diante da política de retirada de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais dos trabalhadores. Porém, a definição da política econômica neoliberal, da qual faziam parte a ampliação da abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro e a busca de superávit primário para a rolagem da dívida pública, acabou contrariando interesses de diferentes segmentos da grande burguesia interna. O aprofundamento da abertura comercial durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi motivo de conflitos entre esses governos e o segmento

industrial da burguesia interna; a política de internacionalização do mercado brasileiro de bancos comerciais, mercado que era, até então, uma reserva exclusiva dos grandes e médios bancos nacionais, motivou manifestações públicas de crítica da politicamente discreta Federação Brasileira de Bancos (Febraban), e a restrição de crédito decorrente da política fiscal ortodoxa originou conflitos entre esses governos e os produtores rurais (COLETTI, 2006).

Essa grande burguesia interna teve na política econômica neodesenvolvimentista dos governos do PT — encabeçados por Lula da Silva entre 2003 e 2010 e por Dilma Rousseff entre 2011 e 2016 — o seu programa político. Falamos em neodesenvolvimentismo porque se tratou de uma política econômica e social que visava a estimular o crescimento econômico e reduzir a pobreza por intermédio da intervenção do Estado. Essa estratégia de desenvolvimento capitalista alterou, ainda que moderadamente, a política econômica, social e externa do Estado brasileiro, mas manteve o modelo econômico capitalista neoliberal (SAAD FILHO; MORAIS, 2011). Praticaram o desenvolvimentismo possível sob o modelo capitalista neoliberal, e isso em consonância com as aspirações limitadas de uma burguesia interna, que não é uma burguesia nacional e anti-imperialista. A intervenção do Estado na economia reduziu a abertura comercial, a desnacionalização da economia brasileira e a pobreza, estimulando o mercado interno. Faziam parte dessa estratégia o fortalecimento dos bancos nacionais, a preferência pela produção local nas compras governamentais, a expansão do crédito subsidiado para a indústria e para a agricultura, a valorização do salário mínimo, a política de transferência de renda para as famílias de baixa renda e outras (BOITO JR., 2021, p. 56-66). Tais medidas obtiveram efeitos significativos, mas esbarraram sempre, e de diferentes formas, nos diversos tipos de limite impostos pelo modelo econômico que os governos do PT não pretendiam superar. No plano da política externa, os governos do PT distanciaram-se da política estadunidense (BERRINGER, 2015). A nova política externa do Estado brasileiro abriu ou ampliou mercados para as grandes empresas brasileiras da construção civil e do setor bancário na América do Sul, no Oriente Médio e na África. Iniciativas governamentais importantes nessa área foram a suspensão das negociações sobre a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca), a participação ativa na criação e consolidação do grupo dos Brics e a política nacionalista para a exploração do petróleo do pré-sal.

Tal qual a burguesia associada, a burguesia interna está distribuída por diversos segmentos. É composta por grandes empresas nacionais atuantes no setor bancário, industrial, comercial e agropecuário e comporta empresas de distintos portes. O seu segmento mais poderoso, a grande burguesia interna, foi quem usufruiu da hegemonia política nos governos do PT. Ou seja, a divisão principal que atravessa a classe capitalista no período recente deixa num plano secundário, embora ativo, o conflito entre o grande e o médio capital, o capital bancário e industrial e outros. Nas seis eleições presidenciais ocorridas entre 1994 e 2014, a permanente polarização partidária entre os candidatos presidenciais do PSDB e do PT, polarização em torno da qual se organizava todo o sistema multipartidário brasileiro, representava, antes e acima de tudo, o conflito entre a grande burguesia associada e a grande burguesia interna, e não, fundamentalmente, o conflito entre as classes populares, que estariam representadas no PT, e a burguesia em seu conjunto, que estaria representada no PSDB.

Nada disso significa, conforme já indicamos, que as classes trabalhadoras tenham estado ausentes do processo político nacional. A luta das classes trabalhadoras, tanto nas cidades quanto nos campos, esteve presente, com altos e baixos, ao longo de todo esse período. Essa luta, contudo, manteve-se, fundamentalmente, uma luta reivindicativa e segmentada

(MARCELINO, 2017). No plano especificamente político, as classes trabalhadoras acabaram se integrando, como já indicamos, ao campo político dirigido por uma ou por outra das frações burguesas em presença. Não se formou nesse longo período uma alternativa política popular para a economia e a sociedade brasileira. Sobre esse ponto, é importante entender a dinâmica da passagem do período de hegemonia da grande burguesia associada para o período de hegemonia da grande burguesia interna. Nessa conjuntura de transição de hegemonia burguesa, ocorreram dois deslocamentos políticos de grande importância para a compreensão da política brasileira e um deles foi, justamente, um deslocamento no campo popular. No decorrer do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), a grande burguesia interna deslocou-se de uma posição de direita, quando apesar das ressalvas apoiava o programa neoliberal ortodoxo da década de 1990, para uma posição de centro, na qual passou a aceitar mudanças na política econômica e social; na mesma conjuntura, o Partido dos Trabalhadores abandonou o seu programa de reformas estruturais do capitalismo brasileiro, que visava à criação de um Estado de bem-estar social vinculado ao fortalecimento do capitalismo de Estado, e o substituiu pelo programa, mais superficial e limitado, que denominamos neodesenvolvimentista (BOITO JR., 1999; SECCO, 2016). Esses dois deslocamentos políticos acabaram convergindo e permitiram que ambas as forças se encontrassem, formando uma frente política heterogênea, policlassista e sob a direção da grande burguesia interna, que deu origem ao neodesenvolvimentismo do ciclo de governos do PT.

O neodesenvolvimentismo, além de sua política econômica focada na grande burguesia interna, contemplou, por intermédio de sua política social, e ainda que secundariamente, interesses das classes populares. O operariado, amplas frações da classe média, o campesinato e os trabalhadores da massa marginal obtiveram, cada um deles, políticas específicas ou gerais que os beneficiavam (BOITO JR., 2021, p. 56-66): política de crescimento econômico que fez crescer muito o emprego, aumento real do salário mínimo, política de quotas sociais e raciais nas universidades e no serviço público, grande aumento dos concursos e do emprego no setor público, financiamento para a pequena produção camponesa, mercados institucionais reservados para essa produção, programas de transferência de renda e de expansão de serviços públicos básicos e programa de construção de cisternas nas regiões semiáridas. Os governos do PT lançaram também programas de reconhecimento da cidadania dos segmentos vítimas de preconceito e opressão — indígenas, negros, mulheres, população LGBT. A política neodesenvolvimentista da grande burguesia interna passou, então, a contar com apoio popular. As contradições no interior dessa frente política eram mui-

A crise do segundo governo Dilma Rousseff (2015-2016) foi provocada pela ofensiva política da grande burguesia associada, que se mobilizou para restaurar a hegemonia que usufruía na década de 1990

tas, e conflitos de tipo variado e de importância maior ou menor se sucediam. Porém, nos momentos em que a continuidade dos governos petistas esteve em jogo, como nas eleições presidenciais citadas anteriormente, as diferentes classes e frações de classe que a integravam convergiam na defesa das candidaturas presidenciais do PT. O conflito econômico de classe e o conflito econômico entre os diferentes segmentos da grande burguesia interna não quebraram a unidade política da frente neodesenvolvimentista.

4. CRISES E INSTABILIDADE: DEPOSIÇÃO DO GOVERNO NEODESENVOLVIMENTISTA (2015-2016)

Tivemos, portanto, 20 anos de estabilidade política (1995-2014), isto é, um longo período no qual uma das frações burguesas em conflito foi capaz de estabelecer sua hegemonia e mantê-la de forma segura sem colocar em crise o regime democrático vigente. Já o período iniciado com a crise do governo Dilma Rousseff e a sua deposição é diferente. Essa nova situação explica-se pelo aguçamento das contradições do período anterior — muitos elementos da crise já estão presentes no período de estabilidade —, bem como por contradições novas que surgiram no e do processo político brasileiro. No exame dessa questão, é fundamental saber, de um lado, quem se mobilizou contra os governos do PT e por quê, e, de outro, porque o último governo desse partido não foi capaz de barrar o avanço das forças golpistas. Enfim, é preciso investigar quais eram os trunfos da oposição e as debilidades do governo e de sua base de apoio.

O essencial é o seguinte: a crise do segundo governo Dilma Rousseff (2015-2016) foi provocada pela ofensiva política da grande burguesia associada, que se mobilizou para restaurar a hegemonia que usufruía na década de 1990 (BOITO JR., 2021, p. 161-175). Essa fração burguesa contou com o apoio ativo e, a partir de certa etapa do processo, rebelde e radicalizado da fração superior da classe média (CAVALCANTE; ARIAS, 2019), além de ter logrado jogar, contra a grande burguesia interna, o médio capital nacional cujos interesses foram negligenciados pelos governos do PT (PERRIN, 2020; RAIMUNDO, 2021; BRAGA, 2021). A grande burguesia associada visava, como dissemos, a retomar a sua hegemonia no interior do bloco no poder e logrou se manter como força dirigente do golpe que depôs o governo Dilma Rousseff.

A fração superior da classe média, politicamente conservadora, opunha-se à política social que vinha promovendo a melhoria de vida das camadas populares. Via nessa política um aumento das despesas do Estado às custas dos impostos pagos pela classe média e uma ameaça ao *status* privilegiado que a alta classe média ocupa na sociedade brasileira. Essa classe dispõe de uma verdadeira legião de empregados domésticos e de prestadores de serviços: faxineiras, cozinheiras, babás, motoristas, porteiros de condomínios, eletricitas, encanadores e outros. Durante os governos do PT, inúmeras medidas governamentais concorreram para a valorização dos salários e dos serviços prestados por aqueles trabalhadores. Particularmente revoltante para essa fração da classe média foi a extensão, no segundo governo Dilma, dos direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas, intervindo na relação de dominação e controle pessoal do empregador sobre elas. Nas redes sociais, foram incontáveis as manifestações de indignação de integrantes da alta classe média ao constatar que trabalhadores manuais estavam frequentando espaços anteriormente reservados às pessoas de alto poder aquisitivo — aeroportos, hotéis, clínicas privadas, restaurantes etc. Integrantes e associações da alta classe média entraram na Justiça contra a política de quotas raciais e



Casal de classe média alta leva os filhos com a babá para manifestação pelo impeachment de Dilma. Rio de Janeiro, março de 2016

sociais. As cinco grandes manifestações de massa que ocorreram em todo o Brasil contra o governo Dilma e pelo seu impeachment foram manifestações, como evidenciam todos os levantamentos empíricos, da alta classe média (CAVALCANTE; ARIAS, 2019).

Os proprietários e executivos de médias empresas demonstraram revolta contra a política de privilegiar as grandes empresas nacionais nos financiamentos do BNDES e mobilizaram-se ativamente pelo impeachment de Dilma Rousseff (PERRIN, 2020; BRAGA, 2022). Serviram de massa de manobra para o setor associado do grande capital que lutava contra o setor interno desse mesmo segmento, tendo suas pretensões ignoradas por ambas as partes em disputa. O PT estabeleceu um sistema de aliança muito diferente daquele pleiteado pelos comunistas europeus e latino-americanos, que privilegiava a aproximação entre os trabalhadores e o médio capital. A importância do médio capital na vitória do golpe de Estado do impeachment aparece também, como veremos a seguir, quando estivermos analisando as vulnerabilidades dos governos do PT no que respeita ao sistema partidário brasileiro.

As características do lulismo e do sistema partidário brasileiro facilitaram o sucesso do golpe. Para compreender isso, é necessário levar em conta uma tese que grande parte da esquerda brasileira insiste em recusar: o lulismo é um novo tipo de populismo. Não se trata de populismo como entendem os weberianos ou o pensamento liberal e conservador brasileiros, isto é, uma liderança carismática e demagógica que enganaria as massas desinformadas. Trata-se do populismo pensado como política com base popular, porém desprovida de organização partidária de massa e dirigida, do alto, por uma liderança personalizada e superficialmente reformista. As massas apoiam a política populista não por serem desinformadas, mas porque esta atende, ainda que superficialmente, a seus interesses e também porque essas massas se encontram prisioneiras da ideologia que deposita no Estado burguês a expectativa de que essa instituição possa e deva, por livre e própria iniciativa, melhorar as condições de trabalho e de vida da população trabalhadora. É isso que o lulismo é (BOITO JR., 2021, p. 67-88). Trata-se, em certa medida, de uma reedição, em condições históricas

novas e com bases sociais distintas, da política populista do período 1930-1964. E aqui temos uma ironia da história. O populismo do período anterior teve como principal liderança Getúlio Vargas, um político pertencente à classe dos grandes proprietários de terra, mas que se apoiava, principalmente, no movimento sindical urbano; o lulismo, cuja principal liderança é um político oriundo do sindicalismo da classe operária industrial, apoia-se, principalmente, nos trabalhadores da massa marginal — subempregados, empregados e empregadas domésticas, vendedores ambulantes, trabalhadores sem profissão e emprego fixo que vivem da prestação de serviços ocasionais, camponeses de regiões agrícolas decadentes e outros (NUN, 2001; KOWARICK, 1975).

Pois bem, o fato é que o voto em Lula e nos demais candidatos lulistas à Presidência da República — Dilma, Haddad — não é um voto partidário, mas sim um voto fortemente personalizado. A motivação de fundo é sim política e não pessoal, mas essa motivação de fundo não está presente no nível da consciência do eleitor, e isso faz toda a diferença. Grande parte dos eleitores de Lula vota em Lula, não no PT. A prova disso é que na Câmara dos Deputados o PT nunca conseguiu obter mais que 17% das cadeiras, e no Senado da República a *performance* petista é ainda mais modesta. Essa fraca *performance* do PT ocorre também nos legislativos e executivos estaduais e municipais. A esquerda brasileira não dá a devida importância para esse fenômeno que, a bem da verdade, deveria ser visto como algo intrigante: os candidatos do PT venceram quatro eleições presidenciais seguidas, mas sempre estiveram muito longe de obter maioria na Câmara e no Senado. De resto, essa não é a regra na América Latina. O partido boliviano Movimento ao Socialismo (MAS), nas eleições em que elegeu Evo Morales para a Presidência, sempre obteve maioria no Legislativo e tornou a lograr esse feito na eleição do atual presidente, Luis Arce. O MAS tem *performance* semelhante nas instâncias subordinadas do aparelho de Estado: chegou a obter dois terços das prefeituras na Bolívia. O peronismo, na Argentina, que a nosso juízo não é populista porque se trata de um movimento fortemente organizado, e a frente de esquerda no Uruguai apresentam situação semelhante, ainda que com *performance* mais modesta se comparada com a *performance* do MAS (BOITO JR.; MARTUSCELLI, 2022). Pois bem, o resultado disso é que os governos do PT sempre tiveram de lidar com um Congresso Nacional distante ou mesmo hostil à sua política econômica, social, externa e de ampliação da cidadania de mulheres, negros, indígenas e população LGBT. Lula e Dilma compuseram suas bases partidárias no Congresso Nacional buscando apoio em partidos conservadores e oportunistas, dispostos a abandonar o governo na primeira situação de crise. Os governos do PT, em consequência do populismo que lhes impede de partidizar o voto, e destoando dos governos do MAS boliviano, são, portanto, governos vulneráveis ao novo tipo de golpe que verificamos na história recente da América Latina — o golpe pela via do impeachment, que, devido à sua aparência de legalidade, impõe baixo custo político à direita golpista. Essa é uma facilidade de que não dispõe a direita na Bolívia, Argentina ou Uruguai. A base partidária conservadora e oportunista de Dilma Rousseff no Congresso Nacional abandonou-a na crise política iniciada em 2015 e votou contra ela no impeachment de 2016.

O principal partido da base de apoio do governo Dilma no Congresso Nacional, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), teve papel central no golpe de Estado que depôs a ex-presidenta. E aqui vamos tratar de mais um aspecto do processo político que facilitou a vitória dos golpistas e que envolve a média burguesia interna. O MDB nasceu durante a ditadura militar com um programa político e um tipo de agitação e propaganda que privilegiavam os interesses do médio capital na luta contra a ditadura que havia unido a grande

Formaram-se dois campos políticos, reunindo de cada lado uma das frações burguesas e algumas classes ou frações de classes populares. A heterogeneidade não é atributo apenas da classe capitalista. Ela está presente também no campo das classes dominadas

burguesia interna e a grande burguesia associada numa mesma proposta de política desenvolvimentista, numa época em que, diferentemente do período atual, o imperialismo aderiu à industrialização dos maiores países da América Latina, estimulando-a com investimentos (CARDOSO; FALETTI, 1970; EVANS, 1979). O discurso daquele partido era moderadamente democrático, nacionalista e pela distribuição de renda, argumentando a necessidade de ampliar o mercado interno. O MDB tinha, então, um programa ambicioso. Contudo, com o fim da ditadura militar, o MDB mudou. Foi se tornando um partido clientelista, ou de patronagem. Tem apoiado todos os governos, sejam eles neoliberais ou neodesenvolvimentistas, e, em troca, espera receber cargos públicos e aprovar medidas pontuais, por intermédio das emendas orçamentárias, para as suas bases sociais (SANTOS, 2022). Sobre isso, é importante destacar dois pontos. A grande imprensa considera tais emendas irracionalidades que perturbariam a natureza supostamente técnica da política favorável ao grande capital e ao capital financeiro. Até setores democráticos acabam incorporando esse discurso. Trata-se na verdade de um discurso que não admite que os recursos do Estado sejam desviados para fora do restrito grupo das grandes empresas, visto que as emendas parlamentares contemplam, em grande medida, as pequenas e médias empresas do interior do país. Em segundo lugar, a transformação do MDB indica que o médio capital abriu mão de disputar a hegemonia política no bloco no poder e se satisfaz no papel de partido de patronagem que atende pontualmente aos seus interesses dentro dos limites dados pelos interesses do grande capital, seja ele interno ou associado.

Pois bem, o cargo de vice-presidente da República encontrava-se nas mãos de Michel Temer, do MDB. O partido detinha também a Presidência da Câmara dos Deputados, na figura do deputado Eduardo Cunha. Tais cargos permitiram que o partido, que sempre estivera a reboque ora do PSDB, ora do PT, ganhasse um inusitado protagonismo na crise. De partido de patronagem, tornou-se o partido orgânico do grande capital, principalmente associado (SANTOS, 2022). Esse fato favoreceu a ação golpista. Não eram os partidos neoliberais por excelência, o PSDB, o Democratas ou outro, que assumiriam a Presidência da República. Em decorrência dessa circunstância, segmentos da grande burguesia interna, que já vinham em rota de conflito com aspectos da política neodesenvolvimentista, sentiram-se mais à vontade seja para ficar neutros diante do movimento golpista, seja para abandonar

o governo e aderir ao movimento. Mas examinemos mais de perto a reação das classes e frações de classe que, como a grande burguesia interna, compunham a frente política neodesenvolvimentista que deu a base aos governos do PT.

A frente política neodesenvolvimentista esgarçou-se diante da ofensiva golpista. A grande burguesia interna, cuja hegemonia os governos do PT organizavam, evidenciou, mais uma vez, sua posição política pendular diante do capital estrangeiro. Segmentos dessa fração burguesa, fração essa que já tinha apoiado o neoliberalismo ortodoxo na década de 1990 e se afastado dele apenas após longo processo de desgaste e insatisfações, posicionaram-se de maneira muito distinta na crise política. Uma primeira posição foi aquela da Fiesp, que passou, no mês de dezembro de 2015, a participar ativamente da campanha golpista. Dissemos que os agentes de Estado têm papel ativo na definição da estratégia de desenvolvimento capitalista. Isso significa que podem sim surgir conflitos entre o governo e a própria fração burguesa cuja hegemonia tal governo representa. O governo Dilma estava se afastando ainda mais dos Estados Unidos, o que chegou a preocupar até mesmo segmentos da grande burguesia interna. Tal afastamento aparece nas seguintes iniciativas e decisões: a criação do Banco dos Brics, na reunião de 2013 na cidade de Fortaleza; a insistência no fortalecimento do Mercosul, quando a burguesia interna demonstrava preferir a sua flexibilização (BERRINGER, 2015); a firmeza na manutenção do controle da Petrobras sobre o petróleo do pré-sal; e outras medidas. Tudo se passava como se o governo Dilma se imaginasse tratando com uma burguesia nacional e não com uma mera burguesia interna — José Dirceu, um dos principais estrategistas do PT, chegou a dizer que a política do PCB para o período pré-64, de aliança com a burguesia nacional para fazer a revolução democrática no Brasil, teria se tornado factível no século XXI. Outros segmentos da burguesia interna permaneceram neutros diante do golpe e, finalmente, houve grandes empresas que se mantiveram fiéis ao governo Dilma — esse foi o caso dos grandes bancos privados nacionais (VALLE; NARCISO, 2021) e, em menor medida, da construção naval. Ressalte-se, por último, que parte importante da grande burguesia interna foi posta fora de combate, já no primeiro episódio da crise, devido à perseguição judicial praticada pela denominada Operação Lava Jato, que instrumentalizou a bandeira do combate à corrupção para combater, na verdade, as grandes empresas nacionais. As empresas brasileiras de construção pesada, que praticamente monopolizavam o mercado de obras públicas e da cadeia do petróleo e gás, foram criminalizadas e afastadas do mercado. Esse segmento, muito beneficiado no governo Dilma Rousseff, ficou de mãos atadas e sem condições políticas de se pôr na defesa do governo. A Lava Jato representa o caso no qual uma instituição do Estado capitalista — aqui, o Judiciário — é convertida em instrumento político de uma das frações burguesas que disputa a hegemonia no bloco no poder. Ela foi o instrumento político do capital imperialista, da grande burguesia associada e da alta classe média na luta contra a frente política neodesenvolvimentista (BOITO JR., 2018).

Como já indicamos, formaram-se dois campos políticos, reunindo de cada lado uma das frações burguesas e algumas classes ou frações de classes populares. A heterogeneidade não é atributo apenas da classe capitalista. Ela está presente também no campo das classes dominadas. Ao contrário do que sugere a expressão corrente *classe trabalhadora*, há mais de uma classe trabalhadora: operariado, campesinato, pequena burguesia, classe média e, segmento muito importante no capitalismo dependente, os trabalhadores da massa marginal (NUN, 2001; KOWARICK, 1975). Cada uma dessas classes trabalhadoras tem interesses econômicos específicos e apresenta tendências políticas e disposições ideológicas distintas. A complexidade



Contestação dos resultados eleitorais, mentiras sobre fraudes em urnas eletrônicas e mobilização de uma direita radicalizada nas ruas: democracia brasileira enfrentou ameaças e graves desafios nos últimos anos

da situação aumenta quando recordamos que essas classes, por sua vez, podem se subdividir em frações ou camadas. Casos notórios são o da classe média, cujas frações superior, intermediária e inferior tendem a intervir de modo distinto no processo político, e o caso do campesinato, cujas diferentes camadas — os campeonatos rico, remediado e pobre — também têm reivindicações específicas e também podem se dividir no processo político.

Indiquemos algumas posições presentes no campo das classes dominadas. Na história política recente do Brasil a alta classe média apoiou o programa neoliberal, enquanto grande parte da baixa classe média, principalmente aquela alocada no setor público, pendeu para o programa neodesenvolvimentista. Isso aparece nas pesquisas de intenção de voto e também na luta de rua. Nas manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff, predominou amplamente a alta classe média, enquanto nas manifestações em defesa do mandato da ex-presidenta predominou a baixa classe média (CAVALCANTE; ARIAS, 2019). Quanto ao campesinato, grande parte dele foi atraída para o campo neodesenvolvimentista. O campesinato remediado e rico foi contemplado com a política de financiamento da chamada agricultura familiar e com a criação de mercados institucionais para os seus produtos, mas o campesinato pobre, sem terra ou com pouca terra, não foi atendido na sua reivindicação específica, que é, fundamentalmente, a desapropriação e distribuição de terra. Quanto aos trabalhadores da massa marginal, esses formaram a base social típica do lulismo. Foram contemplados pelo neodesenvolvimentismo com as políticas de transferência de renda, de expansão dos serviços públicos — energia elétrica, ensino profissional —, com a política de construção de casas populares e de cisternas nas regiões semiáridas e outras, enquanto os assalariados do mercado formal, embora tenham sido contemplados com a valorização do salário mínimo, não tiveram atendidas as principais reivindicações que apresentaram aos governos do PT (BOITO JR., 2021, p. 56-66).

As diferentes relações dos governos do PT com as diferentes classes e frações das classes populares geraram um resultado desfavorável para o governo Dilma Rousseff na cri-

se que resultou na sua deposição. Os trabalhadores mais organizados não foram os mais contemplados pela política neodesenvolvimentista. O segmento popular mais atendido pelas políticas sociais, os trabalhadores da massa marginal, são politicamente desorganizados, entretêm uma relação de tipo populista com Lula da Silva e, exatamente por isso, embora sejam eleitores fiéis do lulismo, não saíram em defesa do governo quando este foi atacado. Já os sindicatos operários, que teriam condições de mobilizar apoio ao governo Dilma, mantiveram-se praticamente neutros na crise. As cúpulas das centrais sindicais progressistas compareceram aos atos em defesa do mandato de Dilma Rousseff, mas os grandes sindicatos operários, que são os organismos mais próximos da base e que poderiam tornar mais numerosas as manifestações em defesa do governo petista, mantiveram-se ausentes. O resultado surpreendente foi que a parte minoritária e mais rica da sociedade brasileira logrou ampla superioridade numérica nas manifestações de rua e isso foi decisivo para a deposição de Dilma Rousseff (BOITO JR., 2021, p. 176-185).

A base social da burguesia associada e do capital estrangeiro, apegada ao neoliberalismo, foi, de longe, o segmento social mais engajado e mais mobilizado. A alta classe média não foi a força dirigente do golpe de Estado, não foi ela quem definiu o programa econômico e social da frente golpista. Esse programa, neoliberal e focado na retirada de direitos dos trabalhadores, foi estabelecido por um partido burguês: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de Michel Temer, que foi quem assumiu a Presidência no lugar de Dilma Rousseff. Mas a classe média foi, com as suas maciças demonstrações de rua, a principal força motriz daquele processo.

5. CRISE E INSTABILIDADE: O NEOFASCISMO SOCORRE O NEOLIBERALISMO (2017-2022)

A ascensão do neofascismo dá-se no período de instabilidade política. Primeiro, tivemos a crise da hegemonia da grande burguesia interna em 2015-2016, que redundou na deposição da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016. Em seguida, embora Temer tenha iniciado uma política que priorizava os interesses do capital internacional e da burguesia associada, esse governo não foi um governo estável. Ele se viu cercado pela ação do Ministério Público Federal (MPF), da Polícia Federal (PF) e do Judiciário em decorrência de atos de corrupção. Esteve a pique de renunciar. Em 2018, último ano do mandato de Michel Temer e ano de eleição presidencial, estava claro que nenhum candidato de partido político tradicionalmente neoliberal, a começar pelo PSDB, teria condições de vencer a eleição. Foi nessa situação que irrompeu o movimento neofascista de apoio à candidatura de Jair Bolsonaro. Essa candidatura, finalmente vitoriosa, foi, portanto, um sintoma da instabilidade do processo político nesse período. No momento em que escrevemos, em junho de 2022, que é ano de eleição presidencial, está cada vez mais clara a alternativa: vitória eleitoral de Lula da Silva do PT e sua posse na Presidência da República ou golpe de Estado de Jair Bolsonaro para se manter no poder. Em suma, este período é muito distinto daquele que foi polarizado entre, de um lado, o PT, um partido democrático, reformista e de base popular, e, de outro, o PSDB, um partido liberal na política e neoliberal na economia, período esse de estabilidade da democracia no Brasil.

Sabemos que a caracterização do governo Bolsonaro como neofascista é uma caracterização controversa. Como não podemos nos estender muito nesse tema, diremos apenas algumas palavras para orientar o leitor. Existem três caracterizações mais correntes do go-



Pessoas fazem fila em frente ao Centro de Referência da Assistência Social (Cras) de Recife para atualizar cadastro no Bolsa Família

verno Bolsonaro e do movimento bolsonarista: (a) populismo de direita, (b) tradicionalista e (c) neofascista.

A primeira caracterização é amplamente majoritária na bibliografia. O populismo seria uma política personalista na qual o líder apela para o povo e critica as elites (URBINATI, 2019). É uma caracterização demasiado genérica, pois as sociedades capitalistas estimulam a personalização da política em todo o espectro ideológico, tornando esse fenômeno geral e predominante. A personalização apenas se enfraquece relativamente nos períodos em que o movimento operário logra organizar partidos de massa (CERRONI, 1977; DUVERGER, 1951). Como o personalismo é um fenômeno muito geral, aqueles que falam em populismo sentem-se imediatamente na obrigação de qualificá-lo: de esquerda, de direita etc. Tal qualificação não é desprovida de sentido e tem alguma utilidade como classificação inicial e indicativa. Porém, essas denominações que consideram um espectro político linear que iria da extrema-esquerda à extrema-direita, passando por inúmeras posições intermediárias, são, como sabemos, muito imprecisas e insatisfatórias. Tomemos o caso do Brasil atual. Bolsonaro seria tão populista quanto Moro — personalismo, apelo ao povo, crítica às elites. Lula tampouco ficaria fora dessa caracterização. Como, então, diferenciá-los? Poderíamos, para superar a classificação vaga que considera a suposta posição do político num espectro linear, usar qualificativos mais precisos. Lula seria um populista popular? Moro poderia ser considerado um populista liberal? E Bolsonaro? Seria o quê? Um populista autoritário? Um populista fascista? Afinal, Mussolini também era populista no sentido geral do termo. Ou seja, voltamos para o problema que a classificação de Bolsonaro como político populista evita enfrentar.

A caracterização que identifica Bolsonaro e Trump com o Tradicionalismo está presente no livro *Guerra pela eternidade* (TEITELBAUM, 2021) e teve alguma repercussão no Brasil e nos Estados Unidos. Considero que essa análise subestima as diferenças entre os ideólogos tradicionalistas da primeira metade do século XX e os ideólogos dos políticos direitistas atuais. Olavo de Carvalho e Steve Bannon não são, de fato, tradicionalistas. Teitelbaum reconhece que há diferenças e, por isso, os denomina neotradicionalistas. Acontece que tais diferenças sugerem muito mais uma ruptura com o Tradicionalismo que uma modificação

Pensando agora o fascismo como gênero, o que melhor o caracteriza é a fórmula que se pode extrair da análise de Palmiro Togliatti: o fascismo é um regime reacionário de massa. O reacionarismo aparece no anticomunismo, na crítica pequeno-burguesa e autoritária à democracia, na defesa da pureza e homogeneidade da nação e na defesa dos valores tradicionais ligados à família patriarcal. O governo Bolsonaro e o movimento bolsonarista apresentam essas características e podem, por isso, ser considerados uma espécie do gênero fascismo

dessa ideologia. As ideias-chave do Tradicionalismo são a recusa da modernidade, de suas ideias e valores e inclusive da ideia de nação; a defesa da divisão da sociedade em castas; a apologia da dominação da casta religiosa; a consideração dos trabalhadores como casta dos escravos movidos por sentimentos inferiores; a concepção da história como repetição de ciclos que vão da fase áurea à fase decadente, passando por fases intermediárias, e reiniciando e repetindo, após a decadência, o mesmo percurso circular (TEITELBAUM, 2021; SEDGWICK, 2004). Ora, essas são algumas das ideias centrais do Tradicionalismo que os ideólogos atuais abandonaram ou das quais se afastaram. Esses ideólogos defendem a nação como conceito-chave para se chegar ao que seria a recuperação da civilização; abandonaram a defesa da organização da sociedade em castas; entendem que os depositários dos valores eternos a serem recuperados seriam os trabalhadores, ou seja, a abjeta casta dos escravos que, na visão dos ideólogos tradicionalistas, seriam o ponto extremo da decadência.

Na caracterização que faço do governo Bolsonaro e do bolsonarismo como neofascistas, entendo que estamos diante de uma variante da política e da ideologia fascista. O fascismo seria um gênero que conteria mais de uma espécie (BOITO JR., 2021, p. 186-203). O movimento fascista é um movimento ativo e mobilizado das camadas intermediárias das sociedades capitalistas, sendo que a predominância da pequena burguesia no fascismo original foi substituída pela predominância da classe média no neofascismo. O fascismo original, embora de origem pequeno-burguesa, serviu como recurso, mas nunca como instrumento passivo, para organizar a hegemonia das grandes burguesias nacionais monopolistas e imperialistas dos países centrais (GUÉRIN, 1965; POULANTZAS, 1970), enquanto o neofascismo serve para organizar a hegemonia do capital estrangeiro e da fração associada das bur-



Construção do terminal oceânico Barra do Dande, em Luanda, capital de Angola. A obra está sendo executada pela OEC, empresa que atua no ramo de engenharia e construção do grupo Odebrecht. Novembro de 2021

guesias dependentes. Em todos esses casos, isto é, pensando agora o fascismo como gênero, o que melhor o caracteriza é a fórmula que se pode extrair da análise de Palmiro Togliatti: o fascismo é um regime reacionário de massa (TOGLIATTI, 2019). O reacionarismo aparece no anticomunismo, na crítica pequeno-burguesa e autoritária à democracia, na defesa da pureza e homogeneidade da nação e na defesa dos valores tradicionais ligados à família patriarcal. O governo Bolsonaro e o movimento bolsonarista apresentam essas características e podem, por isso, ser considerados uma espécie do gênero fascismo, do qual faz parte, como indicamos, também a outra espécie que denominamos fascismo original.

Ainda carecemos de uma caracterização do processo de fascitização do Brasil. Sem pretender preencher essa lacuna, iremos apenas indicar alguns passos desse processo e alguns dos seus atores mais importantes. O neofascismo começou a se organizar no Brasil nas grandes manifestações reacionárias protagonizadas pela alta classe média em 2015 e 2016 e que pleiteavam a deposição da presidenta Dilma Rousseff (PT). Embora marchassem junto com o bolsonarismo contra o governo do PT, nem todos os movimentos que organizaram essas manifestações eram neofascistas. Jair Bolsonaro, então deputado, participou com destaque dessas manifestações. Ele estava vinculado aos grupos que pleiteavam, desde então, a implantação de uma ditadura no Brasil. A partir de 2017, Bolsonaro passou a viajar pelo país, fazendo discursos e encontros políticos, e estreitou relações, que mantém até hoje, com os caminhoneiros autônomos, uma base tipicamente pequeno-burguesa do seu movimento, e também com os proprietários de terra capitalistas, principalmente das regiões Centro-Oeste e Sul do país, regiões nas quais é muito desenvolvida a agricultura capitalista de exportação. A alta classe média sentia-se ameaçada pela pequena ascensão social que a política social dos governos do PT permitiu aos trabalhadores manuais e à baixa classe média. Os grandes proprietários de terra se sentiam ameaçados pelo movimento camponês, indígena e de afrodescendentes da zona rural (quilombolas), que lutavam e lutam por terra e pela reforma agrária. Aos proprietários de terra, Bolsonaro prometeu liberar a compra e a posse de armas, além de mudar a legislação do país de modo a permitir ao proprietário de terra usar arma de fogo contra camponeses, indígenas e quilombolas que tivessem ocupado terra que ele considerasse sua. No decorrer do primeiro semestre de 2018, um novo personagem entrou

em cena: o grande capital. A dinâmica foi a seguinte: em outubro de 2018 ocorreria a eleição presidencial e, uma vez constatada a inexistência de um candidato dos tradicionais partidos burgueses neoliberais que fosse eleitoralmente viável, o grande empresariado começou a se deslocar para o apoio à candidatura neofascista.

O grande empresariado ganhou muito com a vitória eleitoral e o governo Bolsonaro — Temer já lhe havia dado uma reforma neoliberal radical da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o código do trabalho brasileiro, e um programa de privatização; Bolsonaro lhe deu uma nova reforma neoliberal da Previdência Social e está trabalhando para privatizar as empresas estatais gigantes que ainda restam no Brasil — como a Petrobras, a Eletrobras e os Correios. Mas o período de instabilidade não passou. Na corrida eleitoral deste ano de 2022, Lula da Silva aparece num folgado primeiro lugar em todas as pesquisas eleitorais, e Jair Bolsonaro ameaça de modo aberto e frequente desferir um golpe de Estado caso perca a eleição. Alega, contra todas as evidências e à maneira de Trump nos Estados Unidos, que o sistema eleitoral brasileiro não é confiável. Ou seja, a necessidade de o neoliberalismo recorrer ao fascismo, desestabilizando a democracia no Brasil, permanece.

* Bacharel em Ciências Sociais e mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Detentor do *diplôme d'études approfondies* na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Doutor em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutor na Fondation Nationale des Sciences Politiques (FNSP, Paris). *Academic visitor* na University of London. Professor visitante sênior na Fondazione Istituto Gramsci (Roma). *Visiting scholar* na University of California-Berkeley. Professor titular de Ciência Política da Unicamp, onde trabalha em regime de dedicação exclusiva. Desenvolve pesquisa sobre as relações de classe no capitalismo neoliberal. É editor da revista *Crítica Marxista* e dirige a "Coleção Marx 21", publicada pela Editora da Unicamp. Coordena o projeto coletivo de pesquisa "A crise política, a nova direita, Estado e conflitos de classe no Brasil", financiado pelo CNPq. Coordenou o projeto temático "Política e classes sociais no capitalismo neoliberal", financiado pela Fapesp, e o projeto "Mundialização neoliberal, política e conflitos sociais no Brasil e na França", financiado pelo convênio Capes-Cofecub. Pesquisou o sindicalismo e a política brasileira e, mais recentemente, tem pesquisado também na área de teoria política e marxismo. É autor dos seguintes livros: *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo* (Editora Brasiliense); *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical* (editoras Hucitec e Unicamp); *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (Editora Xamã); *O sindicalismo na política brasileira* (Editora IFCH-Unicamp); *Estado, política e classes sociais* (Editora da Unesp) e *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT* (editoras Unicamp e Unesp), com tradução italiana publicada pela Editora Punto Rosso e tradução inglesa publicada pela editora Brill. Organizou diversas coletâneas sobre a teoria marxista e o movimento operário.

► Texto recebido em 22 de setembro de 2022; aprovado em 4 de novembro de 2022.

- BERRINGER, Tatiana. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Curitiba: Appris, 2015.
- BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- _____. **Reform and political crisis in Brazil: class conflict in Workers' Party governments and the rise of Bolsonaro neo-fascism**. Leiden; Boston: Brill, 2021.
- _____. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. São Paulo; Campinas: Editora Unesp; Unicamp, 2018.
- _____.; MARTUSCELLI, Danilo. **A questão do voto partidário na esquerda latino-americana**. São Paulo, 2022. Não publicado.
- BRAGA, Felipe Queiroz. A burguesia industrial na crise do governo Dilma. In: VALLE, André Flores Penha; NARCISO, Pedro Felipe. **A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro**. São Paulo: Enunciado Publicações, 2021.
- _____. **A Fiesp na crise do impeachment de Dilma Rousseff**. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1970.
- CAVALCANTE, Sávio; ARIAS, Santiane. A divisão da classe média na crise política brasileira (2013-2016). In: BOUFARTIGUE, Paul et al. **O Brasil e a França na mundialização neoliberal: mudanças políticas e contestações sociais**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 97-126.
- CERRONI, Umberto. **Teoría marxista del partido político**. México, DF: Cuadernos Pasado y Presente, 1977.
- COLETTI, Claudinei. Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil. **Lutas e Resistências**, n. 1, p. 131-145, 2006.
- DEL PASSO, Octávio; VALLE, André. As frações burguesas na crise da covid-19: apontamentos preliminares. **Brasil de Fato**, 16 abr. 2020. Disponível em: <www.brasildefato.com.br/2020/04/16/artigo-as-fracoes-burguesas-na-crise-da-covid-19-apontamentos-preliminares>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- DUVERGER, Maurice. **Les partis politiques**. Paris: Librairie Armand Colin, 1951.
- EVANS, Peter. **A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- FARIAS, Francisco. **Estado burguês e classes dominantes no Brasil (1930-1964)**. Curitiba: CRV, 2017.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalism: a conversation in critical theory**. Cambridge: Polity Press, 2018.
- GUÉRIN, Daniel. **Fascisme et grand capital**. Paris: François Maspero, 1965.
- KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MARCELINO, Paula. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. **Tempo Social**, v. 29, n. 3, p. 201-227, 2017. Disponível em: <www.revistas.usp.br/ts/article/view/125952>. Acesso em: 3 jan. 2023.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. Curitiba: CRV, 2015.
- MINELLA, Ary César. Elites financeiras, sistemas financeiros e governo FHC. In: RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo Domingos (Org.). **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997. p. 112-141.
- MINELLA, Ary César. O discurso empresarial no Brasil: com a palavra, os senhores banqueiros. **Ensaio FEE**, v. 15, n. 2, p. 505-546, 1994.
- MORAIS, Lecio; SAAD FILHO, Alfredo. Neo-developmentalism and the challenges of economic policy-making under Dilma Rousseff. **Critical Sociology**, v. 28, n. 6, p. 789-798, 2012. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0896920512441635>>. Acesso em: 3 jan. 2023.
- NUN, José. **Marginalidad y exclusión social**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- PAXTON, Robert. **The anatomy of fascism**. New York: Alfred A. Knopf, 2004.
- PERRIN, Fernanda. **O ovo do pato: uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-16092020-205057/pt-br.php>. Acesso em: 23 jun. 2022.

POULANTZAS, Nicos. **Fascisme et dictature**. Paris: François Maspero, 1970.

_____. **Pouvoir politique et classes sociales**. Paris: François Maspero, 1968.

PRANDI, Reginaldo. Os 12% do presidente: em que lugar da sociedade habita o bolsonarista convicto?. **Jornal da USP**, 13 set. 2019. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/os-12-do-presidente-em-que-lugar-da-sociedade-habita-o-bolsonarista-convicto>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

RAIMUNDO, Luciana. **Bancos e o Estado no Brasil**: estudo sobre a atuação dos dealers no mercado de títulos públicos, na rede de financiamentos do BNDES e no financiamento eleitoral (2003-2018). 2021. Tese (Doutorado) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/226802>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SAAD FILHO, Alfredo; BOITO JR., Armando. Brazil: the failure of the PT and the rise of the “New Right”. **Socialist Register**, n. 52, 26 nov. 2015. Disponível em: <<http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/25598#.VjPA7erQdU>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. Brazil beyond Lula: forging ahead or pausing for breath?. **Latin American Perspectives**, v. 38, n. 2, p. 31-44, 2011. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094582X10395890>>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SANTOS, Leandro. **O PMDB no impeachment de Dilma Rousseff (2015-2016)**: da patronagem à representação orgânica?. 2022. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

SECCO, Lincoln. **História do PT**: 1978-2010. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

SEDGWICK, Mark. **Against the modern world**: Traditionalism and the secret intellectual history of twentieth century. Oxford University Press, 2004.

TEITELBAUM, Benjamin. **Guerra pela eternidade**: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Editora Unicamp, 2021.

TOGLIATTI, Palmiro. **Lezioni sul fascismo**. Roma: Editori Riuniti, 2019.

URBINATI, Nadia. **Io, il popolo**: come il populismo trasforma la democrazia. Bologna: Il Mulino, 2019.

VALLE, André Flores Penha. Capital financeiro, frações de classe e a crise política de 2015-2016. In: VALLE, André Flores Penha; NARCISO, Pedro Felipe. **A burguesia brasileira em ação**: de Lula a Bolsonaro. São Paulo: Enunciado Publicações, 2021. p. 249-278.

VALLE, André Flores Penha; NARCISO, Pedro Felipe. **A burguesia brasileira em ação**: de Lula a Bolsonaro. São Paulo: Enunciado Publicações, 2021.

Neoliberalismo, superexploração no Brasil contemporâneo e desafios da classe trabalhadora

Neoliberalism, super-exploitation in contemporary
Brazil and challenges of the working class

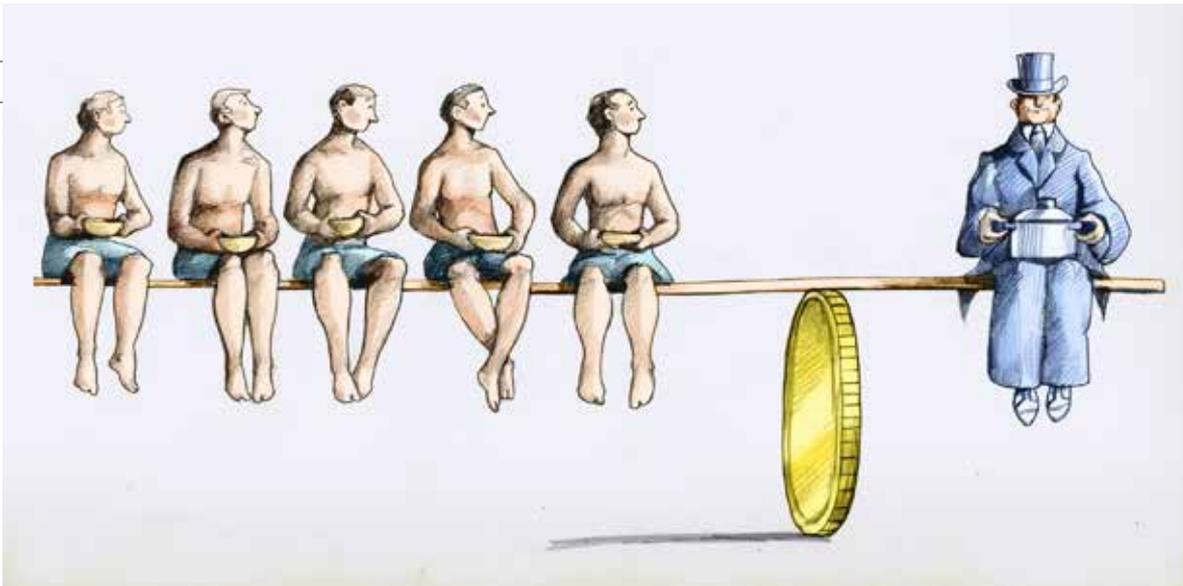
Isadora Pelegrini*

Henrique Viana**

Gabriel do Carmo Lacerda***

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.003>

Acevo Depositphotos



RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir as relações entre a aceleração da *precarização do trabalho* no Brasil e o avanço da neoliberalização, a partir da discussão da *superexploração da força de trabalho*, nos termos de Ruy Mauro Marini. Para tanto, primeiramente faz-se uma incursão histórico-analítica nos conceitos de *neoliberalismo*, *neoliberalização* e na categoria de *superexploração*. Em seguida, discute-se o aprofundamento da *precarização* na periferia em tempos de crise e reestruturação produtiva. Por fim, argumenta-se, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que as características e tendências gerais que Marini identificou nas relações de trabalho em países dependentes se fazem presentes nas determinações da nova morfologia do trabalho no Brasil.

Palavras-chave: Capitalismo. Trabalho. Neoliberalismo. Dependência. Superexploração.

ABSTRACT

This paper aims at pointing out some fundamental elements of the relationship between neoliberalization and the new morphology of labor in Brazil, based on the concept of super-exploitation of labor, by Marini. After a historical-analytical incursion into the concepts of neoliberalism, neoliberalization and super-exploitation, we discuss how the general elements and tendencies of labor relations in the periphery identified by Marini are present in the determinations of the new morphology of labor, after the recent capitalist crisis.

Keywords: Capitalism. Labor. Neoliberalism. Dependency. Super-exploitation.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a *neoliberalização* ganha contornos mais precisos e definidos no início dos anos 1990, quando as reformas jurídicas e, posteriormente, o Plano Real, pavimentam o caminho da transição para o novo sistema de acumulação (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 68). A transição, porém, já se inicia em fins da década de 1980, com o início das transformações na base produtiva brasileira e, no plano das lutas políticas, pelas derrotas impostas ao sindicalismo e às classes trabalhadoras, dentre as quais poderíamos mencionar a derrota militar da greve de 1988 na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a derrota política de Lula em 1989.

Após o golpe de 2016, o Brasil passa por uma nova rodada de neoliberalização, com a aprovação de várias medidas jurídico-econômicas, como a Emenda Constitucional do Teto de Gastos (EC nº 95/2016), a Reforma da Previdência (EC nº 103/2019) e a Reforma Trabalhista (lei nº 13.467/2017) — todas no sentido da redução do papel do Estado no desenvolvimento econômico nacional. Do ponto de vista da estrutura produtiva, esse processo significou a desnacionalização da indústria, maior participação do capital internacional e reprimarização (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 71). Já do ponto de vista das classes trabalhadoras, parece ter significado a deterioração das condições de trabalho, o aumento do adoecimento laboral, a redução de postos de trabalho formais, a terceirização das atividades das empresas e todo um conjunto de novas regras que retiravam a proteção do trabalho e garantias até então vigentes.

Se o conteúdo das reformas recentes já significava um aprofundamento da neoliberalização e da consequente vulnerabilização do trabalho (KREIN; COLOMBI, 2019), os graves reveses impostos pela gestão ultraconservadora e liberal de Jair Bolsonaro às classes trabalhadoras e a reestruturação da economia brasileira que já se avista após três anos de pandemia de covid-19 trazem desafios ainda maiores. Tendo em vista esse cenário, é de extrema importância examinar em detalhe a conjuntura e fornecer um quadro da situação das classes trabalhadoras no Brasil e de seus principais desafios para os próximos anos de reconstrução democrática. Este artigo pretende oferecer uma contribuição ao debate a partir da discussão



Membros da Sociedade Mont Pèlerin na primeira reunião dessa organização internacional, fundada em 1947 por intelectuais e políticos visando à promoção dos valores e princípios liberais. Mont Pèlerin, Suíça, Abril de 1947

Hoover Institution Archives



O jornalista, crítico de mídia e filósofo estadunidense Walter Lippmann (1889-1974), autor de diversos livros, como *The good society* (1937), cuja obra inspirou o Colóquio Walter Lippmann, reunião de intelectuais realizada em Paris, em 1938, para discutir as ideias liberais defendidas por ele

da categoria da *superexploração da força de trabalho*, tal como proposta por Ruy Mauro Marini e, posteriormente, desenvolvida pelos teóricos da *teoria marxista da dependência*.

Em nossa segunda seção, retomamos o debate sobre o neoliberalismo a partir da literatura marxista, para então, em nossa terceira seção, discutir a *superexploração da força de trabalho* como regime típico da reprodução das economias periféricas, associado aos mecanismos de transferência de valor dos países dependentes aos países centrais. Em seguida, em nossa quarta seção, abordamos a nova morfologia do trabalho, a intensificação da jornada de trabalho e o adoecimento laboral no Brasil contemporâneo. Para discutir a superexploração em termos da remuneração da força de trabalho *abaixo do seu valor*, são apresentadas, em nossa quinta seção, as evidências do aprofundamento da superexploração nos últimos anos no Brasil a partir da análise de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2014 a 2021.

Ao final, comentamos brevemente os desafios políticos postos neste momento às classes trabalhadoras, sobretudo o da organização necessária às lutas pela reversão das derrotas institucionais dos últimos anos. Em seguida, defendemos a tese de que as *metamorfoses* do capitalismo brasileiro decorrentes das últimas rodadas de neoliberalização configuram, como propõe Ricardo Antunes, uma *nova morfologia do trabalho*; e que, a despeito das novas condições atuais de uso da força de trabalho pelo capital no Brasil, o conceito de *classe trabalhadora* segue sendo uma unidade fundamental de análise (ANTUNES, 2014; MATTOS, 2019).

2. NEOLIBERALIZAÇÃO AGUDA E PERIFERIA

Neoliberalismo é um termo de difícil definição. Talvez isso se deva à sua origem plural: o livro *The road from Mont Pèlerin* (2009), organizado por Philip Mirowski e Dieter Plehwe, se aprofunda, em suas seções, no modo como o neoliberalismo se manifestou diversamente em diferentes contextos ao redor do mundo, trazendo as abordagens do ordoliberalismo alemão, da escola austríaca, da escola de Chicago e de outras experiências na Europa

Duménil e Lévy (2007) pensam o neoliberalismo como *neoimperialismo* — a nova fase ou arranjo da relação estrutural de extração de lucros da periferia por parte do centro, ou a nova face da hegemonia do imperialismo estadunidense

e nos Estados Unidos. Nesse sentido, o argumento principal construído no livro é que, enquanto coletivo de pensamento, o neoliberalismo foi gestado a partir das ideias discutidas no Colóquio Walter Lippmann, e, embora todas as abordagens tivessem sérias discordâncias entre si, se encontravam organizadas na Sociedade Mont Pèlerin. A obra expressa, em seu conjunto, que no plano das ideias o neoliberalismo nunca foi um bloco monolítico, uma vez que não comporta uma filosofia política homogênea e claramente definida.

Tendo em vista tal dificuldade de definição, Saad Filho (2015) identifica quatro maneiras de conceptualização do neoliberalismo presentes na literatura marxista: i) um conjunto de ideias inspiradas no ordoliberalismo alemão, nas escolas austríaca e de Chicago, posteriormente organizadas na Sociedade Mont Pèlerin; ii) um conjunto de políticas e instituições inspiradas nessas ideias, por exemplo, os governos Reagan e Thatcher e a cartilha do Consenso de Washington; iii) uma ofensiva da classe dominante contra os trabalhadores, na esteira das reformas de flexibilização e intensificação do trabalho e de limitação da seguridade social; iv) um sistema de acumulação, ou modo de existência do capitalismo contemporâneo.

Nessa perspectiva, conforme a primeira chave, Harvey¹ entende o neoliberalismo como

uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor [*sic*] promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre-comércio (HARVEY, 2008, p. 12).

Na mesma linha, Peet (2009) destaca a gestação de ideias neoliberais a partir de reformulações do neoliberalismo clássico em meados do século XX realizadas pela escola austríaca de Viena; pelo ordoliberalismo de Friburgo; por *think tanks* no Reino Unido, como o Freiburg e o Centre for Policy Studies; e, principalmente, pela escola de Chicago. A partir disso, analisa as políticas sustentadas em tais ideias, como o Consenso de Washington, e as instituições que amparam esse *establishment*, como o Fundo Monetário Internacional,

¹ Segundo Mirowski (2009), nessa definição, Harvey confunde neoliberalismo com a economia neoclássica, excluindo do termo, por exemplo, a tradição austríaca e os neoinstitucionalistas da escolha racional.

Nos momentos de “resposta” às crises do sistema de acumulação, é a classe trabalhadora dos países dependentes a primeira — e a mais intensamente — penalizada

o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.

Já de acordo com o segundo modo de conceptualização, Dardot e Laval (2017) argumentam que o neoliberalismo deve ser pensado enquanto um *modo de governo* no qual são centrais: i) a sujeição dos indivíduos à *racionalidade neoliberal*, por meio da educação, da propaganda ideológica e da disseminação da ideia de que a ordem do mercado seria inevitável; ii) a *implementação de fato* de uma certa normatividade jurídica dos negócios capitalistas, com o objetivo de fazer valer o princípio da concorrência onde ele não é a norma e expandir os mercados para quantas esferas da vida social forem possíveis.

Dessa forma, a *governamentalidade neoliberal* somente pôde adquirir o *status* de “nova razão do mundo” por meio do avanço global do processo de transformação das relações de produção e do padrão de acumulação, em que os Estados nacionais atuaram como garantidores do novo desenho institucional (DARDOT; LAVAL, 2017). Ou seja, a

construção da hegemonia neoliberal dependeu da implementação de um conjunto de políticas que possibilitaram criar a “nova ordem”.

Já em relação ao neoliberalismo enquanto ofensiva de classe, a terceira abordagem, podemos citar os trabalhos de Antunes (2009; 2018), que iluminam o modo como o neoliberalismo propende a penalizar a classe trabalhadora de maneira desproporcional. Nessa linha, o autor busca compreender como o movimento de reestruturação produtiva do neoliberalismo marcou transformações — de diversas formas, em diferentes países — que procuravam minar a influência do movimento sindical e abrir espaço para formas de precarização do trabalho (ANTUNES, 2009).

Os autores da quarta chave entendem o neoliberalismo como um regime de acumulação pós-fordista, como uma dimensão do processo de globalização relacionada com a ascensão do capital financeiro. É o caso de Saad Filho e Moraes (2018, p. 56), que entendem o neoliberalismo como um *sistema de acumulação*, caracterizado pela financeirização, pela globalização e por uma determinada forma de política econômica.

Nessa leitura, a desregulamentação financeira e a intensificação da chamada *mundialização do capital* — expressão utilizada por Chesnais (1996) para designar os processos simultâneos de financeirização e expansão do modelo da grande empresa transnacional — foram as principais estratégias do capital internacional para reverter a tendência à queda da taxa de lucro. Com o objetivo de reverter tal tendência, o grande capital intensificou a pressão para afrouxar a regulamentação dos negócios ao longo dos anos 1970, visando à liberação da especulação, à facilitação da mobilidade dos fluxos internacionais de capital e à redução das obrigações e encargos das empresas. Em razão disso, a operacionalização e implementação da ordem neoliberal — ou *neoliberalização das economias* — manifestou-se,

no nível dos Estados nacionais, como um processo de reformas políticas (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Também nessa chave, Duménil e Lévy (2007) entendem o neoliberalismo como um estágio particular do capitalismo engendrado no pós-1980, caracterizado pela hegemonia dos Estados Unidos e do capital financeiro; ou melhor, “como uma configuração de poder particular dentro do capitalismo, no qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso” (DUMÊNIL; LÉVY, 2007, p. 2), isto é, após o que os autores chamam de “compromisso keynesiano” ou social-democrata, no qual os privilégios da classe capitalista foram reduzidos.

Acreditamos que, para uma visão sistêmica do neoliberalismo, é necessário reconhecer suas múltiplas determinações e a articulação de seus elementos — teoria normativa da sociabilidade, dispositivos de propaganda ideológica, desenho dos arranjos legais e jurídicos e, por último, a estrutura da acumulação flexível. Porém, a discussão rigorosa do termo e o mapeamento das principais relações estruturais da nova ordem institucional não esgotam a problemática do *neoliberalismo*, sobretudo se estamos interessados na discussão da dependência e da transformação das relações de trabalho.

De início, entendemos o *neoliberalismo* tanto como um *sistema de acumulação* quanto como uma *ofensiva de classe*, uma vez que levamos em conta que uma “solução” fundamental para a crise de lucratividade foi o desmantelamento do Estado de bem-estar e do sistema de garantias de proteção social e do trabalho. Afinal, somente com a retirada dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora durante o regime de acumulação fordista seria possível uma maior flexibilidade e mobilidade da força de trabalho, permitindo assim uma maior rotatividade, maior controle sobre o processo de trabalho, intensificação da jornada, aumento da exploração e, por conseguinte, o aumento das taxas de lucro. Além das privatizações, criação de mercados, fim de barreiras ao comércio internacional e liberalização geral da economia, o novo sistema de acumulação precisou também de uma nova regulamentação do trabalho.

Imposta com o avanço da financeirização, a *nova morfologia do trabalho* completou a reestruturação do capital internacional. Afinal, como diz Martins (2011, p. 141), a resposta

Acervo Depositphotos



neoliberal à crise da valorização precisava “impulsionar a tendência à mundialização da lei do valor, destravando os obstáculos à ampla circulação mundial de capitais e mercadorias”. Ao que parece, as sucessivas rodadas de neoliberalização na periferia integram o “pacote de medidas anticrise” do capital financeirizado, seja com o avanço da fronteira do capital, seja com a intensificação da exploração, agudizando as contradições na periferia do capitalismo. Por essa razão, Duménil e Lévy (2007) pensam o neoliberalismo como *neoimperialismo* — a nova fase ou arranjo da relação estrutural de extração de lucros da periferia por parte do centro, ou a nova face da hegemonia do imperialismo estadunidense.

Neste artigo, pretendemos destacar que a precarização do trabalho, ainda que comum a todos os processos de neoliberalização, acomete a periferia do capitalismo com maior violência que o centro (VALENCIA; FELIX, 2019, p. 8). O que nos faz supor que, nos momentos de “resposta” às crises do sistema de acumulação, é a classe trabalhadora dos países dependentes a primeira — e a mais intensamente — penalizada.

Preocupado com as particularidades das relações de trabalho no capitalismo dependente, Ruy Mauro Marini foi pioneiro na articulação da categoria *superexploração da força de trabalho*, ainda em 1969 (FRANKLIN, 2019), antes mesmo da consolidação da hegemonia neoliberal. Considerando seu diagnóstico da *superexploração da força de trabalho* nos países dependentes, nos parece válido supor que a agudização da neoliberalização em tempos recentes torna ainda mais evidentes os efeitos dessa relação estrutural de expropriação. Assim, argumentamos que, com as recentes crises do capitalismo global — e, por conseguinte, o aumento das pressões exercidas pelo capital internacional e as rápidas transformações das normas jurídicas do período recente, em especial a flexibilização da legislação trabalhista brasileira em 2017 —, observamos no Brasil um processo de precarização do trabalho ainda mais perverso que nas primeiras rodadas de neoliberalização. Antes de discutir os fundamentos e as implicações deste cenário, faz-se necessário, contudo, examinar mais detalhadamente a proposição teórica da teoria da dependência de Marini.

3. A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Identificando a América Latina como dotada de um “capitalismo *sui generis*”, Marini (2000, p. 106) elabora a categoria de *superexploração da força de trabalho*, dentro dos parâmetros metodológicos marxianos, argumentando que, para não arriscar incorrer na mistificação dos fenômenos explicados pelo ferramental analítico-conceitual marxista, a investigação necessita ponderar a aplicação de suas categorias originárias e, caso necessário, desenvolver outras sem romper com a linha de raciocínio do materialismo histórico dialético.

Orosio (2009) argumenta que ideias como *intercâmbio desigual*, *imperialismo* e *dependência* não se encontram plenamente desenvolvidas na obra de Marx, sobretudo n’*O Capital*, porque não correspondem ao nível de análise que ele se propõe a realizar. Nesse sentido, tanto o grau de abstração quanto o próprio objetivo da investigação de Marx excluem a possibilidade de perscrutar o capitalismo dependente. Na mesma linha, Corrêa e Carcanholo (2016, p. 22) ratificam que, ao desenvolver a categoria de superexploração e buscando explicar as especificidades do capitalismo na periferia, “Marini não está descrevendo uma ‘lei geral’ da acumulação capitalista, mas sim colocando [*sic*] como, num plano mais concreto, a acumulação se faz com a (re)produção de espaços desiguais por entre os quais o capital se move”.

Reprodução: <https://subverta.org/>

Memorial projetado por Oscar Niemeyer e instalado na avenida Primeiro de Maio, em Volta Redonda (RJ), homenageia William Fernandes Leite, Valmir Freitas Monteiro e Carlos Augusto Barroso, os três trabalhadores assassinados pelo Exército durante a greve na CSN em 1988

A *superexploração* tem raízes históricas que remetem à expansão do mercado mundial e à inserção subordinada dos países dependentes na divisão internacional do trabalho. Examinando esse contexto, Marini (2000) identifica que o comércio entre países dependentes e dominantes — ou, respectivamente, entre produtos primários e manufaturados — foi marcado pela violação do valor contida na lei do valor², isto é, pelo intercâmbio desigual no qual os países dominantes vendiam suas mercadorias por preços superiores a seu valor. Em resposta, os capitalistas das nações dependentes encontraram na maior exploração do trabalho um mecanismo de compensação — no próprio plano da produção — para neutralizar, sem abolir, a transferência de valor periferia-centro.

Ao nos referir à “maior exploração do trabalhador”, não queremos dizer simplesmente que existe mais exploração, e sim que a força de trabalho é explorada de uma maneira particular: violando sistematicamente o valor da força de trabalho³ (OSORIO, 2009). Em contraste com o que ocorre no centro, o desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalhador, embora possa ocorrer, não constitui o elemento fundamental da valorização na periferia. Nesse sentido, a superexploração do trabalho pode se manifestar de quatro formas: i) aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais; ii) prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; iii) pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor (MARINI, 2000; 2017; LUCE, 2018); iv) ampliação do valor da força de trabalho sem um incremento equivalente de salário (AMARAL, 2012).

Nas duas primeiras formas, o capital se apropria do *fundo de vida* do trabalhador, uma vez que, mesmo que a remuneração — seja trabalhando durante horas extras, seja trabalhando em dois empregos, seja recebendo incrementos salariais por produtividade — permita a garantia da reprodução do trabalhador, este necessita de um período de descanso

² Marini (2000, p. 121), originalmente, afirma que “o mero fato de que umas [nações] produzem bens que as demais não produzem [...] permite que as primeiras eludam a lei do valor”. No entanto, Luce (2018) argumenta que Marini se expressou por meio de um símile que pode causar imprecisões interpretativas. Para manter a ideia evitando distorções, o autor sugere resolver a imprecisão enunciando que se trata “de violar, eludir, burlar, transgredir [...] o valor sob relações negativamente determinadas na lei do valor” (LUCE, 2018, p. 153, grifos originais).

³ Destaca-se que a superexploração não tem conotação moral, nem se configura como um abuso adicional da força de trabalho; é meramente uma característica das economias da periferia do capitalismo (KATZ, 2020).

para se recuperar de jornadas longas e/ou extenuantes. Entretanto, existe um limite a partir do qual o desgaste físico e mental não pode mais ser repostado nem compensado pelo salário. Nesse sentido, o aumento da intensidade do trabalho provoca um desgaste que reduz a vida útil do trabalhador em razão de doenças nervosas e psicológicas, enquanto o prolongamento da jornada de trabalho ocasiona desgastes físicos e o crescimento de ocorrências de acidentes de trabalho (OSORIO, 2012). Dessa maneira, podemos dizer que o processo descrito conduz à “apropriação capitalista dos anos futuros da vida do trabalhador [...] por meio do esgotamento prematuro das capacidades de trabalho dos assalariados” (KATZ, 2020, p. 269-270).

Nas duas últimas formas de superexploração do trabalho, o capital se apropria do *fundo de consumo* do trabalhador, que se converte em fundo de acumulação de capital. Isso pode ocorrer tanto no caso em que a classe capitalista determina um nível de salários abaixo do valor da força de trabalho, considerando a situação do exército industrial de reserva na periferia, quanto como consequência da dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas nos países dependentes. A respeito do último caso, tendo em vista que no valor da força de trabalho estão incluídas não só as necessidades básicas imediatas, mas também as necessidades histórico-culturais, e sabendo-se que o desenvolvimento das forças produtivas provoca uma transformação constante no que compõe a cesta de bens necessários em determinado momento histórico, é possível observar que: i) o trabalhador frequentemente se endivida para consumir mercadorias de maior complexidade, como bens de consumo durável, podendo renunciar a parte de seu consumo de mercadorias de necessidade imediata; ii) o valor da força de trabalho aumenta com o desenvolvimento das forças produtivas e as transformações das necessidades humanas, o que não é pago integralmente para o trabalhador (OSORIO, 2009; 2012; AMARAL; CARCANHOLO, 2012).

Em síntese, remunera-se a força de trabalho a um preço menor que seu valor real, negando não só a restituição do valor equivalente ao produzido durante o tempo de trabalho socialmente necessário⁴ como também as condições necessárias para a reposição de seu desgaste — não só em termos de consumo, mas também de lazer e descanso —, culminando em seu esgotamento prematuro (MARINI, 2000; 2017; OSORIO, 2012).

Cabe, ainda, esclarecer que as dinâmicas *tendenciasais* do modo de produção capitalista operam de *forma negativamente determinada* quando compreendidas pela condição de dependência. Por conseguinte, a forma de manifestação e intensidade das contratendências se apresenta de maneiras diversas no centro e na periferia, viabilizando a cristalização de leis tendenciasais particulares das economias dependentes que, embora regidas pela lei do valor — e pela dinâmica do capitalismo em geral —, a expressam de modo específico e acabam engendrando fenômenos característicos de sua estrutura. Esses fenômenos, devido às suas regularidades históricas, assumem caráter de lei (LUCE, 2018). É precisamente o que ocorre com a *superexploração da força de trabalho*, que, à luz do que foi exposto, pode ser definida como a determinação negativa do valor contida na lei do valor, em que a corporeidade viva da força de trabalho é submetida a um desgaste prematuro; e/ou a reposição de seu desgaste acontece de tal maneira que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais (isto é, nas condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento do seu valor (LUCE, 2018, p. 135).

⁴ O que inclui, obviamente, a parcela que corresponde às necessidades históricas, sociais e culturais da realidade material do trabalhador (OSORIO, 2009).

Essa determinação negativa revela as relações dialéticas subjacentes à lei do valor, isto é, tal lei é, ao mesmo tempo, aceitação e negação do valor, representando a troca de equivalentes e sua negação (LUCE, 2018). Sua operacionalização pressupõe uma série de condições para garantir a valorização do valor; condições que manifestam seu caráter positivo (o desenvolvimento das forças produtivas, a melhoria das condições de reprodução da força de trabalho, a possibilidade do aumento do tempo livre para lazer etc.) e sua negação (a precarização como reflexo da negação do substrato último da lei do valor, qual seja, a própria utilização da força de trabalho). É nesse sentido que Luce (2018, p. 155) afirma que “a superexploração é, pois, a agudização da tendência negativa, inscrita na lei do valor”, uma vez que a força de trabalho periférica está submetida não só às leis gerais de funcionamento do capitalismo como também às determinações negativas específicas do capitalismo dependente.

Em outras palavras — e abordaremos o tema mais detidamente na próxima seção —, a extração da mais-valia criada pelo trabalhador periférico se realiza de modo análogo ao que sucede com o trabalhador do centro: sujeitando-o à progressiva alienação, fragmentação, isolamento e à nova fisionomia de desregulamentação do trabalho. No entanto, isso está acompanhado das formas de exploração específicas da dependência, nas quais sua jornada de trabalho é estruturalmente mais longa e mais intensa e suas condições de reprodução da vida são precarizadas ou lhe são negadas.

4. NOVA MORFOLOGIA E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

As ondas de neoliberalização são particularmente perversas nos países dependentes, uma vez que essas economias dependem da expropriação, do *sobretabalho*, para compensar as transferências de valor para o centro. De um lado, a dinâmica da neoliberalização já é ela mesma uma resposta à queda da taxa de lucros, estratégia de recuperação do capital e manutenção dos padrões de acumulação. De outro, as economias periféricas têm na sua base o *regime da superexploração da força de trabalho*, recurso corrente do capitalismo dependente para compensação das perdas das transferências de mais-valor aos países centrais. Assim, nos países dependentes, as oscilações econômicas, principalmente as externas, podem se traduzir na “intensificação da precarização das condições de trabalho” (NOGUEIRA, 2019, p. 106).

A institucionalização do trabalho terceirizado é um artifício importante para a manutenção da superexploração da força de trabalho nesse contexto de acentuação da extração do sobretabalho no capitalismo global. Este, segundo Antunes (2018), mistifica a relação entre capital e trabalho, emprestando-lhe uma aparência de relação interempresas, de modo a flexibilizar a legislação, permitindo a validação de contratos por tempo determinado, pelos quais o empregado é submetido a jornadas mais exaustivas, prolongadas e insalubres e a um salário reduzido. Devido à alta rotatividade do trabalho, nessa modalidade econômica não é comum a organização sindical. Com a classe trabalhadora desarticulada, as empresas contratantes raramente sofrem alguma sanção jurídica como resposta às várias violações de direitos do trabalho. Ademais, no caso de os trabalhadores procurarem representação legal, frequentemente não é possível localizar os responsáveis pelas empresas, já que estas surgem e desaparecem em ritmo acelerado (ANTUNES, 2018).

Outro artifício para burlar a legislação trabalhista é a *pejotização*, isto é, a contratação do trabalhador como pessoa jurídica (PJ), com a promessa de maior remuneração e flexibilidade da jornada de trabalho. Segundo Antunes (2018, p. 30), essa relação de trabalho

frequentemente “é falsamente apresentada como ‘trabalho autônomo’ visando mascarar relações de assalariamento efetivamente existentes”.

Em relação à informalidade e à flexibilização, o novo influxo neoliberal, marcado no Brasil pelas reformas recentes, tanto trabalhista quanto da Previdência, facilita a expansão do modelo de negócios dos aplicativos, grandes conglomerados de prestação de serviços que se apresentam como instituições de “economia de compartilhamento” (*sharing economy*). Parte desse processo é descrito na literatura especializada como *uberização* (ABÍLIO, 2020, p. 112), para designar a tendência global à adoção de um modo específico de organização do “trabalho *just-in-time*”. Essa forma de trabalho aprofunda o processo *neoliberal* de retirada de direitos anteriormente discutido, uma vez que o trabalhador *uberizado* “arca com os riscos e custos de sua própria produção, sendo utilizado na exata medida das demandas do mercado”. Ademais, trata-se de um trabalho intermitente, dado que os trabalhadores estão sempre inteiramente disponíveis para as tarefas, porém sem a devida remuneração (ABÍLIO, 2020, p. 112-113).

Além disso, as empresas de tecnologia, dado o nível do avanço da inteligência artificial, compilação e tratamento de dados e do gerenciamento em tempo real, levam a outro patamar o processo de individualização, vigilância e controle do neoliberalismo. A flexibilização do trabalho, que teve início nos anos 1980 com a mundialização do capital e as pressões internacionais por reformas institucionais, é radicalizada com o surgimento desse novo setor de negócios de aplicativos, que, além de dispensado de diversos custos administrativos e de impostos, não se preocupa com os custos de reposição e reprodução da força de trabalho. Para a empresa empregadora, essa relação de trabalho não chega a ser um problema, dada a natureza da atividade, a precariedade das condições de trabalho e o tamanho do exército industrial de reserva na periferia. Um resultado desse processo, aponta Abílio (2020, p. 120), é a redução do valor da força de trabalho. A flexibilização jurídica no Brasil, por exemplo, tem permitido uma transformação profunda do trabalho, com maior subordinação do trabalhador, redução de salários, deterioramento das condições da atividade e precarização em geral.

Nesse contexto, Antunes (2018; 2020) fala de uma “sociedade dos adoecimentos no trabalho”, que nada mais é do que uma das formas de manifestação da apropriação pelo capital do *fundo de vida* do trabalhador. O autor destaca que o adoecimento físico e mental do trabalhador não é um fenômeno inédito; inéditas são suas formas de manifestação no capitalismo neoliberal periférico. No âmbito do adoecimento físico, podemos ressaltar tanto os aspectos diretamente ligados à intensificação do trabalho, como as lesões por esforço repetitivo (LERs), que podem deteriorar os corpos produtivos dos trabalhadores, quanto os relacionados à negligência da garantia de condições básicas para um trabalho com segurança. Salientamos que, quanto mais frágil a legislação trabalhista, maiores os riscos advindos da precarização das condições de trabalho — um exemplo é o maior número, entre o proletariado terceirizado relativamente aos demais trabalhadores, de casos de acidente de trabalho que resultam em óbito (ANTUNES, 2018, p. 147).

Sobre o adoecimento mental, é necessário destacar, primeiramente, que o controle rígido e contínuo dos trabalhadores pelos gestores, com o objetivo de pressioná-los para eliminar os tempos mortos do processo produtivo, acaba por converter o ambiente de trabalho em espaço de adoecimento. Nesse contexto, não raro os trabalhadores vivenciam episódios de humilhação — e/ou ameaças, veladas ou não, de demissão —, sendo que, quando inseridos numa rede de solidariedade entre seus iguais, são confortados e/ou protegidos. No



Com adesivo fixado à sua mochila, trabalhador faz propaganda do “Breque dos apps”, movimento de *motoboys* empregados em aplicativos de entrega que reivindicava melhores condições de trabalho. São Paulo (SP), julho de 2020

entanto, os mecanismos de solidariedade de classe estão gradualmente desaparecendo, seja como resposta às novas modalidades de trabalho (remoto, *uberizado* etc.), seja em virtude da descentralização e individualização no ambiente de trabalho (ANTUNES, 2018).

A pandemia de covid-19 e a maneira como sua gestão foi conduzida no Brasil amplificaram todos os problemas elencados, sobretudo o adoecimento. Destaca-se a expansão do teletrabalho, viabilizada pelo processo produtivo desconcentrado e que funde o trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo doméstico, de modo que, em sua percepção, o trabalhador os confunda com o tempo livre de lazer. No Brasil, apenas em setembro de 2022 foi regulamentada a lei nº 14.442, que define o que é teletrabalho e pauta questões referentes ao auxílio-alimentação do trabalhador em regime de teletrabalho ou trabalho remoto; contudo, esta ainda não obriga a empresa a fornecer aos trabalhadores os meios de trabalho necessários (energia, computador, equipamento etc.).

Um dos elementos que contribuem para a conformação dessa nova morfologia é a deterioração das condições da estrutura produtiva do Brasil, como tem sido observado por alguns estudos recentes, que identificam uma tendência de migração de empregos do setor industrial para o setor de serviços, especialmente serviços de baixa complexidade. Segundo Rezende et al. (2022) — de acordo com os dados da Rais, que captam apenas as transformações do setor formal da economia —, desde 2013 observa-se a queda dos empregos de setores produtivos de média e alta complexidade no país, com pior desempenho no emprego industrial. Nesse cenário, 80% dos empregos formais no Brasil são ofertados no setor de serviços, com predominância dos serviços de baixa complexidade.

Além disso, Góes, Firmino e Martins (2022) buscaram fornecer um panorama do que chamam de *gig economy*— que se refere ao mercado que emprega pessoas com trabalhos temporários, autônomos, *freelancers* e também prestadores de serviços como fornecimento de transporte e alojamento por aplicativo — no setor de transportes no Brasil. O estudo utiliza, assim como o presente artigo, dados da Pnad Contínua. Os principais resultados apontam tanto para o crescimento do número de pessoas trabalhando na *gig economy* do setor de transportes (motoristas de aplicativo e taxistas, entregadores de mercadorias por motocicleta e mototaxistas) quanto para uma redução na remuneração real desses trabalhadores.

Tendo em vista o aparato conceitual que utilizamos até agora, bem como todas as mediações realizadas até aqui, buscamos, na próxima seção, aprofundar os resultados encon-

trados na literatura supracitada, focando o mercado de trabalho informal e pautando-nos não só pela questão da uberização, mas também pelas consequências da *pejotização* das relações de trabalho na economia do Brasil.

Com isso, pretendemos argumentar que a neoliberalização e a precarização do trabalho, fenômenos universais do capitalismo contemporâneo, se manifestam de uma forma específica nos países dependentes em razão da superexploração da força de trabalho. Mais especificamente ainda no caso do Brasil, devido a nossa estrutura produtiva apoiada no setor de serviços — resultado da aclimatação de uma economia dependente após um processo de desenvolvimento industrial abortado —, as consequências dessa combinação neoliberalização-precarização-superexploração se manifestam muito claramente no setor informal e no setor de serviços, por meio da expansão de empregos nos serviços por conta própria, com diferentes graus de informalidade.

5. DINÂMICA DO SETOR INFORMAL (2014-2021) E DESAFIOS ATUAIS NO MUNDO DO TRABALHO

Além de ser a marca do fenômeno conhecido como *uberização* — associado tanto à precarização do trabalho quanto à generalização da *acumulação flexível* —, o “novo trabalho precário”, segundo Valencia e Felix (2019, p. 9), fortifica o “regime da superexploração da força de trabalho, quer dizer, a eficaz articulação entre a produção de mais-valia absoluta, a mais-valia relativa e a expropriação de parte do fundo de consumo da força de trabalho e a conseguinte redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho”. Faz-se necessário notar, contudo, que o fenômeno da superexploração da força de trabalho não se limita à redução do fundo de consumo da classe trabalhadora e à redução dos salários.

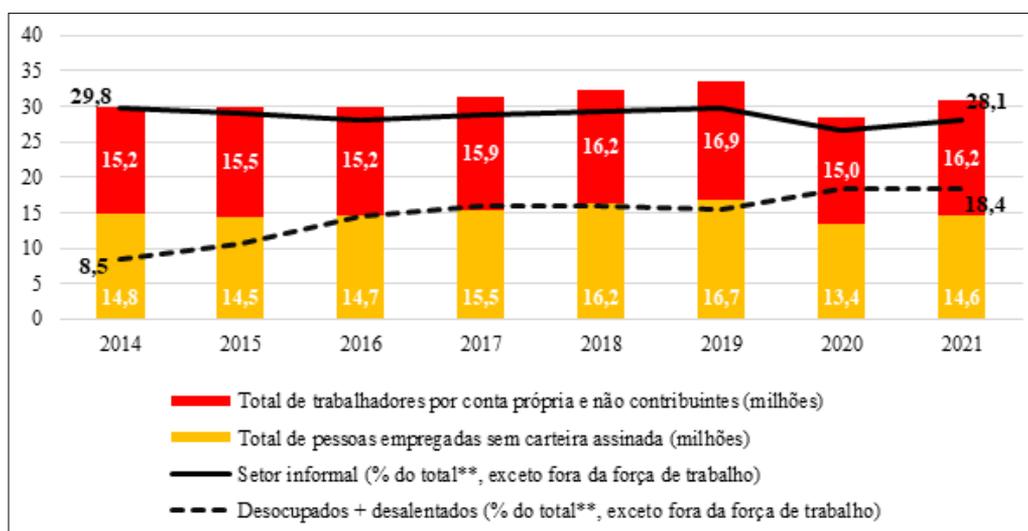
Como apontado anteriormente, a superexploração pode também reduzir o fundo de vida do trabalhador, assim, mesmo que este receba um salário de acordo com o seu valor diário⁵, o aumento da jornada e a intensificação impedem o descanso e o lazer necessários à reposição do desgaste. De todo modo, os dois momentos estão longe de ser mutuamente excludentes. Tomemos o caso dos trabalhadores de aplicativos de entrega como exemplo: mesmo com a expansão do setor e o aumento da demanda por força de trabalho, observou-se

5 Essa aparente “contradição” decorre de dois elementos: 1) “a ideia de remunerar a força de trabalho por seu valor não pode ser reduzida a um assunto puramente salarial. O trabalhador deve encontrar o conjunto de condições indispensáveis para produzir e reproduzir sua força de trabalho, e dentro delas [sic] o salário é importante, mas não é seu único elemento” (OSORIO, 2012, p. 51); 2) a definição do valor da força de trabalho possui uma dupla dimensão: o *valor diário* e o *valor total*, que, por sua vez, são expressos, respectivamente, pelo *fundo de consumo* e pelo *fundo de vida*. O *valor total* corresponde ao total de vida útil do trabalhador, isto é, o total de dias em que o trabalhador vende sua força de trabalho no mercado, em condições de reposição, mais os anos de vida em que ele estará aposentado, ou seja, não participará da produção. Dialeticamente, o valor diário é determinado pelo valor total, no entanto, a recorrência de insuficientes valores diários — ou seja, reduções do fundo de consumo — influi negativamente no valor total —, ou seja, reduzindo o fundo de vida. Assim, mesmo que em determinados períodos haja compensações remuneratórias e/ou na quantidade de valores de uso acessados pelos trabalhadores, existe um limite a partir do qual o desgaste físico-psíquico poderá ser reposto apenas pelo repouso (OSORIO, 2012, p. 50; LUCE, 2018, p. 159). Em outras palavras, existirão “processos de trabalho que aumentem a jornada ou a intensifiquem a tal ponto que, apesar do pagamento de horas extras ou de incrementos salariais pelos incrementos das mercadorias produzidas, terminem reduzindo a vida útil e a vida total do trabalhador”, pois, a despeito do “acesso à quantidade necessária (e inclusive a uma quantidade maior) de bens que satisfaçam os meios de vida para assegurar a reprodução do trabalhador, este não pode dispor das horas e dias de descanso necessários para repor o desgaste físico e mental de longas e intensas jornadas [...] o salário extra só recompensa uma parte dos anos futuros de que o capital se apropria com jornadas extenuantes ou trabalho redobrado” (OSORIO, 2012, p. 51).

tanto o aumento da jornada quanto a intensificação do trabalho e a redução da remuneração desde o início da pandemia de covid-19 (AMORIM; MODA, 2021). Por todos os motivos apontados anteriormente, vale então examinar mais detidamente as dinâmicas da ocupação e da remuneração do trabalho no Brasil desde 2014, como aproximações da manifestação do fenômeno de superexploração, a fim de colher mais elementos que auxiliem na compreensão do quadro atual no Brasil e da situação da classe trabalhadora.

De acordo com os dados da Pnad Contínua, de 2014 a 2021, como figurado no gráfico 1, observa-se, por um lado, a estabilidade do total de pessoas no setor informal no período de análise (de 30 milhões em 2014 para 30,8 milhões em 2021), bem como da participação percentual do setor informal no total da economia (29,8% em 2014 e 28,1% em 2021). Por outro, verifica-se, de forma mais notável, a elevação da participação percentual das pessoas desocupadas e desalentadas, de 8,5% (2014) para 18,4% (2021).

Gráfico 1 — Total de pessoas empregadas sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria não contribuintes, e participação percentual do setor informal* e dos desocupados e desalentados no total — Brasil, 2014-2021



* O setor informal é composto pelos empregados no setor privado e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada e pelos trabalhadores por conta própria sem contribuição para instituto de previdência.

** Compõem o total: empregados no setor privado, trabalhadores domésticos e empregados no setor público, com ou sem carteira de trabalho assinada; militares; servidores estatutários; empregadores; trabalhadores por conta própria; trabalhadores familiares auxiliares; desocupados; desalentados.

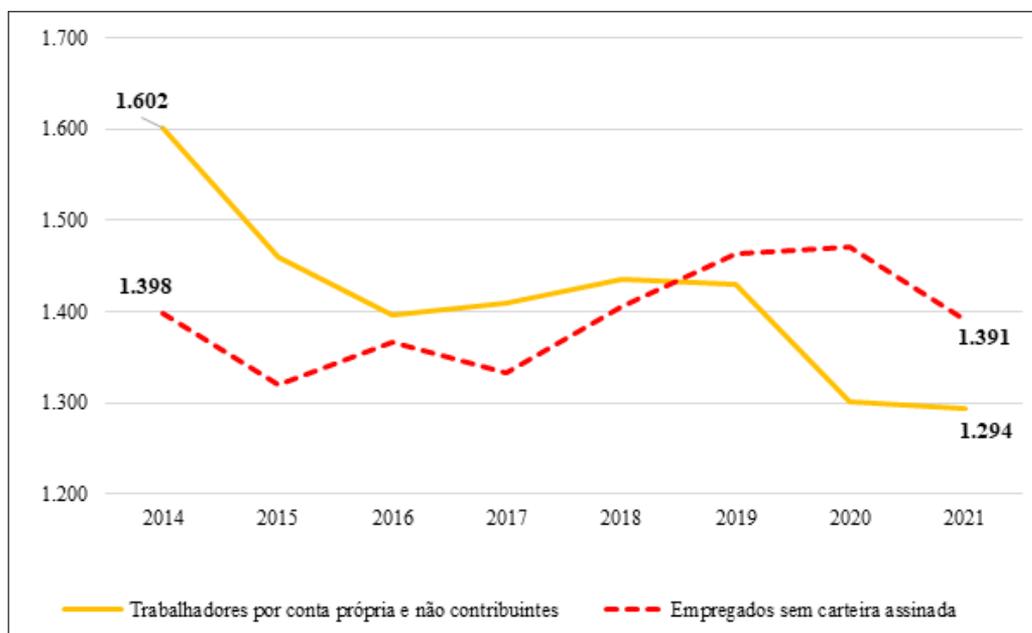
Fonte: elaboração própria, com base em IBGE (s.d.).

Nota-se, ainda no gráfico 1, especialmente a tendência de elevação do segmento de trabalhadores por conta própria não contribuintes (de 15,2 milhões em 2014 para 16,2 milhões em 2021), enquanto a proporção do pessoal empregado sem carteira assinada permaneceu constante (de 14,8 milhões em 2014 para 14,6 milhões em 2021). Desse modo, sob o prisma dessa aparente estabilidade, o mais relevante é investigar a mudança de natureza e distribuição das pessoas na informalidade, na medida em que elas “mudam” de segmento econômico.

Essas condições, em conjunto, parecem corroborar a ideia de que a superexploração neste novo ciclo de neoliberalização assumiu a forma da diminuição do valor da força de trabalho

Nesse sentido, primeiramente, conforme o gráfico 2, abaixo, observa-se notável tendência de queda da remuneração média para o segmento dos trabalhadores do setor informal que mais cresceu proporcionalmente no período: os trabalhadores ocupados por conta própria e que não contribuem com a Previdência. Enquanto os empregados sem carteira assinada mantiveram seus rendimentos mais ou menos constantes ao longo período em tela.

Gráfico 2 — Remuneração média de trabalhadores por conta própria não contribuintes e de empregados sem carteira assinada (trabalhadores domésticos e empregados no setor privado) — Brasil, 2014-2021 (R\$ deflacionados pelo IPCA de 1/2022)

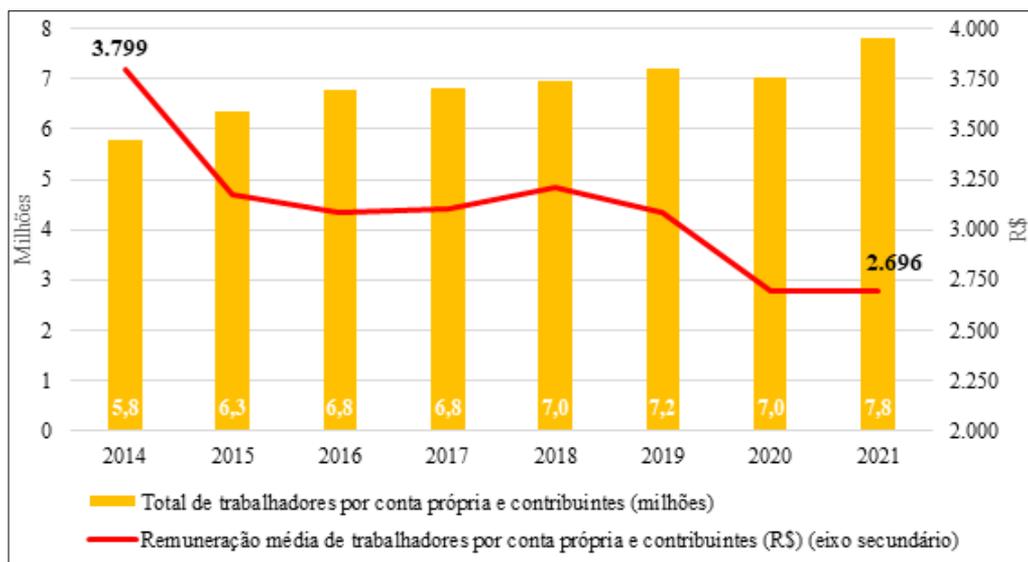


Fonte: elaboração própria, com base em IBGE (s.d.).

O gráfico 3, por sua vez, exhibe dados para nosso outro grupo de interesse na classe trabalhadora — além dos trabalhadores por conta própria não contribuintes e dos empregados sem carteira assinada —, que são as pessoas trabalhando por conta própria e que contribuem para a Previdência. Por um lado, observa-se uma tendência à elevação de pessoas empregadas nessa modalidade (de 5,8 milhões para 7,8 milhões), que é ligeiramente mais bem

amparada, considerando-se as condições do setor informal. Todavia, esse crescimento não significa necessariamente uma melhora nas condições de vida da classe trabalhadora. Mais uma vez, é possível notar que aumenta o número de pessoas empregadas, ao mesmo tempo que baixa a remuneração média na modalidade. Essas condições, em conjunto, parecem corroborar a ideia de que a superexploração neste novo ciclo de neoliberalização assumiu a forma da diminuição do valor da força de trabalho.

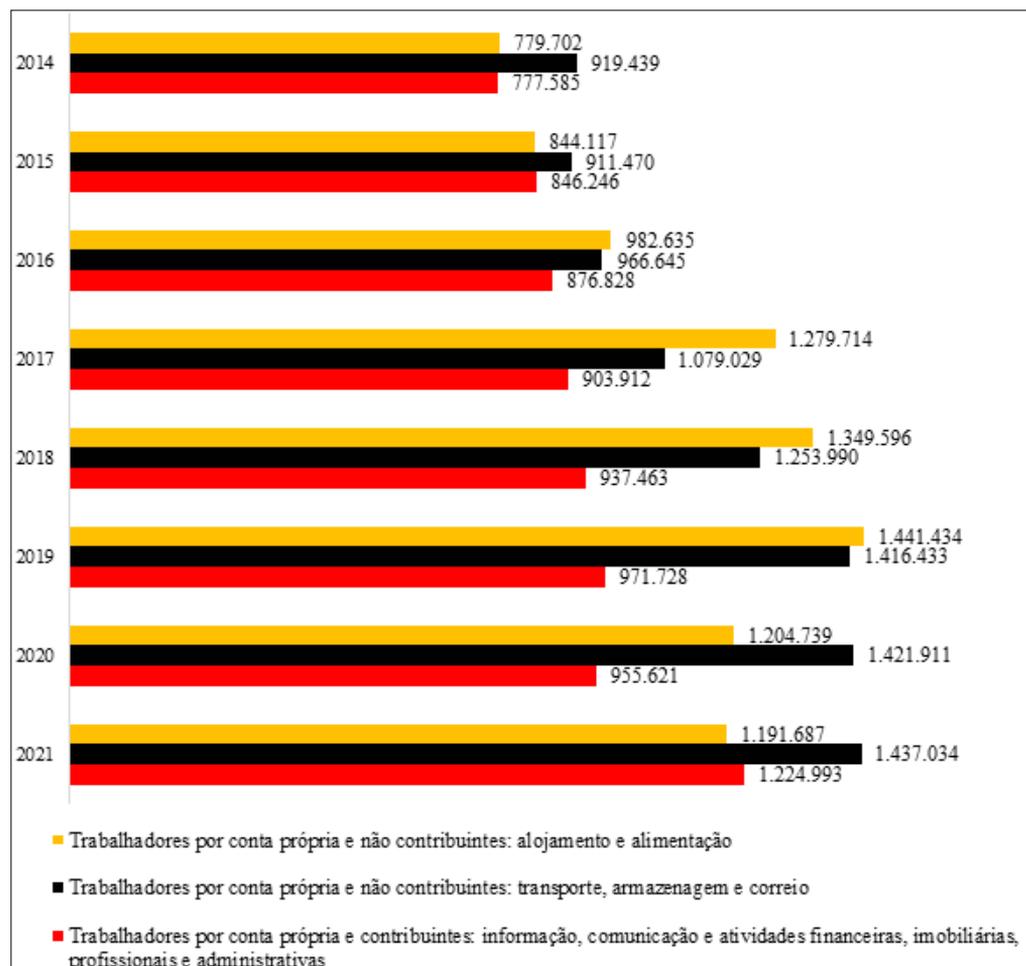
Gráfico 3 — Total de pessoas e remuneração média dos trabalhadores por conta própria contribuintes da Previdência — Brasil, 2014-2021 (R\$ deflacionados pelo IPCA de 1/2022)



Fonte: elaboração própria, com base em IBGE (s.d.).

O gráfico 4, com dados sobre o total de pessoas empregadas segundo ocupações selecionadas, nos fornece elementos importantes para compreender o “desenho”, a distribuição e as consequências das reformas e da flexibilização do trabalho, que conformam a “nova morfologia” no Brasil. Entre 2014 e 2021 cresceu o segmento dos trabalhadores que trabalham por conta própria e que são contribuintes da Previdência no grupo de atividades vinculadas ao apoio de serviços ligados à informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (de 777 mil para 1,2 milhão). Ao que tudo indica, resultado do processo conhecido como *pejotização*, sobretudo por estar vinculado ao segmento de apoio às atividades de serviços. Uma outra tendência que deve ser destacada é o aumento expressivo das pessoas que trabalham por conta própria e que não contribuem para a Previdência em segmentos que têm se expandido na economia da uberização: alojamento e alimentação, sobretudo (de 779 mil para 1,1 milhão), mas também transporte, armazenagem e correio (de 919 mil para 1,4 milhão).

Gráfico 4 — Total de pessoas empregadas em grupamentos de atividade principal do trabalho, segundo categorias de posição de ocupação selecionadas — Brasil, 2014-2021



Fonte: elaboração própria, com base em IBGE (s.d.).

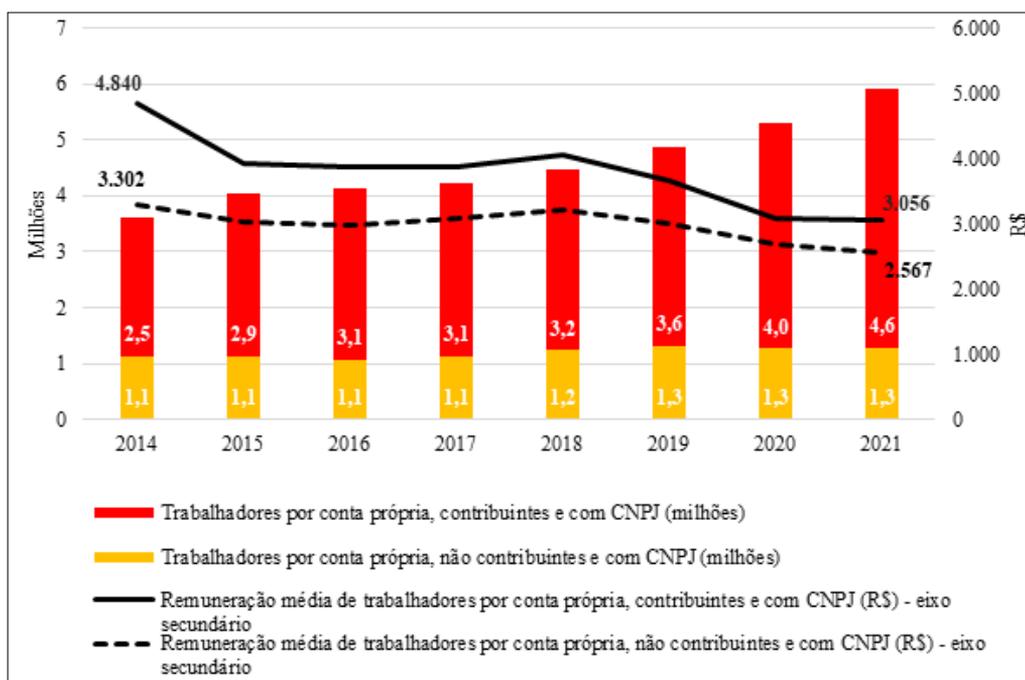
Por fim, e completando a nossa análise das tendências no setor informal desde 2014, nota-se pela leitura do gráfico 5 tanto a expansão do contingente de trabalhadores por conta própria, contribuintes e com CNPJ (de 2,5 milhões para 4,6 milhões) quanto a redução da remuneração real média do segmento (de R\$ 4.840 para R\$ 3.056). Esses números indicam tanto a difusão da ideologia neoliberal do empreendedor de si mesmo, dada a institucionalidade por via da contribuição previdenciária e registro de pessoa jurídica, quanto as ilusões dessa modalidade de inserção no mercado de trabalho nos países dependentes, manifestada pela tendência baixista da remuneração.

Além disso, nota-se no gráfico 5 que o segmento de trabalhadores por conta própria, não contribuintes e com CNPJ permaneceu relativamente estável, com pouco mais de 1 milhão de trabalhadores, embora com a tendência de redução da remuneração real média (de R\$ 3.302 para R\$ 2.567). Portanto, a flexibilização das relações de trabalho parece ter contribuído em larga medida para a redução dos rendimentos do trabalho, seja entre os trabalhadores dos setores administrativos e financeiros, *pejotizados*, seja entre os trabalhadores

Ao que tudo indica, a nova rodada de neoliberalização no Brasil forneceu as condições jurídicas e institucionais para o aprofundamento da acumulação flexível e da superexploração da força de trabalho, expresso no aumento da jornada, no maior adoecimento laboral e na redução da remuneração média do trabalho em diversos segmentos da classe trabalhadora, especialmente no segmento de serviços e por conta própria

dos novos setores da chamada indústria 4.0 — isto é, a Revolução Industrial dos processos e do capital informatizado —, os *uberizados*.

Gráfico 5 — Total de pessoas e remuneração média dos trabalhadores por conta própria, segundo contribuição previdenciária e existência de CNPJ — Brasil, 2014-2021 (R\$ deflacionados pelo IPCA de 1/2022)



Fonte: elaboração própria, com base em IBGE (s.d.).

Ao que tudo indica, a nova rodada de neoliberalização no Brasil forneceu as condições jurídicas e institucionais para o aprofundamento da acumulação flexível e da superexploração da força de trabalho, expresso no aumento da jornada, no maior adoecimento laboral e na redução da remuneração média do trabalho em diversos segmentos da classe trabalhadora, especialmente no segmento de serviços e por conta própria. As novas tendências combinam-se ainda com o desmonte da política de valorização do salário real (NOGUEIRA, 2019, p. 108). Ou seja, a nova regulamentação jurídica permitiu, explicitamente, a redução da remuneração média do trabalho em nosso país, com efeitos perversos sobre a classe trabalhadora brasileira.

São muitos os desafios postos à classe, dado o quadro da superexploração e da precarização dos últimos anos. Além dos danos causados à saúde pelas condições perniciosas do novo trabalho e da apropriação tanto do fundo de vida quanto do fundo de consumo, dificultando a reprodução da classe trabalhadora com dignidade, a última rodada de neoliberalização nos apresenta problemas que devem ser enfrentados com clareza para a reconstrução democrática do Brasil. E a nova estrutura econômica, com suas relações de trabalho metamorfoseadas, gera sérias consequências políticas para a classe trabalhadora.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que a chamada “indústria 4.0” parece ser a grande expressão dessa nova fase da neoliberalização. O crescimento das empresas de aplicativos e do “capitalismo digital” auxiliou na consolidação das novas formas de trabalho precarizadas, contribuindo para a generalização da intensificação do trabalho, com jornadas cada vez mais longas, trabalho intermitente e condições de *performance* cada vez mais deterioradas. Ao mesmo tempo, o processo é acompanhado de dificuldades crescentes para os trabalhadores reproduzirem a própria vida em condições dignas e do repasse de custos administrativos e de reposição aos trabalhadores. O que, por sua vez, aprofunda a ruptura entre produção e consumo própria do capitalismo dependente, como observava Marini.

Da mesma forma, a pressão do capital internacional sobre os países dependentes permite uma legalidade institucionalizada de relações cada vez mais agressivas de trabalho, por meio da gradual eliminação das legislações de proteção social. Assim, a sofisticação do gerenciamento sobre o trabalho intermitente e a redução de custos para as empresas transnacionais revertem em parte as tendências à queda da lucratividade dos negócios capitalistas, enquanto o adoecimento e o esgotamento físico e mental dos trabalhadores na periferia do capital são os resultados mais imediatos dessas transformações.

Reverter esse quadro, recuperando instrumentos de política social e proteção ao trabalho, é uma das tarefas principais para os movimentos populares e sindicais nos próximos anos. Como apontam Valencia e Felix (2019, p. 16):

O resultado final consiste em que a superexploração do trabalho — ao contrário do que pressupunham as teses dos autores do “final do trabalho” [...] — se constitui como [*sic*] o fator principal para enfrentar a agudização da concorrência capitalista em escala mundial com o fim de contra-arrestar as crescentes dificuldades com que lida o capital no seu contraditório processo de produção de valor e de mais-valia.

Do ponto de vista do trabalho teórico, enfrentar esses problemas deve passar pelo reconhecimento da importância da *classe* como unidade analítica e pela correta apreensão dos movimentos atuais do capitalismo global na chave da luta de classes. Deve-se compreender que o fenômeno da precarização do trabalho não é significativamente diferente de

diversos outros recursos do capital para aumentar seus lucros ou compensar suas perdas. Mesmo com as metamorfoses do mundo trabalho e da configuração da classe trabalhadora, não nos parece que esses trabalhadores constituam uma classe fundamentalmente distinta das classes trabalhadoras tradicionais (MATTOS, 2019, p. 113), como defendem teorias como a da existência de um “precariado”. Retomando a ideia da neoliberalização como ofensiva para a classe trabalhadora, cumpre reconhecer que ao fenômeno da precarização correspondem tanto o aumento do estranhamento do trabalho⁶ quanto a maior desarticulação do tecido social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de *superexploração da força de trabalho*, de Ruy Mauro Marini, forneceu as bases da nossa análise das tendências e do cenário atual do mercado de trabalho no Brasil, a partir do qual discutimos as evidências tanto do aumento da intensidade do trabalho quanto da redução do fundo de consumo dos trabalhadores — ambos discutidos por Marini e pela *teoria marxista da dependência* — como resposta às crises de lucratividade do capital. Com base nesse arcabouço teórico, discutimos os desafios tanto da reversão deste quadro quanto da organização da classe trabalhadora na reconstrução democrática.

Como argumentamos nas últimas páginas, se o neoliberalismo dá lugar a uma transformação das relações de trabalho em âmbito global, é possível dizer que a configuração dessa nova morfologia do trabalho na periferia do capitalismo é ainda mais perversa. Isso porque a *superexploração da força de trabalho* é o principal mecanismo de transferência de valor no sentido periferia-centro e, por isso, ela é o propósito que anima o projeto neoliberal nos países dependentes. A última onda de neoliberalização, gestada no Brasil pós-golpe de 2016, aprofundou a precarização do trabalho, deteriorando a situação da classe trabalhadora no país como um todo.

Fazer frente a essa situação envolve, portanto, se contrapor às tendências teóricas que veem nessas mudanças do mundo do trabalho o seu fim, que tomam acriticamente a ideologia liberal e a autoimagem do capitalismo contemporâneo. A aparência mistificadora de que o trabalho não possui centralidade e é supérfluo é ela mesma um produto desta sociedade fundamentada no trabalho abstrato e no desemprego estrutural. Contribui também para a conformação dessa visão certa imagem da fragmentação da classe, resultado do processo de neoliberalização, com a promoção do individualismo, da venalidade geral e da expansão dos mercados, que efetivamente reduzem os vínculos comunitários e os laços sociais de solidariedade.

⁶ Quando a força de trabalho é ofertada como mercadoria, sob o modo de produção capitalista, desfigura-se o sentido útil do trabalho, com o auxílio da fragmentação do processo produtivo e do estranhamento do trabalhador em relação à sua atividade prática, como diz Marx (2010). O estranhamento toma parte tanto na relação do trabalhador com o produto do seu trabalho, que lhe aparece como “objeto estranho e poderoso sobre ele” quanto na relação do trabalhador com o ato de produção, no interior do processo de trabalho: “Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a forma como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física própria do trabalhador, a sua vida pessoal — pois o que é a vida senão atividade — como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O estranhamento-de-si (*Selbstentfremdung*), tal qual acima o estranhamento da coisa” (MARX, 2010, p. 83). De acordo com Antunes (2005, p. 87, grifos nossos), “sob a condição da precarização ou expulsão do trabalho, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade”.

Compreender a experiência coletiva dos trabalhadores é primordial para a construção da unidade na luta, principalmente num momento crucial para a reconstrução e para a reação às ofensivas recentes contra aqueles aos quais (ainda) resta apenas a venda da própria força de trabalho como forma de sobrevivência. Sobretudo num momento em que as novas formas de organização do trabalho são responsáveis por boa parte da desmobilização da atuação coletiva dos trabalhadores, devemos compreender que a unidade necessária para a reversão das derrotas recentes está ainda para ser construída no processo político e que o conceito de classe é essencial para essa construção.

* Doutoranda em Economia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar-UFMG). Mestra em Economia do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE-UFRGS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *E-mail*: isadorapegrini@cedeplar.ufmg.br

** Doutorando em Economia no Cedeplar-UFMG. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

*** Doutorando em Economia no Cedeplar-UFMG. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur-UFRJ). Assistente de pesquisa na Coordenação de Habitação e Saneamento da Fundação João Pinheiro (MG).

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq e da Capes (código de financiamento 001).

► Texto recebido em 16 de novembro de 2022; aprovado em 10 de janeiro de 2023.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time. In: ANTUNES, Ricardo (Ed.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. Tese (Doutorado em Economia) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____.; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 87-102.

AMORIM, Henrique; MODA, Felipe. Trabalho por aplicativo: uma síntese da intensificação do trabalho, da informalidade e da resistência política no contexto da pandemia de covid-19. **RTPS — Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 105-124, 30 jun. 2021.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 28, p. 39-53, 2014.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2005.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: _____. (Ed.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 11-22.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, Hugo Figueira; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx?: um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 44, p. 10-30, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo: neoimperialismo. **Economia e Sociedade**, v. 16, p. 1-19, 2007.

FRANKLIN, Rodrigo Straessli Pinto. O que é superexploração?. **Economia e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 689-715, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n3art04>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

GÓES, Geraldo; FIRMINO, Antony; MARTINS, Felipe. Painel da gig economy no setor de transportes do Brasil: quem, onde, quantos e quanto ganham. **Carta de Conjuntura**, n. 55, nota de conjuntura 14, p. 1-12, 2022.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

IBGE. **PNAD Contínua — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=microdados>. Acesso em: 7 nov. 2022.

KATZ, Claudio. **A teoria da dependência cinquenta anos depois**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KREIN, José Dari; COLOMBI, Ana Paula Fregnani. A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. **Educação & Sociedade**, v. 40, p. 1-18, 2019.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias — uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (Ed.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 105-165.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. 6. ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

MIROWSKI, Philip. Postface: defining neoliberalism. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter. **The road from Mont Pèlerin**: the making of the neoliberal thought collective. Cambridge: Harvard University Press, 2009. p. 417-456.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter. **The road from Mont Pèlerin**: the making of the neoliberal thought collective. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

NOGUEIRA, Camilla dos Santos. **Desvelamento de contradições da categoria superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini**: elementos a partir da economia brasileira. 2019. Tese (Doutorado em Política Social) — Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

OSORIO, Jaime. **Explotación redoblada y actualidad de la revolución**: refundación societal, rearticulación popular y nuevo autoritarismo. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco Campus, 2009.

_____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

PEET, Richard. **Unholy Trinity**: the IMF, World Bank and WTO. 2. ed. London: Zed Books, 2009.

REZENDE, Ezequiel et al. Complexidade e emprego no Brasil entre 2006-2020: evidência da regressão produtiva. **Nota Técnica Cedeplar**, n. 1-2022, out. 2022.

SAAD FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. **Marx e o Marxismo – Revista do Niep-Marx**, v. 3, n. 4, p. 58-72, 2015.

_____; MORAIS, Lécio. **Brazil**: neoliberalism versus democracy. London: Pluto Press, 2018.

VALENCIA, Adrián Sotelo; FELIX, Gil. A superexploração do trabalho: uma perspectiva da precariedade e da condição proletária a partir da teoria da dependência. **Astrolabio**, n. 23, p. 1-26, 2019.

Elite financeira e capitalismo de índices no Brasil

Atores na expansão do mercado de ETFs e uma nova camada na estrutura de poder no mundo corporativo

Financial elite and index capitalism in Brazil

Actors in the expansion of the ETFs market and new layer in the power structure in the corporate world

martin mundo neto*

júlio cesar donadone**

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.004>



Reprodução/Exame

No Brasil, dentre as funções acumuladas pela B3, destaca-se a de principal provedora de índices locais

RESUMO

Estudos recentes sobre a financeirização das economias centrais abordam a crescente concentração de poder entre grandes gestores de ativos financeiros e as consequências desse fenômeno para as grandes corporações financeiras e não financeiras, sobretudo em termos de governança corporativa. Dentre as estratégias adotadas por esses agentes, destaca-se a posição minoritária em milhares de empresas listadas em bolsa e a emissão de fundos de gestão passiva, notadamente os *exchange traded funds* —ETFs. Este artigo tem como objetivo analisar a expansão dos investimentos em gestão passiva no mercado de capitais brasileiro. De acordo com os boletins mensais de ETFs da B3 e do site ETF.com.vc, o mercado brasileiro de ETFs segue a tendência internacional, com domínio do grupo BlackRock nos fundos que rastreiam tanto os principais índices nacionais como os internacionais. A exposição a produtos internacionais foi implementada pela estratégia de emitir *Brazilian depositary receipts* (BDRs) de ETFs na B3, ampliando a oferta de ETFs que rastreiam índices internacionais. No Brasil, dentre as funções acumuladas pela B3, destaca-se a de principal provedora de índices locais. E, assim como nas grandes empresas globais, a B3 tem entre seus principais acionistas grandes gestores de ativos internacionais, como o Capital Group, o BlackRock e o Vanguard, confirmando um potencial alinhamento de interesses entre provedores de índices e emissores de ETFs.

Palavras-chave: Investimento passivo. Governança corporativa. Sociologia econômica. Economia política. Gestão de investimentos.

ABSTRACT

Recent studies on the financialization of central economies address the growing concentration of power among large financial asset managers and the consequences for large financial and non-financial corporations, especially in terms of corporate governance. Among the strategies adopted by these agents stands out the minority position in thousands of companies listed on the stock exchange and the issuance of passive management funds, named exchange traded funds — ETFs. This article aimed to analyze the expansion of investments in passive management in the Brazilian capital market. According to the B3's ETF newsletters and the ETF.com.vc website, the Brazilian market of ETFs follows the international trend, with dominance of the BlackRock group both in the funds that track the main national and international indices. Exposure to international products was implemented by the strategy of issuing Brazilian depositary receipts (BDRs) of ETFs in B3, expanding the offer of ETFs that track international indices. In Brazil, among the functions accumulated by B3 stands out the main provider of local indexes. And, as in large global companies, B3 has among its major shareholders major international asset managers, such as the Capital Group, BlackRock, and Vanguard groups, confirming a potential alignment of interests between index providers and ETF issuers.

Keywords: Passive investment. Corporate governance. Economic sociology. Political economy. Investment management.

1. INTRODUÇÃO

Nos estudos recentes sobre a financeirização das economias centrais, destaca-se o debate sobre os impactos do crescimento de investimentos em fundos de gestão passiva, notadamente nos fundos de índices (*exchange traded funds* — ETFs), e as implicações decorrentes da concentração de poder entre representantes de uma elite financeira específica, formada por grandes gestores de ativos financeiros, liderados pelos “Big Three”: BlackRock, Vanguard e State Street (BEBCHUCK; HIRST, 2019; FICHTNER; HEEMSKERK, 2020; FICHTNER; HEEMSKERK; GARCIA-BERNARDO, 2017; JUSTE, 2019; RÜGEMER, 2019). De acordo com Haldane (2014), o período pós-crise financeira global seria a “era de gestão de ativos”, na qual esses agentes compartilham a estratégia de adquirir posições acionárias minoritárias em milhares de empresas listadas nas principais bolsas de valores do mundo. A expansão dos investimentos passivos está sendo marcada também pela ampliação do poder dos provedores de índices, um mercado que, em âmbito global, é dominado pelas empresas S&P Dow Jones Indices, Morgan Stanley Capital International (MSCI Inc.) e FTSE Russel, que, em conjunto, respondem por aproximadamente 75% dos principais índices (PETRY; FICHTNER; HEEMSKERK, 2021). Os provedores de índices deixaram de ocupar apenas a posição de fornecedores de informações financeiras para a imprensa de negócios, como os *benchmarks*, para medir a *performance* dos gestores de investimentos com estratégias de gestão ativa. Eles passaram a ocupar uma posição central no campo financeiro, definindo quais países e empresas estariam aptos a receber investimentos, uma vez que os grandes gestores de ativos passaram a delegar aos provedores de índices as decisões sobre alocação de grande parte dos ativos financeiros.

De acordo com Deville (2008), os ETFs estão entre as mais importantes inovações financeiras das últimas décadas. Para MacKenzie (2006, p.87, tradução nossa), “o surgimento da indexação fez com que o mundo da prática de investimento se aproximasse daquele postulado pela teoria das finanças”. Braun (2016) analisou a “performatividade” considerando a construção da cultura dos investidores passivos a partir da difusão da teoria moderna das finanças e os ETFs. Hayes (2019) analisa a difusão dos robôs consultores, direcionados a investidores com pouco conhecimento e menor capacidade de investimento, como dispositivos que reforçam e ampliam os aportes em ETFs, uma vez que os robôs consultores, patrocinados pelos grandes gestores de ativos, recomendam, automaticamente, ETFs próprios (emitidos por eles mesmos) para seus clientes. Assim, os ETFs se tornaram produtos administrados por grandes gestores de ativos financeiros e que atendem tanto aos interesses de grandes investidores institucionais como de iniciantes no mercado de capitais e com pouca capacidade de investimento.

Diante desse cenário, o objetivo geral deste artigo é analisar a expansão do mercado de ETFs no Brasil considerandoos principais administradores, seus principais produtos e o perfil dos investidores em ETFs no mercado brasileiro. Dentre os objetivos específicos, está o de identificar os principais provedores de índices nacionais, os principais ETFs e seus respectivos índices em função do patrimônio líquido e volume de negociações e o perfil dos investidores, tanto para as negociações como em relação à custódia desses fundos.

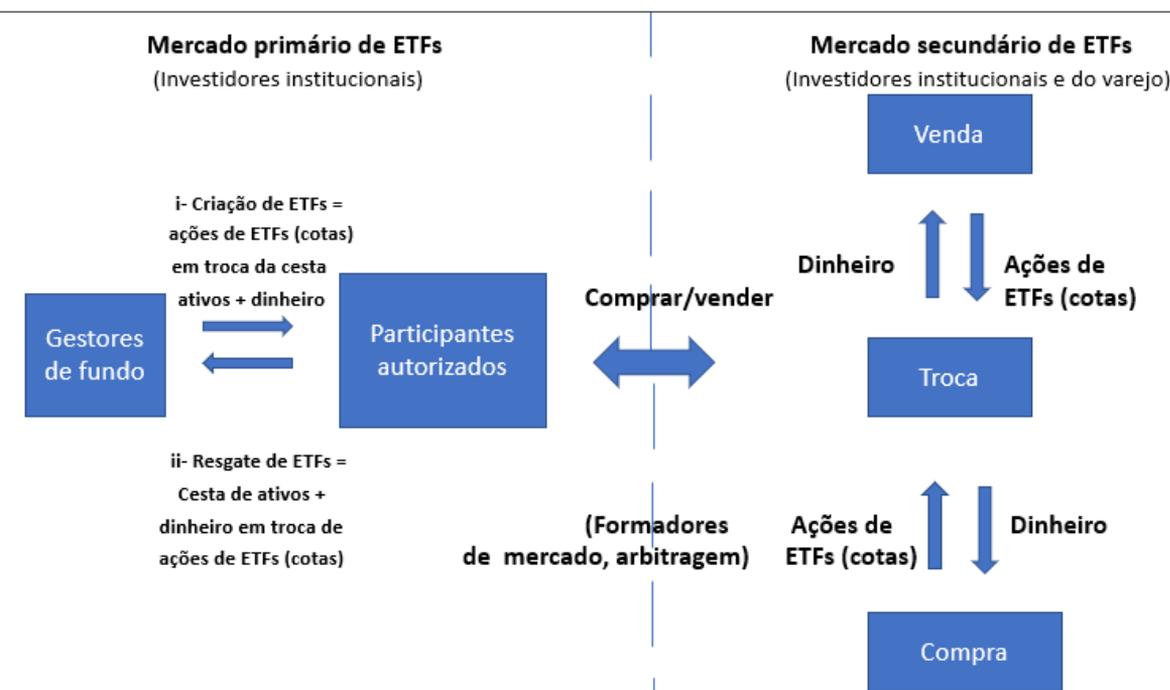
Além desta introdução, o artigo está organizado em mais quatro seções. Na seção 2, é apresentada a dinâmica dos mercados nos quais se operam ETFs: o primário e o secundário. Os aspectos metodológicos estão reunidos na seção 3; na seção 4, os dados são

apresentados e analisados; e na seção 5 reúnem-se as considerações finais e discute-se como a indexação tem efeitos na estrutura de poder do mundo corporativo.

2. MERCADO PRIMÁRIO E MERCADO SECUNDÁRIO DE ETFs: CUSTÓDIA, ARBITRAGEM E OS DIFERENTES CONSUMIDORES DE ETFs

Conforme discutido em Deville (2008), os ETFs são negociados em dois mercados, mercado primário e mercado secundário, conforme indicado na figura 1. No mercado primário se destacam investidores institucionais como os fundos de pensão e instituições financeiras, pois apenas agentes autorizados operam grande volume de recursos para a criação e resgate de lotes de ETFs. Cada lote de ETFs é composto por milhares de cotas de ETFs. As cotas de ETFs são negociadas no mercado secundário, aberto a qualquer investidor, assim como as ações das empresas listadas.

Figura 1 — Mercado primário e secundário de ETFs



Fonte: adaptado de Deville (2008).

Os participantes do mercado são responsáveis por manter o valor da cesta de ativos da carteira de índices o mais próximo do valor do lote de ETFs através da arbitragem. O mercado de ETFs é autorregulado pelo mecanismo da arbitragem operado pelos participantes do mercado primário. Quando o valor da cesta de ativos se descola do valor do lote de ETFs, por exemplo, quando o equivalente à soma dos valores dos ativos que compõem o ETF for superior a um lote de ETFs, aqueles que detêm lotes de ETFs podem resgatá-los dos administradores entregando lotes de ETFs em troca do equivalente em cesta de ativos que compõem a carteira que o fundo rastreia. Em seguida, esses ativos são vendidos no mercado secundário e a diferença entre o valor do ETF e a cesta de ativos é o prêmio ganho com a arbitragem.

Para a situação em que o valor equivalente à cesta de ativos é menor do que o de uma cota de ETFs, a arbitragem ocorre de forma inversa, ou seja, participantes autorizados irão adquirir os ativos que compõem lotes de ETFs e requisitar dos administradores a criação de lotes de ETFs. Em seguida, esses agentes vendem as cotas de ETFs no mercado secundário. O prêmio pela arbitragem é a diferença entre o valor do lote de ETFs e o valor equivalente à cesta de ativos do índice rastreado.

Assim como ocorre com as grandes empresas globais, os grandes gestores de ativos internacionais, como o Capital Group, o BlackRock e o Vanguard, estão entre os principais acionistas da B3, confirmando um potencial alinhamento de interesses entre provedores de índices e emissores de ETFs

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é exploratória e combina uma abordagem histórica com análise de dados secundários e estudo de casos. Quando um objeto empírico reúne poucos estudos ou o tema estudado é relativamente novo, a exemplo do mercado de ETFs no Brasil, recomenda-se o método de pesquisa descritivo e exploratório (BERVIAN; CERVO, 1996; COLLINS; HUSSEY, 2005; YIN, 1994).

A partir de revisão da literatura sobre os mercados financeiros internacionais, foi realizado um estudo empírico sobre o mercado de ETFs no Brasil. Em relação à oferta de ETFs, foram coletados e analisados os dados disponibilizados pela B3, focando-se os principais produtos oferecidos na bolsa brasileira e seus respectivos emissores. Em relação à demanda de ETFs, foram considerados os principais investidores, em função do volume mensal de negociações e da propriedade (custódia) dos ativos, conforme a classificação adotada pela B3 (pessoas físicas, investidores institucionais, instituições financeiras, investidores não residentes, outros). Foram consideradas as informações dos relatórios mensais de ETFs da B3 e de um *site* especializado em ETFs, ETF.com.vc, uma iniciativa da B3 em parceria com empresas emissoras de ETFs no mercado brasileiro. Esse *site* especializado disponibiliza algumas informações sobre todos os ETFs e BDRs de ETFs negociados no Brasil. O boletim mensal de ETFs do mês de julho de 2022 serviu de referência para a coleta de dados específicos sobre as negociações de ETFs na B3. O foco da pesquisa foi identificar os agentes públicos e privados que têm atuado na consolidação dessa modalidade de investimentos no mercado brasileiro, considerando a participação dos provedores de índices, gestores de ativos, investidores institucionais e investidores do varejo. A regulamentação do mercado de

ETFs e as ações educativas para esses produtos, realizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), também foram consideradas na coleta de dados e na análise.

4. ÍNDICES DE MERCADO E O CRESCIMENTO DO MERCADO DE ETFs NO BRASIL

O mercado de capitais brasileiro é operado pela empresa B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão. A B3 é resultado de operações de fusão entre três empresas com serviços complementares, a Bovespa, no mercado de ações, a BM&F, no mercado de futuros, e a Cetip, na câmara de liquidação e custódia. Assim, ocorre uma concentração de serviços sob responsabilidade da B3, tornando-a principal provedora de índices para o mercado de capitais brasileiro.

Em 2001, com o lançamento do Novo Mercado da Bovespa, as empresas listadas na bolsa de valores brasileira passaram a ser classificadas em função da qualidade da governança corporativa (GC) apresentada. A GC, criada e desenvolvida nos Estados Unidos, passou a ser apresentada e entendida como a forma atualizada de gestão de grandes empresas, um instrumento para implementar o ideário “maximizando o retorno ao acionista” (*maximizing shareholder value* — MSV) (LAZONICK; SHIN, 2020). No Brasil, a difusão da GC foi marcada por adaptações às especificidades locais, com a participação de diferentes segmentos da elite nacional (GRÜN, 2003; 2005). O novo sistema de classificação apresentava três níveis crescentes em termos de qualidade da GC apresentada: N2 (Nível 2), N1 (Nível 1) e NM (Novo Mercado). As empresas classificadas em NM eram aquelas com as melhores práticas de GC. Essa forma de reorganizar o mercado de capitais teve a participação ativa de instituições governamentais. Em 2002, com o *slogan* “Protegendo quem investe no futuro do Brasil”, a Comissão de Valores Mobiliários, além da atuação regulatória, lançou as “Recomendações da CVM sobre governança corporativa” (CVM, 2022b), subdivididas em quatro tópicos gerais: I) transparência (assembleias, estrutura acionária, grupo de controle); II) estrutura e responsabilidade do conselho de administração; III) proteção a acionistas minoritários; IV) auditoria e demonstrações financeiras. As recomendações da CVM passaram a ser um parâmetro para as empresas desenvolverem suas práticas e apresentarem a GC. A difusão das práticas de GC entre as empresas permitiu à B3 ampliar sua oferta de índices estritamente econômicos, como os índices amplos e setoriais, para índices de governança e de sustentabilidade. Os indicadores de governança corporativa se tornaram uma fonte para gerar novos índices para o mercado de capitais brasileiro, como o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Governança Corporativa *Trade* (IGCT), o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (Itag) e o Índice de Governança Corporativa Novo Mercado (IGC-NM), além dos índices de sustentabilidade, o Índice Carbono Eficiente (ICO2 B3), o Índice *Great Place to Work* (IGPTW B3) e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3).

Junto com a CVM destaca-se a participação direta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que, por meio de sua subsidiária BNDESPar, contribuiu para que as empresas ingressassem no mercado de capitais investindo naquelas que se comprometessem a ingressar em um dos níveis de GC do Novo Mercado. De acordo com Mundo Neto e Donadone (2020), em 2004, o primeiro ETF foi lançado na bolsa brasileira, o fundo Papéis de Índices Brasil Bovespa (PIBB11), tendo como base parte da carteira de investimentos do BNDESPar que reunia empresas com maior volume de negociações de mercado, pertencentes ao IBRX50, índice que reúne as 50 empresas com maior volume de negociações da bolsa brasileira.



No caso dos ETFs, a CVM atuou diretamente na regulamentação desde 2002, com a instrução normativa nº 359 (CVM, 2022a). Diferentemente do caso francês, no qual os órgãos estatais responsáveis pela regulamentação e fiscalização dos ETFs criaram regras específicas para evitar ganhos abusivos nas operações de arbitragem (DEVILLE; OUBENAL, 2012), no Brasil a CVM tem contribuído para difundir e apresentar as “vantagens” desses fundos. De acordo com o *site* de educação financeira da CVM, *Portal do Investidor*, os ETFs, constituídos sob a forma de condomínio aberto e com cotas negociadas em bolsa de valores, vêm ganhando popularidade entre os investidores, porque apresentam algumas vantagens, como:

Diversificação: o ETF, por ser composto por ações de diversas companhias, permite alcançar um investimento diversificado no mercado de ações, sem a necessidade de comprar cada uma das ações separadamente.

Baixo custo: os ETFs possuem [*sic*] uma baixa taxa de administração, e permitem que o investidor acesse o mercado de ações, de forma diversificada, sem incorrer em altas despesas operacionais, com baixo investimento inicial, e sem a responsabilidade de realizar ajustes na carteira para reproduzir individualmente a *performance* do índice subjacente.

Rapidez e eficiência: os ETFs podem ser comprados e vendidos da mesma forma que qualquer ação listada para negociação em bolsa. Ao adquirir cotas de um ETF, o investidor estará investindo indiretamente em várias das principais companhias abertas do Brasil, mas negociando um único ativo, e sem a necessidade de rebalancear as ações, para replicar o índice desejado, trabalho que é feito pelo administrador (PORTAL DO INVESTIDOR, 2022).

As vantagens elencadas pelo *site* são as mesmas indicadas pelos administradores e intermediários que operam no mercado de ETFs. Ao se posicionar de forma favorável aos ETFs, a CVM contribui para ampliar a legitimidade desses produtos e de seus administradores entre os investidores brasileiros.

Assim como ocorre com as grandes empresas globais, os grandes gestores de ativos internacionais, como o Capital Group, o BlackRock e o Vanguard, estão entre os principais acionistas da B3, confirmando um potencial alinhamento de interesses entre provedores de índices e emissores de ETFs (MUNDO NETO, DONADONE; DESIDÉRIO, 2022). O qua-

dro 1 reúne informações sobre a posição acionária dos principais investidores institucionais nas três maiores empresas provedoras de índices globais, MSCI Inc., S&P Global Inc. e London Stock Exchange (controladora da FTSE Russel) (PETRY; FICHTNER; HEEMSKERK, 2021), e na B3 S.A., principal provedora de índices para o mercado brasileiro. Além de confirmar a presença do grupo Vanguard em todas as empresas e o grupo BlackRock figurando em três delas (exceto na MSCI Inc.), os dados indicam que entre os principais acionistas das empresas provedoras de índices estão subconjuntos de grandes gestores de ativos financeiros, congêneres dos “Big Three”. Essa configuração em empresas específicas confirma aquelas dos estudos que apresentam dados agregados sobre a posição minoritária, mas recorrente, que os grandes gestores de ativos mantêm em milhares de empresas listadas em bolsas (FICHTNER; HEEMSKERK, 2020; FICHTNER; HEEMSKERK; GARCIA-BERNARDO, 2017; MUNDO NETO; DONADONE; DESIDÉRIO, 2022), entre elas, as principais provedoras de índices globais.

Quadro 1 — Posição acionária de grandes investidores institucionais nas empresas provedoras de índices MCSI, S&P Global Inc., London Stock Exchange (FTSE Russel) e B3 — setembro de 2022

MSCI		S&P Global Inc.	
The Vanguard Group, Inc.	10.2%	The Vanguard Group, Inc.	8.42%
Viking Global Investors LP	7.83%	SSgA Funds Management, Inc.	4.65%
Eton Park Capital Management LP	6.16%	TCI Fund Management Ltd.	2.63%
Lone Pine Capital LLC	5.65%	BlackRock Fund Advisors	2.22%
T. Rowe Price Associates, Inc. (Investment Management)	4.21%	Fiduciary Management, Inc.	2.08%
SSgA Funds Management, Inc.	4.07%	Wellington Management Co. LLP	1.95%
Massachusetts Financial Services Co.	3.82%	Winslow Capital Management LLC	1.88%
Fidelity Management & Research Co. LLC	3.48%	Capital Research & Management Co. (World Investors)	1.85%
General Atlantic LLC	2.72%	Geode Capital Management LLC	1.84%
BAMCO, Inc.	2.71%	Capital Research & Management Co. (International Investors)	1.83%
LONDON STOCK EXCHANGE		B3 S.A.	
Blackstone Corporate Private Equity	27.7%	Capital Research & Management Co. (Global Investors)	6.79%
York Holdings II Ltd.	17.3%	Capital Research & Management Co. (World Investors)	5.25%
Qatar Investment Authority (Investment Company)	6.91%	Baillie Gifford & Co.	5.03%
York Holdings III Ltd.	6.59%	T. Rowe Price International Ltd.	5.02%
Lindsell Train Ltd.	4.35%	Schroder Investment Management Ltd.	4.95%
Horizon Kinetics Asset Management LLC	4.05%	BlackRock Fund Advisors	3.33%
Kinetics Asset Management LLC	3.14%	Capital International Ltd.	3.28%
Capital Research & Management Co. (World Investors)	2.71%	The Vanguard Group, Inc.	3.17%
The Vanguard Group, Inc.	2.19%	Invesco Advisers, Inc.	1.91%
BlackRock Investment Management (UK) Ltd.	2.12%	Thornburg Investment Management, Inc.	1.88%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados disponíveis em Surperformance (s.d.).

4.1. PRODUTOS, ADMINISTRADORES E ÍNDICES NO MERCADO BRASILEIRO DE ETFs

A B3 é a principal provedora de índices no mercado brasileiro. Ela tem desenvolvido parceria com os grandes provedores de índices globais. Essas parcerias têm possibilitado o surgimento de novos índices considerados estratégicos. Apesar de o primeiro ETF da bolsa



Em 2020, uma flexibilização da legislação brasileira contribuiu para uma nova onda de crescimento desse mercado,

quando a CVM autorizou a negociação de *Brazilian depositary receipts* (BDRs) de ETFs entre participantes autorizados

brasileira ter sido lançado em 2004, o mercado ganhou relevância, em 2008, com a chegada do grupo BlackRock no país. Conforme indicado por Mundo Neto e Donadone (2020), o mercado de ETFs no Brasil foi inicialmente estruturado com a participação de órgãos governamentais, representantes dos grandes grupos financeiros nacionais e internacionais, com destaque para o grupo BlackRock, líder nacional e global, e o grupo Itaú Unibanco, líder em número de produtos no mercado nacional. Em 2020, uma flexibilização da legislação brasileira contribuiu para uma nova onda de crescimento desse mercado, quando a CVM autorizou a negociação de *Brazilian depositary receipts* (BDRs) de ETFs entre participantes autorizados. Dessa forma, grandes investidores institucionais, sobretudo os fundos de pensão, puderam ampliar sua exposição em ativos internacionais. Em 2021, o acesso aos BDRs de ETFs foi estendido aos demais investidores, mais do que dobrando o número de produtos oferecidos no mercado brasileiro, somados os ETFs listados no B3 e os BDRs de ETFs. O crescimento do mercado local foi marcado pela ampliação de administradores de ETFs, com destaque para o grupo XP Investimentos e o grupo BTG Pactual. Já a oferta de BDRs de ETFs passou a ser a estratégia do grupo BlackRock para obter expansão e liderança no mercado brasileiro. Além dela, outros grandes administradores de ETFs passaram a atuar com BDRs de ETFs no mercado nacional.

Outra grande frente de expansão do mercado de ETFs foi o lançamento de ETFs de criptomoedas. O somatório de investidores em todos os ETFs de renda variável de índices internacionais é de 595.107 investidores, enquanto o de índices nacionais corresponde a 261.947. Porém, em julho de 2022, os ETFs com maior patrimônio líquido eram os de índices amplos nacionais, com destaque para o Bova11 (BlackRock), que rastreia o Ibovespa, com 124.341 investidores e, aproximadamente, R\$13 bilhões do total de R\$ 39 bilhões da indústria. Dentre os ETFs que rastreiam índices internacionais, destacam-se o IVVB11 (BlackRock), que rastreia o índice S&P 500, com 166.921 investidores, e o Hash11 (Hashdex),

Rügemer (2019) indica que estamos diante de uma nova estrutura de poder no capitalismo. Acima das grandes corporações, sejam financeiras ou não financeiras, estão os grandes gestores de ativos, liderados pelos “Big Three”

primeiro ETF de criptomoedas, com 156.533 investidores. Eles reuniam, respectivamente, R\$ 3,14 bilhões e R\$ 1,27 bilhão de patrimônio líquido.

Em 2019, a empresa Teva Índices foi criada com a proposta de se tornar provedora de índices voltados para ETFs, com foco em índices ESG (TEVA ÍNDICES, s.d.). A Teva Índices iniciou as atividades explorando um nicho no mercado de índices, numa posição “desafiadora” e concorrente com a B3. Porém, ao mesmo tempo, a Teva Índices, através de parcerias com seus clientes emissores de ETFs, como os grupos BTG Pactual e Safra, tem contribuído para o lançamento de novos ETFs na bolsa brasileira, ampliando os produtos comercializados e fortalecendo os serviços de listagem da B3. Petry, Fichtner e Heemskerk (2021) chamam a atenção para a dificuldade de novos provedores de índices ganharem relevância nos mercados internacionais, uma vez que as empresas dominantes contam com recursos e reputação que garantem a manutenção da posição de liderança no mercado global.

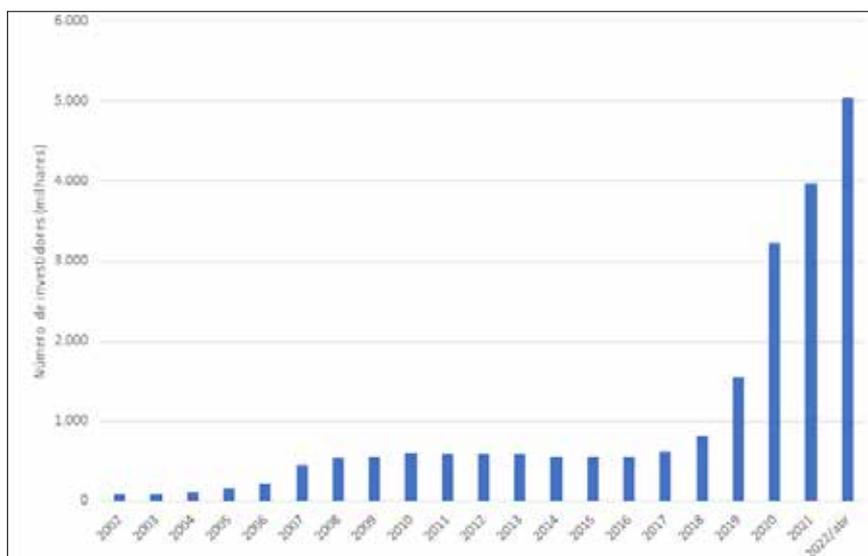
Com a ampliação da oferta de ETFs no mercado local e o lançamento dos BDRs de ETFs, a B3 criou um *site* especializado em ETFs e BDRs de ETFs, disponível para os investidores brasileiros. Essa iniciativa teria como motivação “incentivar a educação financeira no Brasil e fomentar o mercado de ETFs” e foi patrocinada por alguns dos principais administradores de ETFs e BDRs de ETFs: BlackRock, Hashdex, Investo, QR Asset, Itaú Asset e XP Inc. (ETF.COM.VC, s.d.). Entre ETFs e BDRs de ETFs, em julho de 2022, havia 233 produtos, sendo 73 ETFs e 160 BDRs de ETFs. No mercado local, o valor alocado em ETFs de índices locais representava aproximadamente 75% dos recursos. Os dados sobre volume de recursos alocados em BDRs de ETFs não estão disponíveis como os relativos a ETFs. Assim, com a expansão da oferta de BDRs de ETFs, os ETFs internacionais perderam aproximadamente 50% do patrimônio líquido quando comparados aos de outubro de 2021. Grande parte dos recursos investidos em ETFs de referência internacional e BDR de ETFs estão vinculados aos principais índices dos mercados globais e, portanto, sob gestão dos principais provedores de índices (PETRY; FICHTNER; HEEMSKERK, Vf. 2021).

4.2. EXPANSÃO DE INVESTIDORES E ETFs NA B3

O processo de internacionalização da propriedade da B3 foi acompanhado de uma política voltada à popularização da bolsa no Brasil. Dentre os executivos que lideraram as transformações que resultaram na B3, destacam-se os executivos que ocuparam a presidên-

cia da empresa entre 2001 até 2022: Raymundo Magliano Filho (2001 a 2008), Edemir Pinto (2008 a 2017) e Gilson Finkelsztain (2017-Atualmente). Magliano Filho, considerado um dos fundadores do mercado de capitais brasileiro, é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e atuou na corretora Magliano Invest, a primeira corretora a operar na Bovespa, fundada pelo seu pai em 1927. Foi um dos responsáveis pela política de popularização da bolsa e pela primeira grande expansão do número de pessoas físicas investidoras na bolsa brasileira, que aumentaram mais de 6 vezes entre 2002 e 2008, passando de 85,3 mil investidores para 536,5 mil, conforme indicado no gráfico 1. Edemir Pinto, formado em Economia pela Faculdade Dom Pedro, de São José do Rio Preto (SP), iniciou a carreira na editora Abril e em 1986 ingressou na BM&F, onde atuou como diretor de *clearing* e superintendente-geral. Edemir foi responsável pelo grupo que arquitetou a construção do mercado de futuros no Brasil e, em 2008, conduziu a fusão entre a BM&F e a Bovespa, formando a BM&FBovespa. Em 2017, foi responsável pela incorporação da Cetip, originando a B3. Em 2017, Edemir se retira da B3 e inaugura sua empresa EP — Empreendimentos e Participações, para atuar no setor imobiliário e na compra de participações em empresas (SUNO, 2022). Gilson Finkelsztain, ex-presidente da Cetip, assumiu então a presidência da B3. A sua gestão tem sido marcada pelo crescimento e internacionalização da empresa. A trajetória profissional de Gilson está alinhada ao conjunto dos investidores institucionais que predominam na estrutura acionária da empresa. Ele se formou em Engenharia Civil de Produção pela PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) e fez pós-graduação pelo Insead — Advanced Management Program. Gilson trabalhou por 20 anos em instituições financeiras internacionais como Citibank, JP Morgan, Bank of America, Merrill Lynch e Santander, onde ocupou cargos de diretoria no Brasil e no exterior (B3, 2023). Durante sua gestão tem ocorrido um crescimento exponencial do número de investidores, passando de 813 mil, em dezembro de 2017, para mais de 5 milhões, em abril de 2022 (B3, 2023, conforme indicado no gráfico 1).

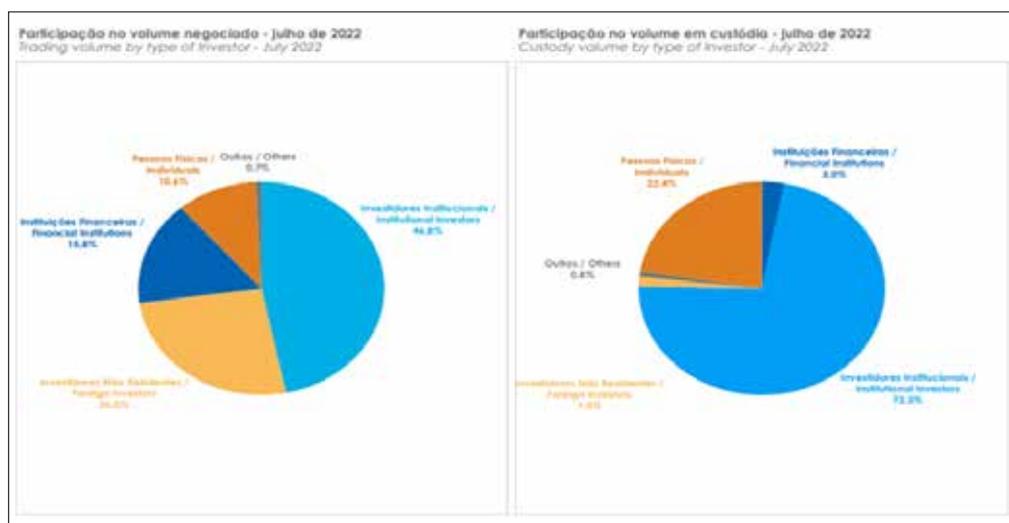
Gráfico 1 — Evolução do número de pessoas físicas investidoras na B3 — janeiro/2002-abril/2022



Fonte: elaborado pelos autores com base em dados disponibilizados pela B3.

Os boletins mensais de ETFs apresentam os investidores em função da custódia das cotas, ou seja, o direito de propriedade, e em função daqueles que operam com frequência, comprando e vendendo ETFs. A custódia de ETFs está majoritariamente com os investidores institucionais (72,3%) e com investidores pessoas físicas (22,4%). Porém, aqueles que mais operam com ETFs são investidores institucionais (46,8%), investidores não residentes (26%) e instituições financeiras (15,8%), conforme indicado no gráfico². As operações de compra e venda de ETFs realizadas por investidores não residentes e que não possuem a custódia dos ativos indicam como alguns ETFs ganharam liquidez, pois superaram o volume de negociação das ações da maior parte das empresas listadas, indicando como parte deles se transformou em ativos utilizados em operações de proteção contra o risco (*hedge*) e de especulação.

Gráfico 2 — Participação, por tipo de investidor, no mercado de ETFs da B3 — julho/2022



“Outros” contempla pessoas jurídicas não financeiras.

Fonte: boletim mensal de ETFs em julho de 2022 — B3 (2023).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: INDEXAÇÃO E UMA NOVA CAMADA NA ESTRUTURA DE PODER NO MUNDO CORPORATIVO

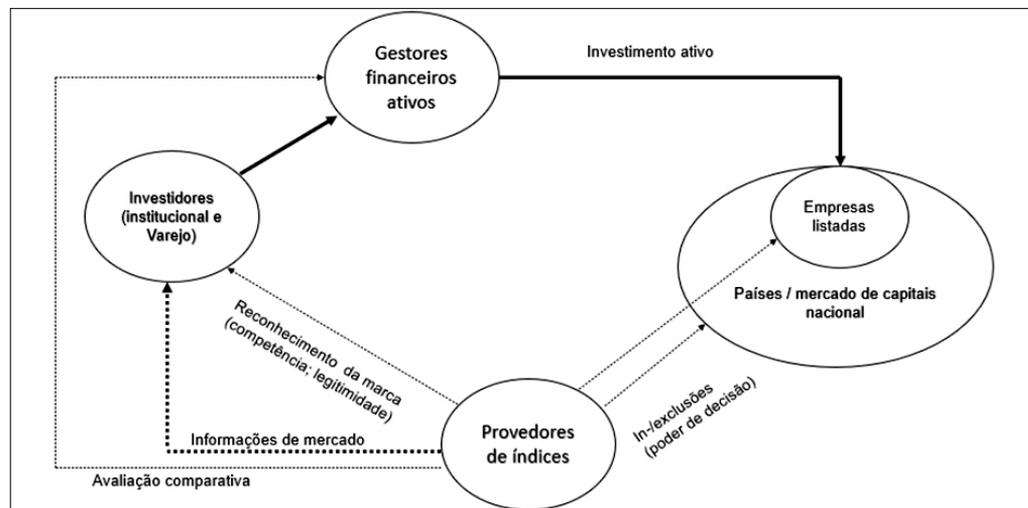
Rügemer (2019) indica que estamos diante de uma nova estrutura de poder no capitalismo. Acima das grandes corporações, sejam financeiras ou não financeiras, estão os grandes gestores de ativos, liderados pelos “Big Three”. Fichtner, Heemskerk e Garcia-Bernardo (2017) analisam o “poder oculto” desses grandes agentes financeiros. Ainda que individualmente os grandes gestores de ativos não controlem as empresas em que investiram, uma vez que eles adotam a estratégia de adquirir posições minoritárias nas maiores empresas de capital aberto, o somatório de suas respectivas participações minoritárias forma um grupo de investidores semelhantes e com poder de interferência na governança das empresas, influenciando os executivos das empresas, seja informalmente, seja participando de forma efetiva, notadamente por meio do dispositivo de procuração de seus clientes (*proxies*), custodiantes dos ativos, exercendo o direito de voto em assembleias de acionistas das empresas (FICHTNER; HEEMSKERK; GARCIA-BERNARDO, 2017). Porém, o poder desses grandes

O poder desses grandes agentes está relacionado justamente ao fato de eles estarem presentes na maioria das grandes empresas globais e serem os administradores dos principais fundos indexados, nas principais bolsas de valores. A nova camada de poder no mundo corporativo é formada por esses grandes gestores de ativos denominados de “organizadores do capitalismo” ou “proprietários permanentes” das grandes empresas

agentes está relacionado justamente ao fato de eles estarem presentes na maioria das grandes empresas globais e serem os administradores dos principais fundos indexados, nas principais bolsas de valores. A nova camada de poder no mundo corporativo é formada por esses grandes gestores de ativos denominados de “organizadores do capitalismo” (RÜGEMER, 2019) ou “proprietários permanentes” das grandes empresas (FICHTNER; HEEMSKERK, 2020). O poder desses grandes grupos se amplia tanto na estratégia de gestão ativa, quando eles mantêm posição minoritária nas mais importantes empresas globais, como de gestão passiva, na medida em que se expandem os investimentos em fundos de índices dos principais mercados globais, administrados pelos mesmos grandes gestores de ativos. Mas, diferentemente da gestão ativa, na qual o investidor pode exercer a opção de vender as ações motivado por razão econômica (mau desempenho financeiro) ou não econômica (má gestão), o investimento em fundos indexados não permite ao investidor retirar um determinado ativo do índice que o fundo replica. Esse poder é delegado aos provedores de índices. Petry, Fichtner e Heemskerk (2021) apresentam aspectos centrais na mudança de posição dos provedores de índices no mercado financeiro, que saem de uma posição secundária, na qual eram fornecedores de informações financeiras para a imprensa de negócios e *benchmarks* para os profissionais responsáveis pelas estratégias de gestão ativa, para uma posição central, em que são responsáveis pela definição dos critérios de inclusão e exclusão de países e empresas dos índices de mercado e, portanto, por decidir quais países e empresas receberão recursos relacionados à indexação (figuras 2 e 3). Os autores indicam como o mercado de provedores de índices está concentrado, uma vez que 3 empresas controlam 75% dos principais índices nos principais mercados financeiros. Se considerarmos que os acionistas dessas empresas são grandes gestores de ativos, assim como indicado acima, os “Big Three” e grupos congêneres exercem poder nas grandes empresas provedoras de índices e, portanto, podem interferir

nos critérios de inclusão e exclusão de empresas das carteiras dos índices, indicando como esses grandes gestores de ativos organizam o capitalismo nas primeiras décadas do século XXI.

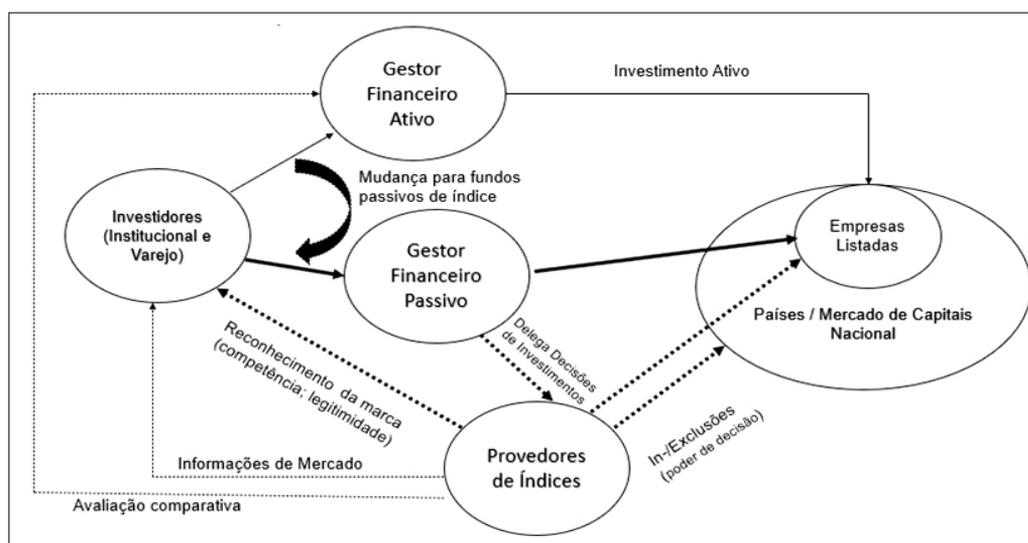
Figura 2 — O papel dos provedores de índices antes da mudança para o investimento passivo



Linhas pontilhadas representam relações não monetárias; linhas sólidas constituem fluxos monetários.

Fonte: adaptado de Petry, Fichtner e Heemskerk (2021).

Figura 3 — O papel dos provedores de índices após a mudança para o investimento passivo



Linhas pontilhadas representam relações não monetárias; linhas sólidas constituem fluxos monetários.

Fonte: adaptado de Petry, Fichtner e Heemskerk (2021).

Ao construir fundos que rastreiam os índices de mercado, os gestores de fundos passivos delegam aos provedores de índices a decisão sobre quais países e quais empresas receberão investimentos

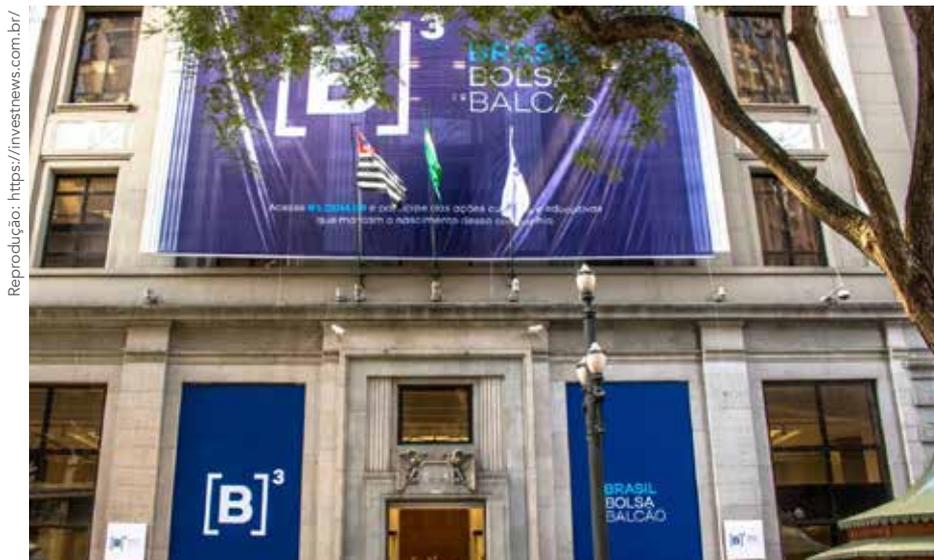
Para os investidores, a migração de investimentos para fundos de índices, liderada pelos grandes gestores de ativos, limita sua capacidade de desinvestir totalmente em determinada empresa, pois um fundo de índices interrompe os investimentos em determinada empresa apenas quando essa empresa deixa de fazer parte da carteira do índice. Ao construir fundos que rastreiam os índices de mercado, os gestores de fundos passivos delegam aos provedores de índices a decisão sobre quais países e quais empresas receberão investimentos. Eles também são os responsáveis por definir os critérios de inclusão e de exclusão que garantem, ou não, a permanência de países e empresas nos índices (figura 2). Petry, Fichtner e Heemskerk (2021) chamam a atenção para o fato de que os provedores de índices operam como definidores de padrões,

suas noções sobre o que constitui uma boa governança corporativa da empresa e um ambiente de investimento favorável em termos de mercados (nacionais) ajudam ou dificultam empresas e países na atração de capital, essencialmente decidindo o que é digno de investimentos nos mercados financeiros globais (PETRY; FICHTNER; HEEMSKERK, 2021, p. 154, tradução nossa).

Ainda de acordo com os autores, com o predomínio de investimentos alocados em fundos de índices, para as empresas, ser parte das carteiras dos mais importantes índices do mercado torna-se uma estratégia que pode ter prioridade sobre outros interesses dos acionistas. Para a maior parte dos países, seguir as regras definidas pelos provedores é fundamental para ampliar a inserção nos mercados financeiros internacionais.

O mercado brasileiro de ETFs está em expansão e segue tendências internacionais, na oferta e na demanda. A oferta é dominada pelo grupo BlackRock, representante dos “Big Three” mais atuante no mercado brasileiro, sendo um dos líderes na emissão de ETFs, tanto no segmento de produtos que rastreiam os principais índices nacionais como no de produtos vinculados a índices internacionais. A posição de liderança do grupo BlackRock no mercado de ETFs brasileiro confirma sua posição em âmbito global, considerando-se os estudos sobre o mercado estadunidense (BEBCHUK; HIRST, 2019; FICHTNER; HEEMSKERK; GARCIA-BERNARDO, 2017), o francês (DEVILLE; OUBENAL, 2012), o alemão (RÜGEMER, 2019) e o espanhol (JUSTE, 2019).

A demanda desses produtos, assim como nos mercados centrais, é liderada por investidores institucionais, mas cada vez mais com participação de pessoas físicas investidoras. A B3 acumula a função de empresa gestora da bolsa brasileira, de principal empresa provedora de índices e de empresa que participa da carteira dos principais índices do mercado, ampliando seu poder no mercado de capitais brasileiro e se tornando um dos principais



Reprodução: <https://investnews.com.br/>

Sede da B3 em São Paulo (SP)

grupos econômicos da economia nacional. Como nas grandes empresas globais, a B3 possui grandes gestores de ativos internacionais entre seus principais acionistas, como os grupos Capital Group, BlackRock e Vanguard, confirmando um potencial alinhamento de interesses entre provedores de índices e emissores de ETFs.

A possibilidade de ampliar a exposição de investidores no Brasil a produtos internacionais foi concretizada pela estratégia de emitir *Brazilian depositary receipts* (BDRs) de ETFs na B3, após ser regulamentada pela CVM, reforçando a conclusão de que a legislação brasileira tem contribuído para o desenvolvimento do mercado de ETFs no mercado nacional, favorecendo o grupo BlackRock, mas também outros grandes emissores globais de ETFs, como os grupos JP Morgan, Pimco Investments, First Trust, Hashdex e Global X. Em 2019, a criação da empresa Teva Índices, especializada em índices para ETFs, reforçou a expansão da oferta de investimentos passivos, o que indica como os agentes do mercado têm procurado desenvolver estratégias para ofertar produtos que excluem empresas questionadas por critérios não econômicos, no sentido discutido em Jahnke (2019) em relação a empresas poluidoras, uma vez que seus índices passaram a ser adotados por emissores de ETFs locais. Assim, a ampliação da oferta de ETFs é marcada pela participação conjunta de grupos internacionais e de representantes da elite financeira nacional, tanto grupos tradicionais, públicos e privados, por exemplo, os grupos Itaú, Safra, Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, como grupos desafiadores, “inovadores” ou da “vanguarda” das finanças, representados pelos grupos BTG Pactual e XP Investimentos, para os emissores de ETFs, e a empresa Teva Índices, entre os provedores de índices.

Ainda que o ideário da governança corporativa (GC) tenha ampliado suas prescrições para além da dimensão econômica, contribuindo para o surgimento de novos índices de governança e de sustentabilidade, para os investidores em gestão passiva a dimensão econômica está entre os principais indicadores de “boa” GC e tem orientado a tomada de decisão sobre os investimentos. A preferência pelo desempenho econômico é confirmada com os ETFs, uma vez que os fundos com maior patrimônio líquido, volume de negociação e número de investidores são aqueles que rastreiam índices que priorizam desempenho econômico



A B3 tem entre seus principais acionistas grandes gestores de ativos internacionais, como o Capital Group, o BlackRock e o Vanguard, todos com sede nos EUA

dos ativos que compõem as carteiras. Analisando o caso dos frigoríficos listados na B3, Mundo Neto, Donadone e Cândido (2021) indicaram como o maior volume de recursos está relacionado aos ETFs que rastreiam o Ibovespa quando comparados com aque-

les que rastreiam os índices de sustentabilidade. Os dados indicam que, para as empresas, participar dos índices de sustentabilidade amplia a legitimidade mais do que a captação de recursos. As principais empresas da bolsa brasileira, aquelas com maior valor de mercado e maior volume de negociação, presentes nos principais índices amplos, como Ibovespa, IBRX 50 e IBRX 100, participam também de índices setoriais, de índices de governança e índices de sustentabilidade que lhes permitem ampliar a legitimidade, tanto nas indústrias de origem como no mercado de capitais, e, ao mesmo tempo, inserem-se cada vez mais em um ambiente em que participar do maior número de índices de mercado se tornou estratégia de empresas listadas em bolsa, momento denominado por Petry, Fichtner e Heemskerck (2021) como *capitalismo de índices*.

* Doutor em Engenharia de Produção. Professor grau III na Faculdade de Tecnologia (Fatec) de São Carlos (SP). Membro do Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças da Universidade Federal de São Carlos (Nesefi-UFSCar). *E-mail*: martin.mundo@fatec.sp.gov.br

** Doutor em Engenharia de Produção. Professor titular do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCar. *E-mail*: donado@ufscar.br

► Texto recebido em 16 de novembro de 2022; aprovado em 10 de janeiro de 2023.

B3. **Boletim mensal ETF**. São Paulo, jan. 2023. Disponível em: <www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/etf/renda-variavel/boletim-mensal>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BEBCHUK, Lucian A.; HIRST, Scott. The specter of the Giant Three. **Boston University Law Review**, v. 99, p. 721-741, 9 maio 2019. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3385501>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.

BRAUN, Benjamin. From performativity to political economy: index investing, ETFs and asset manager capitalism. **New Political Economy**, v. 21, p. 257-273, 2016.

COLLINS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CVM. **Instrução CVM 359**. Rio de Janeiro: CVM, 2022a. Disponível em: <<https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst359.html>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

_____. Recomendações da CVM sobre governança corporativa. **Cartilha de governança**, jun. 2002b. Disponível em: <<https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/decisoes/anexos/0001/3935.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

DEVILLE, Laurent. Exchange traded funds: history, trading, and research. In: ZOPOUNIDIS, Constantin; DOUMPOSAND, Michael; PARDALOS, Panos (Ed.). **Handbook of financial engineering**. New York: Springer, 2008. p. 67-98.

DEVILLE, Laurent; OUBENAL, Mohamed. Legitimizing an ambiguous financial innovation: the case of exchange traded funds in France. In: HUAULT, Isabelle; RICHARD, Chrystelle (Ed.). **Finance: the discreet regulator — how financial activities shape and transform the world**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012. p. 212-232.

ETF.COM.VC. **Quem somos**. São Paulo: B3, [s.d.]. Disponível em: <www.etf.com.vc/quemsomos>. Acesso em: 12 fev. 2023.

FICHTNER, Jan; HEEMSKERK, Eelke M. The new permanent universal owners: index funds, patient capital, and the distinction between feeble and forceful stewardship. **Economyand Society**, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/03085147.2020.1781417>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FICHTNER, Jan; HEEMSKERK, Eelke M.; GARCIA-BERNARDO, Javier. Hidden power of the Big Three?: passive index funds, re-concentration of corporate ownership, and new financial risk. **Business and Politics**, v. 19, n. 2, p. 298-326, 2017. Disponível em: <www.cambridge.org/core/journals/business-and-politics/article/hidden-power-of-the-big-three-passive-index-funds-reconcentration-of-corporate-ownership-and-new-financial-risk/30AD689509AAD62F5B677E916C28C4B6>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FISH, Jill; HAMDANI, Assaf; SOLOMON, Steven Davidoff. Passive investors. **ECGI Working Paper Series in Law**, n. 414, agosto 2018. Disponível em: <https://ecgi.global/sites/default/files/working_papers/documents/finalfishhamdanisolomon1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

GRÜN, Roberto. Atores e ações na construção da governança corporativa brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, p. 139-161, 2003.

_____. Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n.58, p. 67-90, 2005.

HALDANE, Andrew. The age of asset management?. **Bank of England**, 4 abr. 2014. Disponível em: <www.bankofengland.co.uk/speech/2014/the-age-of-asset-management>. Acesso em: 12 fev. 2023.

HAYES, Adam S. The active construction of passive investors: robo advisors and algorithmic low-finance. **Socio-Economic Review**, v. 19, n. 1, p. 83-119, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/ser/mwz046>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

JAHNKE, Patrick. Holders of last resort: the role of index funds and index providers in divestment and climate change. **SSRN**, 11 mar. 2019. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3314906>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

JUSTE, Rubén. **La nueva clase dominante**: gestores, inversores y tecnólogos — una historia del poder desde Colón y el Consejo de Indias hasta BlackRock y Amazon. Barcelona: Arpa, 2019.

LAZONICK, William; SHIN, Jang-Sup. **Predatory value extraction**: how the looting of the business corporation became the U. S. Norm and how the prosperity can be restored. Oxford: Oxford University Press, 2020.

MACKENZIE, Donald. **Na engine, not a camera**: how financial models shape markets. Cambridge: MIT Press, 2006.

_____. Is economics performative?: option theory and the construction of derivatives markets. In: MACKENZIE, Donald; MUNIESAAND, Fabian; SIU, Lucia. (Ed.). **Do economists make markets?:** on the performativity of economics. Princeton: Princeton University Press, 2007. p. 54-86.

MUNDO NETO, Martin; DONADONE, Júlio Cesar; CÂNDIDO, Silvio Eduardo Alvarez. Fundos de índices de mercado, gestão passiva e investimentos responsáveis: o caso de frigoríficos listados na B3. In: WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE, 12., 2021, São Paulo. **Anais...** São Paulo: IEA-USP, 2021.

MUNDO NETO, Martin; DONADONE, Júlio Cesar; DESIDÉRIO, Wellington Afonso. A financeirização das grandes empresas, investidores passivos e mercado de ETFs: o capitalismo do século XXI no Brasil. **Revista Tomo**, v. 41, p. 278-305, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.21669/tomo.vi41.17401>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PETRY, Johannes; FICHTNER, Jan; HEEMSKERK, Eelke. Steering capital: the growing private authority of index providers in the age of passive asset management. **Review of International Political Economy**, v. 28, n. 1, p. 152-176, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09692290.2019.1699147>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PORTAL DO INVESTIDOR. **O que é ETF (exchange traded funds) ou fundos de índice?**. Rio de Janeiro: CVM, 2022. Disponível em: <www.gov.br/investidor/pt-br/investir/tipos-de-investimentos/etfs>. Acesso em: 12 set. 2022.

RÜGEMER, Werner. **The capitalists of the 21st century:** an easy-to-understand outline of the rise of the new financial players. Hamburg: Tredition, 2019.

SUNO. **Perfis:** Edemir Pinto — executivos. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <www.suno.com.br/tudo-sobre/edemir-pinto>. Acesso em: 17 abr. 2022.

SURPERFORMANCE. **Marketscreener**. Paris, [s.d.]. Disponível em: <www.marketscreener.com>. Acesso em: 12 set. 2022.

TEVA ÍNDICES. **Quem somos**. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <www.tevaindices.com.br/quem-somos>. Acesso em: 17 abr. 2022.

YIN, Robert K. **Pesquisa estudo de caso:** desenho e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 1994.

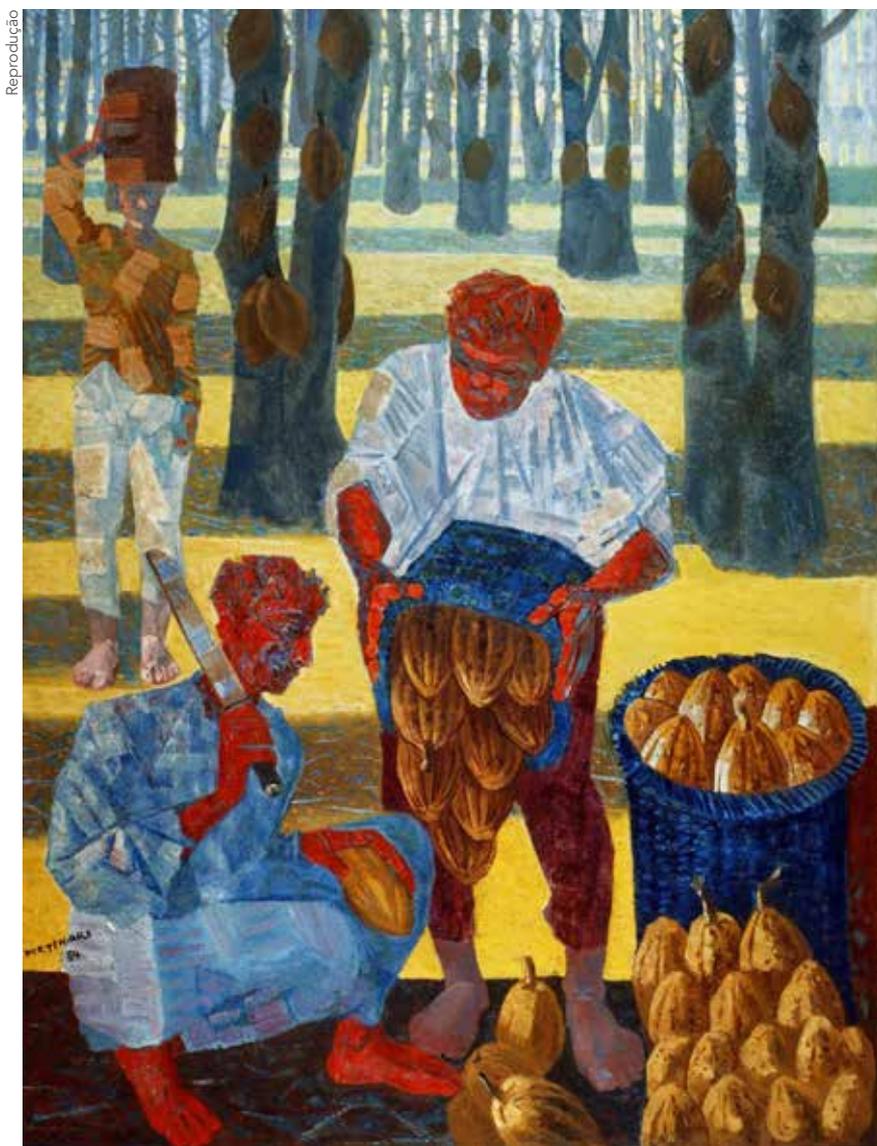
O campesinato brasileiro

The Brazilian peasantry

Igor Simoni Homem de Carvalho*

Ramofly Bicalho**

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.005>



Colheita de cacau (1954), de Candido Portinari. Óleo sobre tela, 100 × 130 cm

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal apresentar ao leitor um debate sobre o campesinato, com ênfase no caso brasileiro, compreendendo seu contexto histórico e suas interfaces na atual conjuntura. Utilizamos como referência autores da sociologia rural, da geografia agrária, da antropologia e da agroecologia. Sem a pretensão de esgotar as possibilidades de exploração do tema, pretendemos com este artigo demonstrar a importância do campesinato para pensar uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável, em especial no caso brasileiro, em que o conceito de camponês é historicamente atacado e esvaziado. Valemo-nos da ideia de *referenciais camponeses* para demonstrar que o campesinato não representa a “encarnação de um tipo ideal”, mas sim uma categoria social sujeita às dinâmicas econômicas, políticas e ambientais, e, portanto, em constante movimento. A pesquisa realizada é essencialmente baseada em abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico, não obstante o acúmulo dos autores em experiências de pesquisa e de trabalhos relacionados ao tema. Os resultados alcançados mostram que, apesar das adversidades encontradas, o campesinato brasileiro, em articulação com os povos indígenas, carrega as bandeiras da reforma agrária, da defesa dos territórios e da agroecologia e, portanto, deve ser reconhecido como protagonista da necessária transição global.

Palavras-chave: Campesinato. Movimentos sociais. Reforma agrária.

ABSTRACT

The aim of this article is to introduce the reader to the debate on the peasantry, with emphasis on the Brazilian case, understanding its historical context and its interfaces in the current situation. We used, as references, authors from rural sociology, agrarian geography, anthropology and agroecology. Without intending to exhaust the possibilities of exploring the theme, we intend to demonstrate the importance of the peasantry to think of a more just, egalitarian and sustainable society, especially in the Brazilian case, where the concept of peasant is historically attacked and emptied. We use the idea of “peasant references” to demonstrate that the peasantry does not refer to the “incarnation of an ideal type”, but rather to a social category subject to economic, political and environmental dynamics, and, therefore, in constant movement. The research carried out is essentially based on a qualitative and bibliographical approach, despite the authors’ accumulation of research experiences and works related to the theme. The results show that, despite the adversities encountered, the Brazilian peasantry, in conjunction with indigenous peoples, carries the flags of agrarian reform, defense of territories and agroecology and, therefore, must be recognized as protagonists of the necessary global transition.

Keywords: Peasantry. Social movements. Land reform.

O que se tem observado é que, mesmo estando em uma situação desfavorável nas disputas políticas e econômicas contemporâneas, o campesinato resiste em grande parte do mundo, e ainda representa uma parte significativa da população, em especial nos países do Sul

1. O CAMPESINATO: O INÍCIO, O “FIM” E A “REDESCOBERTA”

Durante a maior parte da história da humanidade, predominaram os modos de vida e produção camponeses (MAZOYER; ROUDART, 2009). No século XX, a crença no “fim do campesinato” tornou-se amplamente difundida, e, tanto entre capitalistas quanto socialistas, essa desapareição foi sugerida, às vezes como *inevitável*, e às vezes como *necessária* ao avanço do modelo de desenvolvimento urbano-industrial (LEFEBVRE, 1986; TOLEDO; BARREIRA-BASSOLS, 2008). O pressuposto (mesmo que implícito) da hegemonia do industrialismo e da urbanização na civilização moderna; a participação do campo proporcionalmente cada vez menor em termos de população e de riquezas produzidas na sociedade; a transmissão de símbolos, valores e modos de vida urbanos pelos meios de comunicação em massa — tudo isso contribuiu para se considerar o rural como “velho” e “atrasado” (FERREIRA, 2002). Nas diversas sociedades do mundo, o campesinato foi frequentemente visto como um resíduo (OLIVEIRA, 1986; NEVES, 2009).

Porém, nesse mesmo século XX, iniciou-se um processo de “redescoberta” do rural, que emerge como base potencial para repensar a sociedade contemporânea, em especial as relações desta com os recursos naturais. Como atesta Shanin (2005), tem sido recorrente a surpresa diante da tenacidade das formas sociais camponesas (o “problema do não desaparecimento”) e mesmo da “recampesinação” de algumas áreas. O número de camponeses hoje é proporcionalmente menor em relação à população mundial do que era em tempos anteriores. Porém, em números absolutos, nunca houve tantos camponeses no mundo quanto hoje, graças a sua resistência. Conforme aponta Mendras (1978, p. 11):

Recentemente, em todos os países industrializados, a atitude em relação ao campesinato sofreu uma reviravolta: de relíquia curiosa dos séculos passados [...], ele] se transformou em uma força revolucionária histórica, um desafio à economia industrial e um modelo humano que fascina os jovens cidadãos cansados de suas urbes.

O que se tem observado é que, mesmo estando em uma situação desfavorável nas disputas políticas e econômicas contemporâneas, o campesinato resiste em grande parte do



Assentamento Milton Santos, do MST, na região de Campinas (SP). Junho, 2011

mundo, e ainda representa uma parte significativa da população, em especial nos países do Sul — essa é uma constatação de diversos autores, como Sevilla-Guzmán e Molina (2006), Ferreira (2002), Wanderley (2000), Toledo e Barrera-Bassols (2008), Oliveira (1986), Lefebvre (1986) e até mesmo Henri Mendras¹. Segundo Giménez e Shattuck (2011), cerca de 1,5 bilhão de camponeses produzem metade da comida mundial, em geral ocupando terras marginais e com pouco ou nenhum apoio dos poderes oficiais.

O modo de vida camponês sempre coexistiu com diversos sistemas sociais — das sociedades de caçadores-coletores à industrial — e, ainda hoje, tem sua existência nos interstícios do sistema capitalista (SEVILLA-GUZMÁN; MOLINA, 2006). Como afirma Wanderley (1999), o campesinato não está em extinção; nas sociedades modernas, multiplicam-se as formas de agricultura familiar que se apresentam como agentes da agricultura moderna, mas as mudanças recentes nas sociedades agrárias não significam necessariamente uma ruptura completa com o campesinato, mas sim uma continuidade, na qual a herança camponesa é ainda bastante presente. A autora afirma ainda:

As profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais — a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura — não se traduziram por nenhuma “uniformização” da sociedade, que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais [...; mesmo] o agricultor familiar [moderno ...] guarda laços profundos — de ordem social e simbólica — com a tradição “camponesa” que recebeu de seus antepassados (WANDERLEY, 2000, p. 88).

Assim, historicamente, o campesinato esteve no centro da “questão agrária” que, segundo Fernandes (2008, p. 2), nasce “da contradição estrutural do capitalismo, que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria”. Tal desigualdade é produzida pela diferenciação econômica do campesinato, que resiste ou se sujeita à lógica do capital. Ainda segundo o autor, conflito por terra e desenvolvimento rural “são

¹ Segundo Wanderley (1999), Henri Mendras teria “anunciado o fim dos camponeses” em seu trabalho *La fin des paysans*. Não obstante, o autor afirma que “a ‘campesinização’ do Terceiro Mundo é um dos fenômenos mais importantes do final do século XX” (MENDRAS, 1978, p. 17).

O modo de vida camponês sempre coexistiu com diversos sistemas sociais – das sociedades de caçadores-coletores à industrial – e, ainda hoje, tem sua existência nos interstícios do sistema capitalista

processos inerentes à contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente”, o que é notoriamente observado no caso brasileiro. Fernandes vai além, afirmando:

A conflitualidade [...] está relacionada, essencialmente, à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução capitalista do capital, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária e aos processos de expropriação dos camponeses e assalariados por diversos meios e escalas e bases sociais, técnicas, econômicas e políticas. A resposta é a luta pela terra, reforma agrária, resistência na terra e a perspectiva de superação da questão agrária. Esses processos não se referem apenas à questão da terra, mas também às formas de organização do trabalho e da produção, do abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas, às formas de inserção no mercado e nos tipos de mercado; à questão campo-cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política. A questão agrária é antes de tudo uma questão territorial (FERNANDES, 2008, p. 2).

Importante notar que, dentre as questões elencadas por Fernandes (2008), aparece a questão ambiental, que, segundo outros autores e autoras, torna-se central na questão agrária e camponesa contemporânea. Debates sobre sustentabilidade, qualidade de vida e serviços ecossistêmicos seriam então cruciais para o início de um processo de “redescoberta” do rural, de nascimento de “outra ruralidade”, calcada nos esforços de conservação da biodiversidade, na busca das amenidades do campo (principalmente através do turismo) e no surgimento de novas oportunidades econômicas. O rural emerge, assim, como base potencial para se repensar a sociedade contemporânea, em especial as relações desta com os recursos naturais (WANDERLEY, 2000; FERREIRA, 2002). Nesse “renascimento”, o rural torna-se cada vez mais diversificado e pluriativo, apresentando tensões e conflitos, refletidos nos interesses distintos entre, por exemplo, a destinação do espaço rural para produção, consumo ou preservação ambiental (WANDERLEY, 2000; FERREIRA, 2002; SHANIN, 2005).

O tema do campesinato é um dos maiores geradores de reflexões, controvérsias e publicações nas ciências sociais contemporâneas, e os debates a ele relacionados continuam intensos e profícuos (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008). Lefebvre (1986) atribui a historiadores e geógrafos o início do estudo da realidade camponesa, que se tornou objeto da ciência a partir do momento em que apresentou problemas práticos, alvos de diferentes campos de estudo. O campesinato passou então a ser um objeto de estudo da sociologia

rural, mas, conforme aponta Jollivet (1998), sendo o meio rural um campo de investigação para todas as ciências, o estudo de seus habitantes não poderia nunca ser responsabilidade de apenas uma disciplina. Os debates contemporâneos sobre as crises ambiental e do capitalismo põem o campesinato ainda mais em destaque, na medida em que essa categoria social guarda, em seu modo de vida, alternativas ao modelo capitalista de produção e consumo e possibilidades concretas de ação para enfrentar as mudanças climáticas globais. No caso do Brasil, país que abriga as maiores reservas florestais do mundo, e vivencia, na contemporaneidade, o avanço das fronteiras agrícolas, tal debate se torna ainda mais pertinente.

2. OS REFERENCIAIS CAMPONESES

Mas, afinal, como se define um camponês? Suas especificidades regionais e temporais talvez tornem improvável uma definição universalmente aceita, o que só aumenta o desafio de balizar sua conceituação teórica.

Para começar, “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, Estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Dentro da mesma aldeia, o rico e o pobre, o proprietário de terras e o arrendatário, o chefe do grupo doméstico e um “braço” contratado romperão, muito frequentemente, qualquer continuidade de gradações regulares. Também a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive “o mesmo” poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos (SHANIN, 2005, p. 1).

Assim, não é possível descrever ou compreender os camponeses fora de seus contextos histórico, social, econômico, político e ambiental. Suas incríveis diversidade, heterogeneidade e complexidade têm sido destacadas por muitos (p.ex., LEFEBVRE, 1986; SHANIN, 2005; NEVES, 2009). Não obstante, existem características referenciais encontradas em sociedades e comunidades de todo o mundo, de diferentes épocas, que balizam a noção de campesinato (SHANIN, 2005; NEVES, 2009).

Com base nos trabalhos de Mendras (1978), Lefebvre (1986), Oliveira (1986), Wanderley (1999), Shanin (2005), Sevilla-Guzmán; Molina (2006), Neves (2009) e outros, são listados aqui alguns desses referenciais, alguns dos quais serão aprofundados: 1) importância estrutural do grupo doméstico e comunitário; 2) importância das relações de interconhecimento, de solidariedade e reciprocidade na organização da vida econômica e da vida social; 3) vínculo a uma cultura “típica”; 4) unidade produtiva como local de moradia, implicando a inseparabilidade do espaço de produção do espaço de vida; 5) trabalho e renda prioritariamente relacionados à exploração da terra; 6) comercialização de excedentes e aquisição de produtos em mercados locais, implicando a participação majoritária em circuitos curtos de produção, distribuição e consumo; 7) especificidade do modo de produção, que inclui uma diversidade de cultivos e criações (poliprodução) e é, em geral, bem adaptado às condições ambientais locais; 8) autonomia relativa (social, econômica e cultural) perante a sociedade envolvente.

Esses traços fariam parte então do “tipo ideal” de uma coletividade camponesa; no entanto, dificilmente se encontrará esse tipo ideal reunindo, simultaneamente, todas as características listadas, pois, como afirma Mendras (1978, p. 16), “se é fácil [...] definir o

camponês em oposição ao agricultor de uma sociedade industrial e ao ‘selvagem’ [...], em compensação as coletividades observadas [...] são raramente a encarnação perfeita de um ou outro modelo”.

Como afirma Shanin (2005), a noção de campesinato não pode ser reduzida, pura e simplesmente, a somente um desses referenciais. A especificidade do camponês reflete a interconexão entre esses referenciais. Vale lembrar também que as sociedades camponesas são permeáveis a mudanças, e suas características, bem como suas relações com a sociedade geral, são dinâmicas (WOORTMANN, 2009).

Woortmann (1990) fala em “graus de campesinidade” (ou “camponesidade”) em vez de tentar definir com precisão quem é e quem não é camponês. Em consonância, Toledo (1995) observa que tais “graus de campesinidade” seriam definidos por características como: energia utilizada; escala ou tamanho do espaço produtivo e manejado; autossuficiência; natureza da força de trabalho; produtividade ecológico-energética e do trabalho; natureza do conhecimento; e cosmovisão. Para Sevilla-Guzmán e Molina (2006, p. 78):

O campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de “camponesidade”.

Cabe aqui constatar que, independentemente do grau de autonomia ou integração ao mundo externo, o mundo camponês é dinâmico, complexo e diverso. Ao tentar desvendar as características do “campesinato do século XXI”, Ploeg (2011) fala da tendência (verificada atualmente e projetada para o futuro) de uma reestruturação agrícola mundial em um “modo camponês”, protagonizada por agricultores “de tipo camponês” ou “ao estilo camponês” (*peasant-like*). Como bem lembra Neves (2009, p. 312), “a condição camponesa não é uma essencialidade, mas um modo de organização de produção e de vida social segundo valores referenciais, elaborados também pela convivência em espaços de interculturalidades”. Interessa, então, destacar esses referenciais, presentes em maior ou menor grau nas famílias e comunidades rurais, como parâmetro de análise de sua realidade.

3. O CAMPESINATO NO BRASIL

No Brasil, muitas vezes, nem mesmo se reconhece a presença histórica do campesinato, como se nossa sociedade pudesse ter sua história resumida nas relações senhor-escravo e, posteriormente, capital-trabalho (NEVES, 2009). Ainda assim (ou exatamente por isso), alguns estudiosos vêm investindo um considerável esforço no sentido de apreender os processos e dimensões do rural brasileiro, afirmando que o campesinato, enquanto categoria social e semântica e marco teórico de análise, abriga notável sentido e utilidade para a compreensão do mundo rural brasileiro (p.ex., WANDERLEY, 1999; GARCIA JR.; PALMEIRA, 2001; FERNANDES, 2004; NEVES, 2009).

Tratando do campesinato latino-americano, Altieri e Toledo (2011) apontam para sua grande heterogeneidade, tanto cultural quanto ecológica. Para eles, é possível identificar um gradiente que abrange desde uma agricultura de subsistência, baseada

Deve ser mais bem empreendido um esforço intelectual que vise caracterizar os processos mais gerais de emergência, expansão, reprodução e eventual dissolução do campesinato brasileiro

exclusivamente em recursos locais, até propriedades comerciais intensivas em insumos externos, ligadas aos mercados nacional e internacional. Para Sevilla-Guzmán e Molina (2006, p. 14), em toda a América Latina, o desproporcional poder das classes privilegiadas não impediu a persistência de uma

heterogeneidade sociocultural nas classes oprimidas, portadoras de diferentes formas de conflitividade latente vinculadas à heterogeneidade sociocultural, articuladas não poucas vezes a um catolicismo popular (como sincretismo das crenças ancestrais das cosmovisões de suas etnicidades profundas) com um potencial liberador.

Até meados do século XX, cerca de 70% da população brasileira ainda residia no campo, mas o espaço físico e o poder econômico encontravam-se concentrados nas mãos dos detentores de grandes plantações voltadas para os mercados internacionais. Aos camponeses, sempre foi reservado um espaço marginal na sociedade e economia brasileiras (GARCIA JR.; PALMEIRA, 2001).

Alguns pesquisadores, insatisfeitos com a visão preconceituosa acerca do campesinato, vêm buscando redefinir os marcos da reflexão nesse tema, revelando a diversidade de expressões das formas camponesas de organização socioeconômica e cultural. Mesmo assim, deve ser mais bem empreendido um esforço intelectual que vise caracterizar os processos mais gerais de emergência, expansão, reprodução e eventual dissolução do campesinato brasileiro.

Wanderley (1999) destaca que uma característica marcante do campesinato brasileiro é a necessidade de garantir o autoconsumo concomitante à busca por integração positiva ao mercado, constituindo um território familiar, de vida e trabalho. Segundo a autora, “a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade” (WANDERLEY, 1999). Neves (2009) reforça que, especialmente no caso do Brasil, o campesinato luta pela (re)construção de seu patrimônio e detém grande capacidade de resistir a condições adversas e implementar estratégias de reprodução social, econômica e cultural. Assim, pode-se dizer que o campesinato brasileiro quase sempre esteve “abandonado à própria sorte”; mesmo assim, desenvolveu estratégias de sobrevivência e de reprodução, assumindo hoje o protagonismo na luta pela terra, por direitos políticos e por uma sociedade mais justa e sustentável. Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira:

A partir de fins dos anos 1970, reinicia-se a organização de camponeses e trabalhadores rurais na luta pela terra e por direitos

As transformações profundas pelas quais a agricultura brasileira passou no século XX revelam suas contradições, presentes no interior da estrutura agrária, e sua componente contemporânea: a luta pela reforma agrária. Mais do que isso, revela a relação orgânica entre a luta pela terra e a conquista da democracia por esses excluídos. Conquista da democracia que se consuma na conquista da terra, na conquista de sua identidade camponesa, enfim, na conquista da cidadania (OLIVEIRA, 2001, p. 195).

Wanderley (1999) identifica outras particularidades do campesinato no Brasil: sua formação se deu ante a grande extensão das terras, o avanço sobre as fronteiras, refletidos na formação de imensos latifúndios e na disponibilidade de terras livres; sempre ocupou lugar secundário e subalterno na política e na sociedade, dessa forma apresenta extrema precariedade estrutural, o que contribui para sua grande fragilidade; e caracteriza-se pela instabilidade, grande mobilidade, contínua necessidade de adaptação.

No Brasil, pode-se dizer que as formas camponesas — caboclos, caipiras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, extrativistas, colonos... — estão associadas (enquanto coadjuvantes) aos processos (e suas condições) de fluxo e refluxo da repressão e da imobilização da força de trabalho. Em determinadas conjunturas, a agricultura de exportação sobre-explorava contingentes de mão de obra, enquanto em outras os mantinha “próximos”, como “exército agrícola de reserva”, e em outras, muitos trabalhadores adentravam os “sertões”, passando a viver semi-isoladamente. Configura-se aí um “campesinato marginal”, que foi largamente responsável pela extensão de nossas fronteiras políticas, submetido a êxodos populacionais. Em determinado momento, esses êxodos se voltam às cidades brasileiras, porém continua a crescer um certo “campesinato marginal”. Acrescenta-se a esse contexto a divisão social do trabalho, que incumbia os camponeses de abastecer as cidades de alimentos, possibilitando o desenvolvimento das atividades econômicas a elas associadas (NEVES, 2009).

Na década de 1990 emergiu, nos meios intelectuais e governamentais, a expressão *agricultor familiar*, apontando para o surgimento dessa “nova” categoria, mais “moderna” e integrada (ou em vias de integração) ao mercado capitalista, em contraposição aos camponeses ou pequenos produtores, que exprimiriam “ineficiência” e “baixa produtividade”, e estariam fadados à extinção (FERNANDES, 2004; SAUER, 2008). É verdade que o termo foi capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais — arrendatários, parceiros, assentados etc. — e seu uso foi consagrado pela própria Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura); mas sua adoção não foi tão tranquila entre os movimentos sociais e demais entidades agrárias (SAUER, 2008).

O termo *agricultura familiar* se consolidou como base para as políticas públicas no tocante à questão agrária (BOMBARDI, 2003; FERNANDES, 2004). Para Wanderley (1999), a agricultura camponesa seria uma das formas sociais de agricultura familiar. A agricultura camponesa não é simplesmente uma agricultura “de subsistência”, ou uma “pequena agricultura”. Ela busca o crescimento do patrimônio familiar, a reprodução do modo e espaço de vida e uma autonomia relativa, que em geral é combinada com a busca por uma interação positiva com o mercado e a sociedade. Ela mira no horizonte das gerações, desenvolve sistemas de policultura com pequenas criações. Pode ser enquadrada no que se chama “sociedade de interconhecimento”. Segundo Fernandes (2004, p. 27):

No final do século XIX, Lênin e Kautsky prognosticaram o desaparecimento dos camponeses no desenvolvimento desigual do capitalismo. No final do século XX, os teóricos da *agricultura familiar* procuram construir um método de análise em que o desaparecimento do camponês está no processo de metamorfose [dele] em agricultor familiar.

Outros autores têm se dedicado a discutir as diferenças entre os conceitos de agricultor familiar e camponês (p.ex., BOMBARDI, 2003; WANDERLEY, 1999). De maneira sucinta, vale dizer que o conceito de campesinato se interpõe ao de agricultores familiares, mas também se contrapõe ao de agricultores industriais capitalistas (ou associados ao “agronegócio”). Como bem observa Carvalho (2010, p. 3), “os camponeses brasileiros estão presentes e atuantes como classe social em construção, ainda que plena de contradições, e [...] sua reprodução social como classe é contrária ao modo de produção e tecnológico capitalista”.

A grande mobilidade é traço marcante do campesinato brasileiro, associada à instabilidade e à contínua necessidade de adaptação (WANDERLEY, 1999). Essa “itinerância” foi, durante muito tempo, estimulada pelos poderes públicos (e ainda o é, em certa medida) com o propósito de “povoar os campos *incultos* ou os *sertões*, atribuindo aos colonos papel essencial na expansão da fronteira política e econômica do Brasil” (NEVES, 2009, p. 316). Contudo, esse estímulo não era acompanhado por outras ações estatais que permitissem uma inserção mais qualificada das populações-alvo na sociedade



Arquivo Incra/BA

Equipe do Inca entrega contratos de concessão de uso (CCUs) para famílias de Angical (BA). Agosto de 2022

nacional, como, por exemplo, a dotação de estrutura nas áreas de colonização e a criação de mecanismos político-institucionais favoráveis à comercialização dos produtos.

Nesse ínterim, é interessante analisar o campesinato brasileiro à luz do processo de formação, afirmação e ressignificação de identidades, processo esse submetido a dinâmicas sociais, econômicas, políticas e territoriais que estão, por via de regra, fora do controle das populações e comunidades nele inseridas. É em função dessas dinâmicas que se manifestam (ou se ocultam) as afirmações identitárias e as lutas por reconhecimento, por direitos e pela terra.

4. A LUTA CAMPONESA PELA TERRA NO BRASIL

A história do Brasil é marcada pela luta pela terra. Desde o período colonial, as capitânicas hereditárias e as sesmarias determinaram o início de uma forte dualidade entre detentores do poder econômico, político e territorial, de um lado, e indígenas, negros escravizados, camponeses e artesãos pobres, de outro. Essa dualidade se perpetuaria na formação de um país com uma enorme concentração de terras, gerando a eclosão de diversos episódios de conflito e luta pela terra. Interessa aqui uma breve análise a partir do início da institucionalização do movimento camponês de luta pela terra no Brasil.

A partir do final dos anos 1950 as políticas fundiárias irão se configurar como uma resposta à eclosão de conflitos no campo e à pressão dos movimentos sociais, que desencadearam a formação das Ligas Camponesas a partir de 1954. Nesse momento surgiram iniciativas de desapropriação de terras por governos estaduais, como, por exemplo, o governo de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul. A pressão por uma reforma agrária maciça chegou à esfera federal e, em 1961, o presidente Jânio Quadros assumiu o governo prometendo “uma grande mudança na agricultura”, tendo renunciado no mesmo ano, dando lugar a João Goulart, o Jango, que procurava responder de maneira mais efetiva à ebulição social articulando uma ampla reforma agrária, junto a outras reformas de base — urbana, educacional, bancária, fiscal e eleitoral. Tratava-se, efetivamente, de uma questão de libertação nacional, na qual o campesinato tinha grande protagonismo. Entretanto, duas semanas após as primeiras desapropriações de áreas improdutivas, Jango foi deposto pelo golpe empresarial-militar (BERGAMASCO; NORDER, 1996; MEDEIROS, 2018).

A ditadura militar (1964-1985) abafou violentamente os movimentos vinculados à Liga Camponesa, provocando a desarticulação da luta camponesa no Brasil (MEDEIROS, 2018). Nesse período, cerca de 160 mil famílias foram assentadas em 260 projetos de colonização, principalmente na Amazônia e fronteiras. Havia aí uma “clara tentativa de deslocar a luta pela terra para os locais mais afastados e desabitados do país, sobretudo áreas de fronteira agrícola, o que, mesmo assim, não evitou a concentração fundiária nem os conflitos pela posse da terra” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 21).

Com o progressivo abrandamento da repressão militar, a partir de fins dos anos 1970, reinicia-se a organização de camponeses e trabalhadores rurais na luta pela terra e por direitos, marcando uma nova conjuntura de disputas sociais, políticas e econômicas no mundo rural brasileiro. Tal organização foi animada por entidades de apoio e assessoria, especialmente aquelas vinculadas à Igreja Católica progressista, desembocando na criação de sindicatos e associações em diversas regiões do interior do Brasil. De fato, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em especial, desempenharam papel importante nesse processo, fomentando ativamente a formação de

Arquivo CPT



Cruzes
com fitas
vermelhas
fincadas no
chão marcam
protesto
contra
violência no
campo

lideranças entre os trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 2001). Para Abramovay (1995, p. 22):

Não há dúvida de que o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base — que foi a atividade cultural progressista de maior enraizamento popular que já existiu em nossa história — deixou traços democráticos profundos. Um dos aspectos básicos do trabalho desenvolvido pelas CEBs permanece até hoje: ouvir as bases, organizar as reuniões de maneira a que todos — e não só os “dirigentes” — participem, desconfiar das estruturas burocráticas etc.

Além da luta pela terra, camponeses de todo o Brasil vivenciavam nesse momento a situação de “trabalhadores rurais”, submetidos muitas vezes a condições degradantes e ao trabalho escravo. Assim, eclodiam também conflitos trabalhistas no campo em vários locais, sobretudo na monocultura canavieira (BERGAMASCO; NORDER, 2003). Nesse contexto surge o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), considerado o maior movimento social brasileiro de luta pela terra. Outros movimentos sociais do campo também surgiram nos anos 1980 e 1990, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Com a reabertura política na década de 1980, o poder público passa a esboçar uma resposta à pressão dos movimentos sociais do campo. Inicialmente, alguns governos estaduais buscaram atender às demandas de agricultores sem-terra e posseiros, criando 634 núcleos de reforma agrária em 4,7 milhões de hectares para 120 mil famílias, na década de 1980. Tais iniciativas, entretanto, foram limitadas pelo problema da concentração fundiária, mesmo porque, pela Constituição Federal (a de 1967 e a de 1988), cabe somente ao presidente da República a desapropriação de áreas para fins de reforma agrária (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

No governo de José Sarney foi apresentado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), despertando ações violentas de fazendeiros e confrontos armados em diversas partes do país. Nessa reação foi fundada a União Democrática Ruralista (UDR), que se juntou à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e à Sociedade Rural Brasileira (SRB) como representantes do patronato rural (BERGAMASCO; NORDER, 2003). Essas organizações



não admitiam, por exemplo, o dispositivo que permitia desapropriações por interesse social. Ocorreu um aumento da tensão e violência no campo, com formação de milícias privadas por parte de fazendeiros, que temiam uma avalanche de ocupações por sem-terra. Após modificações na proposta original, executadas pelo advogado ruralista Fábio Luchési, o PNRA passou de uma proposta de estímulo à mudança social para um obstáculo a ela — e assim foi aprovado pelo governo Sarney (BERGAMASCO; NORDER, 2003).

A opção do governo brasileiro desde 1964 foi a da modernização conservadora no campo, gerando maior concentração de renda e terras e maior exclusão social. As contradições contidas no Estatuto da Terra (que geram divergências até mesmo nos movimentos sociais) davam margem jurídica a essa opção, e assim a legitimavam. Os instrumentos para a reforma agrária continuaram a sofrer um desmonte no início da década de 1990. Nos governos de Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco, um número insignificante de camponeses e trabalhadores rurais foi beneficiado por ações estatais, e os conflitos fundiários continuaram se acirrando (BERGAMASCO; NORDER, 1996; 2003).

No governo FHC, cresce a organização dos movimentos sociais do campo, e a pressão sobre o governo aumenta substancialmente. As ocupações de terra, organizadas principalmente pelo MST, passam a ser o principal instrumento de pressão por desapropriações, a contragosto de outras organizações de trabalhadores rurais, como Contag e federações estaduais (BERGAMASCO; NORDER, 2003). Nos anos 1990, a implantação de assentamentos rurais de reforma agrária foi superior a todas as ocorridas nas décadas anteriores, fruto da pressão exercida pelos movimentos sociais. Entre 2003 e 2016, nos anos dos governos Lula e Dilma, a implantação de novos assentamentos ainda não foi suficiente para mudar a estrutura agrária do país. A partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016, a criação de novos assentamentos foi praticamente paralisada, bem como diminuíram substancialmente as verbas destinadas às políticas públicas que beneficiam as famílias assentadas, agricultoras familiares e camponesas em geral.

Segundo dados do Incra (2012), até dezembro de 2011 foram criados no Brasil 8.982 assentamentos rurais de reforma agrária, perfazendo uma área de 87.882.173 hectares e abrigando cerca de 1 milhão de famílias. Há ainda cerca de 1 milhão de pessoas ocupando terras à espera de serem assentadas (GIRARDI, 2008). Como concluem Bergamasco e Norder (1996, p. 9):

No Brasil a implementação dos assentamentos não decorre de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo.

Entretanto, é cada vez mais evidente a importância desses novos núcleos rurais na dinamização da economia e na geração de outros benefícios sociais, conforme têm atestado diversos pesquisadores (p.ex., BERGAMASCO; NORDER, 1996; OLIVEIRA, 2001; FER- NANDES, 2004).

Mesmo sem uma verdadeira democratização do campo, a questão dos assenta- mentos acrescentou novos componentes na discussão agrária brasileira (BERGAMASCO; NORDER, 1996), e a discussão sobre o campesinato no Brasil ganhou novo fôlego. Segundo Sauer (2008), os debates e embates sobre a importância e o caráter de uma reforma agrária são recorrentes no meio acadêmico e político brasileiro, variando desde a completa negação da necessidade dessa reforma até a defesa veemente de que, sem democratizar o acesso à terra, não haverá democracia real na sociedade brasileira.

A reforma agrária deverá representar a eliminação da dominação social, cliente- lismo e oligarquias, persistentes no Brasil e entraves ao seu desenvolvimento econômico, cultural, social e político, rumo a um verdadeiro desenvolvimento rural sustentável. Farias (2007, p. 33) considera os assentamentos de reforma agrária como alternativa de recriação da vida camponesa:

Não apenas como um projeto estatal, mas como um espaço-tempo de lavouras e sonhos, constituído por um leque de representações sociais, criado e recriado cotidianamente pelas famílias, alicerçado nos valores camponeses em busca de permanência na terra de trabalho (FARIAS, 2007, p. 33).

A autora acrescenta ser fundamental considerar as especificidades da sociabilidade desses assentados camponeses, tendo em conta: o projeto familiar; as relações de parentesco e vizinhança; os processos de produção e de acesso aos mercados; o conjunto de forças so- ciais que se articulam e compõem o quadro de relações marcadas por conflitos; a mediação do Estado. De todo modo, observa-se que esses sujeitos “procuram organizar as relações sociais de modo a apresentarem a si mesmos e às sociedades alternativas viáveis para a con- quista de uma qualidade de vida superior àquela que tinham em outros tempos e em outros lugares” (FARIAS, 2007, p. 35). Como salientam Bergamasco e Norder (1996, p. 10):

Após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabeleci- mento desses trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas.

Assim como no sítio camponês, onde se realizam “trabalho e lazer, compromisso e liberdade”, o lote do assentamento não é visto como um mero fator de produção, mas tam- bém como lugar de morada e de trabalho, recriando, dessa forma, a condição e a identidade camponesa (MIRANDA, 2008, p. 188). A autora observa ainda que “o novo lugar construído no assentamento obedece às formas geométricas e às concepções de espaços trazidos nas lembranças de suas experiências passadas” (MIRANDA, 2008, p. 187), trazendo à tona a identidade territorial, de fundamental importância à identidade camponesa.

Nos assentamentos, o modo de vida camponês é reapropriado, inclusive por aqueles que há muito tempo haviam sido dele expropriados e cuja vida já se adaptara ao meio urba- no e ao modo de produção capitalista. Esse neocampesinato está incorporando novos saberes técnicos, reaprendendo os segredos da natureza e da lida com a terra (MIRAN- DA, 2008, p. 192).

Não obstante, a continuidade do modo de vida e de trabalho camponês esbarra nos interesses dos jovens, que “recebem hoje um fluxo muito grande de informações e conhecimentos que se contrapõem aos saberes dos pais”, sendo bastante influenciados pelo modo de vida urbano (MIRANDA, 2008, p. 189).

Assim como Shanin (2005) e outros autores identificam no contexto global, Carvalho (2010) identifica um processo de “recamponesação” no Brasil, do qual a criação de assentamentos de reforma agrária seria um dos principais vetores. Marques (2008) também vê esse processo, e ainda aponta para a predominância de referências camponesas entre os valores que orientam a luta pela terra e a forma de organização social e territorial dos assentamentos rurais. Para ela:

A luta pela terra hoje existente no país constitui, de um modo geral, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa. [...] O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra, pois a maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante — relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador [...] a campesinidade é recriada em novas condições no contexto dos assentamentos, com base em novas experiências adquiridas por esses trabalhadores em sua passagem pela cidade, na vivência da luta, bem como, em certos casos, na vivência de novas experiências de organização da produção promovidas por movimentos sociais ou organizações não governamentais (MARQUES, 2008, p. 65-66).

Assim, podemos dizer que, mesmo integrando processos sociais, econômicos e políticos que fragilizam ou fortalecem as características camponesas, em âmbito geral os assentados da reforma agrária podem ser considerados camponeses, pois guardam referenciais, modos e perspectivas de vida fortemente vinculados ao universo camponês brasileiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campesinato brasileiro mostra sua força diariamente, ao colocar comida nas mesas de dezenas de milhões de famílias brasileiras e ao lutar por uma sociedade mais justa e sustentável. A categoria social *camponês*, objeto secular de estudos e análises, segue sendo relevante, principalmente agora, quando o tema das mudanças climáticas e da degradação ambiental emerge não mais como uma “preocupação de luxo” das classes médias, mas sim como um definidor do próprio futuro da humanidade. Ademais, fica cada vez mais clara a insustentabilidade do capitalismo, o que conclama os povos do mundo a lutarem por uma maior justiça na distribuição de recursos como forma de prevenir ou de remediar o caos social, econômico e ecológico.

O campesinato vem guardando, por séculos a fio, características necessárias ao estabelecimento de um novo paradigma para toda a humanidade. Tratar a terra como lócus de reprodução da vida, e não apenas do capital; relocalizar a economia, fortalecendo os circuitos curtos de produção e consumo e evitando desperdícios e gastos energéticos desnecessá-

O campesinato brasileiro mostra sua força diariamente, ao colocar comida nas mesas de dezenas de milhões de famílias brasileiras e ao lutar por uma sociedade mais justa e sustentável



rios; fortalecer os vínculos humanos de solidariedade e reciprocidade, em vez da impessoalidade e individualismo típicos da sociedade urbano-industrial burguesa; tudo isso faz parte, naturalmente, do modo de vida camponês, e precisa ser resgatado para um futuro possível da humanidade no planeta Terra. O campesinato, enquanto categoria social, não é estático ou imutável, mas reúne características, aqui definidas como *referenciais camponeses*, que podem e devem ganhar maior visibilidade, em especial para a sociedade urbana, cada vez mais alienada das bases materiais de reprodução da vida.

Longe de esgotar o debate, este artigo teve o objetivo de demonstrar que o Brasil, país que conta com a maior biodiversidade, com a maior quantidade de água doce e de terras agricultáveis em todo o mundo, está no centro da definição sobre esse futuro possível. Portanto, o campesinato brasileiro, ao lado dos povos indígenas, e carregando as bandeiras da reforma agrária, da defesa dos territórios e da agroecologia, deve ser reconhecido como protagonista dessa necessária transição global.

* Doutor em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor de Agroecologia e Educação do Campo na licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Lotado no Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA). Atua com as seguintes temáticas: agroecologia, reforma agrária e territórios camponeses. *E-mail*: igorshc@yahoo.com

** Doutor em Educação pela Unicamp. Professor associado III na UFRRJ, *campus* Seropédica. Lotado no Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade. Docente na Licenciatura em Educação do Campo, no PPGEA e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc). Atua com as seguintes temáticas: políticas públicas de educação do campo, movimentos sociais e educação popular. *E-mail*: ramofly@gmail.com

► Texto recebido em 3 de novembro de 2022; aprovado em 10 de janeiro de 2023

ABRAMOVAY, Ricardo. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA DE PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR DA EMBRAPA, 1., 1995, Petrolina. **Anais...**, Petrolina, 1995. p. 17-27.

ALTIERI, Miguel A.; TOLEDO, Víctor M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.

BERGAMASCO, Sonia M. P. P.; NORDER, Luiz A. C. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

_____. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

BOMBARDI, Larissa M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **Geoup — Espaço e Tempo**, n. 14, p. 107-117, 2003.

CARVALHO, Horácio M. **Na sombra da imaginação (2): a recomposição no Brasil**. Curitiba: Associação Brasileira de Agroecologia, maio 2010. Mimeografado.

FARIAS, Marisa F. L. Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 11, p. 33-47, jul.-dez. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Agrária**, n. 1, p. 16-36, 2004.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Ed.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-224.

FERREIRA, Angela D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 18, 2002.

GARCIA JR., Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Rastros de casas-grandes e senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GIMÉNEZ, Eric H.; SHATTUCK, Annie. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation?. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 1, p. 109-144, 2011.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

INCRA. **Informações gerais sobre os assentamentos da reforma agrária**. Brasília: Incra, 2012.

JOLLIVET, Marcel. A “vocalização atual” da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, 1998.

LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da sociologia rural: a comunidade camponesa e seus problemas histórico-sociológicos. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 144-162.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, n. 12, jan.-jun. 2008.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead, 2010.

MEDEIROS, Leonilde S. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). In: _____. (Org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 49-92.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MIRANDA, Maria E. Assentamentos como território: forjando a identidade do trabalhador rural assentado. **Cadernos Ceru**, v. 19, n. 1, jun. 2008.

NEVES, Delma P. (Org.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

- PLOEG, Jan Douwe van der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, v. 13, n. 27, ago. 2011.
- SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.
- SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo; MOLINA, Manuel G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações — o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 7, p. 1-21, jul.-dez. 2005.
- TOLEDO, Víctor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La memoria biocultural**: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Barcelona: Icaria, 2008.
- WANDERLEY, Maria N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, 2000.
- _____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, Juan Carlos (Ed.). **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 23-56.
- WOORTMANN, Ellen F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, Emilia P.; MENEZES, Marilda A.; MARIN, Rosa A. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead, 2009. v. 2: estratégias de reprodução social, p. 119-130.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, n. 7, p. 11-73. Brasília; Rio de Janeiro: Edunb; Tempo Brasileiro, 1990.

Quando água e óleo se misturam

Classes sociais e semelhanças analíticas entre Florestan e Rangel

When water and oil mix
Social classes and analytical similarities between
Florestan and Rangel

DIOGO SANTOS*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.006>

Arquivo FFLCH-USP



Estudante consulta acervo da biblioteca da FFLCH-USP batizada com o nome de Florestan Fernandes. São Paulo (SP), 2005

RESUMO

O objetivo deste artigo é demonstrar as semelhanças entre a construção analítica de Florestan Fernandes em seu importante livro *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* e a teoria da dualidade da economia brasileira de Ignácio Rangel. Os autores são expoentes de duas tradições muito distintas no pensamento social brasileiro, a chamada escola de sociologia da USP e o nacional-desenvolvimentismo, respectivamente. Inicialmente a teoria da dualidade proposta por Rangel é apresentada em seus elementos básicos. Em seguida são destacados diversos temas em que a arquitetura analítica de Fernandes no referido livro apresenta semelhanças significativas com a arquitetura da teoria da dualidade. Os temas analisados são a natureza não capitalista do Brasil Colônia e as consequências imediatas da Independência; o desenvolvimento do capital comercial; as mudanças trazidas pelo desenvolvimento do setor cafeeiro; e o surgimento da indústria e a constituição do capitalismo industrial no Brasil sob hegemonia dos interesses agrários. À guisa de conclusão aborda-se a diferença das conclusões dos autores a respeito dos limites da coordenação estatal do desenvolvimento nacional, para reafirmar que, a despeito das conclusões distintas, as estruturas analíticas se assemelham.

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Revolução burguesa no Brasil. Ignácio Rangel. Teoria da dualidade da economia brasileira.

ABSTRACT

The aim of this paper is to demonstrate the similarities between the analytical construction of Florestan Fernandes in his important book *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (The bourgeois revolution in Brazil: essay of sociological interpretation) and Ignácio Rangel's theory of the Brazilian economy duality. The authors are exponents of two very different traditions in the Brazilian social thought, the so-called USP school of sociology and the national-developmentalism, respectively. Initially, the theory of duality proposed by Rangel is presented in its basic elements. Next, several themes are highlighted in which Fernandes' analytical architecture in that book shows significant similarities with the architecture of the theory of duality. The themes analyzed are the non-capitalist nature of colonial Brazil and the immediate consequences of the Independence; the commercial capital development; the changes brought about by the coffee sector development and the manufacturing sector emergence; and the constitution of industrial capitalism in Brazil under the hegemony of agrarian interests. To conclude, the difference in the authors' conclusions regarding the limits of state coordination of the national development is addressed to reaffirm that, despite these different conclusions, the analytical structures are similar.

Keywords: Florestan Fernandes. Bourgeois revolution in Brazil. Ignácio Rangel. Theory of the Brazilian economy duality.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar as semelhanças entre a construção analítica de Florestan Fernandes que sustenta sua interpretação da evolução da sociedade brasileira no livro *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, de 1975 (FERNANDES, 2006), e a teoria da dualidade básica da economia brasileira de Ignácio Rangel.

Esse objetivo se justifica pelo menos por três motivos. Primeiramente pelas diferenças entre ambas a história do pensamento social brasileiro. Enquanto Rangel é um dos representantes principais do pensamento nacional-desenvolvimentista, em geral, e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), em particular, Fernandes é o fundador da escola de sociologia da Universidade de São Paulo (USP), que tem como uma de suas principais marcas, pelo menos entre as primeiras gerações de colaboradores de Fernandes, a crítica e mesmo oposição ao pensamento do Iseb e do nacional-desenvolvimentismo¹. Essas duas correntes de pensamento chegam a conclusões bastante díspares quanto às possibilidades de realização do desenvolvimento nacional soberano.

Em segundo lugar, a trajetória profissional de ambos também é consideravelmente distinta. Rangel, como se mostrará brevemente na seção seguinte, foi funcionário público ao longo de toda a vida, quase sempre em órgãos de planejamento e execução da política econômica e de desenvolvimento dos governos brasileiros. Foi um autodidata em economia, ainda que tenha frequentado cursos formais, como o da Cepal. A produção intelectual de Rangel é marcada pela necessidade de compreender a dinâmica histórica brasileira de modo a elucidar quais as medidas que o Estado brasileiro deveria adotar para atingir os objetivos de desenvolvimento. Fernandes, por outro lado, não menos conectado com os desafios políticos do país, realizou uma trajetória acadêmica por excelência, enfrentando as vicissitudes de sua origem nas classes populares.

A terceira justificativa para a produção deste artigo é a possibilidade de chamar a atenção para a teoria da dualidade de Rangel, ainda pouco lembrada no debate intelectual sobre o Brasil, ao demonstrar como a construção analítica de Florestan Fernandes, autor consagrado nas ciências sociais e na academia, apresenta semelhanças importantes com a teoria da dualidade de Rangel em um de seus principais livros.

Em termos de convergência intelectual entre ambos os autores, certamente a principal é a influência de Marx e também de Lênin. No que diz respeito ao objetivo deste texto, essa convergência se expressa no entendimento do processo histórico como articulação contraditória de formas econômicas e sociais distintas e sua superação engendrada pelo próprio desenvolvimento dessas formas.

Vale destacar que a dissertação de Nogueira (2017) é um dos poucos trabalhos em que se ressaltam semelhanças entre o pensamento de Rangel e Fernandes. O autor destaca a cautela de ambos em relação à aplicação ao caso brasileiro de teorias formuladas em outros contextos históricos e sociais. Os dois autores jamais negam a relevância dessas teorias como ferramentas de análise, porém advogam que não é possível realizar uma mera transplantação dessas teorias para a realidade brasileira. O esforço principal dos dois autores é, portanto, levando em conta as teorias estrangeiras, desenvolver uma teoria própria sobre a realidade brasileira. A originalidade teórica é assim uma necessidade do objeto de estudo.

¹ Fernandes em particular estabelece um debate com o principal sociólogo vinculado ao Iseb, Alberto Guerreiro Ramos. Ver Motta (2000).

Enquanto Rangel é um dos representantes principais do pensamento nacional-desenvolvimentista, em geral, e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), em particular, Fernandes é o fundador da escola de sociologia da Universidade de São Paulo (USP), que tem como uma de suas principais marcas, pelo menos entre as primeiras gerações de colaboradores de Fernandes, a crítica e mesmo oposição ao pensamento do Iseb e do nacional-desenvolvimentismo

Ignácio Rangel



Florestan Fernandes

Em termos das teorias de Rangel e Fernandes propriamente ditas, Nogueira (2017) destaca a presença em ambos do tema da dualidade. A ideia da convivência de formas econômicas arcaicas e modernas gerando um modo específico de processo histórico em que diferentes lógicas de funcionamento se combinam e conformam uma maneira particular de desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras, ainda que assumam características e consequências próprias no pensamento de cada um dos autores, está presente em ambos.

No entanto, como Nogueira (2017) também afirma, o tema da dualidade, com diferentes conteúdos, está presente também no pensamento de outros teóricos da realidade brasileira, como Celso Furtado e Caio Prado Jr. O que o presente trabalho pretende fazer é demonstrar que a interpretação de Fernandes sobre o processo histórico brasileiro tem com a teoria da dualidade de Ignácio Rangel não somente pontos genéricos de contato, mas uma semelhança analítica relevante.

2. ELEMENTOS BÁSICOS DA TEORIA DA DUALIDADE BRASILEIRA DE IGNÁCIO RANGEL

Ignácio de Mourão Rangel nasceu em 20 de fevereiro de 1914 em Mirador, Maranhão. Filho de jurista, teve sua formação inicial em Direito em São Luís do Maranhão. Aos 20 anos, atuando na Aliança Nacional Libertadora (ANL), é preso. No período da prisão, entre 1935 e 1937, dedica-se ao estudo da obra de Marx e Lênin. Nos anos 1950 ocorre sua maior atuação nos órgãos estatais. Participou da assessoria econômica da Presidência da República no segundo governo Vargas e participou da elaboração dos planos de criação da Petrobras e da Eletrobras.

Rangel argumenta que o desenvolvimento histórico do Brasil não é resultado exclusivo das forças transformadoras internas dos modos de produção presentes no país. Parte inseparável da trajetória nacional advém da evolução dos modos de produção que ocorre no centro dinâmico do sistema econômico internacional a que o Brasil está prioritariamente conectado

chegou a afirmar. *A inflação brasileira* (1963), seu livro mais conhecido, é, segundo Rangel, uma aplicação da teoria da dualidade ao problema da inflação. A teoria da dualidade é o objeto central de quatro textos de Rangel: “A dualidade básica da economia brasileira” (1957), “A dinâmica da dualidade brasileira” (1962), “Dualidade e escravismo colonial” (1978) e “A história da dualidade brasileira” (1981). Mas o que precisamente Rangel entende por dualidade básica da economia brasileira?

Rangel argumenta que o desenvolvimento histórico do Brasil não é resultado exclusi-

Com a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, passa a atuar no banco. Foi chefe do Departamento Econômico da nova instituição e participou da coordenação do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (JK). Foi também responsável pela cadeira de Economia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, também criado no governo JK. Rangel foi convidado pelo presidente João Goulart para ser ministro da Fazenda, mas declinou. Nos anos 1960, Rangel passa por graves problemas de saúde, afasta-se do trabalho no BNDE, aposentando-se em seguida, mas nunca deixa de participar dos debates econômicos da instituição.

Rangel não se vinculou a nenhuma instituição acadêmica formal, o que, somado ao seu pensamento independente, nas palavras de Bielschowsky (2000, cap. 7), e à sua retirada do debate público por conta da saúde, lhe rendeu um longo ostracismo até final dos anos 1970. Nos anos 1980 volta a intervir no debate público a respeito das saídas para as turbulências vividas pela economia brasileira no período. Publica em periódicos científicos e na imprensa até sua morte, em 1994, aos 80 anos. Desde a publicação de suas obras reunidas, em 2005, o pensamento de Rangel tem sido objeto crescente de estudos².

A teoria da dualidade da economia brasileira é o eixo central do pensamento de Rangel, como o próprio autor

² Alguns desses trabalhos são: Castro, Bielschowsky e Benjamin (2014); Faro e Sinelli (2014); Holanda, Almada e Paula (2014); Heller (2014); Domingues e Fonseca (2017); Jabbour (2017); Pereira e Carvalho (2019); Espíndola, Cruz e Cunha (2022).

vo das forças transformadoras internas dos modos de produção presentes no país. Parte inseparável da trajetória nacional advém da evolução dos modos de produção que ocorre no centro dinâmico do sistema econômico internacional a que o Brasil está prioritariamente conectado.

A questão chave é que os modos de produção internos do Brasil ao longo da história do país não coincidem temporalmente com os modos de produção do centro dinâmico por meio do qual o Brasil se conecta ao mercado mundial. Assim, forma-se uma divisão no Brasil entre modos de produção distintos existindo concomitantemente. Um deles é o modo de produção estritamente interno do país e o outro é o modo de produção externo, mais avançado, dominante nos países centrais. A essa combinação de dois modos de produção distintos coexistindo no país Rangel denomina “dualidade básica da economia brasileira”.

Na elaboração de Rangel, cada um dos modos de produção forma um polo da dualidade: um polo interno e outro externo. Corresponde a cada polo uma classe dominante. Porém, nenhuma das duas classes representantes de cada polo hegemoniza sozinha a sociedade. Isto é, a dualidade da economia se configura também como uma dualidade na composição de classes da estrutura de poder da sociedade. Em cada dualidade, uma das classes assume a posição de sócia maior (mais poderosa), e a outra, de sócia menor (menos poderosa).

A dinâmica de transformação da dualidade possui também características definidas. A passagem de uma dualidade a outra ocorre pela transformação de somente um dos polos, e não de ambos simultaneamente. A consequência em termos da esfera política é crucial. Como somente um dos polos se altera de uma dualidade a outra, uma das classes sociais da dualidade anterior continuará presente no pacto de poder da dualidade seguinte.

Outra característica da dinâmica da dualidade é o sentido de internalização do modo de produção do polo externo. A conexão com o centro dinâmico do sistema gera os impulsos fundamentais para o desenvolvimento das forças produtivas nos setores mais modernos da economia nacional (chamado polo externo). Isso torna o polo externo o núcleo dinâmico da economia, pressionando as relações sociais de produção dos setores mais antigos (polo interno), até deslocá-lo e substituí-lo.

Essa descrição sumária pode ser mais bem visualizada observando-se como Rangel a demonstra na história brasileira, o que é feito a seguir. Não serão tratados os temas de grande polêmica da historiografia econômica brasileira — como o debate sobre os modos de produção —, que estão também presentes na teoria da dualidade, pois o objetivo do texto é mostrar as semelhanças das abordagens dos dois autores, e não apreciar criticamente a teoria da dualidade.

No Período Colonial, o Brasil ainda não era uma dualidade. A figura 1 abaixo esquematiza o modo de produção desse período³. A classe dominante do Brasil Colônia possui duas dimensões: uma como senhora de escravos, correspondente ao modo de produção fundamental escravismo; e outra como vassala da Coroa portuguesa, correspondendo ao estatuto jurídico e político que a liga à metrópole. Não há, portanto, para Rangel, capitalismo ou burguesia no Período Colonial brasileiro.

A constituição da primeira dualidade ocorre com os eventos que marcam o processo de conquista da autonomia política do país⁴. Esse processo internaliza o capital comercial

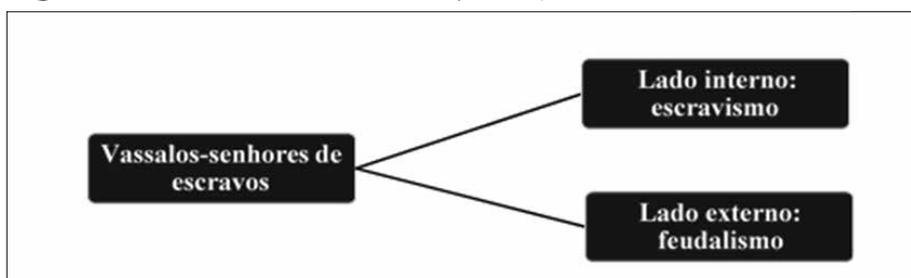
3 Não se abordará o tema dos lados interno e externo de cada polo da dualidade para não tornar mais extensa e complexa a exposição. Não sem prejuízo, espera-se que essa omissão permita ao leitor concentrar-se nos elementos essenciais da comparação da construção analítica dos dois autores.

4 Os marcos são a abertura dos portos (1808), a lei de criação do Reino do Brasil (1815), a Independência (1922) e a abdicação de d. Pedro I (1831).

e, portanto, inaugura a dualidade da economia brasileira com a presença dos modos de produção escravismo e capitalismo mercantil, coexistindo internamente. A figura 2 esquematiza a estrutura da primeira dualidade.

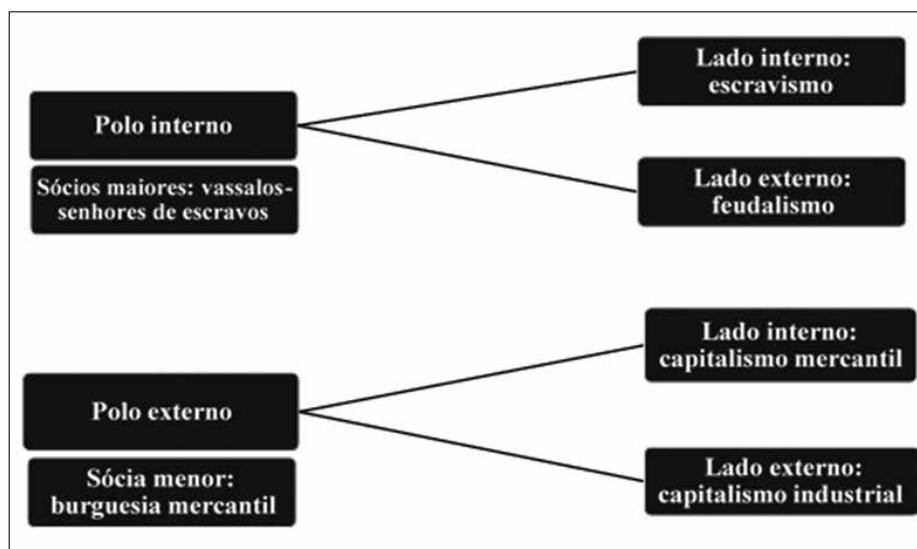
No polo interno está a classe dominante do Período Colonial, que, com a Independência, torna-se a sócia maior do pacto de classes dominantes. A relação social de produção interna, correspondente ao polo interno, mantém-se a mesma do Período Colonial, o escravismo. Surge uma nova classe dominante, dissidência da burguesia comercial portuguesa, como sócia menor na primeira dualidade, representada pelos grandes comerciantes do setor de exportação e importação.

Figura 1 — Estrutura do modo de produção no Brasil Colônia



Fonte: elaboração própria

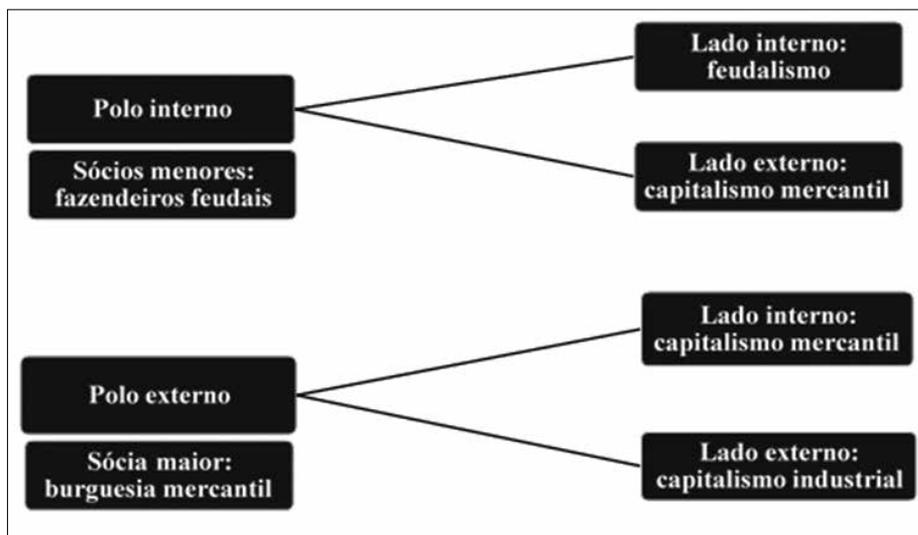
Figura 2 — 1ª dualidade (1815- 1870)



Fonte: elaboração própria

O desenvolvimento do capitalismo industrial nos países centrais e o desenvolvimento do capitalismo mercantil no Brasil geram um desenvolvimento das forças produtivas internas que pressiona a estrutura econômica e política da primeira dualidade, levando à constituição da segunda dualidade, conforme mostra a figura 3.

A segunda dualidade representa a ascensão da burguesia mercantil à condição de sócia maior do pacto de poder. A Abolição e a Proclamação da República são os marcos históricos homologatórios da constituição da segunda dualidade.

Figura 3 —2“ dualidade (1870- 1929)

Fonte: elaboração própria

O polo externo continua o mesmo. A alteração ocorre no polo interno, pela desagregação e superação do escravismo e o conseqüente desaparecimento da classe de senhores de escravos. Rangel destaca que a instauração paulatina do trabalho livre, mesmo antes da Abolição, ocorre não por meio do assalariamento tipicamente capitalista, mas por formas de parceria e pagamentos *in natura*, por isso denominados por ele de feudalismo.

A nova classe dominante do polo interno agora é a sócia menor, representada pelos fazendeiros feudais. Assim como os antigos senhores de escravos, os fazendeiros feudais também possuem duas naturezas: uma interna, correspondente à função exercida em suas propriedades rurais, e outra externa. Internamente, a relação social de produção básica é feudal⁵, mas externamente essa classe assume a função de comerciante no mercado internacional.

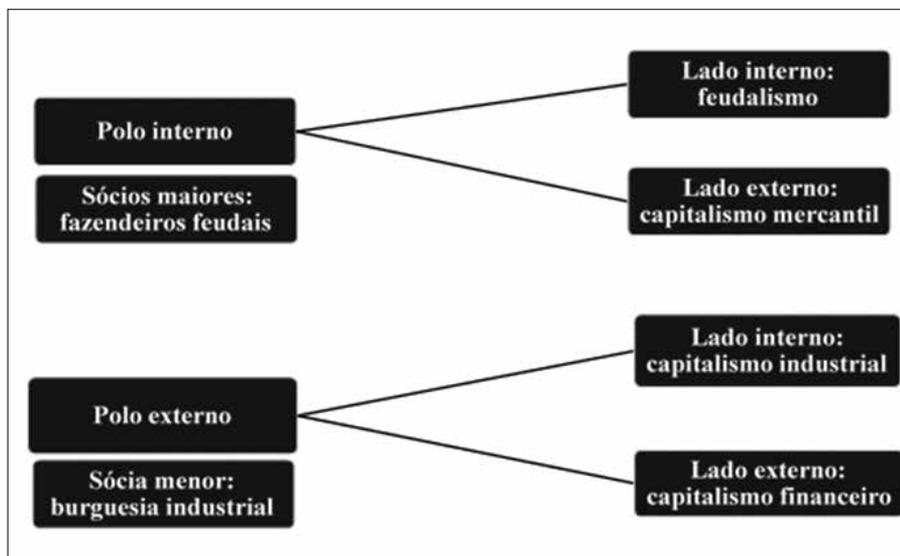
O desenvolvimento urbano resultante da expansão do complexo cafeeiro, a hegemonia do capital monetário e industrial inglês, os efeitos indutores do crescimento industrial interno decorrentes da Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929 e a Revolução de 1930 abrem a terceira dualidade, esquematizada na figura 4.

Na passagem da segunda para a terceira dualidade, a alteração ocorre no polo externo. O capitalismo industrial antes presente apenas no centro dinâmico do sistema, ou seja, fora do Brasil, passa a compor a dualidade da economia do país. A nascente burguesia industrial adentra o pacto de poder como sócia menor. Importante destacar que durante a terceira dualidade ocorre a industrialização do país, porém não é a burguesia industrial a classe hegemônica. Os sócios maiores são os fazendeiros feudais das outras regiões do país, que abri-

⁵ Provavelmente um dos temas mais controversos da teoria da dualidade é a afirmação da existência de feudalismo no Brasil. Rangel em nenhum momento afirma ter se replicado no Brasil o feudalismo português ou europeu. A questão é pôr em primeiro plano a natureza não capitalista das relações sociais no setor agrário, para o que não basta a caracterização de pré-capitalistas, como em geral ocorre na historiografia. Outros trabalhos, como os realizados por Costa (1997) e Martins (2010), corroboram a interpretação de Rangel quanto à presença maciça de relações sociais de produção não capitalistas no período de desagregação e abolição da escravidão.

ram uma dissidência com os fazendeiros exportadores do setor de café e os retiraram do pacto de poder aberto com a Revolução de 1930.

Figura 4 —3“ dualidade (1829- 1973)



Fonte: elaboração própria

Por fim, outra alteração crucial que ocorre na terceira dualidade é a substituição do país que representa o centro dinâmico do sistema. Essa posição deixa de ser ocupada pela Inglaterra e passa a ser ocupada pelos Estados Unidos.

A seguir, passa-se à demonstração das semelhanças entre a teoria da dualidade da economia brasileira de Rangel e a estrutura analítica desenvolvida por Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil*.

3. NATUREZA NÃO CAPITALISTA DO BRASIL COLÔNIA E CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS DA INDEPENDÊNCIA

Preliminarmente é preciso registrar que na extensa bibliografia citada por Fernandes em seu livro constam nada menos que seis textos de Rangel. Entre eles, “Dinâmica da dualidade brasileira” (1962), o texto mais recente de Rangel sobre sua teoria até a publicação do livro de Florestan Fernandes. Além desse, constam outros textos fundamentais de Rangel, como “Recursos ociosos na economia brasileira” (1960) e “A inflação brasileira” (1963).

Logo no início de *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes rebate a interpretação de que o senhor de engenho do Período Colonial no Brasil pudesse ser identificado como “burguês” (FERNANDES, 2006, p. 32). O motivo pelo qual essa identificação é incorreta deriva de que o senhor de engenho não está ligado diretamente ao mercado europeu, pois essa ligação era feita pelos agentes da mercantilização, isto é, do comércio. O senhor de engenho se vincula ao sistema somente pela produção realizada pelo trabalho escravo. Diz Fernandes: “Nesse sentido, ele [o senhor de engenho] ocupa uma posição marginal no processo de mercantilização da produção agrária e não era nem poderia ser o antecessor do empresário moderno.” (FERNANDES, 2006, p. 32)

Fernandes refuta a ideia de que a ausência de mobilização de massas, a condução do processo pela Coroa portuguesa e a não alteração da ordem social interna tiram o conteúdo revolucionário da Independência. Para ele, o que garante esse conteúdo é o fim do estatuto colonial e o começo da sociedade nacional

Essa separação fundamental entre esfera da produção e esfera da circulação e as consequências para os respectivos agentes sociais protagonistas de cada uma já permitem um diálogo com a teoria da dualidade de Ignácio Rangel. A dualidade se estrutura para Rangel justamente por estar a economia brasileira ligada ao centro do sistema por meio de relações sociais que se apresentam de um modo na esfera interna de produção e de outro na conexão entre a economia nacional e o centro. Rangel define o agente da classe dominante interna do Período Colonial como vassalo-senhor de escravos. Na esfera da produção é um senhor de escravos, e na relação jurídica com a metrópole é um vassalo.

Nisso também há clara semelhança com Fernandes, quando este diz: “Uma das consequências dessa condição [de senhor de engenho] consistia em que ele próprio, malgrado seus privilégios sociais, entrava no circuito da apropriação colonial como parte dependente e sujeita a modalidades inexoráveis de expropriação controladas fiscalmente pela Coroa [...]” (FERNANDES, 2006, p. 33)

Fernandes conclui categoricamente: “No conjunto, nada justificaria assimilar o senhor de engenho ao ‘burguês’, e é um contrassenso pretender que a história da burguesia emerge com a colonização.”⁶ (FERNANDES, 2006, p. 33)

Superado o Período Colonial, Fernandes (2006, p. 49) afirma que a Independência “constituiu a primeira grande revolução social que se operou no Brasil”. Para o autor, portanto, a Independência tem um grande significado histórico para a evolução socioeconômica do país. Fernandes refuta a ideia de que a ausência de mobilização de massas, a condução do processo pela Coroa portuguesa e a não alteração da ordem social interna tiram o conteúdo revolucionário da Independência. Para ele, o que garante esse conteúdo é o fim do estatuto colonial e o começo da sociedade nacional. É a internalização da organização do poder estatal. Em termos estritamente econômicos, “a Independência, rompendo o estatuto colonial, criou as condições de expansão da ‘burguesia’ e, em particular, de valorização social do ‘alto comércio’” (FERNANDES, 2006, p. 34).

Nas passagens citadas acima, a semelhança com a teoria da dualidade de Rangel é novamente notada. Para Rangel, o processo da Independência foi responsável por consti-

⁶ Essa afirmação claramente é uma demarcação contrária à interpretação desenvolvida por Caio Prado Jr. (2014) quanto à natureza capitalista do Brasil em virtude da conexão da colônia com a metrópole por meio do comércio. Ao contrário de Rangel, porém, Fernandes não afirma ter existido feudalismo no Brasil. Para uma referência contemporânea do debate sobre feudalismo e capitalismo no Brasil, ver Lima (2008).

tuir o polo externo da dualidade brasileira, sendo que a figura representante desse polo na estrutura econômica interna é a burguesia mercantil. O polo interno se mantém o mesmo no Período Colonial, caracterizado pela relação social escravista. A Independência instaura o que Rangel denomina de “relações externas de produção”, proposição teórica inovadora.

Entretanto, Fernandes afirma que o não questionamento da ordem colonial, e sim de seus efeitos em termos de quem controlava o poder, fez da Independência um processo simultaneamente revolucionário e conservador. Em síntese: “O estatuto colonial foi condenado e superado como estatuto jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional.” (FERNANDES, 2006, p. 51)

Um elemento importante nessa passagem é que a esfera jurídico-política se adianta à esfera econômica, de modo que se abre a possibilidade da convivência entre temporalidades distintas das diferentes dimensões de um modo de produção. A consequência dessa “contemporaneidade no não-coetâneo”, nas palavras de Rangel, é a existência simultânea de diferentes modos de produção com uma classe social dominante em cada um. O resultado, em termos da formação da sociedade brasileira, é que ela terá de se erigir sobre essa base heterogênea de alto a baixo. É a esse mesmo resultado que Fernandes se refere quando afirma que a dimensão não modificada do Período Colonial “iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional” (FERNANDES, 2006, p. 51).

Fernandes (2006, p. 56) argumenta que a própria estrutura do poder se divide após a Independência em decorrência de seu caráter simultaneamente revolucionário e conservador. O domínio do estamento senhorial na esfera da produção, baseada na escravidão, continua a reproduzir o modelo patrimonialista. Porém o poder central passa a organizar-se por meio da ordem legal. Diz Fernandes que assim se estabeleceu “uma dualidade estrutural entre as formas de dominação consagradas pela tradição e as formas de poder criadas pela ordem legal” (FERNANDES, 2006, p. 56).

Essa nova situação da estrutura de poder traz a dualidade inclusive para a posição ocupada pelos indivíduos que nela se movem politicamente. Para caracterizar essa dimensão individual da dualidade, Fernandes denomina os membros do estamento senhorial de “senhores-cidadãos”.

Para Rangel, a dualidade se manifesta em todas as instituições fundamentais da sociedade, pois elas são condicionadas pela dualidade básica da economia. Fernandes, como dito, chega até a expressar o caráter dual da posição na estrutura política dos indivíduos membros das classes dominantes: por um lado, senhores, por conta de sua posição no interior de suas propriedades rurais, e, por outro, cidadãos, por conta das novas configurações adquiridas pelas estruturas de poder públicas após a Independência.

Ainda que seja de conteúdo distinto, é difícil não reconhecer a semelhança dessa construção analítica com a proposição de Rangel dos “vassalos-senhores de escravos”, se referindo à natureza dual dos indivíduos que tinham poder de Estado em suas propriedades rurais, mas eram simultaneamente vassalos da Coroa portuguesa.

4. DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL COMERCIAL

O momento inicial do surgimento da ordem competitiva advém, para Fernandes, da necessária diferenciação de funções econômicas internas do país para servir à nova posi-



Ilustração de Ângelo Agostini para a revista *Don Quixote*, nº 09 de 1895 retrata o restabelecimento das relações entre Portugal e Brasil no mesmo ano

ção do comércio exterior após a Independência. Os senhores-cidadãos, antes voltados para o interior de seus domínios, passam a ter de lidar com outras etapas do sistema econômico, gerando um conjunto de profissões liberais urbanas em que prevalece o “sistema competitivo”.

A autonomia política não foi acompanhada de alterações das relações sociais de produção porque o interesse dos países do centro dinâmico, notadamente a Inglaterra, era tão somente desbloquear o fluxo de bens tropicais. No plano interno, porém, o que antes era absorvido pela colônia como tributo passa a ser captado pelos agentes estrangeiros que assumem as funções de comercialização dos produtos. Os senhores rurais não tinham poder econômico suficiente para assumir essas funções.

Por conta disso, Fernandes argumenta que é a burguesia comercial estrangeira, e não os senhores rurais, a classe hegemônica no período pós-Independência. Fernandes afirma, nos termos utilizados por Rangel, que a aristocracia agrária foi posta na posição de “sócia menor” (FERNANDES, 2006, p. 116) da burguesia comercial estrangeira. Para o autor, a hegemonia da burguesia comercial, importadores estrangeiros, se deve a que somente esta possuía os recursos financeiros e políticos necessários para conectar os produtos locais aos mercados dos países centrais.

No esquema teórico proposto por Rangel, as classes dominantes estrangeiras, ainda que obviamente influenciem os rumos da economia local, não são incluídas no pacto de poder do país. Para Rangel, o pacto de poder que se constitui com a Independência envolve os senhores de escravos como sócios maiores e a burguesia comercial interna, dissidência da burguesia comercial portuguesa, como sócia menor. Essa formulação, contudo, está em sintonia com a interpretação de Fernandes, pois este ressalta a natureza de sócios menores dos “estamentos intermediários” no período que se segue à Independência, entre os quais estão os grandes comerciantes vinculados diretamente aos negócios de importação (FERNANDES, 2006, p. 189). A despeito das especificidades das interpretações, o fundamental é que para ambos os autores a hegemonia política é dividida entre duas classes que refletem os polos dinâmicos da economia local.

Fernandes afirma que as novas relações econômicas estabelecidas no complexo econômico vinculado ao setor externo, ainda que se constituindo em uma nova dependência, seriam “o verdadeiro ponto de partida da maior liberdade e de maior independência na

esfera econômica” (FERNANDES, 2006, p. 120). São os capitais acumulados no setor agrário e não reinvestidos nesse setor que formam o motor do desenvolvimento econômico interno ainda no Império. O núcleo do impulso capitalista local estava no capital comercial.

Para Fernandes, essa nova etapa corresponde à constituição das condições de expansão do “espírito burguês” que viria a superar as condições coloniais herdadas. Essa superação era possível por conta da baixa dependência da nova burguesia mercantil urbana em relação à aristocracia agrária. Seu sucesso econômico dependia da expansão dos empreendimentos econômicos vinculados à diferenciação crescente das atividades urbanas (FERNANDES, 2006, p. 125).

Nesse ponto, Fernandes se aproxima novamente de Rangel ao mostrar o surgimento de uma burguesia interna, classe nova e sem hegemonia política, como consequência da Independência. Também se aproxima dele ao deixar claro que a modalidade de capitalismo a surgir no espaço urbano é a mercantil. Ou seja, o processo desencadeado pela Independência internaliza o capitalismo mercantil, todavia sem destruir o escravismo. Tanto para Fernandes quanto para Rangel, como se verá a seguir, é somente como desdobramento lógico e histórico do capital comercial que surgirá o capital industrial⁷.

5. MUDANÇAS TRAZIDAS PELO DESENVOLVIMENTO DO SETOR CAFEIEIRO E SURGIMENTO DA INDÚSTRIA

O desenvolvimento do setor cafeeiro gera um impulso que acentua as transformações abertas com a Independência e engendra novas contradições, que deverão ser resolvidas historicamente, como a superação da relação social escravista.

Fernandes (2006, p. 200) afirma que o crescimento urbano e a internalização da atividade comercial de importação e exportação geram um dinamismo econômico novo. O setor agrário tradicional, ainda que responsável original por esse dinamismo, não será capaz de submetê-lo à sua lógica. Pelo contrário, o setor novo aos poucos irá inoculando sua lógica de funcionamento no setor antigo. Ou seja, ainda que o setor novo sofra as pressões de adaptação feitas pelo setor agrário tradicional, ele é um elemento que empurra para a frente a dinâmica econômica interna do país.

Essa interpretação guarda grande similaridade com a de Rangel. Para este, a internalização de um modo de produção que existia somente nos países centrais significa a formação de um novo polo econômico interno. Mais que isso, Rangel argumenta, a partir de sua teoria da dualidade, que o desenvolvimento das forças produtivas nacionais gerado pelo dinamismo do novo polo impõe a superação histórica, realizada por um longo processo, do polo antigo. Para Rangel, a internalização do capitalismo mercantil provocada pela Independência levou a um desenvolvimento das forças produtivas internas até a superação do modo de produção baseado no trabalho escravo e à ascensão da burguesia comercial como classe hegemônica, após a Proclamação da República.

Se é transparente em Rangel a noção de que quando ocorre o encontro de um modo de produção superior com um inferior desencadeia-se um processo de convívio conflituoso

⁷ A origem do capital industrial no Brasil é um ponto polêmico e relevante. Rangel e Florestan demonstram que, tanto lógica quanto historicamente, o capital industrial no Brasil surge do desenvolvimento e transformação do capital comercial. Isso diferencia esses dois autores de outros como Melo (1998, p. 104), que afirmam ter ocorrido uma transferência direta de capitais do setor agrário para o setor industrial.



Carregadores embarcam sacas de café para exportação no Porto de Santos (SP), 1902

em que o sentido geral, no decurso de disputas profundas, é a superação do modo de produção antigo pelo novo, isso também aparece nestas passagens de Fernandes:

Esse processo estava na “lógica da situação”; pois, no final das contas, o sistema econômico mais complexo e avançado era o que nascera nas cidades [...] e ele tinha de prevalecer sobre o outro (solapando as bases de sua autonomia e preponderância) (FERNANDES, 2006, p. 201).

E acrescenta:

Aquele mercado podia crescer e tornar-se, por sua vez, a fonte de classificação econômica e social dos vários estratos em presença, destruindo, por sua existência, as funções classificadoras da ordem escravocrata e senhoria, engendrando dinamicamente um “regime de classes”. Isso acabou acontecendo. Não por omissão dos estamentos senhoriais e de suas elites, mas porque eles não podiam *estancar a história*: optando pela emancipação política, escolheram o capitalismo como alternativa ao “infame pacto colonial” e tinham de confrontar-se com o destino (e sobressaltos) que ele lhes reservava (FERNANDES, 2006, p. 204, grifos originais).

É importante registrar uma distinção relevante entre Rangel e Fernandes a respeito dessa convivência contraditória de diferentes modos de produção. Ainda que ambos afirmem que o sentido histórico geral seja a superação do modo de produção inferior pelo superior, em Fernandes o primeiro molda o último por contado poder das velhas classes dominantes em luta para defender seus interesses. Além disso, a classe dominante representante do modo de produção superior reproduz as formas de dominação da antiga classe dominante, perpetuando-as. Há, portanto, para Fernandes, uma síntese entre os modos de produção em confronto, em que o convívio de contrários cede lugar a uma harmonia de interesses oligárquicos, atando “o presente ao passado como se fosse uma cadeia de ferro” (FERNANDES, 2006, p. 200).

Em Rangel, o convívio de modos de produção distintos e que se interpenetram não gera uma perpetuação do modo de produção antigo no interior das novas formas. Ainda que o processo histórico de superação seja longo e gradativo — visto que a classe dominante

representativa do modo de produção inferior é paulatina, e não sumariamente, excluída do pacto de poder —, os diferentes modos de produção continuam em permanente contradição.

Fernandes (2006, p. 133-134) apresenta uma interpretação muito rica do desenvolvimento da contradição entre, por um lado, o descolamento de capitais do setor agrário exportador para o setor comercial e financeiro e, por outro lado, a ordem política que sustentava a dominação da aristocracia agrária. O setor agrário era o setor que ditava o dinamismo econômico do sistema, mas, ao fazê-lo, engendrava a superação de sua própria hegemonia econômica e política, que irá ocorrer na década de 1880.

Mais importante ainda, os fazendeiros paulistas que não se prenderam ao domínio senhorial nos moldes do senhor de engenho seguido pelo “barão do café” caminharam empurrados pela história, e operaram a transformação da unidade produtiva senhorial em empreendimento comercial agrícola estrito, voltado às necessidades do comércio exterior (FERNANDES, 2006, p. 135).

Sobre esse ponto, Fernandes se refere às mudanças comportamentais dos senhores rurais do café resultantes das imposições do mercado mundial, que os impelia a uma racionalização da produção ainda sob a relação de produção escravista. Essas imposições aos poucos aprofundavam a contradição entre a ordem colonial e as novas condições de manutenção do poder e prestígio da classe dominante rural.

Nos termos da teoria da dualidade de Rangel, é o desenvolvimento do capitalismo industrial dos países centrais no século XIX que arrasta o Brasil para atender a suas próprias necessidades, provocando paulatinamente o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, torna obsoletas as relações sociais de produção internas mais antigas, impulsiona um deslocamento para fora do poder estatal das classes sociais dominantes presas a elas e propicia a ascensão de novas classes dominantes. Esse processo provoca a mutação do senhor de escravos do café em fazendeiro comercial.

A política de defesa do café da Primeira República retrata o controle da burguesia mercantil agrária sobre os aspectos comerciais e financeiros de sua atividade. Fernandes (2006, p. 143) afirma que esse controle seria impensável para a classe dominante agrária típica do período anterior, restrita à esfera da produção interna das propriedades rurais. Essa é a expressão principal do caráter comercial dessa classe e de sua hegemonia sobre o Estado na nova fase. A formação dos bancos, em conjunto com a política de defesa do café, é, segundo Fernandes (2006, p. 145), o resultado notório da confluência do capital originado na lavoura com o capital financeiro e comercial.

Ainda na Primeira República, outro tema em que há semelhanças entre os autores é a origem do capital industrial. Fernandes põe o imigrante no centro do surgimento da indústria de transformação no Brasil. Diz o autor:

Tornou-se [o imigrante], assim, simultaneamente, o principal agente econômico da primeira tendência definida e consistente de substituição de importações, um agente econômico privilegiado nas fases iniciais de concentração do capital industrial e o herói da industrialização (FERNANDES, 2006, p. 161).

Fernandes argumenta que a situação de baixa monetização da fazenda em que os imigrantes trabalhavam impunha ao fazendeiro que lhes pagasse parte da remuneração na forma de bens. Soma-se a esse pagamento *in natura* a produção própria para si a que o imigrante tinha direito no regime de parceria. Como resultado, o imigrante detinha bens agrí-

colas que lhe permitiam entrar no circuito comercial. Daí em diante, por um caminho duro em que poucos tinham sucesso, conseguia alcançar um acúmulo de capital suficiente para se estabelecer como comerciante e, nos casos de maior sucesso, como industrial.

Há duas convergências importantes entre Fernandes e Rangel nesse tema. A primeira é o apontamento do papel importante da relação social entre fazendeiro e imigrante, baseada na parceria e não na forma salarial tipicamente capitalista, na passagem do regime de trabalho escravo para o livre. A segunda é a demonstração da origem do capital industrial pela ação do capital comercial e do imigrante, e não simplesmente pela transferência de capitais do setor cafeeiro para o industrial.

Fernandes defende explicitamente a tese de que o Brasil passa por uma fase de capitalismo comercial antes de alcançar o capitalismo industrial, como ocorreu com os países centrais:

Aqui, guardadas as proporções, os efeitos constitutivos do mercado capitalista moderno são comparáveis ao que ocorreu na evolução das economias centrais. O capitalismo comercial aparece primeiro e atinge, com o tempo, um nível de concentração que o converte em patamar para o aparecimento do capitalismo industrial (FERNANDES, 2006, p. 279-280).

Portanto, o capital na forma monetária utilizado para o financiamento dos empreendimentos industriais tinha, naturalmente, origem na acumulação do setor cafeeiro, por ser este setor o mais dinâmico e o que direciona maiores volumes de dinheiro para o sistema bancário. Porém, a existência de demanda empresarial para esse capital deriva do desenvolvimento do capital comercial.

6. CAPITALISMO INDUSTRIAL SOB HEGEMONIA DOS INTERESSES AGRÁRIOS

Fernandes (2006, p. 239) sugere um “período de referência” para a chegada ao Brasil da sociedade de classes, ou era burguesa. Não é com o fim do trabalho escravo em 1888 ou com a Proclamação da República no ano seguinte que esse regime é alcançado. Essas datas são o início de uma fase de transição, ainda “sob hegemonia da oligarquia”. Nos eventos que se desenrolam na década de 1920 é que o regime burguês se aproxima de sua consolidação. Fernandes, ainda que não defina essa fase de transição como de hegemonia da burguesia comercial, afirma que “o comércio vem a ser seu ponto de encontro e a área que define seus interesses comuns” (FERNANDES, 2006, p. 240).

Rangel advoga em sua teoria da dualidade que o período que compreende a desagregação do trabalho escravo, da Abolição e a Proclamação até a Revolução de 1930, a segunda dualidade, é hegemônico pela burguesia comercial, sendo esta composta pelos fazendeiros comerciantes do setor exportador de café e os grandes importadores. A burguesia industrial, nessa fase, ainda não se apresenta na esfera pública como força moldadora da sociedade e do Estado.

Sobre o período que compreende o fim da Primeira Guerra Mundial, marcando um primeiro momento de fortalecimento do setor industrial, e o golpe de 1964, Fernandes (2006, p. 361) não considera que há um deslocamento das velhas oligarquias pelas novas classes, e sim uma acomodação em que a antiga oligarquia se mantém como parte da composição de classes dominantes à frente do Estado. Nesses termos, a Revolução de 1930,



Imigrantes europeus, incluindo crianças, trabalham em lavoura de café no interior de São Paulo. Início do séc. XX

ainda que Fernandes assim denomine esse evento histórico, não significa nenhuma ruptura estrutural com o passado. Diferentemente da sua interpretação a respeito da relevância da revolução da Independência. Como consequência, a periodização da história brasileira desde o início do século XIX proposta por Fernandes não tem na Revolução de 1930 um marco. Antes e depois, tem-se o capitalismo competitivo.

Essa interpretação aparentemente subestima os efeitos para a evolução do capitalismo e da sociedade brasileiras resultantes da derrota da oligarquia do café para a aliança entre setores agrários de outras regiões, classe média urbana e burguesia industrial ocorrida com a Revolução de 1930. Subestima também, em contradição com a própria visão de Fernandes a respeito do papel decisivo do movimento internacional do capitalismo sobre o país, os efeitos da crise de 1929 e das disputas geopolíticas da década seguinte, com a ascensão do fascismo na Europa e as consequências da Segunda Guerra Mundial.

A Revolução de 1930 marca um passo fundamental da história brasileira, pois pela primeira vez a oligarquia agrária exportadora e os setores do comércio de importação são deslocados da sua posição hegemônica. Economicamente, são os eventos em torno dessa alteração de composição entre as frações de classes dominantes e da crise de 1929 que dispararam um movimento inédito da economia brasileira, em que o setor urbano industrial passa a ter dinamismo próprio e constituir-se no principal motor da dinâmica econômica interna. É o momento de internalização do capital industrial, como fora a Independência o momento de internalização do capital comercial, como afirma o próprio Fernandes.

Essas duas novidades históricas são mais que suficientes para tornar a Revolução de 1930 um divisor entre as trajetórias anterior e posterior da economia brasileira. O ponto em que Fernandes tem razão é que, como ocorreu nas transições anteriores, o deslocamento das antigas frações de classes hegemônicas não é total. O novo pacto de poder as carrega em seu interior, porém em novas posições. Como explicou Rangel, a classe dominante agrária não cafeeira torna-se a classe dominante a partir de 1930, na terceira dualidade. Logo, a burguesia industrial não impõe seu programa livremente, pelo contrário, ele é moldado pelos interesses de dominação pré-capitalista dos setores agrários agora hegemônicos.



Getúlio Vargas (ao centro) posa para foto na estação ferroviária de Itararé (SP) ao lado de militares que o apoiavam durante a Revolução de 1930

O que aparentemente Fernandes não considera com centralidade e é fundamental em Rangel para compreender a transição ao capitalismo industrial pós-1930 é a divisão feita por Rangel entre burguesia agrária voltada para o mercado externo, setor do café, e burguesia agrária feudal, voltada ao mercado interno. Essa divisão no interior das classes dominantes agrárias é o elemento decisivo para a eclosão da Revolução de 1930 e, assim, para a chegada, como sócia menor, da burguesia industrial ao poder. Portanto, o conteúdo restrito da instituição da ordem burguesa não se deve, em Rangel, a uma suposta escolha do atraso pela burguesia industrial, e sim à sua posição subordinada no pacto de poder entre ela e a fração agrária que derrota o setor agrário exportador.

Essa divisão entre as classes dominantes agrárias, porém, não está de todo ausente em Fernandes. Em uma passagem, Fernandes considera a divisão entre as oligarquias regionais tradicionais como elemento das disputas que se acentuam ao longo da Primeira República:

os industriais de São Paulo e Rio de Janeiro são comumente lembrados, mas não se deveria esquecer a pressão que provinha das oligarquias “tradicionais” dos estados em relativa ou franca estagnação econômica (FERNANDES, 2006, p. 245).

Reporta-se abaixo uma longa passagem que mostra a proximidade entre a interpretação de Fernandes sobre a presença dos interesses “agrários” na moldagem da dominação burguesa e a composição da terceira dualidade de Rangel, em que a burguesia industrial se torna sócia menor das classes dominantes agrárias descoladas da oligarquia do café. Sobre a “consolidação conservadora da dominação burguesa”, afirma Fernandes:

Foi graças a ela que a oligarquia — como e enquanto oligarquia “tradicional” (ou agrária) e como oligarquia “moderna” (ou os *altos negócios*, comerciais-financeiros mas também industriais) — logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa [...] poderíamos dizer que se constitui uma *nova aristocracia* e que foi a oligarquia (“antiga” ou “moderna”) — e não as classes médias ou os industriais — que decidiu, na realidade,

As conclusões dos autores são muito distintas. Enquanto Rangel acreditava que o processo histórico sob coordenação estatal levaria ao fim da dualidade brasileira, com a internalização do modo de produção mais avançado presente nos países centrais, Fernandes entendia que, sob as condições do capitalismo dependente, era impossível o desenvolvimento efetivamente nacional e democrático

o que deveria ser a dominação burguesa. Senão idealmente, pelo menos na prática (FERNANDES, 2006, p. 246).

A proximidade entre Fernandes e Rangel nessa passagem está na ascendência dos interesses da oligarquia agrária sobre a burguesia industrial durante o processo de industrialização do país.

7. A TÍTULO DE CONSIDERAÇÃO FINAL: DIFERENTES CONCLUSÕES, SEMELHANÇAS ANALÍTICAS

A capacidade e os limites do Estado brasileiro de agir a favor do desenvolvimento nacional é tema crucial para ambos os autores e serve para demonstrar que, a despeito das conclusões opostas a que chegam, ainda assim as estruturas analíticas em que se baseiam apresentam semelhanças. Em uma das passagens em que Fernandes expressa uma demarcação crítica com o pensamento nacional-desenvolvimentista, ele afirma:

O Estado não tem nem pode ter, em si e por si mesmo, um poder real e uma vocação inflexível para o nacionalismo econômico puro. Ele reflete, historicamente, tanto no plano econômico quanto no plano militar e político, os interesses sociais e as orientações econômicas ou políticas das classes que o constituem e o controlam (FERNANDES, 2006, p. 306).

Essa visão é correta — ainda que Florestan refute, a nosso ver equivocadamente, a dimensão progressista do nacional-desenvolvimentismo e se refira às possibilidades de afirmação nacional e democrática em disputa na sociedade brasileira entre 1945 e 1964 como ilusões alimentadas pela ideologia burguesa.

Rangel, por outro lado, sobrevaloriza a autonomia relativa do Estado e sua capacidade de conduzir a economia brasileira pelo caminho mais adequado para o desenvolvimento nacional autônomo. É uma visão que nos parece estar em contradição com a própria teoria da dualidade do autor, em que a interação entre os modos de produção e entre as classes dominantes conforma a substância do Estado em cada etapa. Logo, as possibilidades de o Estado realizar ou não um projeto de desenvolvimento nacional soberano não estão desvinculadas de sua composição de classes. Desse modo, a teoria de Rangel tenderia a se tornar analiticamente mais poderosa se essa superautonomia relativa do Estado, de inclinação hegeliana⁸, fosse extraída. E, nesse caso, a abordagem dos dois autores teria mais uma área de interseção.

Ainda assim, analiticamente, para Florestan Fernandes, os limites para o desenvolvimento capitalista no Brasil assumir um caráter nacional e democrático decorrem da dupla articulação da economia brasileira, com o passado oligárquico e com os países centrais dominantes, que mantém o Brasil em situação de dependência. Essa estrutura de análise também é muito semelhante à teoria da dualidade de Rangel, pois, para este autor, as transições pelas quais passaram a economia e a sociedade brasileiras possuem a característica de responder sempre a duas ordens de mudança, uma com o setor e classe representantes do modo de produção mais retrógrado em termos de relações sociais de produção, e a outra com o país e modo de produção hegemônicos no plano internacional.

Como já dito, as conclusões dos autores, entretanto, são muito distintas. Enquanto Rangel acreditava que o processo histórico sob coordenação estatal levaria ao fim da dualidade brasileira, com a internalização do modo de produção mais avançado presente nos países centrais, Fernandes entendia que, sob as condições do capitalismo dependente, era impossível o desenvolvimento efetivamente nacional e democrático.

Ressalta-se assim que, apesar dessa diferença relevante nas conclusões dos autores, as teorias da dinâmica da economia e da sociedade brasileiras que ambos constroem para sustentar suas análises apresentam semelhanças incontestes.

* Economista, mestre e doutorando em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sua pesquisa se concentra nos temas do financiamento do desenvolvimento, economia brasileira contemporânea e financeiraização. Ex-professor voluntário de Macroeconomia I na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Economista consultor do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Ex-chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais. *E-mail*: diogo-santos@cedepplar.ufmg.br

⁸ Sobre a presença da ideia hegeliana de Estado em Rangel, ver Mercadante (1998).

► Texto recebido em 18 de janeiro de 2022; aprovado em 27 de janeiro de 2022.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CASTRO, Márcio Henrique Monteiro de; BIELSCHOWSKY, Ricardo; BENJAMIN, César. Notas sobre o pensamento de Ignácio Rangel no centenário de seu nascimento. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 34, n. 4, p. 527-543, 2014.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. Editora Unesp, 1997.

DOMINGUES, Fabian Scholze; FONSECA, Pedro Dutra. Ignácio Rangel, a correção monetária e o Paeg: recontando a história. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 429-458, 2017.

ESPÍNDOLA, José Carlos; CRUZ, Wander Luis de Melo; CUNHA, Roberto César da. A “perifericidade” do Brasil e a dependência tecnológica em Ignácio Rangel. **Princípios**, São Paulo, v. 41, n. 165, p. 76-96, set.-dez. 2022.

FARO, Luiz Cesar; SINELLI, Mônica. **Ignácio Rangel: elogio à ousadia**. Curitiba: Insight, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

HELLER, Claudia. **A “pré-dualidade” e o “fim da dualidade básica” à luz de Ignácio Rangel e alguns de seus intérpretes**. In: SEMINÁRIO EM HISTÓRIA E METODOLOGIA DA ECONOMIA, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 2014. Disponível em: <www.researchgate.net/profile/Claudia-Heller-2/publication/268078336_A_PRE-DUALIDADE_E_O_FIM_DA_DUALIDADE_BASICA_A_LUZ_DA_DE_IGNACIO_RANGEL_E_ALGUNS_DE_SEUS_INTERPRETES/links/54614d8e0cf27487b45272c1/A-PRE-DUALIDADE-E-O-FIM-DA-DUALIDADE-BASICA-A-LUZ-DA-DE-IGNACIO-RANGEL-E-ALGUNS-DE-SEUS-INTERPRETES.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

HOLANDA, Felipe Macedo; ALMADA, Jhonatan Uelson Pereira; PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de (Org.). **Ignácio Rangel, decifrador do Brasil**. São Luís: Edufma, 2014.

JABBOUR, Elias. O marxismo e outras influências sobre o pensamento de Ignácio Rangel. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 561-583, 2017.

LIMA, Airton Souza. Caio Prado Jr. e a polêmica “feudalismo-capitalismo”: pela desconstrução de consensos. **Aurora**, v. 2, n. 1, p. 70-79, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Cativeiro da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 1. ed. São Paulo: Editora Unicamp, 1998. (Coleção 30 Anos de Economia – Unicamp).

MERCADANTE, Paulo. Ignácio Rangel e a substância de nossa realidade. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Márcio (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 40-48.

MOTTA, Luiz Eduardo. O Iseb no banco dos réus. **Comum**, v. 5, n. 15, p. 119-145, 2000.

NOGUEIRA, Leandro Mendes. **A interpretação de Ignácio Rangel e o Brasil do milagre e antimilagre econômico**. 2017. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) — Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PEREIRA, Hugo Carcanholo Iasco; CARVALHO, André Roncaglia de. A controvérsia estruturalista-monetarista e a interpretação de Ignácio Rangel em “A inflação brasileira”. **História Econômica & História de Empresas**, v. 22, n. 2, p. 523-550, 2019.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. Companhia das Letras, 2014.

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. In: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. v. 2, p. 655-685.

_____. A inflação brasileira. In: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. v. 1, p. 551-680.

_____. Dualidade básica da economia brasileira. In: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. v. 1, p. 285-354.

_____. Dualidade e escravismo colonial. In: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. v. 2, p. 623-635.

Juventude e trabalho na pandemia de covid-19

A experiência dos
“*bike-entregadores*” de
aplicativos de *delivery*

Youth and labour in the covid-19 pandemic
The experience of bike-delivery drivers

caíque oliveira*
maria carla corrochano**

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.007>

Acervo Depositphotos



As entregas com bicicletas representam o segmento no qual há maior inserção de jovens em todo o Brasil

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.007>

RESUMO

Em um contexto de crise econômica e ascensão da uberização no capitalismo brasileiro, os jovens têm encontrado nas plataformas digitais uma forma de inserção profissional. Partindo da importância que a dimensão do trabalho assume na experiência juvenil brasileira e do modo como essa experiência é atravessada pela intersecção das desigualdades de classe social, gênero, cor/“raça” e idade, trata-se aqui de apresentar parte dos resultados de uma pesquisa realizada com entregadores ciclistas que trabalhavam em aplicativos na cidade de São Paulo no contexto da pandemia da covid-19. Por meio de uma pesquisa de caráter qualitativo, foram realizadas 11 entrevistas com *bikeboys*, entre os anos de 2021 e 2022. Além da precariedade da ocupação, as experiências desses jovens trabalhadores no serviço de “*bike-entregas*” são marcadas pela busca das plataformas em decorrência da dificuldade de encontrar trabalho em um cenário economicamente desfavorável, com exposição a múltiplos riscos no cotidiano e conflitos na combinação entre estudos e trabalho. Na contramão da culpabilização de jovens, sobretudo das periferias urbanas, pela disseminação do vírus, o artigo evidencia que a pandemia acirrou as desigualdades e os desafios vividos pela juventude trabalhadora.

Palavras-chave: Juventude. Trabalho. Plataformas digitais. Pandemia da covid-19.

ABSTRACT

In a context of economic crisis and rise of uberization in Brazilian capitalism, young people have found a possibility of professional insertion on digital platforms. Starting from the importance that the dimension of work takes in the Brazilian youth experience and the way in which this experience is crossed by the intersection of social class, gender, color/race and age inequalities, we present part of the results of a research carried out with cyclist couriers working on apps in the city of São Paulo in the context of the covid-19 pandemic. Through a qualitative research, eleven interviews were carried out with bikeboys, between the years 2021 and 2022. In addition to the precariousness of the occupation, the experiences of these young workers in the bike-delivery service are marked by the search for platforms after difficulties in finding work in an economically unfavorable scenario, exposure to multiple risks in everyday life and conflicts in reconciling studies and work. Contrary to blaming young people, especially from the urban peripheries, for the spread of the virus, the article shows that the pandemic has intensified the inequalities and challenges experienced by working youth.

Keywords: Youth. Labour. Digital platforms. Covid-19 pandemic.

1. INTRODUÇÃO

No início de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou que a covid-19 havia se transformado em uma pandemia global, já era possível prever que o período vindouro traria mudanças em diversos âmbitos da vida social. A situação gerou impactos sobre a vida da população nas diversas partes do globo, em razão de medidas tais como isolamento e distanciamento social, e intensificou as desigualdades em vários setores para além da saúde.

Apesar de, em muitos momentos, a mídia e outros segmentos da sociedade propagarem uma imagem da juventude como irresponsável, especialmente em referência aos jovens das periferias urbanas, acusando-os de continuarem frequentando festas e baladas e provocando aglomerações e a consequente disseminação do vírus, é necessário considerar que boa parte da juventude brasileira precisou continuar a sair às ruas para trabalhar (CORROCHANO, 2021; CORROCHANO; LACZYNSKI 2021; SOBRINHO; ABRAMO, 2021).

Sem uma ocupação profissional que permitisse o *home office*, e com a diminuição da renda e elevação do desemprego entre familiares, muitos jovens não puderam praticar o autoisolamento: aqueles e aquelas que trabalhavam nos chamados “serviços essenciais” continuaram a trabalhar neles e foram expostos cotidianamente ao risco de contrair a covid-19 (SOBRINHO; ABRAMO, 2021).

Diante de um cenário de crise econômica que se inicia em 2014 e é agravado pela pandemia, diversos jovens encontraram nas plataformas digitais uma possibilidade de obtenção de trabalho e renda. Os serviços oferecidos por plataformas digitais que terceirizam trabalhadores são diversos, contudo, a entrega de mercadorias passou por amplo crescimento de demanda, a ponto de seus trabalhadores serem considerados “essenciais” para a manutenção do isolamento e distanciamento social durante o período pandêmico (GONSALES; MODA; ACCORSI, 2020). As entregas com bicicletas representam o segmento no qual há maior inserção de jovens em todo o Brasil (CUT, 2021; FILGUEIRAS; LIMA, 2020). Os dados existentes para o município de São Paulo também indicam que, além de jovens, os entregadores apresentam um perfil majoritariamente masculino, negro e periférico (ABÍLIO, 2020; ALIANÇA BIKE, 2019).

Este artigo visa contribuir com essas discussões ao investigar as experiências dos “*bike*-entregadores” na pandemia a partir da ótica da categoria juventude. Para ampliar a lente analítica sobre esse segmento da juventude trabalhadora, a investigação movimentou-se a partir da intersecção das desigualdades que incidem sobre essa experiência laboral juvenil. A pesquisa contou com 11 entrevistas realizadas com “*bike*-entregadores” e “*bike*-entregadoras” que trabalhavam para aplicativos de *delivery* na cidade de São Paulo. Considerando-se que a maior parte do projeto foi desenvolvido em meio à pandemia da covid-19, as entrevistas foram realizadas de maneira remota.

O artigo compõe-se de três partes, para além desta introdução e das considerações finais. A próxima parte traz uma breve caracterização do desenvolvimento do fenômeno da uberização no capitalismo. Na terceira parte, apresentam-se algumas notas sobre a metodologia da pesquisa. A seguir, o artigo apresenta dados sobre a experiência desses jovens trabalhadores nas plataformas de entregas durante o cenário pandêmico, sustentando a tese de que tais experiências são emblemáticas do acirramento das desigualdades vividas pelos jovens no mundo do trabalho.

No Sul global, mais especificamente no Brasil, a uberização encontrou um cenário distinto, todavia igualmente ancorado no neoliberalismo. Enquanto no Norte global a uberização se notabiliza por uma produção incessante de vínculos informais de trabalho, no Brasil a uberização encontra um capitalismo já organizado pela informalidade

2. A EMERGÊNCIA DA UBERIZAÇÃO NO CENÁRIO BRASILEIRO

O desenvolvimento das plataformas digitais de trabalho é relativamente recente na história do capitalismo. As transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade têm modificado o modo como os indivíduos buscam e vivenciam a própria experiência laboral. Esse é o caso da uberização, fenômeno recente no qual é possível encontrar e realizar trabalhos utilizando o próprio *smartphone*. Acessadas pelo toque na tela do próprio telefone, as plataformas digitais têm levado milhões de pessoas pelo mundo a novas experiências laborais (ROSENBLAT, 2018).

Delimitar características do trabalho nas plataformas envolve recorrer a uma literatura internacional, sobretudo do Norte global (ROSENBLAT, 2018; SLEE, 2017; SRNICEK, 2017). No entanto, deve-se ponderar que a uberização acontece de formas distintas nos países do Norte e do Sul global.

A popularização dos *smartphones* é um fenômeno relevante para a compreensão do avanço dessas plataformas, sobretudo entre os jovens. Sua popularização possibilitou muito mais do que usufruir as funções de um computador no bolso, mas ainda a criação de conexões digitais entre pessoas, demandas e serviços. Por mais que o aparelho telefônico esteja presente entre pessoas de todas as idades, são os jovens que mais utilizam e melhor dominam essas tecnologias (IBGE, 2020).

As plataformas digitais aparecem nesse cenário e ampliam as possibilidades oferecidas pelos *smartphones*. Em síntese, as plataformas de aplicativos são infraestruturas digitais que permitem a interação entre diferentes agentes ou grupos sociais e, assim, possibilitam mediações entre prestadores de serviços, anunciantes e clientes, entre outros agentes posicionados nas mais diversas cadeias de suprimentos (SRNICEK, 2017; VAN DOORN, 2021). Atualmente é possível encontrar aplicativos que fornecem serviços para os diversos âmbitos da vida, atendendo a demandas por alimentação, moradia, transporte, saúde, educação e amor (GROHMANN, 2020; SRNICEK, 2017).

Quanto mais vantagens na legislação as plataformas digitais passaram a obter e, assim, mais foram chamando a atenção, um termo passou a ser utilizado para definir a ascensão dessas empresas no capitalismo: uberização. O fenômeno da uberização se manifesta em empresas que possuem uma estrutura diferente das empresas convencionais, o que impacta diretamente no custo de operação. Uberização nomeia um novo tipo de gestão e controle da força de trabalho, além de constituir uma tendência passível de se generalizar no âmbito das relações laborais das próximas gerações. De acordo com Abílio (2021b, p. 85):

A uberização, na verdade, trata da transformação do trabalhador nesse profissional *just-in-time*. Acho que essa é uma forma de resumir a história, mas é uma definição complexa. A ideia do trabalhador *just-in-time* é consolidar uma forma de subordinação e gerenciamento do trabalho inteiramente apoiada em um trabalhador desprotegido. E essa desproteção é mais perversa do que a simples ausência de direitos, de uma formalização da jornada. É um trabalho totalmente desprotegido em termos legais porque o trabalhador é transformado em um autogerente de si próprio [*sic*], que não conta com nenhuma garantia associada às leis trabalhistas. Mas penso que isso seja algo ainda mais profundo, que vai além do caráter da desproteção. Há a ideia de que é possível construir uma multidão de trabalhadores disponíveis, que podem ser recrutados pelos meios tecnológicos existentes hoje. Então eles são recrutados na exata medida das demandas das empresas ou do capital, se quisermos falar de uma forma mais genérica, não dispondo de garantia alguma sobre a própria forma de reprodução social.

O funcionamento das plataformas guarda semelhanças com o sistema de produção *just-in-time*: trabalhar conforme a demanda corresponde a estar disponível para aquilo que o aplicativo disponibiliza. As técnicas do sistema *just-in-time* foram parte de um processo de reestruturação produtiva que transformou o trabalho no capitalismo. No caso das plataformas digitais, em alguns países — dentre eles o Brasil — os entregadores são remunerados apenas pela tarefa que foi executada, isentando as plataformas de qualquer responsabilidade sobre o tempo despedido pelos trabalhadores à espera de pedidos (ABÍLIO, 2021b).

Tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, a uberização encontrou base na crise econômica e financeira de 2008. Após esse período, enquanto os países optaram por salvar bancos e flexibilizar ou manter flexível a proteção social aos trabalhadores, emergiu um cenário de empregos sem regulamentação. Essa nova economia baseada em atividades de meio período e pouca — ou nenhuma — estabilidade foi chamada pelos analistas de *gig economy*, ou economia dos “bicos” (GARCIA-PARPET; BEVILAQUA, 2020). Na *gig economy*, as plataformas de aplicativos encontraram terreno fértil para se desenvolver, como alternativa para os trabalhadores obterem alguma ocupação que lhes possibilite a obtenção de alguma renda. Empresas como a Uber exploraram esse cenário e desenvolveram negócios bilionários (SLEE, 2017).

No Sul global, mais especificamente no Brasil, a uberização encontrou um cenário distinto, todavia igualmente ancorado no neoliberalismo. Enquanto no Norte global a uberização se notabiliza por uma produção incessante de vínculos informais de trabalho, no Brasil a uberização encontra um capitalismo já organizado pela informalidade. Este artigo segue as preocupações que apontam a importância da informalidade para a implantação dessas plataformas digitais no Brasil (ABÍLIO, 2020; LIMA; BRIDI, 2019; LIMA; OLIVEIRA, 2021).

No período de crise pós-2014, a reforma trabalhista contida na lei nº 13.467 de 2017, trouxe novos elementos de precariedade e impacto para as relações de trabalho no

Brasil. Afora a possibilidade de terceirização de todas as atividades da empresa, após a mudança na legislação emergiram novas tipificações, como o “trabalho intermitente” e o do “autônomo exclusivo”. Esses tipos de trabalho têm lógicas que se aproximam das lógicas de flexibilização e precarização que orientam as plataformas digitais (LIMA; OLIVEIRA, 2021).

A uberização, portanto, ao realizar uma dispersão controlada do trabalho, na medida em que catalisa novas formas de terceirização e de transferência de riscos e custos, tem papel importante na consolidação de uma condição laboral que combina informação e informalidade (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021). Mais especificamente no caso brasileiro, a uberização se desenvolve em um terreno no qual os direitos trabalhistas não são a regra e a legislação recente corrobora modelos de gestão pautados pela terceirização e flexibilização.

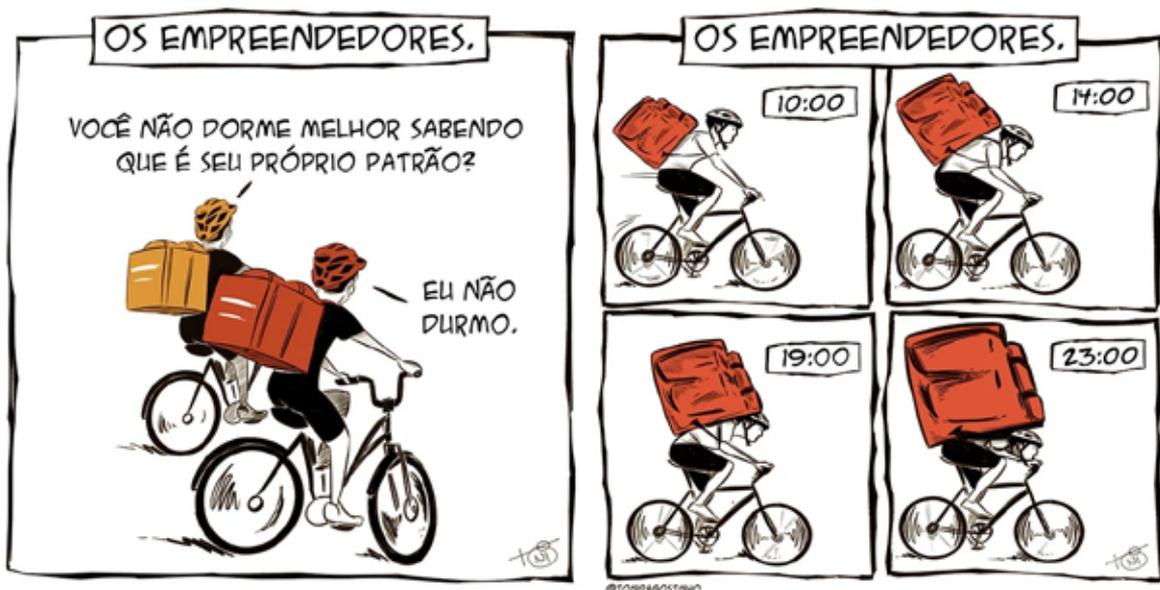
3. A PESQUISA

Há um conjunto importante de pesquisas de natureza quantitativa que exploram o perfil e a condição dos entregadores (ABÍLIO, 2020; ALIANÇA BIKE, 2019; CUT, 2021; FILGUEIRAS; LIMA, 2020). Dado que as plataformas não disponibilizam informações sobre o número de entregadores ativos, seu perfil e suas condições laborais, é preciso um esforço para mapear esses aspectos, realizando pesquisas empíricas com os próprios trabalhadores. A própria inércia dos órgãos públicos de fiscalização, aliada ao *modus operandi* dessas plataformas, dificulta a captação e exposição de dados e a realização de pesquisas de natureza documental.

Ao lado da condição de classe, as categorias *idade*, *gênero* e *cor/“raça”* são relevantes na análise do perfil e das condições de trabalho dos “bike-entregadores” na cidade de São Paulo. Os dados atestam que aproximadamente 3 em cada 4 “bike-entregadores” têm entre 15 e 29 anos (ALIANÇA BIKE, 2019). Além de jovens, pode-se dizer que o perfil desses trabalhadores é masculino e negro: os homens representam mais de 90% deles, e as pessoas negras — autodeclaradas pardas ou pretas —, mais de 70%. É relevante destacar que, no caso da cidade de São Paulo, a maioria desses jovens reside na periferia e se desloca até o centro da cidade para ligar os aplicativos (ABÍLIO, 2021; ALIANÇA BIKE, 2019).

Assim, o marcador social *idade*, explorado a partir da categoria *juventude*, permite uma ampliação do olhar sobre esses trabalhadores. Por mais que a maior parte dos estudos que investigam a juventude vincule essa fase da vida ao processo de escolarização, básica ou superior, no Brasil, é relevante dizer que “o trabalho também faz juventude” (SPOSITO, 2005, p. 124), haja vista que muitos dos jovens brasileiros experimentam esse momento da vida inseridos de forma ativa no mundo do trabalho e, em alguns casos, frequentando concomitantemente a escola (ABRAMO; VENTURI; CORROCHANO, 2020; CORROCHANO, 2013; GUIMARÃES, 2005). Como ponto de partida desta análise, entendemos que é necessário identificar as possibilidades, potencialidades e impasses desse contexto histórico e social brasileiro que incide sobre as experiências dos jovens *bikeboys*.

No intuito de explorar o fato de que a juventude é múltipla, sendo comum inclusive falar em *juventudes*, no plural, a apresentação dos dados será inspirada pelas contribuições da interseccionalidade (COLLINS, 2022; COLLINS; BILGE 2021). No caso dos *bikeboys*, trata-se de uma juventude negra, masculina e periférica. A contextualização a partir das relações de gênero e étnico-raciais torna-se relevante para compreender essas experiências



Charges da série “Os empreendedores”, do cartunista Toni D’Agostinho

laborais, pois, mais do que incluir a observação de estruturas que promovem desigualdades, a perspectiva interseccional possibilita conceber os sujeitos com base em matrizes de análise de opressão que investem de maior complexidade a concepção de classe trabalhadora (ANDERSEN; COLLINS, 2007).

A compreensão da experiência desses jovens com o trabalho se realiza a partir de uma articulação entre elementos macrossociais e microssociais (REVEL, 1998). Os dados relativos aos elementos macro foram obtidos por meio de fontes documentais como o IBGE, relatórios do Ipea e outras fontes que possibilitam descrever a situação dos jovens no capitalismo brasileiro. Já os dados da dimensão micro foram produzidos a partir de entrevistas com jovens “bike-entregadores” realizadas entre 2021 e 2022¹.

Este artigo apresenta parte de uma pesquisa mais ampla, de caráter qualitativo, que contou com 11 entrevistas realizadas com “bike-entregadores” que trabalhavam para aplicativos. A maior parte do estudo, até o momento, foi desenvolvida em meio a restrições de circulação ocasionadas pela epidemia da covid-19. Por essa razão, as entrevistas foram realizadas de maneira remota por via do Google Meet, seguindo as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e do Núcleo Executivo de Vigilância em Saúde (Nevs) da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos)². A todos os entrevistados foram atribuídos nomes fictícios, na perspectiva de preservar seu anonimato.

O perfil dos 11 interlocutores corrobora as pesquisas quantitativas supracitadas: eles são, em sua maioria, jovens, homens e negros. A quase totalidade deles tinha idades entre 18 e 29 anos, dos quais 5 tinham entre 18 e 24 anos, 5 entre 25 e 29 anos, e 1 tinha 32 anos. A maioria (8) também se declarou do sexo masculino. Em relação à autodeclaração de

¹ No desenvolvimento do projeto foram utilizadas ainda outras fontes, como a observação em redes sociais e *in loco* nos espaços de trabalho. Porém, os dados produzidos a partir desses métodos não irão compor as evidências que embasam os argumentos deste artigo.

² O projeto que deu origem a este artigo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar em 2021 (processo 40185820.8.0000.5504).

cor/“raça”, 4 se identificaram como pardos, 3 como brancos, 2 como pretos, 1 como amarela e 1 como indígena.

A entrevista é uma ferramenta tradicionalmente utilizada, entendida como capaz de captar as percepções e atitudes diante de um determinado fenômeno (VINCENT, 2011). Sua realização de forma remota também se apresentou como um desafio para alguns dos interlocutores, dado que nem todos tinham familiaridade com a ferramenta ou se sentiam confortáveis com o formato.

As redes sociais foram importantes aliadas durante as primeiras aproximações com os jovens entregadores. Dada a necessidade de isolamento e distanciamento social, foi preciso buscar meios digitais tanto para encontrar os trabalhadores quanto para estabelecer diálogo com eles, na perspectiva da produção de dados. Páginas de entregadores e grupos formados por eles na internet³ multiplicaram-se no período, tornando esses meios viáveis para aproximações com os participantes.

Para fazer uma delimitação espacial, tomaram-se como referência “*bike-entregadores*” que atuam ou atuaram na cidade de São Paulo. A cidade está entre as mais populosas do mundo, com pouco mais de 12 milhões de habitantes, e é um importante centro financeiro do Brasil, sendo responsável pelo maior PIB nominal entre os municípios brasileiros (IBGE, 2023). Nas palavras de Silva (2006, p. 26), “São Paulo é uma cidade contraditória, apesar de possuir [*sic*] grande desenvolvimento econômico e financeiro, concentra também polos de exclusão e pobreza”. A cidade tem sido palco de muitas mobilizações de entregadores em defesa de seus direitos enquanto trabalhadores de aplicativos (MAIA, 2020).

4. JOVENS TRABALHANDO COMO “BIKE-ENTREGADORES” DURANTE A PANDEMIA

Apesar da visibilidade e da importância que os entregadores alcançaram no período pandêmico, o cenário que tornou o trabalho nos aplicativos uma possibilidade de obtenção de renda entre os jovens é anterior. Antes de tomar a pandemia como um marco de mudanças, é importante considerar o contexto que lançou as bases daquilo que foi aprofundado durante os anos de 2020 e 2021. Desde pouco antes do golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff⁴, o Brasil estava perdendo o fôlego do crescimento alcançado no fim da primeira década dos anos 2000 (COURSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2018). Mesmo com as mudanças ocorridas no cenário político e a aprovação de projetos de lei que visavam “modernizar” e “gerar emprego”, o país apresentou índices econômicos baixos, ainda que positivos, de modo que “a desejada aceleração do crescimento não se consolidou” (SABOIA et al., 2021, p. 5).

O cenário, que já era desafiador, ficou ainda mais crítico quando a OMS declarou estado de pandemia em 11 de março de 2020. Os impactos desse estado na economia sobressaem a qualquer outra crise econômica no Brasil (SABOIA et al., 2021). A necessidade de distanciamento e isolamento social trouxe implicações para múltiplas esferas da vida social. Logo, diante do desa-

³ No início de 2020, jornalistas responsáveis pela série “Retratos”, do UOL, passaram um dia em grupos de WhatsApp e Facebook investigando as interações entre os entregadores e constatando suas dificuldades, mas também os momentos de colaboração e diversão entre eles (EIRAS, 2020).

⁴ Embora a palavra *impeachment* tenha uma conotação mais técnica e cause menos polêmica, é necessário ressaltar que, após anos do ocorrido, um dos membros da suprema corte brasileira apontou em artigo (BARROSO, 2022) que a justificativa para o impedimento da presidenta Dilma Rousseff não tinha bases legais, de modo que a destituição ocorreu por fins “políticos”.

quecimento da economia e dos efeitos negativos na renda das camadas populares, foi aprovado em âmbito federal um benefício financeiro garantido por programas de transferência de renda para minimizar os impactos sobre as famílias. Todavia, o valor do auxílio não foi suficiente para manter as famílias em isolamento. Vários trabalhadores continuaram precisando sair de casa para buscar outras fontes de renda, por via de aplicativos.

— Como foi o período da pandemia para você?

— Cara, [não vou] falar que eu fiquei em casa, [porque] não fiquei, mano, porque vários entregadores continuaram trabalhando [“Breno”, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto].

— Eu até tentei fazer isolamento, mas sabe quando a porca começa a torcer o rabo? E aí não teve jeito, tive que começar a sair para fazer entregas. No início da pandemia foi mais assustador, porque você não via pessoas na rua. Aí, quando começou a estourar o uso de máscara e do álcool em gel para [o povo] se prevenir, você não via os aplicativos fazerem nada [...]. Era você e você [por si só] [“Jonas”, 32 anos, pardo, ensino médio completo].

Com o agravamento do desemprego, aumento da informalidade, diminuição da renda e um cenário global de transformações em várias esferas da vida, o cenário pandêmico tornou a relação dos jovens com o trabalho ainda mais complexa e desigual

O isolamento social variou segundo critérios étnico-raciais. Segundo Prates et al. (2021), enquanto no início de maio de 2020 a proporção de trabalhadores brancos em trabalho remoto foi de 17,9%, entre trabalhadores negros — pretos e pardos — o mesmo índice foi de 9%, praticamente a metade. Ao final de novembro, reduziu-se a 12,4% entre os trabalhadores brancos e 6% para os trabalhadores negros. Vale lembrar que os “bike-entregadores” compõem um segmento com predomínio da presença de jovens negros. Os autores acrescentam que a jornada laboral em *home office* também contribuiu para evidenciar as desigualdades raciais na educação:

o exercício do *home office* evidencia a histórica desigualdade racial ao longo das trajetórias educacionais. Embora o percentual de pessoas negras e brancas com ensino superior em situação de *home office* seja muito semelhante (39,7% e 34,3%, respectivamente), o percentual de trabalhadores brancos com diploma de ensino superior (33,5%) é o dobro do de trabalhadores negros (16,6%) (PRATES et al., 2021, p. 19).

Por mais que o Brasil tenha vivenciado os primeiros casos da covid-19 de maneira mais tardia que países da Ásia ou Europa, a necessidade de ficar em casa e trabalhar na própria residência se consumou no país como um privilégio. Privilégio associado à natureza das



A busca de emprego em aplicativos por dificuldade de encontrar trabalho já era identificada antes mesmo do cenário pandêmico

atividades, tal como nos setores da educação, finanças e gestão, algumas profissões liberais e alguns segmentos do setor público, todos eles marcados historicamente por desigualdades raciais (PRATES et al., 2021).

De maneira geral, os jovens que continuaram a trabalhar na pandemia da covid-19 foram majoritariamente aqueles que contavam com menor proteção trabalhista. Conforme apontam Carvalho e Nogueira (2020), os efeitos negativos da pandemia no Brasil foram mais agudos entre os trabalhadores sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria. Mais expostos e também com menor renda, os jovens que estavam na informalidade tiveram os rendimentos mais afetados do que aqueles que tinham carteira assinada (OIT, 2020).

O desaquecimento contínuo da economia contribuiu para intensificar o desemprego dos jovens em todas as faixas etárias, e de maneira expressiva entre os mais novos. O desemprego na faixa etária entre 15 e 29 anos saiu de um patamar de 13,4% em 2012, que já era considerado alto, para 22,2% em 2019 e 30% em 2021, no contexto da pandemia (IBGE, s.d.).

Com o agravamento do desemprego, aumento da informalidade, diminuição da renda e um cenário global de transformações em várias esferas da vida, o cenário pandêmico tornou a relação dos jovens com o trabalho ainda mais complexa e desigual. Não obstante, o termo *geração lockdown*, a despeito das controvérsias que suscita, ganhou espaço no atual contexto (CORROCHANO; LACZYNSKI, 2021). O setor de entregas por aplicativos, no entanto, continuou a crescer durante a restrição da circulação (GONSALES; MODA; ACCORSI, 2020).

Considerando os jovens entrevistados por nossa pesquisa, verificou-se que têm uma trajetória ocupacional semelhante às trajetórias laborais de boa parte da juventude trabalhadora do Brasil. Entre os 11 entrevistados, 4 trabalharam em *call centers* antes de se inserirem no trabalho por aplicativos, segmento marcado pela significativa presença juvenil (MOCE-

LIN; SILVA, 2008); outros 2 jovens haviam atuado como aprendizes e foram desligados por fim de contrato ou suspensão por conta da crise ocasionada pela covid-19, 2 jovens consideraram as plataformas sua primeira experiência laboral, 1 jovem passara pelo comércio antes das plataformas, 1 jovem trabalhara em restaurantes por conta de uma formação em gastronomia — no caso, a única participante com ensino superior — e outra jovem trabalhara anteriormente em uma rede de *fast food* — outro segmento com ampla participação juvenil (REIS, 2012) — e, diante do desemprego, ingressou no ramo dos aplicativos.

Os dados apresentados por Venturi e Torini (2014) revelam que os principais obstáculos apontados pelos jovens para conseguir um emprego são a escassez de postos de trabalho e não ter experiência profissional comprovada. Tais obstáculos aparecem na fala uma “*bike-entregadora*”:

— E como foi essa procura por trabalho antes do aplicativo?

— Foi bem ruim, por conta dessa questão do ensino médio [de não o ter completado] e por ser começo de covid. Ninguém queria contratar assim, sabe? O comércio estava até botando na rua quem já estava [empregado], então não estava pensando em contratar. Então eu vi que questão de CLT [emprego formal] eu não iria conseguir de jeito nenhum. Na época, tentei, mandei vários currículos [...], muitos... Um mês antes de acabar meu contrato [de aprendiz] no banco, eu já comecei a largar [distribuir] currículo[s], e nada, e nada [de conseguir emprego]... Sem [que o candidato ao emprego tenha] no mínimo o ensino médio, ninguém [o] aceita [“Louise”, 19 anos, branca, ensino médio incompleto].

A busca de emprego em aplicativos por dificuldade de encontrar trabalho já era identificada antes mesmo do cenário pandêmico. Constatou-se anteriormente que o principal motivador para o ingresso nos aplicativos foi o desemprego (ALIANÇA BIKE, 2019). No caso dos entrevistados para esta pesquisa, a pouca idade — faixa etária entre 18 e 24 anos —, a pouca experiência profissional e a baixa escolaridade são barreiras percebidas pelos entrevistados na busca de emprego no mercado formal. Entre os 5 jovens mais novos, somente 1 estava cursando o ensino superior, e outros 2 afirmaram que os aplicativos foram sua primeira experiência laboral. Ao buscarem as plataformas como primeira experiência de trabalho, alguns desses jovens procuravam enfrentar o peso da falta de experiência e da baixa escolaridade, ou seja, as razões para o chamado “desemprego de inserção” (POCHMANN, 2007), uma vez que nem escolaridade nem experiência são requisitos para o ingresso nesse tipo de ocupação.

Para começar a trabalhar nas plataformas de *delivery*, os jovens passam por um processo relativamente simples de inserção. Diferentemente de outros tipos de trabalho, especialmente nos empregos do setor formal, as plataformas de aplicativos fazem poucas exigências aos indivíduos interessados. Solicita-se a eles um cadastro, feito de maneira remota em relação à filial da empresa, por meio do *smartphone*. No processo de cadastramento, são requeridas poucas informações dos candidatos. Não é necessário submeter nenhum tipo de currículo com qualificações profissionais ou experiências laborais: são demandados apenas documentos e informações pessoais. Após o cadastro é necessário apenas esperar a aprovação para começar a fazer entregas. Portanto, as formas de inserção nessas plataformas configuram espaços nos quais ser jovem não significa necessariamente uma barreira de ingresso, inclusive esse é um dos elementos que faz esse espaço ter uma tendência à juvenização.

Além do desemprego, a necessidade de obter renda para enfrentar os desafios de sobreviver na pandemia também apareceu nas entrevistas com os entregadores.

Hoje um dos principais desafios que a gente tem é manter a casa e a família... Tenho uma enteada de 15 anos, minha filha de 2 anos e meio, minha esposa, e eu moro na casa da minha sogra com bastante gente, então a gente divide as contas, e o principal desafio da gente hoje é manter as contas em dia. A gente está em uma situação em que tem que escolher qual conta vai atrasar... Nós estamos vivendo igual [a personagens da série] *Squid game*, [ou] *Round 6*: “Vai que vai, não pensa em fraquejar não, se fraquejar, morre!” [“Jonas”, 32 anos, pardo, ensino médio completo].

A fala de “Jonas” é importante para ponderar sobre as motivações que levaram milhões de brasileiros a circular nas ruas para trabalhar durante o período mais agressivo da covid-19: entre os principais motivos, está obter renda para manter as necessidades básicas, tais como alimentação e moradia, não só dos próprios trabalhadores, mas também de suas respectivas famílias. As vulnerabilidades foram ampliadas ao longo da crise vivenciada durante a pandemia da covid-19, o acesso à alimentação tornou-se mais difícil e os índices de insegurança alimentar se elevaram (JAIME, 2020).

Uma vez ativos nas plataformas de *delivery*, os jovens “*bike*-entregadores” precisam enfrentar uma série de situações de precariedade. Diversos estudos indicam que as experiências nas plataformas de entregas são notadamente marcadas por precariedade e novas formas de controle (ABÍLIO, 2020; CUT, 2021; MORAES; OLIVEIRA; ACCORSI, 2019). Essa é uma atividade cuja remuneração varia de acordo com as entregas realizadas e é desprovida de direitos trabalhistas; ademais, há poucos espaços com fornecimento de condições mínimas para higiene, alimentação e abrigo. Os instrumentos de trabalho e os equipamentos de proteção individual são responsabilidade dos próprios entregadores, e a assistência dada em caso de acidentes não cobre os custos de conserto dos equipamentos nem as despesas familiares durante o período de afastamento.

Além da precariedade do vínculo, os jovens enfrentam situações de risco no trabalho de entregas. A ameaça física a esses trabalhadores atravessa sua experiência, sejam motociclistas, ciclistas ou pedestres entregadores. Os riscos são múltiplos quando as ruas da cidade de São Paulo são o espaço laboral, e foram sintetizados por um dos interlocutores da pesquisa:

- Você considera seu trabalho arriscado?
- Sim, mano, nossa, muito! Risco de roubo, risco de acidentes, risco de morte... O mais pesado, assim, é morte, “tá ligado”? Eu já tive amigo entregador que morreu nas entregas, um outro amigo meu que sofreu acidente, também... [“Breno”, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto]

Na experiência de trabalho durante o período pandêmico, somam-se os riscos derivados da própria ocupação — pedalar pelo trânsito paulistano — aos riscos de contrair o vírus. Durante o mês de abril de 2021, o Brasil bateu o recorde no número de mortes por conta da covid-19, registrando um total de 4.195 mortes diárias (BRASIL, 2023). No dia 6 desse mesmo mês, ao entrevistarmos um jovem imigrante entregador, notamos sua preocupação com a contaminação viral no período:

- Você considera seu trabalho arriscado?
- Mais agora, com esse coronavírus, né? Às vezes, em que a gente tem que entrar no

Reprodução: Youtube



Além da precariedade do vínculo, os jovens enfrentam situações de risco no trabalho de entregas. Acima, imagens de entregador sendo agredido por cliente em Manaus (AM), fevereiro de 2022

shopping, tem que deixar a *bag* embaixo [na recepção do edifício]. Aí o pedido [em] que [se] tocou passa de mão em mão. A gente está sendo portador do vírus. A gente tem que pegar o pedido da mão do atendente e colocar na *bag*, que fica fora do *shopping*. Aí a gente tem contato com o pacote da entrega [...], fica todo dia na rua, tem risco com o vírus. Agora também, com essa questão do vírus, eu evito ficar perto dos entregadores, porque nem todos que estão juntos usam máscara, aí eles tiram a máscara, começam a falar e, como estão perto, estão sendo portadores do vírus. Não dá para saber, podem estar compartilhando o vírus ou não, por isso eu não gosto de ficar muito perto deles. Aí é uma questão de perigo... [“Antônio”, 26 anos, preto, ensino médio completo]

Em geral, na pergunta sobre os riscos, os jovens tendiam a enfatizar os perigos enfrentados nas entregas, porém, na resposta de “Antônio”, há também uma preocupação com medidas preventivas, tais como lavar as mãos e usar álcool em gel. O trabalho nos aplicativos carece de uma estrutura institucional em que os trabalhadores contam com uma torneira com água encanada e insumos de higiene para lavar as mãos. Na maior parte das vezes, eles precisam fazer isso nas instalações dos restaurantes em que coletam os pedidos, o que se torna um problema, pois nem sempre os estabelecimentos oferecem medidas protetivas ou permitem que os entregadores façam uso da infraestrutura local.

Mesmo durante as fases mais restritivas, em que diversos estabelecimentos comerciais estiveram fechados para o público ou quando a prefeitura da cidade decretou a chamada “fase roxa”⁵, em que hospitais já não possuíam leitos, nem unidades de tratamento intensivo (UTIs) suficientes, os entregadores continuaram saindo às ruas.

Sobre esse ponto, os jovens também expressaram a preocupação com a possibilidade de contaminar os próprios familiares ao prosseguir circulando. Nas palavras de “Rodrigo” e “Júlio”:

⁵ A definição dos critérios de cada fase pode ser conhecida em Gomes (2021).

— O período da pandemia para mim foi muito desafiador, sabe? Ao mesmo tempo que eu estava com medo, mas não por mim. Porque eu sempre vou trabalhar... O problema é a minha família, minha avó, todo mundo. Eu consigo. O problema é eu pegar o vírus e transmitir para eles... Isso é que era mais uma [a maior] preocupação [“Rodrigo”, 19 anos, pardo, cursando ensino superior].

— Eu acho interessante trabalhar na rua, ainda mais neste momento da pandemia, você acaba ajudando muitas pessoas. Tem muita gente que neste momento não pode fazer compra no mercado. Então, além de você se colocar em risco nesta pandemia, se não fossem as entregas, eu não estaria saindo de casa, posso correr o risco de trazer a doença aqui para dentro de casa. Então eu vejo que os entregadores são realmente guerreiros. Se hoje você vai ao mercado, boa parte das pessoas no mercado são entregadores, a maioria dos entregadores fazendo compras para as pessoas [...]. A política com os entregadores é muito desfavorável, a gente acaba recebendo pouco e trabalhando muito... É muito complicado, mas é o que tem no momento [“Júlio”, 27 anos, branco, ensino médio completo].

Diante da exploração das plataformas e do cenário pandêmico, durante o ano de 2020, duas grandes paralisações da categoria, de abrangência nacional — e até internacional —, foram realizadas para contestar as condições laborais. Intitulado “Breque dos apps”, o movimento teve seu primeiro ato em 1º de julho e o segundo no dia 25 de julho. A ampla adesão de entregadores e o conjunto expressivo de denúncias, bem como o apoio de usuários das plataformas por meio das redes sociais, repercutiram em diversos meios de comunicação (CASTRO, 2021). Entre as reivindicações, estavam: aumento do valor pago por quilômetro rodado; aumento da remuneração mínima por entrega; fim do bloqueio de entregadores sem justificativa nem possibilidade de recurso; fim da função de operador logístico (OL)⁶; concessão de seguro contra roubo ou acidente; e providências para zelar pela integridade dos entregadores durante a pandemia. Tais medidas foram apenas parcialmente atendidas por algumas plataformas.

Apenas dois anos depois, quando o país já registrava mais de 600 mil óbitos por covid-19, foi sancionada a lei nº 14.297, de 5 de janeiro de 2022, determinando que os estabelecimentos permitam ao entregador a utilização de suas instalações sanitárias e o acesso a água potável. A referida lei também estabeleceu que as plataformas devem pagar ao entregador afastado por covid-19 uma remuneração equivalente à média dos três últimos pagamentos mensais recebidos, ao longo de 15 dias, para que lhe seja possível manter o isolamento, compensando os dias em que não pôde sair às ruas para trabalhar.

Os jovens “bike-entregadores” também enfrentaram dificuldades na combinação entre trabalho e estudos. Apesar da possibilidade de “fazer o próprio horário”, estudar e trabalhar é um desafio para esses jovens, dado o desgaste físico de pedalar aproximadamente 40 quilômetros por dia. No cenário pandêmico essa situação foi agravada, seja por eles terem de passar mais horas trabalhando, seja pelas dificuldades de conexão, pela baixa qualidade de seus equipamentos ou por sua inadequação ao formato das aulas remotas. Entre os 11 inter-

⁶ A função de OL (operador logístico) é uma modalidade de uma das plataformas disponíveis que torna mais estáveis as rotinas do entregador de serviços de *delivery*. Um entregador que atua nessa modalidade precisa inicialmente entrar em contato com uma empresa terceirizada que mantém um grupo de entregadores em determinados pontos da cidade. Após ter o cadastro ativado na função OL, a rotina de trabalho do entregador passa a ser mediada pela empresa terceirizada.

locutores, apenas 1 estava estudando e trabalhando. Por outro lado, “Louise”, de 19 anos, interrompeu seu curso no ensino médio; “Paola”, 24 anos, e “Jonas”, 32 anos, deixaram de frequentar a universidade na chegada da pandemia. Várias análises enfatizaram o aumento da evasão escolar no contexto do distanciamento e isolamento (NERI; OSÓRIO, 2021; UNICEF, 2021), embora ainda faltem estudos que considerem a heterogeneidade da juventude na análise desses processos. No caso dos entregadores aqui entrevistados, dentre as razões para a interrupção dos estudos foram apontados cansaço, ansiedade, estresse, dificuldade de aprender, falta de tempo e, no caso daqueles que estudavam em instituições privadas, dificuldades financeiras para arcar com o valor das mensalidades (NUNES, 2021).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se durante a pandemia os estereótipos atribuídos aos jovens foram reforçados como forma de culpabilizar esses indivíduos pela continuidade da disseminação do vírus, os dados apresentados evidenciam o fato de que uma parcela significativa da juventude precisou continuar saindo às ruas para trabalhar, sendo muito mais exposta aos riscos de contaminação. Ao mesmo tempo, é necessário ponderar as possíveis omissões e as estratégias ineficazes tomadas pelo poder público durante o período pandêmico para conter o avanço do vírus (BRASIL, 2021).

Diversas análises já constataram que o trabalho nas plataformas digitais suscita experiências de precariedade e exploração. A partir da categoria *juventude*, este artigo conclui que o cenário de crise econômica afetou os jovens de maneira específica, de maneira que a dinâmica de inserção nas plataformas de entregas tornou essa ocupação uma possibilidade para parte da juventude trabalhadora.

Trabalhar com entregas em empresas de aplicativos de *delivery* envolve expor-se a diversos riscos, tais como acidentes de trânsito ou violência urbana. Porém, no contexto da covid-19, acrescentou-se o risco de contaminação pelo vírus. Durante o período com os maiores índices de óbito registrados na pandemia, esses jovens permaneceram nas ruas tra-

Trabalhar com entregas em empresas de aplicativos de *delivery* envolve expor-se a diversos riscos, tais como acidentes de trânsito ou violência urbana. Porém, no contexto da covid-19, acrescentou-se o risco de contaminação pelo vírus. Durante o período com os maiores índices de óbito registrados na pandemia, esses jovens permaneceram nas ruas trabalhando, mas também se manifestando



“Breque dos apps”: movimento grevista de entregadores de aplicativos, durante manifestação realizada em frente à Câmara Municipal de São Paulo (SP), em julho de 2020

balhando, mas também se manifestando. Todavia, algumas das reivindicações desses trabalhadores só foram atendidas após a vacinação em massa e a retomada de diversas atividades de forma presencial a partir da promulgação da lei nº 14.297, de 2022.

Apesar das promessas de flexibilidade e autonomia feitas pelas empresas de aplicativos, contabilizamos entre os interlocutores mais relatos de interrupção dos estudos do que de matrículas, efeito das extensas e intensas jornadas de trabalho a que esses jovens estavam submetidos.

Por fim, o artigo evidencia que a pandemia da covid-19 acirrou as desigualdades e os desafios vividos pela juventude trabalhadora. Para além de considerar a heterogeneidade que compõe a categoria *juventude*, bem como o próprio perfil desses jovens “*bike-entregadores*”, ressalta-se a importância de realizar estudos que contemplem as possibilidades interpretativas da interseccionalidade na reflexão sobre a condição juvenil, particularmente no mundo do trabalho.

* Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – *campus* Sorocaba (PPGEd-So-UFSCar). *E-mail*: caique.diogo@outlook.com.br

** Professora associada do Departamento de Ciências Humanas e Educação e docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Estudos da Condição Humana da UFSCar – *campus* Sorocaba. Bolsista Produtividade do CNPq – nível 2. *E-mail*: mcarla@ufscar.br

A pesquisa em que baseia este artigo conta com apoio da Capes e do CNPq.

► Texto recebido em 15 de fevereiro de 2023; aprovado em 16 de fevereiro de 2023.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Relatório de pesquisa: informalidade e periferia no Brasil contemporâneo. In: MARQUES, Léa (Org.). **Trajétórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021a. p. 13-39.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização como apropriação do modo de vida periférico. In: GROHMANN, Rafael (Org.). **Os laboratórios do trabalho digital**: entrevistas. São Paulo: Boitempo, 2021b. p. 85-91.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização e juventude periférica. Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos Estudos Cebrap**, v. 39, p. 579-597, 2020.

_____; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 26-56, 2021.

ABRAMO, Helena Wendel; VENTURI, Gustavo; CORROCHANO, Maria Carla. Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 523-542, set.-dez. 2020.

ALIANÇA BIKE. **Pesquisa do perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo**. São Paulo: Aliança Bike, 2019. Disponível em: <http://aliancabike.org.br/wp-content/uploads/2020/04/relatorio_s2.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

ANDERSEN, Margaret L.; COLLINS, Patricia Hill. Why race, class, and gender still matter. In: _____. (Org.). **Race, class, and gender**: an anthology. 6. ed. Belmont: Thomson Wadsworth, 2007. p. 1-16.

BARROSO, Luís Roberto. A democracia sob pressão: o que está acontecendo no mundo e no Brasil. **Cebri**, Rio de Janeiro, v. 1, jan.-mar. 2022.

BORGES, Ângela. As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 619-632, set.-dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19 no Brasil**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html>. Acesso em: 16 fev. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **CPI da Pandemia**: relatório final. Brasília: Senado Federal, 26 out. 2021. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/72c805d-3-888b-4228-8682-260175471243>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CARVALHO, Sandro Sacchet de; NOGUEIRA, Mauro Oddo. O trabalho precário e a pandemia: os grupos de risco na economia do trabalho. **Boletim Mercado de Trabalho**, Brasília, v. 26, n. 70, p. 50-68, 2020.

CASTRO, Matheus Fernandes de. A pandemia e os entregadores por aplicativo. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, p. 20, n. 1, p. 70-80, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

_____; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORROCHANO, Maria Carla. Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior. **Revista de Avaliação do Ensino Superior**, v. 18, p. 23-44, 2013.

_____. Pandemia e condição juvenil: o futuro também é o agora. **Blog SBS**, 27 ago. 2021. Disponível em: <<https://sbsociologia.com.br/pandemia-e-condicao-juvenil-o-futuro-tambem-e-o-agora>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CORROCHANO, Maria Carla; ABRAMO, Laís Wendel. Juventude, educação e trabalho decente: a construção de uma agenda. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 22, n. 47, p. 110-129, 2016.

CORROCHANO, Maria Carla; LACZYNSKI, Patricia. Coletivos juvenis nas periferias: trabalho e engajamento em tempos de crise. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 1-19, 2021.

CORSEUIL, Carlos Henrique; FRANCA, Máira Penna; POLOPONSKY, Katcha. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 501-520, set.-dez. 2020.

_____. **Uma interpretação para a forte aceleração da taxa de desemprego entre jovens**. Brasília: Ipea, 2018. (Nota Técnica Mercado de Trabalho, n. 64).

COSTA, Henrique. O empreendedorismo popular está em ascensão nas periferias: entrevista com Henrique Costa. [Entrevista cedida a] Patricia Fachin. **IHU**, São Leopoldo, 7 out. 2020. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/603528-o-empreendedorismo-popular-esta-em-ascensao-nas-periferias-entrevista-especial-com-henrique-costa>. Acesso em: 11 jan. 2023.

CUT. **Condições de trabalho, direitos e diálogo social para trabalhadoras e trabalhadores do setor de entrega por aplicativo em Brasília e Recife**. São Paulo: CUT; Instituto Observatório Social; OIT, 2021.

EIRAS, Natália. Meme, frustração e dicas: um dia no grupo de zap dos entregadores de app. **Universa**, 26 jan. 2020. Disponível em: <www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/01/26/entregadores-de-aplicativos-usam-grupos-para-trocar-memes-e-frustracoes.htm>. Acesso em: 21 jan. 2022.

FERREIRA, Vitor Sérgio. Os caminhos e desafios metodológicos na pesquisa com jovens. In: _____ (Org.). **Pesquisar jovens**: caminhos metodológicos. Lisboa: ICS, 2017. p. 17-32.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; LIMA, Uallace Moreira (Coord.). **Levantamento sobre o trabalho dos entregadores por aplicativos no Brasil**: relatório 1 de pesquisa. Salvador: UFBA, ago. 2020. Disponível em: <<http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relato%CC%81rio-de-Levantamento-sobre-Entregadores-por-Applicativos-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GARCIA-PARPET, Marie France; BEVILAQUA, Camila. As novas economias digitais: impacto sobre o trabalho e gig economy: resenha bibliográfica e questões a respeito no Brasil. **Estudos e Perspectivas para o Futuro do Trabalho**, v. 1, n. 1, p. 103-151, set. 2020.

GOMES, Rodrigo. São Paulo inicia fase roxa da quarentena após semana com 2.548 mortes por covid-19. Rede Brasil Atual, São Paulo, 15 mar. 2021. Disponível em: l1nq.com/GNmGT. Acesso em: 9 jun. 2022.

GONSALES, Marco; MODA, Felipe; ACCORSI, André. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane; BRETTAS, Anderson. **Pandemia covid-19**: a distopia do século XXI. Uberlândia: Navegando, 2020. p. 97-110.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**, v. 22, n. 1, jan.-abr. 2020.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005. p. 149-174.

IBGE. **Cidades**: panorama. Brasília: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. **Pnad Contínua**: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

_____. **Pnad Contínua**: séries históricas — taxa de ocupação; rendimento médio. Brasília: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego>. Acesso em: 16 fev. 2023.

JAIME, Patrícia Constante. Pandemia de covid-19: implicações para (in)segurança alimentar e nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, jul. 2020.

LIMA, Jacob Carlos; BRIDI, Maria Aparecida. Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. **Cadernos CRH**, Salvador, v.32, n. 86. maio- ago. 2019.

LIMA, Jacob Carlos; OLIVEIRA, Roberto Veras de. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. **Contemporânea**, São Carlos, v. 11, n. 3, set.- dez. 2021.

MAIA, Dhiego. Motoboys fazem buzinaço em SP por melhor condição de trabalho na crise do coronavírus. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 20 abr. 2020. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/motoboys-fazem-buzinaco-em-sp-por-melhor-condicao-de-trabalho-na-crise-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 5 out. 2020.

MOURA, Júlia. Motoboys organizam boicote a aplicativos de entrega em 1º de julho. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/motoboys-organizam-boicote-a-aplicativos-de-entrega-em-1o-de-julho.shtml>>. Acesso em: 5 out. 2020.

MORAES, Rodrigo Bombonati de Souza; OLIVEIRA, Marco Antonio Gonsales de; ACCORSI, André. Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 647- 681, set.-dez. 2019.

MOCELIN, Daniel Gustavo; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. O telemarketing e o perfil sócio-ocupacional dos empregados em call centers. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 365-387, mai.- ago. 2008.

NERI, Marcelo; OSORIO, Manuel Camillo. Evasão escolar e jornada remota na pandemia. **Revista Necat**, v. 10, n. 19, jan.-jun. 2021.

NUNES, Renata Cristina. Um olhar sobre a evasão de estudantes universitários durante os estudos remotos provocados pela pandemia de covid-19. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. 1-13, 2021.

OIT. **Emprego juvenil no Brasil**. Brasília: OIT, 2015. Disponível em: <www.ilo.org/brasilia/temas/emprego/WCMS_618420/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 24 jan. 2022.

_____. **Trabalhadores jovens serão duramente atingidos pelas consequências econômicas da covid-19.** Brasília: OIT, 16 abr. 2020. Disponível em: <www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_741875/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 24 jan. 2022.

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego.** São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_____. Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos. **Observatório do Ensino Médio**, 2007. Disponível em: <<https://observatoriodoensinomedio.ufrpr.br/wp-content/uploads/2014/04/situac3a7c3a3o-do-jovem-no-mercado-de-trabalho-marcio-pochman.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

PRATES, Ian et al. Desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho em meio à pandemia. **Informativo Desigualdades Raciais e Covid-19**, n. 7, 2021. Disponível em: <<https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Informativo-7-Desigualdades-raciais-e-de-ge%CC%82nero-no-mercado-de-trabalho-em-meio-a%CC%80-pandemia.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2023.

REIS, Antero Maximiliano Dias dos. *Corpos juvenis, disciplina e antidisiplina: experiências de trabalho nos fast-foods (Florianópolis 2000-2008).* **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, v. 11, n. 23, p. 71-85, 2012.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____ (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 15-38.

ROSENBLAT, Alex. **Uberland: how algorithms are rewriting the rules of work.** Oakland: University of California Press, 2018.

SABOIA, João et al. **O mercado de trabalho no Brasil nas crises de 2015/2016 e 2020: semelhanças e diferenças.** Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, ago. 2021. (Texto para Discussão, n. 25). Disponível em: <www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2021/TD_IE_025_2021_SABOIA_ROCHA_VILLACORTA_MARTINEZ_SOARES.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

SABOIA, João. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho: como entender a aparente contradição?. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, 2014.

_____; BAETA, Fernando; GOMES, Gustavo. **Desalentados no Brasil: caracterização e evolução no período 2014/2019.** Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 2020. (Texto para Discussão, n. 3). Disponível em: <www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2020/TD_IE_003_2020_SABOIA_BAETA_GOMES.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Fora do jogo?: jovens negros no mercado de trabalho. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, n. esp., p. 26-37, dez. 2011.

SILVA, Maria Nilza. **Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo.** Brasília: Fundação Palmares, 2006.

SLEE, Tom. **Uberização.** São Paulo: Elefante, 2017.

SOBRINHO, André; ABRAMO, Helena Wendel. A juventude na mira da pandemia. **Agência Fiocruz de Notícias**, 26 abr. 2021. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/juventude-na-mira-da-pandemia>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005. p. 87-128.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism.** Cambridge: Polity, 2017.

UNICEF. **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar: reprovação, abandono e distorção idade-série.** Brasília: Unicef, jan. 2021. Disponível em: <www.unicef.org/brazil/media/12566/file/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

VAN DOORN, Niels. Trabalho em plataformas é trabalho de minorias. In: GROHMANN, Rafael (Org.). **Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas.** São Paulo: Boitempo, 2021, p. 57-60.

VENTURI, Gustavo; TORINI, Danilo. **Transições da escola para o trabalho dos jovens homens e mulheres no Brasil.** Genebra: OIT, 2014.

VINCENT, Diane. Como fazer uma enquete com informantes. In: LÉTOURNEAU, Jocelyn. **Ferramentas para o pesquisador iniciante.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 215-233.

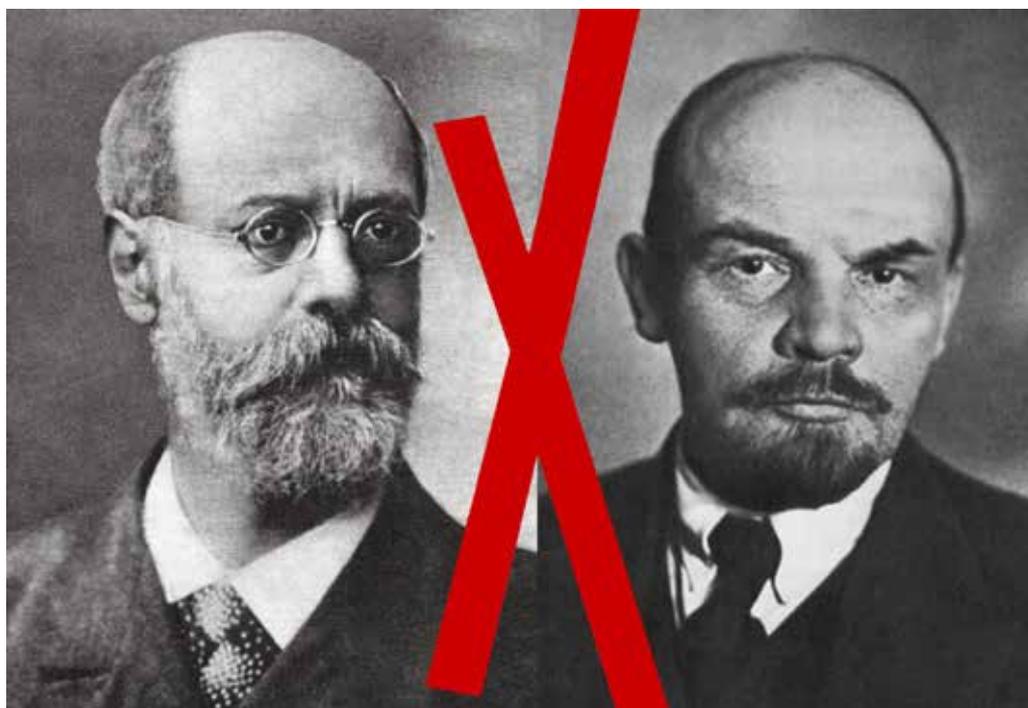
O debate marxista sobre o imperialismo pós-II Guerra Mundial

The Marxist debate on imperialism after the Second World War

CAIO BUGIATO*

TATIANA BERRINGER**

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.008>



A teoria marxista do imperialismo tem sido debatida e desenvolvida há pelo menos um século. Uma das principais divergências ocorreu entre Karl Kautsky (esq.) e Vladimir Lênin (dir.)

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.008>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar o debate marxista sobre o imperialismo após a II Guerra Mundial. Para isso foram revisitados os escritos de Harry Magdoff, Ernest Mandel e Nicos Poulantzas. O pano de fundo é a internacionalização produtiva e a aliança militar entre os Estados Unidos e a Europa. O debate entre os autores inscreve e/ou retifica as teses e polêmicas entre Lênin e Kautsky sobre o imperialismo à luz das transformações na economia política internacional após o segundo grande conflito do século XX. Acreditamos que os escritos sistematizados contribuem para compreender o imperialismo como um conceito chave para a análise da política internacional contemporânea, especialmente quando se tem em vista o debate sobre o imperialismo estadunidense, os conflitos interimperialistas e o papel das organizações internacionais.

Palavras-chave: Teoria. Relações internacionais. Marxismo. Imperialismo. Conflito. Cooperação.

ABSTRACT

This article aims to present the Marxist debate on imperialism after the Second World War. In order to do that that we revisited the writings of Harry Magdoff, Ernest Mandel and Nicos Poulantzas. The background is the internationalization of production and the military alliance between the United States and Europe. The debate between the authors inscribes and/or rectifies the theses and polemics between Lenin and Kautsky on imperialism in the light of the transformations in international political economy after the second great conflict of the twentieth century. We believe that the systematized writings contribute to understanding imperialism as a key-concept for the analysis of contemporary international politics, especially when we have in mind the debate on US imperialism and inter-imperialist conflicts and the role of international organizations.

Keywords: Theory. International relations. Marxism. Imperialism. Conflict. Cooperation.

1. INTRODUÇÃO

A teoria marxista do imperialismo tem sido debatida e desenvolvida há pelo menos um século. Seu debate inaugural se deu com Lênin (2013), Bukharin (1986), Kautsky (2008) e Luxemburgo (1985)¹, no calor da eclosão da I Guerra Mundial, e desde então há inúmeros avanços e retomadas daquelas teses. A principal divergência ocorreu entre Lênin e Kautsky, e, para a finalidade deste artigo, precisa ser exposta resumidamente aqui. Para Lênin (2013), a exportação de capitais toma grandes proporções em um contexto mundial em que as classes dominantes estão divididas em formações sociais nacionais, cujo poder é representado pela força dos seus respectivos Estados. Esse processo gera tanto o desenvolvimento desigual entre Estados imperialistas, colônias e Estados dependentes como a rivalidade entre os primeiros. Assim, a tese é que o imperialismo tem como tendência as guerras intercapitalistas. Nesse sentido, Lênin sustenta a inevitabilidade das guerras enquanto perdurar o capitalismo, especialmente porque haveria uma disputa por controle de mercados e acesso às matérias-primas, além do interesse pela manutenção da taxa de lucro e a necessidade de exportação de capitais. Já Kautsky (2008) entende que o drama da guerra permite aos capitalistas enxergarem maiores possibilidades de obtenção de mais-valia a partir de uma fase que evite o confronto bélico. Seria então possível transformar a política do imperialismo em uma política de aliança entre os Estados imperialistas, conformando o ultraimperialismo². Essa é uma fase do capitalismo em que as principais potências mundiais renunciam à corrida armamentista (por não haver mais nesses conflitos sentido para a exportação e acumulação de capital) e se reúnem numa federação. Essa federação seria uma cartelização da política externa, derivada de uma aliança entre os Estados imperialistas e suas classes dominantes, com objetivo de estabilizar o sistema internacional e garantir a dominação da burguesia em seus Estados nacionais e sobre a periferia.

A perspectiva de Lênin teve maior incidência no debate marxista, tanto no campo teórico quanto na prática política, durante a primeira metade do século XX — e em alguns casos se estendeu além desse período. Contudo, após a II Guerra Mundial, com o surgimento de uma única grande potência no mundo capitalista, a teoria leninista acabou sendo questionada e revista por importantes teóricos marxistas. Tal debate se deu entre Harry Magdoff, Ernest Mandel e Nicos Poulantzas, além de outros. Esses três autores marxistas escreveram nos anos 1960 e 1970 artigos e livros sobre a teoria do imperialismo, tendo como pano de fundo as mudanças nas relações de produção e nas relações entre os Estados metrópoles e os Estados dependentes sob o domínio dos Estados Unidos. Para trazer à tona neste artigo os pontos mais importantes de suas vastas obras, guiamo-nos pela seguinte pergunta: qual a relação entre os Estados imperialistas na atual fase do capitalismo e qual o papel das organizações internacionais ou regionais? No debate entre esses autores aparecem questões relevantes para entender a política internacional. Por isso, resgatá-los pode ser uma tarefa importante em um momento em que há fortes transformações na estrutura de poder internacional em função do fortalecimento da presença do Estado chinês e das rivalidades sino-americanas.

¹ Sobre as teorias e debates inaugurais, os autores mencionados a seguir como sistematizadores apresentam boas explicações em seus livros. Especificamente sobre o debate entre Kautsky e Lênin, ver Bugiato (2017).

² Para que não se confundam as denominações ao longo do texto, note-se que o que Kautsky chama de *ultraimperialismo* é o que Mandel chama de *superimperialismo*, que é também a concepção de Magdoff. Já o que Mandel chama de *ultraimperialismo* é algo distinto, que se aproxima da definição de *império* de Hardt e Negri (2001).

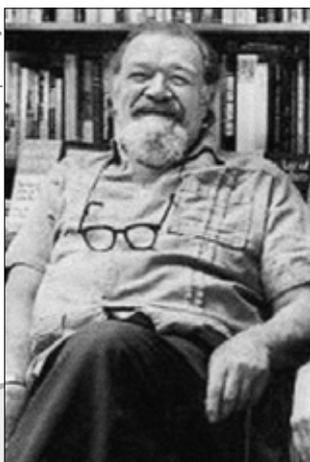
Diante disso, o objetivo neste artigo é sistematizar esse debate, tendo em vista que ele não aparece em importantes obras no campo marxista que tratam do tema em questão, como as de Barone (1985), Brewer (1990), Noonan (2017), Osório (2018) e Kiely (2020). Estas, ao tratar da história da teoria marxista do imperialismo curiosamente se referem às contribuições da teoria do sistema-mundo ou da teoria de dependência, ou as destacam, para interpretar as relações internacionais após a II Guerra Mundial, ignorando ou apenas mencionando de passagem o debate que se encontra a seguir. Além de situar esse debate *vis-à-vis* o debate inaugural da teoria marxista do imperialismo, procuramos demonstrar seus pontos de convergência e divergência. Para tal, cada uma das três seções a seguir é dedicada a um dos autores marxistas selecionados e posteriormente apresentamos considerações finais com comparações entre eles. E, de um ponto de vista mais geral, este texto demonstra a riqueza e a pertinência do marxismo para as Relações Internacionais, apesar de obscurecido.

2. HARRY MAGDOFF E O SUPERIMPERIALISMO ESTADUNIDENSE

De acordo com Magdoff³ (1972; 1979), o imperialismo estadunidense resulta da estrutura do sistema colonial anterior à I Guerra

Após a II Guerra Mundial, com o surgimento de uma única grande potência no mundo capitalista, a teoria leninista acabou sendo questionada e revista por importantes teóricos marxistas. Tal debate se deu entre Harry Magdoff, Ernest Mandel e Nicos Poulantzas, além de outros. Esses três autores marxistas escreveram nos anos 1960 e 1970 artigos e livros sobre a teoria do imperialismo, tendo como pano de fundo as mudanças nas relações de produção e nas relações entre os Estados metrópoles e os Estados dependentes sob o domínio dos Estados Unidos

³ O estadunidense Harry Magdoff foi coeditor da revista marxista *Monthly Review* e suas ideias têm muita afinidade com as teorias de Paul Baran e Paul Sweezy. Em suas análises da política externa dos EUA no pós-guerra, mais empíricas do que teóricas, reúne um rico material sobre a conquista de mercados externos e a importância destes para a economia estadunidense.



Harry Magdoff



Ernest Mandel



Nicos Poulantzas

Mundial, que deu base à estrutura de dependência e da dominação dos centros sobre as periferias. A principal diferença entre esses dois momentos é que na atualidade teria se formado uma rede ou sistema imperialista que adaptou a estrutura econômica das ex-colônias ao papel de apêndice das metrópoles: “A formação de preços, a distribuição da renda e a alocação dos recursos evoluíram com a ajuda do poder militar e das forças cegas do mercado, de modo a reproduzir continuamente a dependência.” (MAGDOFF, 1979, p. 120) O capitalismo é, portanto, um sistema de poder mundial. O autor defende a tese de que a dependência é uma relação econômica, política e social, que não se realiza apenas através da relação entre Estados dominantes e Estados dominados, mas está ligada às práticas das classes dominantes nos países dependentes, cujos interesses estão atrelados às forças estrangeiras. De tal forma que elas sustentam e reproduzem as relações assimétricas, constituindo um verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento das formações sociais periféricas.

O capitalismo como sistema mundial é em sua natureza inerentemente expansionista, ou seja, a burguesia dominante dos Estados centrais tende a operar em escala mundial, uma vez que no interior das formações sociais há pressões competitivas, e os progressos técnicos e os desequilíbrios recorrentes entre produção e demanda criam tensões para a expansão do mercado. No período do imperialismo sem colônias (após a II Guerra Mundial), a exportação de capital é operacionalizada pela empresa monopolista; é muito mais elevada do que na época anterior, pois mais empresas atuam em um maior número de países. Além disso, os EUA são os principais exportadores de capitais.

Magdoff afirma que o advento da empresa monopolista (no capitalismo monopolista, diferente da fase que o precedeu, o capitalismo concorrencial do século XIX) não significa o fim da concorrência, mas sua elevação a um novo nível: operando em escala mundial para assegurar a existência e o crescimento dos lucros, os arranjos para dividir mercados e/ou a luta competitiva entre empresas gigantescas, apoiadas em seus Estados nacionais que caminham do protecionismo para a militarização, se estendem para grande parte do planeta. Vale ressaltar então que os monopólios não estão em desacordo com o sistema de Estados e a rede imperialista, mas sim que representam a simbiose do capital monopolista com o Estado do seu país de origem.

Após a II Guerra Mundial, através de bases militares e apoio militar direto, as classes dominantes locais mantêm a dependência para com o imperialismo, a despeito da independência política (formal). Em alguns casos, as próprias forças armadas das formações sociais dependentes cumprem essa função. Ademais: o suposto arrefecimento das rivalidades interimperialistas teria tido como fator de unificação dos Estados centrais as ameaças de libertação nacional e revoluções socialistas inauguradas com a Revolução Russa. Assim, a ascensão dos EUA como maior força econômica, política e militar implicou a conquista de capacidade, em um momento oportuno, para organizar e dirigir a rede imperialista. Segundo o autor:

Fundamental para o período do imperialismo sem colônias é o novo papel dos Estados Unidos. O despedaçamento de outros centros imperialistas em seguida à II Guerra Mundial e o surgimento concomitante de fortes movimentos revolucionários geraram a necessidade urgente dos Estados Unidos de restaurar a estabilidade do sistema imperialista e de aproveitar a oportunidade de progredir em interesse próprio (MAGDOFF, 1979, p. 123).

A expansão do sistema imperialista estadunidense contou com o apoio do Estado em financiamento de tecnologia avançada, impulsionada pelo setor militar, como energia atômica e comunicação por satélite, assim como com as novas formas de transportes e de produção cultural, baseada no cinema hollywoodiano. A política externa dos Estados Unidos, expansionista e agressiva, teria por objetivo, direta ou indiretamente, controlar a maior extensão possível do planeta, visando manter a abertura ao comércio e aos investimentos das grandes empresas estadunidenses. Abrir e manter a “porta aberta” requer vigilância constante, força e persistência para controlar e influenciar a política e a economia dos Estados dependentes, de modo a assegurar a reprodução do capital. A rede imperialista é, portanto, operacionalizada por um grupo de empresas gigantes dos EUA, que dominam uma vasta parte dos mercados mundiais — apesar de terem suas atividades majoritariamente destinadas à Europa e ao Canadá. Além da posição dominante no comércio e de seus monopólios industriais, contam com a imposição do dólar como meio internacional de pagamento, de crédito e de reservas e com uma rede bancária largamente internacionalizada, associada à expansão do comércio e da indústria.

Uma vez que o colonialismo se tornou difícil de praticar, os EUA puseram em funcionamento outras práticas — tradicionais, novas e não tão novas — de exploração e dominação, que podem variar desde a ocupação militar até técnicas sutis de influência, a depender das circunstâncias e das ações dos dirigentes políticos e militares. Referenciando-se em Rosa Luxemburgo, segundo a qual o imperialismo implica necessariamente o uso da força militar para a reprodução do capital, Magdoff (1979) constata que o desenvolvimento em geral de tecnologia, logística e táticas militares — instalação de bases militares no exterior, intervenções e ocupações militares etc. — na política externa dos Estados Unidos é o pilar do controle e da influência desse Estado no sistema mundial. No âmbito econômico e político-ideológico, o autor cita a constituição de acordos comerciais preferenciais, de blocos econômicos e do sistema de organizações internacionais (Organização das Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial), por meio das quais a diplomacia dos EUA exerce papel dirigente nos rumos da economia e da política no capitalismo mundial. Além disso, os Estados Unidos passaram a utilizar amplamente em política externa o que Magdoff (1972) denomina auxílio ao estrangeiro, um procedimento

Vista da Praça da Revolução em Havana, Cuba. Nas décadas de 1960 e 1970, a superioridade estadunidense teria sido desafiada pelas experiências socialistas e pelas lutas de libertação nacional (Cuba é um grande exemplo)



Brigida Soriano/Depositphotos

de cooperação internacional que consiste em conceder donativos, empréstimos, consultoria, treinamento etc. a países, com a finalidade geral de manter a “porta aberta”, governos aliados no poder e evitar revoltas, revoluções e o auxílio soviético. Nos casos em que existiram ameaças ou bloqueios ao controle indireto, os EUA promoveram contrarrevoluções. O que significa: pôr em prática programas políticos e militares, por meio de financiamento de campanhas eleitorais, golpes de Estado, assistência militar e treinamento de quadros das forças armadas locais; conquistar livre acesso ao mercado interno; obter condições jurídicas para o capital estrangeiro poder atuar, bem como evitar sua expropriação, sua discriminação e a interferência na propriedade e na gerência dele; e tornar dependentes do mercado dos EUA os países beneficiários, mediante empréstimos que, acarretando dívidas, perpetuam a sujeição dessas nações aos auxílios estadunidenses. Por vezes, tal “cooperação” é realizada sob os auspícios de organizações internacionais, assim as imposições dos EUA parecem mais sutis. Por trás dessas práticas, pairam as operações da Central Intelligence Agency (CIA).

Para o autor, o domínio estadunidense é incontestável. Ainda que indique de passagem (MAGDOFF, 1972), ao discorrer sobre a configuração do capitalismo mundial, que o capitalismo estadunidense admite a concorrência (econômica) de capitais de outros centros (Europa), afirma que ele exerce supremacia política e militar. Para Magdoff, no sistema imperialista existe uma força centrípeta que amarra os países centrais aos EUA. Assim, com novas e velhas práticas, os Estados Unidos exercem a supremacia econômica, política e militar nas relações internacionais, configurando o império estadunidense, o que indica filiação à tese do ultraimperialismo, de Kautsky.

3. ERNEST MANDEL E A PERMANÊNCIA DAS RIVALIDADES INTERIMPERIALISTAS

Segundo Mandel⁴ (1967; 1982; 2009), o imperialismo estadunidense toma corpo em um período que ele denomina capitalismo tardio, que é uma etapa da fase monopolista ini-

⁴ Economista belga, Ernest Mandel foi um estudioso da economia política, uma das principais referências do movimento trotskista e dirigente da IV Internacional.

ciada na virada do século XIX para o XX. Esta se distingue do capitalismo concorrencial e se subdivide em duas fases: a clássica e a atual. O momento atual corresponde ao capitalismo tardio e se inicia com a terceira revolução tecnológica, de 1940 a 1945, tendo como base os monopólios e a internacionalização produtiva. A concentração/centralização e exportação de capital, segundo o autor belga, são determinadas pela caça ao superlucro tecnológico, que é a busca pelo lucro extraordinário em um contexto de inovações tecnológicas que elevam a demanda. Ademais, o capitalismo tardio também consiste em uma economia permanente de guerra: medidas políticas, diplomáticas e militares dos Estados imperialistas servem como estímulo ao desenvolvimento das forças produtivas e contribuem para a remoção dos obstáculos à exportação de capital. Tal expansionismo é a expressão da característica inerente ao modo de produção capitalista, o chamado desenvolvimento desigual e combinado: o capital e as relações socioeconômicas e políticas que ele envolve tendem a tomar e moldar as regiões do planeta, aglutinando todos os países em uma unidade orgânica hierarquizada. Essa unidade congrega centros e periferias, sendo que aqueles centros — capitalistas avançados — dominam e exploram estas — capitalistas dependentes — e obstaculizam seu desenvolvimento.

Nas décadas de 1960 e 1970, a superioridade estadunidense teria sido desafiada pelas experiências socialistas e pelas lutas de libertação nacional (Cuba é o grande exemplo). Então, temendo deserções no campo capitalista, a estratégia estadunidense foi restaurar e reforçar na década de 1960 o poder econômico da Europa e do Japão. Esse processo foi também resultado de uma necessidade econômica inerente ao capitalismo estadunidense. Sua economia, dominada por monopólios exportadores de capitais, segue a lógica pela qual, em geral, a exportação de capital ocorre em função da concorrência. Primeiramente compete com um concorrente nacional, depois alcança escala internacional e, por fim, avança para a luta contra os concorrentes estrangeiros. Mandel (2009) relata a superioridade das empresas monopolistas dos EUA, que logram grandes avanços tecnológicos em função dos subsídios que recebem do Estado.

RIA Novosti/Wikipedia

Soldados soviéticos durante a Batalha de Stalingrado, em 1943



Rigorous com a explicação e diferenciação dos processos, Mandel apresenta seu conceito de centralização do capital:

Centralização do capital implica poder dirigente central, ou *centralização do controle dos meios de produção*— em outras palavras, a propriedade privada centralizada. Nesse contexto não é importante saber se as ações se distribuem internacionalmente entre acionistas pequenos ou grandes, pois um dos traços notórios das empresas capitalistas de sociedade anônima, e de capital monopolista como um todo, é que a posse de uma grande quantidade de capital no seio de uma sociedade anônima de vulto permite o controle sobre quantidades ainda maiores de capital. A centralização internacional do capital significa, portanto, controle central de capital de diferentes origens e controles nacionais (MANDEL 1982, p. 227, grifos originais).

Por sua vez, a centralização internacional do capital pode assumir duas formas: na primeira, grandes empresas de diferentes proprietários nacionais passam a ser controladas por uma única classe, de um único país; na segunda, grandes empresas de diferentes proprietários nacionais se juntam em uma companhia internacional, sem que o controle seja detido por apenas uma classe de um determinado país.

O autor prossegue e distingue quatro processos de internacionalização do capital:

- 1) internacionalização da realização da mais-valia, que é a venda de mercadorias (comércio internacional, exportações);
- 2) internacionalização da produção de mais-valia (sucursais sob controle direto da matriz, associações, empresas fundadas por companhias estrangeiras em países no exterior, grandes monopólios com os quais empresas estrangeiras se juntam);
- 3) internacionalização da compra da mercadoria força de trabalho (mobilidade internacional da força de trabalho);
- 4) internacionalização do controle do capital, a verdadeira internacionalização do capital, que consiste em transferência de propriedade, seja de um país para outro, seja de um grupo nacional de proprietários de capital para outros; em outras palavras, alteração internacional da propriedade do capital (que não é necessariamente congruente com 1, 2 e 3) (MANDEL, 1982, p. 228-229).

Diferentemente da fase clássica, na qual a formação dos monopólios (centralização do capital) era um fenômeno restrito ao espaço nacional e eles se desfaziam com o tempo devido às crises, recessões, guerras e novas correlações de força entre os Estados imperialistas, no capitalismo tardio tal formação se dá em âmbito internacional, concentra-se nas metrópoles imperialistas — Estados Unidos e Europa⁵ — e se realiza em setores de maior conteúdo tecnológico. A centralização internacional corresponde, portanto, a um poder dirigente central que controla os meios de produção.

Segundo Mandel (1982), existem três tipos de relação entre o Estado capitalista (tardio) e a centralização internacional do capital. São eles:

- a) centralização acompanhada da expansão internacional de poder de um único Estado, que corresponde à primeira forma de internacionalização do capital mencionada acima: quando uma classe nacional de capitalistas exerce controle decisivo

⁵ É importante advertir que a formação de empresas multinacionais europeias e de um Estado supranacional europeu aparece na teoria de Mandel como esboço, como um processo em estágio embrionário.

sobre os aparatos internacionais de produção e os capitalistas estrangeiros participam como sócios minoritários. Nesse caso, o poder internacional de um único Estado imperialista corresponde à supremacia internacional de um grupo nacional de proprietários de capital em âmbito global;

b) centralização acompanhada da redução de poder de um conjunto de Estados capitalistas nacionais e do surgimento de um novo poder estatal federal, um Estado capitalista supranacional. Esse tipo corresponde à segunda forma de internacionalização do capital mencionada acima, na qual ocorre a fusão internacional do capital sem o domínio de um grupo capitalista nacional específico (a empresa multinacional);

c) indiferença relativa do capital para com o Estado, que tende a ser um processo transitório entre os dois tipos anteriores. Neste, as empresas internacionalizam suas atividades a tal ponto e em tantos países que se tornam indiferentes à conjuntura política e econômica de seu país de origem.

Assim, três modelos de sistema político imperialista entre as metrópoles advêm desses três tipos de relação entre a centralização internacional do capital e o Estado capitalista tardio: o superimperialismo, o ultraimperialismo e as rivalidades interimperialistas contínuas. No superimperialismo — o modelo de Magdoff, segundo o próprio Mandel (1982, p. 233) —, um único poder imperialista exerce hegemonia e os outros Estados imperialistas perdem a independência real, tornando-se pequenos poderes semicoloniais. Em longo prazo, esse processo se apoia tanto na supremacia militar quanto na propriedade e controle da produção e da concentração de capital. No ultraimperialismo, a fusão internacional do capital é tamanha que desaparecem todas as diferenças entre os interesses econômicos dos proprietários de capital de distintas nacionalidades. Os processos de acumulação de capital se espalham de forma equitativa por todo o mundo, ignorando as conjunturas e instituições políticas de modo a criar um grande mercado mundial, cuja dinâmica seria a livre concorrência entre grandes empresas, libertas de seus Estados nacionais. A tendência é que surja um Estado mundial supranacional, que defenda os interesses de todos os proprietários de capital contra ameaças de crise econômica, revoltas, revoluções etc. Na concorrência interimperialista contínua, a fusão do capital se dá em nível continental, formando um pequeno conjunto de superpoderes imperialistas que rivalizam entre si. A concorrência intercontinental então se intensifica e as rivalidades imperialistas continuam, porém não mais entre unidades nacionais, mas sim entre tais superpoderes: o imperialismo estadunidense (que controla Canadá e Austrália), o menos poderoso imperialismo japonês (que controla parte da Ásia) e o imperialismo europeu ocidental. Nesse modelo a probabilidade de guerras mundiais como as da primeira metade do século XX é baixa, prevalecendo as rivalidades econômicas, o que não exclui guerras imperialistas por procuração, guerras coloniais de pilhagem, guerras antirrevolucionárias e contra a libertação nacional e uma guerra nuclear contra o bloco socialista.

Sendo assim, o ponto central da economia política internacional para Mandel é avanço do imperialismo estadunidense sobre outras formações sociais centrais e a reação europeia, de modo a rivalizar com os EUA, seguindo a tendência à formação de empresas multinacionais europeias e de um Estado supranacional europeu (Comunidade Econômica Europeia — CEE —, que dará origem à União Europeia mais tarde). Ou seja, a tendência

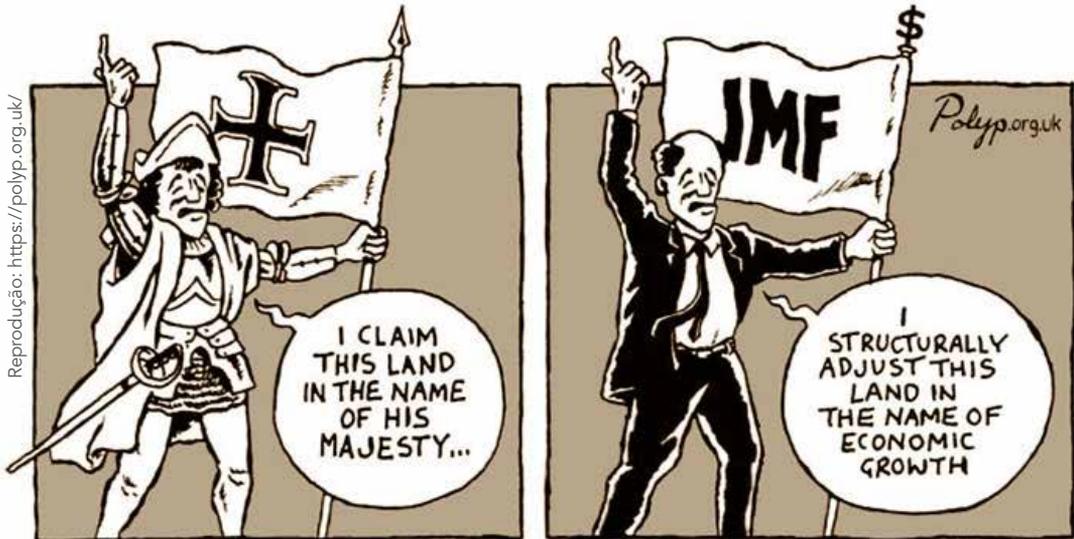
no Velho Continente seria em direção ao que ele classificou de segundo tipo ou tipo B de relação, entre o Estado capitalista e a centralização internacional do capital, como descrito acima. Acerca dos modelos de sistema político imperialista entre as metrópoles, para o autor predomina como dinâmica das relações internacionais a continuidade das rivalidades imperialistas (repaginadas, pois o agente imperialista europeu no pós-II Guerra seria um conglomerado de Estados, não um único Estado). A ingerência do capital estadunidense dentro das fronteiras da CEE representa um meio pelo qual parte do mercado europeu é tirada do capital europeu. É um processo de intensificação da competição capitalista internacional, que leva ao domínio de empresas dos EUA na Europa, resultando em uma subordinação do capital europeu. Diante disso, o aparecimento do Estado supranacional será decisivo e um ganho de fato para os grupos e líderes da burguesia da Europa Ocidental, inclusive se tornando o mais eficiente instrumento antirrecessão. Assim, para Mandel (1982), tanto as organizações patronais quanto as autoridades da CEE reconhecem e desejam a interpenetração dos capitais e a formação de empresas monopolistas europeias, pois entendem que só uma burguesia europeia unificada pode fazer frente aos EUA (e não o nacionalismo individual, como o de De Gaulle). A contradição entre os interesses dos grandes capitais nacionais encontra resolução no fator Estado, dado que a tendência da interpenetração de capitais faz do Estado nacional um instrumento ineficaz, e é preciso encontrar uma nova forma de Estado que corresponda à nova realidade socioeconômica: instituições europeias supranacionais.

Um capital europeu exigiria um Estado burguês europeu como sendo o instrumento mais apto para promover e lhe garantir os lucros, assim como para defendê-lo contra todos os seus adversários (MANDEL, 1967, p. 29). Grandes empresas europeias pressionam pela consolidação da CEE: para sair da zona de livre comércio em direção à integração econômica e concorrer com êxito contra os EUA, caso contrário presenciariam a alienação de suas empresas (a primeira forma de centralização internacional descrita acima) e/ou um retrocesso para o nacionalismo econômico/protecionismo aduaneiro. O futuro das instituições supranacionais depende em última análise do nível que tiver atingido o processo da interpenetração internacional do capital. Uma federação capitalista europeia só poderia nascer do fenômeno dos monopólios internacionais. Contudo, Mandel avalia que esse processo europeu ainda é um esboço, ainda não se ultrapassou a fase do grande capital nacional e do Estado nacional. Independentemente da fase, as rivalidades entre as metrópoles ainda se verificam. É, portanto, na Europa e na América do Norte que se trava a luta decisiva entre os grandes monopólios e as potências imperialistas.

4. NICOS POULANTZAS, IMPERIALISMO E FRAÇÕES BURGUESAS

Segundo Poulantzas⁶ (1974; 1976; 1978), a ascensão do movimento terceiro-mundista produziu efeitos sobre as teorias do imperialismo, que acabaram se concentrando na análise das relações entre centro e periferia, de questões ligadas ao desenvolvimento desigual e da dominação entre esses países. Por isso, ele julgou importante refletir sobre os conflitos

⁶ O grego Nicos Poulantzas se radicou na França na década de 1960, onde entrou em contato com o grupo intelectual do filósofo Louis Althusser. Sob essa influência em parte de sua trajetória política e acadêmica, reinterpretou de maneira sofisticada clássicos do marxismo — Marx, Engels, Lênin, Gramsci — e promoveu assim avanços na teoria marxista da política, especialmente na teoria do Estado capitalista.



'PROGRESS'

No cartoon, associado à noção de “progresso”, de autoria de Polyp, publicada em <https://polyp.org.uk>, o colonizador europeu declara: “Eu reivindico esta terra em nome de Sua Majestade”. “Eu promovo ajustes estruturais nesta terra em nome do crescimento econômico”, anuncia, por sua vez, o representante do FMI

tos interimperialistas, isto é, as relações entre as metrópoles imperialistas na atual fase do imperialismo e suas implicações para a estratégia revolucionária. Especificamente em sua teoria marxista do Estado⁷, indaga como as relações entre os Estados imperialistas afetam o aparelho do Estado capitalista.

Poulantzas (1978) lembra que há três posições sobre isso: 1) as posições à *la* Kautsky, como a de Magdoff, em que todos os Estados capitalistas e suas respectivas burguesias estão subordinados ao superimperialismo estadunidense; 2) as posições como a de Mandel, sobre as rivalidades imperialistas entre unidades autônomas e independentes; 3) e a sua própria posição, segundo a qual houve uma modificação da cadeia imperialista que produziu efeito nas relações entre as metrópoles e, em particular, nos Estados e na burguesia. A crítica a Mandel e a outros é que, para estes, a atual fase do imperialismo não é marcada por uma mudança na estrutura das relações entre as metrópoles imperialistas: os conflitos interim-

⁷ Para Poulantzas (1977), o Estado capitalista, núcleo da estrutura jurídico-política do modo de produção capitalista, conceitualmente é um sistema articulado de quatro elementos: o direito burguês (ou capitalista), o burocratismo, o efeito isolamento e o efeito unidade de representação. Essa estrutura político-jurídica produz efeitos político-ideológicos nos agentes da produção: o efeito isolamento e o efeito representação da unidade. Os valores jurídicos capitalistas se conjugam com a estrutura econômica (a qual atomiza o coletivo dos produtores diretos), produzindo o efeito isolamento ou individualização. Este consiste na reprodução regular das relações de produção capitalista, por: a) suscitar a prática econômica de buscar por vontade própria (e não por coerção extraeconômica) a venda individualizada da força de trabalho a um proprietário individual dos meios de produção; b) impedir a emergência de uma prática política mediante a qual os trabalhadores se posicionassem de forma coletiva diante do proprietário dos meios de produção. Os valores burocráticos, ao converter os agentes encarregados de regularas práticas econômicas e relações sociais por eles condicionados e enquadrá-los numa burocracia “universalista” e “competente”, permitem que tal grupo unifique ideologicamente todos os agentes, já individualizados pelo efeito isolamento, por meio da constituição de uma comunidade simbólica: o “povo-nação”, composto por todos os agentes da produção inseridos num determinado território. Esse processo, articulado ao efeito isolamento, é qualificado como o efeito de representação da unidade. O qual contribui para a reprodução das relações de produção capitalistas na medida em que frustra a constituição de grupos sociais antagonísticos (classes sociais), ao reuni-los no “povo-nação”, representado num Estado de suposto acesso universal, o Estado-nação.

perialistas entre os países do centro têm o mesmo significado no momento atual como no passado (na fase clássica do imperialismo, sobre a qual escreveu Lênin), e são observados em um contexto de Estados autônomos e independentes, orientados por suas burguesias nacionais, lutando pela supremacia. Em particular, na visão de Mandel a ampliação da CEE é considerada uma cooperação e uma internacionalização dos capitais europeus de diferentes países, o que leva a um Estado supranacional europeu, para a eliminação da supremacia do capital estadunidense.

Poulantzas (1978) se diferencia das posições de Magdoff e Mandel e explica a mudança na estrutura das relações entre as metrópoles imperialistas. Considera que o modo de produção capitalista apresenta uma dupla tendência, isto é: tornar-se dominante no seio da formação social nacional e se expandir para o exterior. Sob o domínio do capital monopolista, e em função da queda da taxa de lucro, tal expansão se acentua através da exportação de capitais. Esse é o fenômeno do imperialismo, que ocorre nos países centrais do capitalismo, os quais tendem a dominar e explorar o resto do mundo. Além dessa consideração, Poulantzas indica que o imperialismo é marcado por fases que correspondem às diferentes formas de dominação e dependência. São elas: 1) final do século XIX até o entreguerras — transição do capitalismo competitivo para o imperialismo monopolista; 2) a fase de consolidação; 3) a atual fase, que se estabeleceu após o fim da II Guerra Mundial e que é objeto de sua reflexão. O ponto de destaque aqui é que a dominação imperialista não se dá mais “pelo exterior”, mas de forma induzida e interiorizada. O capital estrangeiro imperialista é reproduzido no seio das formações sociais nacionais, projetando-se e agindo econômica, política e ideologicamente.

Existe então nessa fase uma nova linha de demarcação de campo entre as metrópoles imperialistas. Os EUA de um lado, e de outro as outras metrópoles, em particular a Europa, estabelecem uma relação em que o capital monopolista estadunidense exerce dominação no interior dessas metrópoles. É essa reprodução induzida e interiorizada do capital estrangeiro originário dos EUA nos países europeus que caracteriza a fase atual (pós-II Guerra Mundial) e que implica também a reprodução estendida, dentro deles, do desenvolvimento do imperialismo estadunidense.

A ingerência de capital advindo do exterior em uma formação social nacional tem o objetivo de aumentar a taxa de exploração, de modo a neutralizar a tendência à queda na taxa de lucro. Ademais, tal ingerência não significa uma forma de associação, mas sim uma relação de força. Uma relação de força entre as diferentes frações da classe dominante dos Estados capitalistas centrais. Essa é a mudança estrutural para Poulantzas: o surgimento de um novo fracionamento da burguesia diante das relações internacionais, que não consiste mais na velha dicotomia burguesia estrangeira *versus* burguesia nacional.

Sendo assim, Poulantzas (1976; 1978) verifica que nas relações entre os Estados centrais um novo tipo de fracionamento da classe dominante se constitui, com destaque para o que ele denomina burguesia interna, que não se confunde nem com a fração da burguesia compradora (ou associada) nem com a fração da burguesia nacional. A burguesia compradora é a fração cujos interesses estão diretamente subordinados aos do capital estrangeiro e que serve de intermediária direta para a implantação e reprodução do capital estrangeiro no interior de uma formação social. As ingerências do capital externo “só podem, em geral, exercer um papel decisivo nos diversos países dependentes [...] articulando-se, nesses países, às relações de força internas” (POULANTZAS, 1976, p. 20, grifos originais). Essa fração não tem base de acumulação própria e geralmente tem sua atividade ligada ao latifúndio e à



No *outdoor*, que alude ao Plano Colômbia — acordo militar firmado com os EUA —, lê-se: “Os gringos fornecem as armas, a Colômbia fornece os mortos”

especulação, concentrada em setores financeiros, bancários e comerciais, mas igualmente podendo atuar nos ramos industriais, naqueles inteiramente subordinados e dependentes ao capital estrangeiro. Do ponto de vista político-ideológico, é suporte e agente do capital imperialista. A burguesia nacional é uma fração autóctone, que possui base de acumulação própria no interior da formação social e apresenta autonomia político-ideológica perante o capital imperialista. Em determinadas conjunturas, em aliança com as classes dominadas, essa fração pode adotar uma postura anti-imperialista ou se envolver em uma luta de libertação nacional. A burguesia interna ocupa uma posição intermediária entre a burguesia compradora e a burguesia nacional, apresentando contradições com o capital estrangeiro. Possui base de acumulação própria, tentando assim limitar a presença do capital estrangeiro no mercado interno, porém, ao mesmo tempo, é dependente desse capital em áreas como investimento e tecnologia:

A burguesia interna, ao contrário, mesmo sendo dependente do capital estrangeiro, apresenta contradições em relação a este. Em primeiro lugar porque se sente frustrada na repartição do bolo da exploração das massas: a transferência leonina da mais-valia se faz em detrimento dela e a favor do capital estrangeiro e respectivos agentes, a burguesia compradora [...]. Deseja a ampliação e o desenvolvimento do mercado interno através de uma pequena elevação do poder de compra e de consumo das massas, o que lhe ofereceria mais saídas; procura, enfim, ajuda do Estado, que lhe permitiria desenvolver a exportação (POULANTZAS, 1976, p. 36-37).

É precisamente levando em conta as formas de aliança existentes, e as contradições, entre as frações burguesas nos países centrais que é possível abordar a questão dos Estados nacionais. Para Poulantzas (1978), escrevendo na década de 1970, a internacionalização do

capital não suprime nem abrevia os Estados nacionais, nem no sentido de uma integração pacífica de capitais sob os Estados, com todos os processos de internacionalização trabalhando sob o domínio de um país determinado, nem no sentido de sua extinção sob o super-Estado americano, como se o capital estadunidense pura e simplesmente engolisse as outras burguesias imperialistas. Os próprios Estados assumem a responsabilidade pelos interesses do capital imperialista dominante em seu desenvolvimento estendido dentro da formação nacional em sua complexa interiorização. A forma atualmente dominante de contradição interimperialista não é aquela entre o capital internacional e o capital nacional, nem entre as burguesias imperialistas entendidas como entidades justapostas. Em outras palavras, as contradições do capital autóctone são, por mediações complexas, extrapoladas pelo capital estadunidense, que estabelece conflitos ou alianças com as frações da classe dominante. Em seu papel de promotor da hegemonia no bloco no poder, portanto, o Estado nacional intervém em um campo interior já atravessado por contradições interimperialistas e no qual as contradições entre as frações dominantes em sua formação social já são internacionalizadas. Assim, as intervenções do Estado em favor de certos grandes monopólios estrangeiros e contra outros, em favor de grandes monopólios nacionais ou até setores médios do capital e contra outros, são expressão da luta de classes no interior das burguesias dos Estados centrais do capitalismo. De fato, se as burguesias europeias não cooperam entre si ou não se isolam diante do capital americano, é devido aos efeitos tendenciais sobre elas da nova estrutura de dependência em relação ao capital estadunidense. Essa nova relação, portanto, funciona por meio da interiorização do capital dos EUA e da luta para combatê-lo ou se aliar a ele. Não é o surgimento de um novo Estado sobre os países europeus que essas nações estão testemunhando, mas sim fracionamentos na classe dominante subjacente aos Estados nacionais existentes. Ou seja, o fenômeno do imperialismo, os conflitos e as alianças entre as potências capitalistas e a supremacia mundial política e econômica dos EUA estão ligados a tais fracionamentos e às lutas das frações burguesas em âmbito nacional e internacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Magdoff, Mandel e Poulantzas foram autores pouco revisitados pelos manuais e estudos da teoria marxista do imperialismo, no entanto trouxeram uma rica polêmica e contribuição para esses estudos. Especialmente para pensar o domínio dos EUA e o papel dos Estados europeus, da integração europeia e das organizações internacionais.

O debate entre eles parte da monopolização do capital e da internacionalização produtiva e chega a diferentes posições sobre as consequências desses elementos para a preservação das metrópoles imperialistas ou a manutenção da rivalidade entre elas. Os três autores apresentados concordam que há uma superioridade ou domínio dos Estados Unidos na atual fase; constatam que há uma concentração dos fluxos de investimentos entre Estados Unidos e Europa e sustentam que o processo de internacionalização produtiva está ligado à monopolização e centralização do capital. Mas eles acabam divergindo sobre a relação entre os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Europeia.

No que tange ao debate inaugural acerca da teoria do imperialismo, podemos dizer que Mandel e Poulantzas, a seus modos, retificaram a tese leninista de defesa da permanência de conflitos entre os Estados imperialistas, enquanto Magdoff, em uma perspectiva parecida com a de Kautsky, defendeu a constituição de uma aliança ultraimperialista, que

Essas divergências no interior da teoria marxista do imperialismo mostram a pluralidade existente não apenas entre os clássicos, mas entre os autores e autoras que se propuseram a discorrer sobre a teoria do imperialismo e atualizá-la. A unidade entre eles é o materialismo histórico, a ideia de luta de classes, de disputa ou aliança entre Estados e de revolução, uma problemática que ainda busca espaço na área de Relações Internacionais

eliminar as possibilidades de conflitos entre os Estados imperialistas. Essas divergências estiveram ligadas à percepção acerca do domínio dos EUA e da capacidade de reação ou não dos Estados europeus e do papel da Comunidade Econômica Europeia.

Magdoff acaba se aproximando de uma concepção de hegemonia, semelhante à tese do ultraimperialismo, uma vez que há, para ele, um sistema mundial de poder que consiste em um amálgama das classes dominantes dos países dependentes com as forças estrangeiras, moldando a estrutura política, econômica e social da dependência. Ele também defende a ideia de que o imperialismo estadunidense é incontestemente militar e politicamente, o que implica a ideia de fim dos conflitos interimperialistas. Isto é: não há rivalidade entre Estados Unidos e Estados europeus ou Comunidade Econômica Europeia. Nesse sentido, ele chama atenção também para o papel do dólar na garantia da supremacia estadunidense e incorpora elementos importantes para pensar a dominação político-ideológica e cultural, como o papel do cinema e da cooperação internacional. Para ele, a rede imperialista pressupõe não apenas a unidade entre as burguesias imperialistas em nome da reprodução do capital, mas constitui uma aliança política contrarrevolucionária que visa conter os processos de libertação nacional e se posicionar contra a URSS.

Já Mandel afirmava que a tendência à internacionalização do controle de capital (formação de monopólios transnacionais) teria alterado a relação entre Estado nacional e capital internacionalizado. Sobretudo na Europa teria sido aberto um processo de formação de um Estado supranacional que teria regulado e apoiado a fusão de capitais nacionais diante da concorrência com monopólios estadunidenses. Tratar-se-ia da tendência à formação de um Estado federal supranacional, ou Estado burguês supranacional, da qual a CEE (Comunidade Econômica Europeia) seria um grande exemplo. Nesse ponto, estão relacionadas à interna-

cionalização produtiva e a internacionalização do Estado, no sentido de que o Estado assume diferentes formas/tipologias a partir da demanda do capital e a elas se adapta. Essa posição parece ter como influência uma concepção instrumentalista de Estado, e/ou derivacionista⁸.

Poulantzas, por seu turno, trouxe uma inovação teórica ao sustentar a ideia da existência de uma cadeia imperialista e da relação de dependência e de conflito entre os Estados imperialistas. Nesse sentido, as lutas revolucionárias poderiam se dar em torno da estratégia anti-imperialista na Europa e nas demais formações sociais periféricas. A ideia de cadeia imperialista permite pensar que a relação entre Estados Unidos e Europa se dá sob o domínio daqueles, sem que se forme uma aliança permanente entre os Estados. São elos de dependência que se formam a partir da internacionalização produtiva, mas que não eliminam os conflitos entre as classes e frações de classe e, especialmente, entre Estados. O que acontece é a formação de uma nova fração de classe, a burguesia interna, que guarda relações específicas com o capital externo e a formação social nacional. Mas Poulantzas acabou não refletindo sobre a política expansionista e o poder militar dos Estados Unidos, que tiveram destaque em Magdoff e Mandel.

Em suma, a relação entre Estados Unidos e Europa, à luz da internacionalização da produção e do domínio internacional dos primeiros, foi tratada da seguinte maneira: domínio incontestado dos EUA, para Magdoff; possibilidade de competição a partir da formação de conglomerados europeus e da futura formação de um Estado supranacional, para Mandel; e cadeia imperialista, criando novos laços de dependência e de conflitos, para Poulantzas. Essas divergências no interior da teoria marxista do imperialismo mostram a pluralidade existente não apenas entre os clássicos, mas entre os autores e autoras que se propuseram a discorrer sobre a teoria do imperialismo e atualizá-la. A unidade entre eles é o materialismo histórico, a ideia de luta de classes, de disputa ou aliança entre Estados e de revolução, uma problemática que ainda busca espaço na área de Relações Internacionais.

* Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC). Coordenador do grupo de pesquisa Coletivo de Estudos Marxistas sobre o Internacional. Membro da Rede de Estudos em Relações Internacionais e Marxismo (Rima).

** Doutora em Ciência Política pela Unicamp. Professora de Relações Internacionais da UFABC e dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais e em Economia Política Mundial da UFABC. Membro da Rima.

8 A escola derivacionista alemã, da qual Joachim Hirsch é um dos principais expoentes, busca extrair das categorias da economia política apresentadas por Marx, sobretudo n' *O Capital*, o entendimento das instituições políticas do modo de produção capitalista, particularmente o Estado. Para os autores e autoras derivacionistas, o Estado capitalista está intimamente integrado às relações de produção e distribuição capitalista, de maneira que se posiciona como defensor e reproduzidor fundamental daquelas. Logo, o Estado é derivado do modo de produção, em uma relação indissolúvel na qual a forma estatal corresponde a sua função econômica. Ainda que não explicitamente, Mandel (1982) parece concordar com essa teoria ao tratar do Estado no capitalismo tardio.

► Texto recebido em 15 de novembro de 2022; aprovado em 6 de fevereiro de 2023

- BARONE, Charles A. **Marxist thought on imperialism**: survey and critique. Hampshire: M. E. Sharpe, 1985.
- BREWER, Anthony. **Marxists theories of imperialism**: a critical survey. 2. ed. London: Routledge, 1990.
- BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. **A economia mundial e o imperialismo**: esboço econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção Os Economistas).
- BUGIATO, Caio. Kautsky e Lênin: imperialismo, paz e guerra nas relações internacionais. **Novos Rumos**, v. 54, n. 2, 2017.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio Janeiro: Record, 2001.
- KAUTSKY, Karl. O imperialismo e a guerra. **Revista História e Luta de Classes**, v. 5, 2008.
- KIELY, Ray. Globalização e imperialismo. In: SAAD FILHO, Alfredo; FINE, Ben (Org.). **Dicionário de economia política marxista**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 307-314.
- LÊNIN, Vladímir. El imperialismo: etapa superior del capitalismo. In: _____. **Obras selectas**. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2013. v. 1, p. 479-574.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).
- MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**. Porto: Portucalense, 1972.
- _____. **Imperialismo**: da era colonial ao presente. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MANDEL, Ernest. **Europe vs. America**. New York: Monthly Review Press, 2009.
- _____. International capitalism and "supra-nationality". **Socialist Register**, v. 4, p. 27-41, 1967.
- _____. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).
- NOONAN, Murray. **Marxist theories of imperialism**: a history. London; New York: I. B. Tauris, 2017.
- OSÓRIO, Luiz Felipe. **Estado, imperialismo e relações internacionais**. São Paulo: Ideias e Letras, 2018.
- POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras**: Portugal, Grécia e Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. **As classes sociais no capitalismo hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. Internationalization of capitalist relations and the Nation-State. **Economy and Society**, v. 3, n. 2, p. 145-79, 1974.
- _____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

Notas sobre imperialismo, guerra da Ucrânia, luta de classes e comunicação

Notes on imperialism, war in Ukraine, class struggle and communication

césar Bolaño*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.009>



Montagem

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar reflexões complementares a uma produção anterior, do início da operação russa na Ucrânia, sobre o contexto histórico e político aberto em 2022, à luz de uma análise que realizei na segunda metade dos anos 2010 sobre os desafios que a comunicação apresenta para as esquerdas neste começo de século. Após uma breve apresentação do contexto, remetendo ao conceito leninista de imperialismo e à história do fenômeno ao longo do século XX naquilo que ela tem de determinante para os nossos interesses, e depois de uma crítica à interpretação de alguns autores da esquerda europeia, especialmente Anselm Jappe, sobre a guerra, retomo a perspectiva do final dos anos 2010 sobre o desafio da comunicação, considerando a crise de hegemonia dos Estados Unidos, que se reapresenta com força redobrada após a grande crise de 2008. A pretensão, em suma, é apresentar uma perspectiva geral dos desafios atuais, considerando os fenômenos de ordem econômica, política, cultural e comunicacional como uma totalidade.

Palavras-chave: Imperialismo. Guerra. Ucrânia. Comunicação.

ABSTRACT

The aim of this paper is to bring complementary reflections — in relation to a previous work, written in the beginning of the Russian operation on Ukraine — on the historical and political context opened in 2022, in the light of an analysis, held in the second half of the 2010s, concerning the challenges posed by communication practices to the left-wing in this beginning of century. After a brief presentation of the context, in the light of the Leninist concept of imperialism and its history in the 20th century, and after a critique of the interpretations of war made by some European leftist scholars, especially Anselm Jappe, I resume the perspective I proposed in the end of the 2010s on the communication challenge, considering the crisis of hegemony of the United States, which became particularly strong after 2008 crisis. Our ambition is to introduce the reader to a general perspective of the current challenges, considering the economic, political, cultural and communicational phenomena as a totality.

Keywords: Imperialism. War. Ukraine. Communication.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar algumas reflexões complementares a uma produção anterior, do início da operação russa na Ucrânia¹, com ênfase na problemática da comunicação, na perspectiva da economia política da comunicação e da cultura, mas envolvendo questões que ultrapassam os limites dessa disciplina, relativas, ademais, a processos em pleno desenvolvimento, cujos resultados e consequências não estão ainda claros, mesmo para especialistas em relações internacionais, geopolítica ou economia política internacional. Por isso, optei por apresentá-las com a devida cautela, sob a forma de notas para discussão, sujeitas a ajustes posteriores.

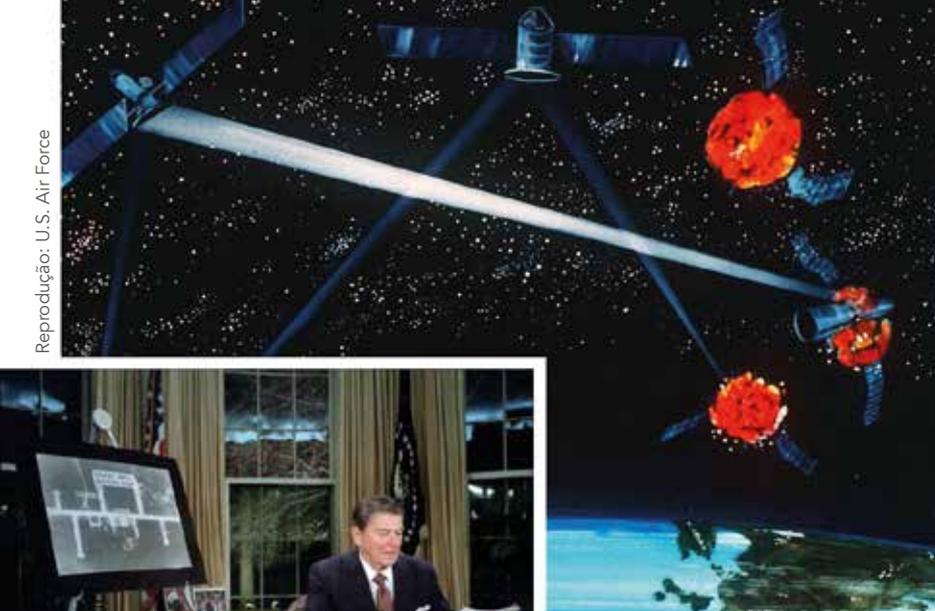
As quatro primeiras notas, apresentadas nas seções 2 a 5, se referem brevemente ao contexto histórico. Na seção 6, mais longa, e na nota conclusiva, retomo uma análise que realizei de forma bem mais extensa em outra ocasião (BOLAÑO, 2018), sobre os desafios que a comunicação apresenta para as esquerdas neste começo de século. Nesse ponto, a ênfase se desloca da problemática do imperialismo para a da luta de classes. O vínculo entre as duas está posto de alguma forma na seção 5, em que dou um exemplo da atitude da esquerda europeia sobre a guerra, mas a seção 6 ocupa-se sobretudo do Brasil e da América Latina.

2. SOBRE A GUERRA DO IMPERIALISMO CONTRA A RÚSSIA

A intervenção russa na guerra da Ucrânia é um daqueles eventos que trazem à tona verdades soterradas na poeira do tempo, encantadas por aparências que, de golpe, desmancham-se no ar, exigindo um olhar retrospectivo sem o qual tudo perde o sentido. O ano de 2022 foi excepcionalmente carregado de eventos dessa natureza. Embora a guerra civil no Donbas tenha começado oito anos antes, na sequência do golpe de 2014, em Kiev, a entrada da Rússia e a declaração de guerra econômica global contra esta por parte da Otan, da União Europeia e seus aliados darão ao conflito características de guerra mundial em que o imperialismo joga sua cartada mais arriscada desde os anos 90 do século passado, quando, na sequência da retomada da hegemonia estadunidense dos anos Reagan, reunifica-se a Alemanha, desaba o chamado socialismo real em toda a Europa Oriental, desaparece a União Soviética, o Pacto de Varsóvia se desfaz e a Otan inicia seu irrefreável avanço para o leste, promovendo, no caminho, a destruição da Iugoslávia, a balcanização dos Balcãs e a ampliação da periferia interna da Europa.

Em 2022 essa trajetória expansiva atinge aquele limite para além do qual a quantidade se transforma em qualidade e o mundo já não é mais o mesmo. Como numa peça de ficção, emergimos, do outro lado do oceano a que fomos lançados pela pandemia de 2019, numa espécie de realidade paralela, na qual todos os medos exorcizados no pós-guerra retornam e toda a barbárie que vinha sendo reconstruída metodicamente, passo a passo, ao longo dos últimos 50 anos se apresenta espessa como um tijolo lançado contra todas as falsas certezas e as vãs ilusões de um mundo unipolar, um apressado final da história, na versão

¹ Logo no início da intervenção russa na Ucrânia, em fevereiro de 2022, produzi dois pequenos artigos sobre imperialismo e comunicação (BOLAÑO, 2022a, 2022c), buscando uma interpretação de conjunto da questão, no plano econômico, político e cultural, com destaque para o problema da comunicação, nos quais avancei uma sugestão de agenda de pesquisa neste último campo, que sintetizei depois, em um terceiro artigo, ainda não publicado (BOLAÑO, 2022b), no qual me detenho mais no conceito de imperialismo de Lênin. Tudo isso será tomado aqui como pressuposto, evitando repetições.



O então presidente dos EUA, Ronald Reagan (foto), anuncia o projeto Guerra nas Estrelas, programa militar que previa a criação de um sistema de defesa espacial contra um possível ataque nuclear ao país. Washington, D.C., 1983

pós-modernista hegemônica, do Partido Democrata, ou, na versão *gauche*, também pós-modernista, um suposto império, que representaria, para os formuladores da ideia, o fim do imperialismo.

O debate sobre o imperialismo, na virada do século XX, envolvendo intelectuais burgueses e marxistas de diferentes tendências, encontrou em Lênin a grande síntese que iluminou tanto as disputas entre reformistas social-democratas e revolucionários bolcheviques, nos anos que enquadram a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de Outubro, quanto as discussões sobre as teorias do *derrumbe* e da construção do sujeito revolucionário, em torno das quais se confrontaram as mais diversas correntes do marxismo nos anos 1930, debate ainda vigente nos anos 1970, quando se estabelece a crise estrutural do capitalismo e a hegemonia estadunidense é posta em xeque, justamente pelas potências industriais derrotadas em 1945, impiedosamente destruídas pelos vencedores e, a partir de então, desarmadas, controladas e avassaladas pelos Estados Unidos, que, em troca, financiam a reconstrução que lhes facilitará o avanço da competitividade econômica.

A retomada da hegemonia estadunidense, a partir do final dos anos 1970, dirige-se, na verdade, em grande medida, contra o Japão e a Europa, nesse momento em processo avançado de unificação sob o comando da Alemanha, que reforçará sua posição política com a debacle do socialismo real europeu, mas terá de arcar, por um bom tempo, com os custos da reunificação. Mais especificamente, a retomada, considerando-se as políticas macroeconômica, política e militar do governo Reagan e a política industrial de Bill Clinton, que o seguiu — incluindo a reestruturação das telecomunicações em nível mundial, a implantação das infraestruturas globais da informação e o novo paradigma industrial, baseado nas tecnologias de base microeletrônica e na digitalização —, logrou redirecionar os fluxos de capitais para os Estados Unidos, deslocando a crise para fora, primeiro para a periferia capitalista, especialmente a América Latina, depois para o Leste Europeu e a União Soviética, desafiada a competir com o ambicioso projeto estadunidense Guerra nas Estrelas, além de enquadrar politicamente a Europa, como ilustra a proibição, à época, da construção do gasoduto transiberiano.

O caráter irremediavelmente belicista do imperialismo estadunidense, dependente, nos planos econômico, científico e tecnológico, do seu poderoso complexo industrial-militar-acadêmico, favorece a construção, em contrapartida, da aliança defensiva de amplo espectro entre as duas potências eurásianas, anunciada durante as Olimpíadas de Inverno de Pequim, pouco antes do início da operação russa na Ucrânia. Poucas dúvidas restarão, neste momento, a respeito do fato de que essa foi uma resposta às provocações da Otan e dos Estados Unidos

À destruição das condições prévias promovida por Reagan, segue-se a construção da alternativa proposta por Clinton e Al Gore em torno do novo paradigma industrial convergente, que vinha sendo gestado no complexo industrial-militar dos EUA desde os anos da Segunda Grande Guerra e do pós-guerra. O conjunto dessa reconstrução promovida pela potência hegemônica estabelece as condições para um novo período de desenvolvimento, ainda que medíocre, sob o comando dos Estados Unidos, marcado por crises recorrentes, culminando com a grande crise de 2008.

3. SOBRE O DESAFIO CHINÊS

Na verdade, o dinamismo do novo modelo de desenvolvimento deve-se basicamente ao enorme crescimento da economia chinesa, peça fundamental na estratégia dos Estados Unidos, cuja diplomacia soube explorar as divergências entre China e União Soviética, no sentido de impedir a construção de um bloco eurásiano, virtualmente imbatível para as potências atlânticas, como a Inglaterra e os Estados Unidos, o que explica também, nesse plano, a resistência em relação a qualquer aliança da Europa, especialmente da Alemanha, com a Rússia, submetida, como todo o Leste Europeu, ao longo dos dez anos loucos após o desmantelamento do sistema soviético, à rapina das potências imperialistas.

O estrondoso sucesso da estratégia chinesa de introdução de relações mercantis e capitalistas, sob o comando do Partido Comunista — gerando um novo tipo de economia, que podemos definir, sem entrar na questão, sob o conceito de “Um país, dois sistemas” —, soma-se à bem-sucedida estratégia de reconstrução do poderio político e militar do governo

Reprodução: <https://photo.gmw.cn>

Grande Salão do Povo, em Pequim, onde foi realizado o 20º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCCh). Outubro de 2022

russo a partir da ascensão ao poder de Vladimir Putin, para acender os alertas em relação ao perigo eurásiano por parte do *establishment* estadunidense, que, desde os anos 1990, sonhava com aquele mundo unipolar sob o seu comando. A própria China, ao contrário do Japão e da Alemanha, tratou de proteger a sua bem-sucedida política de desenvolvimento capitalista, garantindo condições de autonomia cultural, independência e vantagens na produção tecnológica e soberania nacional no plano militar, diplomático e geoestratégico.

O caráter irremediavelmente belicista do imperialismo estadunidense, dependente, nos planos econômico, científico e tecnológico, do seu poderoso complexo industrial-militar-acadêmico, favorece a construção, em contrapartida, da aliança defensiva de amplo espectro entre as duas potências eurásianas, anunciada durante as Olimpíadas de Inverno de Pequim, pouco antes do início da operação russa na Ucrânia. Poucas dúvidas restarão, neste momento, a respeito do fato de que essa foi uma resposta às provocações da Otan e dos Estados Unidos. Outro tanto se desenha em relação à China, como também ficou claro em 2022, quando, por exemplo, da polêmica visita da presidenta do Congresso estadunidense a Taiwan. Trata-se sempre de movimentos estratégicos que se desencadeiam por iniciativa da potência hegemônica, que, ao mover suas peças no tabuleiro geopolítico, obriga os outros envolvidos a responder, cada um de acordo com o seu específico, maior ou menor, generalizando a definição de Furtado (BOLAÑO, 2015), poder econômico.

Sob a administração Biden, esse jogo vem sendo fortemente estressado, envolvendo o mundo todo, após a decretação da guerra econômica contra a Rússia, que acaba por transformar-se, nas condições vigentes, de crise do capital e crise renovada da hegemonia estadunidense em guerra econômica mundial, com uma característica fundamental, que a

No caso da formulação mais elaborada de Negri e Hardt (2001), foi preciso negar explicitamente, dando-o como superado, o conceito leninista de imperialismo, mas trata-se de um *tour de force* que a realidade logo se encarregou de desmentir

distingue tanto das guerras imperialistas do século XX como da Guerra Fria, quando o desafiante se apresentava como opção radical, não capitalista, de organização social: agora se trata de um desafio que parte da periferia do capitalismo e ameaça a hegemonia, no plano econômico e tecnológico, em nível internacional, uma ameaça direta, portanto, ao sistema imperialista constituído ao final do século XIX e pacificado em 1945.

Apenas para ilustrar o caráter do desafio, cito um articulista, falando a propósito do relatório de trabalho apresentado pelo presidente Xi Jinping no início do 20º Congresso do Partido Comunista da China (outubro de 2022), segundo o qual a potência asiática estaria lançando uma proposta de “modernização pacífica” para o Sul global:

A China e importantes atores eurásianos — da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), dos Brics+ e da União Econômica Eurásiana (UEEA) liderada pela Rússia —, estão todos propondo um desenvolvimento pacífico neste momento. O Hegêmona, ao contrário, impõe uma avalanche de sanções [...], guerras por procuração de alta letalidade (Ucrânia) e todas as cepas possíveis de guerra híbrida para evitar o fim de sua supremacia (ESCOBAR, 2022).

Tomo essa definição aleatoriamente, apenas como expressão sintética do desafio global que neste momento enfrenta o sistema imperialista, cuja gênese, não custa lembrar, decorre das tendências à concentração e à centralização do capital, que, na virada do *Novecento*, promovem uma mudança qualitativa, ligada à operação da lei geral da acumulação capitalista descrita por Marx no capítulo 23 do livro primeiro d’*O Capital*.

4. SOBRE A GUERRA DOS ESTADOS UNIDOS CONTRA A EUROPA

É interessante notar que as potências capitalistas aliadas na guerra econômica contra a Rússia são as mesmas citadas por Lênin (1979), mais os países que compõem a União Europeia, o Canadá, a Austrália e a Coreia do Sul, sob o comando dos Estados Unidos e da Otan. Trata-se, basicamente, se quisermos, das duas primeiras áreas de difusão da civilização industrial a partir do seu núcleo original, a Inglaterra, que compõem o “desenvolvimento”,

por oposição ao conjunto, muito maior, do “subdesenvolvimento”, na classificação histórica de Furtado (1978). Se descontarmos as periferias internas, pondo o foco no núcleo central imperialista, a coincidência com a lista de Lênin é praticamente total. São os países que, na caracterização de Melo (1982), realizaram a Segunda Revolução Industrial, ainda no século XIX, internalizando as condições necessárias à reprodução ampliada do capital monopolista.

Isso é o imperialismo, o governo mundial do capital monopolista, que enfrenta hoje, no terreno econômico, o único desafio que, até o momento, se qualificou para aproveitar a janela de oportunidades aberta pela Terceira Revolução Industrial, a China. A aliança desta com uma Rússia que recons-

truiu seu poderio militar — o que implica um potencial tecnológico e econômico a ser considerado — e diplomático, no centro do continente eurasiático, dispondo das maiores reservas de matérias-primas estratégicas e recursos energéticos do planeta, produz justificadas preocupações no centro imperialista. Só isso explica a unidade de ação na guerra econômica contra a Rússia, repetindo uma situação semelhante, já referida, ocorrida nos anos 1980. Quem acompanhou o processo que antecedeu a entrada da Rússia na guerra lembrará a grande movimentação da parte da diplomacia dos Estados Unidos para enquadrar os seus parceiros europeus e fazê-los aceitar a estratégia de guerra econômica global que se preparava.

Nos artigos citados na nota 1 acima, publicados logo após o início da operação russa na Ucrânia, levantei algumas suposições sobre essa aparente incoerência dos países europeus, pois as vantagens para os Estados Unidos eram mais do que evidentes, embora o efeito bumerangue da guerra de sanções não deixe também de atingi-los em alguma medida, afora o caráter de alto risco de toda a operação, num momento em que os analistas internacionais falam de uma profunda reconfiguração da ordem mundial (*vide*, por exemplo, FIORI, 2022). Na verdade, a Europa deve submeter seus interesses imediatos aos dos Estados Unidos porque estes expressam os interesses maiores, de comando, do conjunto do capital monopolista globalizado.

A unanimidade com que a União Europeia aceitou as inéditas sanções contra a Rússia, o envio de armas em larga escala para o Exército ucraniano, o silêncio em relação às denúncias de existência de laboratórios potencialmente utilizados para a produção de armas biológicas no leste da Ucrânia, a censura aos meios de comunicação russos em todo o mundo, o controle radical da informação e o conjunto das medidas de guerra econômica contra um país subdesenvolvido, exportador de matérias-primas vitais para a Europa, a qual sofrerá, ademais, pelo efeito reverso das suas ações, consequências incalculáveis, é de fato desconcertante, mas não incompreensível. O fato é que, nas condições expostas e diante dos desafios atuais, o cálculo político suplanta o econômico na tomada das grandes decisões, mas alguém sempre deverá pagar a conta, e o desenrolar dos acontecimentos tem mostrado que,



Acervo Depositphotos

Vladimir Putin conduziu uma bem-sucedida estratégia de reconstrução do poderio político e militar do governo russo

Na verdade, pode-se dizer que a guerra econômica atual tem como alvo não só a Rússia — vista não apenas como concorrente a ser destruído, mas como enorme espaço a ser balcanizado e incorporado, aos pedaços, na zona de exploração secundária, para usar a expressão de Dörre (2022) —, mas também, e de forma muito especial, a própria Europa, cuja dependência em relação aos Estados Unidos é preciso, de tempos em tempos, reafirmar, e, desta vez, de forma particularmente feroz

no interior do bloco imperialista, a Europa deverá arcar com a parte maior, renunciando por completo aos ímpetus neocolonialistas que seguiu alimentando mesmo após o movimento de descolonização da África, hoje crescentemente integrada com a economia chinesa, com o projeto da Nova Rota da Seda².

Não obstante, a ideia de um império mundial com centro nos Estados Unidos — que poderia ser aplicada também, como sempre foi, na caracterização de todos os inúmeros impérios que se sucederam ao longo da história humana — remete à comparação, muito ao gosto do senso comum, com o Império Romano. No caso da formulação mais elaborada de Negri e Hardt (2001), foi preciso negar explicitamente, dando-o como superado, o conceito leninista de imperialismo, mas trata-se de um *tour de force* que a realidade logo se encarregou de desmentir, não apenas pela referida polarização estabelecida nas relações internacionais, mas também pela necessidade de enquadramento da Europa para garantir a consecução da estratégia de isolamento da Rússia, cujos efeitos nefastos sobre aquela explicitam os limites das políticas de bloqueio, sequestro de divisas e outras formas de chantagem econômica que vêm debilitando inclusive a posição do dólar, sua legitimidade, que se esperava defender.

Na verdade, pode-se dizer que a guerra econômica atual tem como alvo não só a Rússia — vista não apenas como concorrente a ser destruído, mas como enorme espaço a ser balcanizado e incorporado, aos pedaços, na zona de exploração secundária, para usar a expressão de Dörre (2022) —, mas também, e de forma muito especial, a própria Europa, cuja dependência em relação aos Estados Unidos é preciso, de tempos em tempos, reafirmar, e, desta vez, de forma particularmente feroz. Após o fim da União Soviética, as relações da Europa com a Rússia cumpriam um papel importante na preservação de determinado equilíbrio de forças no interior do bloco imperialista, na medida em que o gás russo garantia uma

² Também em 2022, presenciamos o crescimento de um importante movimento antifrancês em diversos países francófonos da África, especialmente no Mali e em Burkina Fasso, indicando que a luta contra o colonialismo da “Françáfrica” ainda está na ordem do dia.

vantagem competitiva decisiva à indústria e ao capital financeiro — na definição de Hilferding (1985) — alemão, núcleo hegemônico no interior da comunidade europeia, cuja construção é uma obra polêmica, em que os interesses nacionais só serão compatibilizados, no pós-guerra, através de complexas negociações, como bem ilustra a Inglaterra — que Lênin já definia, em 1916, como caso exemplar de evolução rumo a um capitalismo de tipo especulativo e rentista —, cuja incorporação, questionada durante anos pelo general De Gaulle, que a via como uma ponta de lança do imperialismo estadunidense, que seria preciso conter, foi marcada sempre por atribulações, desde a recusa a entrar na Zona do Euro até a recente saída da União Europeia.

Nunes (2022, p. 47) lembra, por outro lado, que “as negociações que conduziram ao Tratado de Roma foram marcadas, desde o início, pelo estatuto da França como potência colonial, estatuto sempre invocado para valorizar a sua posição negocial”, para defender, secundada pela Bélgica, a construção de uma Pan-Europa como “projeto eurafricano”, considerando, uma vez perdidas as colônias asiáticas, a África como uma espécie de “espaço vital” para a Europa, como

uma fonte de matérias-primas e alimentos, um mercado para as mercadorias industriais produzidas no Velho Continente (garantindo o emprego dos trabalhadores europeus) e um território de destino dos excedentes populacionais de alguns países europeus. Por outro lado, o movimento Pan-Europa partia do princípio de que a África negra era incapaz de se desenvolver e civilizar, reivindicando para a Europa branca a missão (civilizadora) de desenvolver a África. Como se vê, estamos perante uma expressão serôdia da velha ideia do fardo do homem branco (civilizador, paternalista, salvador da humanidade), como sempre um expediente para esconder (ou justificar) o colonialismo (NUNES, 2022, p. 51-52).

Assim, lembra o autor, na Conferência de Brazzaville, em janeiro e fevereiro de 1944, René Pléven, que seria logo primeiro-ministro francês, proclamava “o direito da França a um império colonial” (NUNES, 2022, p. 49), mas as lutas pela descolonização da Ásia e da África no pós-guerra já não admitiriam soluções desse tipo, e nem a União Soviética nem os Estados Unidos estavam dispostos a preservar aquela forma já claramente insustentável de integração interna através da infame ideologia do racismo científico. A potência estadunidense, ao contrário, estava empenhada, como lembra Harvey (2004), na configuração de formas de integração que implicavam a criação de uma sociedade de consumo de massa, apoiada na existência de uma indústria cultural cujas características nós bem conhecemos (BOLAÑO, 2000) e na substituição da velha ideologia do progresso, como aponta Furtado (1974), pela de desenvolvimento, ou melhor, pelo par comunicação-desenvolvimento, baseado no novo sistema global de cultura em construção (BOLAÑO, 2015).

Por outro lado, a reestruturação das relações de poder internacional no pós-guerra logo levou os Estados Unidos a abandonar a estratégia, vigente ainda ao final de 1944, “de remeter a Alemanha (a *Alemanha desmilitarizada*, espartilhada em um conjunto de pequenos estados federados) ao papel de um *país basicamente agrícola e pastoril*” (NUNES, 2022, p. 36), estratégia de empobrecimento visando ao desmantelamento da sua capacidade industrial nas indústrias estratégicas.

A verdade, porém, é que os projetos franceses fracassaram. Porque os interesses dos EUA cedo apontaram no sentido da recuperação econômica, política e até militar da



Instalações da Gazprom, maior empresa de energia da Rússia

RFA. Concertados a esse respeito os EUA e o RU [Reino Unido], chegaram a planejar uma *União Federal Europeia* sob o seu comando (previa-se mesmo uma *cidadania comum anglo-americana*), reduzindo a Europa Continental ao papel de satélite, simples membro de uma zona de livre-comércio com o *império anglófono*, e integrando o projeto de *integração europeia* no arsenal dos instrumentos da *Guerra Fria*, em especial a “guerra” contra a URSS e contra os “perigos” da expansão do comunismo (NUNES, 2022, p. 36).

Oito décadas depois, finda a União Soviética e exorcizado o fantasma da expansão comunista, no que se refere às disputas internas no bloco imperialista, a dependência da Europa em relação aos Estados Unidos (e ao Reino Unido), em matéria de defesa, não obstante a preservação do poderio nuclear francês, parecia até aqui contrabalançada, no plano econômico, por uma União Europeia comandada pelo grande capital alemão, que, ao contrário do Japão, logrou superar os desafios impostos pela retomada da hegemonia estadunidense nos anos 1980 e, logo, pelos custos da reunificação, quando, em 2022, o comando imperialista decide promover uma mudança radical num sistema que já vinha abalado pela crise de 2008, ainda não superada, e pela pandemia da covid-19, sinalizando uma saída política e militar para os problemas de competitividade da potência hegemônica.

A perda do gás russo, em particular, promete ter consequências nefastas sobre a competitividade da indústria alemã, sem falar no problema do consumo doméstico por toda a Europa, reforçado pelas dificuldades relativas às fontes alternativas de abastecimento e à logística envolvida, como no caso do gás de xisto estadunidense — liquefeito e transportado em navios, até o momento, para a Espanha, que pretende ser um novo *hub* distribuidor no continente —, vendido, segundo a imprensa, a um preço entre 40% e 50% superior, ou o problema do petróleo, que já vem causando atrito entre os Estados Unidos e a Opep+, questões de que não cabe tratar aqui. Seria interessante, isto sim, analisar as queixas do presidente



Vazamento decorrente da sabotagem aos gasodutos russos Nord Stream 1 e Nord Stream 2, no mar Báltico

francês Emmanuel Macron, às vésperas do seu encontro com Joe Biden, mas o fato ocorreu no início de dezembro de 2022, quando este texto já passava por uma revisão final.

O fato, para encerrar o ponto, é que a Europa tem sido fortemente afetada pelo efeito bumerangue das sanções à Rússia, a inflação tem avançado em níveis inéditos, os movimentos de protesto têm crescido e tendem a se tornar explosivos e a Alemanha parece caminhar para uma nova humilhação, enquanto a extrema-direita cresce em todo o continente, inclusive, mas não só, os movimentos neonazistas vinculados ao governo ucraniano, armado pelos Estados Unidos e pela própria Europa, que enfrenta ainda a pressão social relativa à massa de refugiados que ampliam o já desafiante problema da imigração. Assim, ao contrário do que imaginavam Hardt e Negri, as disputas internas ao bloco imperialista já se fazem sentir, pois “o que constitui a própria essência do imperialismo é a rivalidade entre as várias grandes potências com vista à hegemonia” (LÊNIN, 1979, p. 90).

5. SOBRE A INTELLECTUALIDADE EUROPEIA DIANTE DA GUERRA

Nessas condições, deveria estar na ordem do dia a velha problemática, referida acima, do *derrumbe* e do sujeito revolucionário. No entanto, três tendências se instauraram, nos anos 1980, que obscurecem o debate. Por ordem de importância: (1) a reestruturação produtiva, que altera profundamente as características da classe trabalhadora, marcada por uma extensa subsunção do trabalho intelectual (BOLAÑO, 2002), promovendo uma divisão complexa, que dificulta a construção da identidade de classe, na medida em que (2) o neoliberalismo se implanta como política de Estado, visando reduzir as resistências e precarizar o trabalho, descarregando sobre os trabalhadores o peso do ajuste estrutural; (3) o deslocamento da maior parte do pensamento de esquerda, seja para o campo do neoliberalismo, como no caso dos partidos socialistas e social-democratas e, inclusive, como ilustra o caso grego, da chamada nova esquerda do período, seja, no caso da esquerda acadêmica, do am-

Anselm Jappe, professor e filósofo alemão



plíssimo movimento revisionista que acaba sempre por negar, de uma forma ou de outra, a teoria do valor de Marx e o caráter revolucionário da classe trabalhadora.

Não cabe retomar essa temática, que desenvolvi em outros textos, mas vale citar, em relação à terceira tendência, a modo de exemplo, a impactante reação do pensamento europeu à intervenção militar russa na guerra do Donbas, em 2022, revelando situações até constrangedoras, como a do bom professor Chesnais (2022), recentemente falecido, abandonando a sofisticação das suas análises sobre a mundialização do capital para nos brindar com uma singela carta a “amigxs brasileiros”, discorrendo sobre as supostas características psicológicas do terrível presidente Putin, ou do respeitado dr. Žižek (2022), defendendo um reforço da... Otan! Mas talvez o caso mais surpreendente seja o do radical Jappe (2022).

Na verdade, ele tem razão quando afirma, à sua maneira, que a guerra atual deve ser vista “no contexto do colapso generalizado da sociedade mundial da mercadoria”. Para ele, no entanto, as análises elaboradas “no campo da crítica do valor” correm o risco de permanecer na generalidade e “não são capazes de indicar qualquer ação prática a ser imediatamente reivindicada”. Ao contrário, vê o conflito como uma oportunidade para o surgimento de “um movimento emancipatório transnacional que repudie todos os beligerantes e suas ideologias”, combinando lutas pacifistas, ecologistas e sociais. Embora reconheça que, “desde 1938, um pacifismo de princípio, incondicional, não é mais sustentável”, defende a posição de que se procure, “apesar de tudo, um *tertium datur* entre a capitulação e a guerra” (JAPPE, 2022). O que o autor defende, então, é uma espécie de guerra econômica radical:

Defender o interrompimento imediato, completo e definitivo da compra de gás e petróleo russos, assim como de todas as outras substâncias, e, de forma generalizada, o rompimento de todas as relações comerciais, toda exportação e importação com a Rússia, poderia ser uma alternativa. Destruir os oleodutos ocidentais (o *Nord Stream*) para demonstrar que jamais voltaremos atrás. Uma sanção como essa — possivelmente a única não considerada por Vladimir Putin — poderia realmente obrigá-lo a se retirar (JAPPE, 2022)³.

3 É irresistível a referência aos espetaculares atos de sabotagem perpetrados contra os gasodutos Nord Stream 1 e 2, ao final de setembro de 2022, meses após a sugestão de Jappe. Em outubro, após investigações, o governo russo acusa militares britânicos pela ação. Mesmo assim, afirma, uma linha do Nord Stream 2 ficou preservada, além de oferecer, em aliança com a Turquia, uma opção para a entrega de gás à Europa pelo sul. Enquanto isso, no que se refere à transição energética, a Europa parece transitar, até o momento, do gás e do petróleo para o carvão, situação para a qual os movimentos ecologistas do continente não têm dado maior importância.



Jürgen Habermas, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Theodor Adorno, Erich Fromm e Max Horkheimer, intelectuais da chamada escola de Frankfurt

Ficam evidentes o *parti pris* do autor — o senso comum pequeno-burguês europeu, pretensamente esquerdista — e o caráter da sua solução, uma espécie de golpe de mestre, capaz de pôr, ao mesmo tempo, o presidente russo em xeque e a “sociedade produtora de mercadorias” nas cordas, acelerando a transição energética e a implantação de uma economia agroecológica⁴. Em todo caso, há um fundo de verdade na esperança de debacle da “sociedade mundial da mercadoria”, na medida em que o aprofundamento da crise do capital, que já se havia agravado de forma alarmante com a pandemia da covid-19, certamente acarretará conflitos sociais, revoltas, rebeliões, como já vem ocorrendo neste momento na Europa e tende a se ampliar à medida que chega o inverno no Hemisfério Norte. Nessas condições, o que se esperaria de um intelectual marxista ativista como Jappe seria explicar, em termos de análise de classe, qual seria a força social — que não a mera opinião pública europeia animada por grupos de pressão ecologistas e pacifistas — capaz de comandar a transição catastrófica que ele sugere no sentido da revolução, em meio ao caos e à anarquia que a resposta do imperialismo à crise de hegemonia dos Estados Unidos acarreta para o conjunto da humanidade.

Mas não é minha intenção aqui generalizar a posição da intelectualidade europeia de esquerda a partir dos três casos referidos, embora deva ser dito que engajamentos desse tipo têm se multiplicado, com posições indisfarçavelmente eurocêntricas e amplamente pró-imperialistas. Tampouco se trata de defender a Rússia — ainda que as provocações do imperialismo tornem a sua ação perfeitamente defensável —, mas de fazer avançar, na nova conjuntura que se apresenta, a luta da classe operária que se mobiliza pela paz na Europa, não nos termos dos intelectuais citados, mas, por exemplo, como os aviários italianos que se negaram a transportar armas para a região do conflito “em solidariedade ao povo da Ucrânia, da Rússia e do Donbas”. Em tempos passados, em face do crescimento da rebeldia popular contra as consequências da guerra, contra a inflação e a fome, a esquerda

⁴ Jappe não se refere aos sofrimentos que uma transição abrupta desse tipo acarretaria em termos de crise alimentar, de fome pandêmica global, que adviriam do colapso da produção de comida por falta dos grãos russos e ucranianos e especialmente de fertilizantes. Tampouco explica porque até hoje não surgiu um movimento que, em lugar de “cortar o gás russo”, propusesse cortar o petróleo saudita para, de um só golpe, acabar com a guerra do Iêmen e a tal sociedade da mercadoria. Ora, nesse caso, como em inúmeros outros, a oportunidade não se apresentava porque não se estabelecia o consenso que existe agora entre os membros da Otan e da União Europeia, o que naturalmente inviabilizava a solução oportunista que consiste em levar o movimento social e a opinião pública a exigir do próprio comando imperialista as sanções mais radicais. A Rússia, ao contrário, é o inimigo perfeito, estigmatizada no inconsciente coletivo europeu desde os tempos da Guerra Fria, além de peça chave na estratégia expansionista da Otan, sob o comando dos Estados Unidos.

continental clamaria “Contra a guerra, revolução!”. Mas a reestruturação produtiva e todas as sucessivas derrotas sofridas em nível mundial com as políticas neoliberais, desde os anos 1980, têm encontrado a classe trabalhadora desamparada ante a capitulação da maior parte da esquerda, não só na Europa.

6. SOBRE COMUNICAÇÃO E AS TAREFAS DA ESQUERDA HOJE

Nessas condições, pensar a comunicação em termos puramente instrumentais constitui um grave equívoco. Em *primeiro* lugar, é preciso lembrar que a importância da comunicação de massa é um fenômeno marcante do século XX, ligado à constituição do capitalismo monopolista. A escola de Frankfurt foi pioneira na análise do fenômeno, tendo enorme influência, como paradigma crítico, nas ciências da comunicação, a partir do pós-guerra. A própria organização do campo acadêmico da comunicação é fruto das amplas transformações que caracterizam a consolidação da hegemonia estadunidense (BOLAÑO, 2015) e incluem as ciências da informação, as teorias do desenvolvimento, a chamada *big science*, em todos os campos, para se combinar com o vitorioso *big business* ou o famoso complexo industrial-militar-acadêmico. Trata-se da constituição de toda uma nova institucionalidade que se soma às instituições econômicas desenhadas em Bretton Woods e à nova estrutura do que Habermas chama Estado democrático de massas, que substitui o Estado liberal dos tempos da hegemonia inglesa.

A comunicação é parte desse liame institucional que inclui a formação acadêmica de profissionais que, dominando certas ferramentas intelectuais, realizam a mediação social entre os poderes político e econômico, de um lado, e as massas de eleitores e consumidores, de outro, constituindo públicos aos quais são dirigidas publicidade, propaganda e outros tipos de conteúdo que atraem a atenção e facilitam o processo de manipulação e de controle social (BOLAÑO, 2000). Habermas (1984), ainda sob influência do marxismo, define a indústria cultural como instrumento de esterilização do potencial explosivo de uma esfera pública burguesa crítica ampliada para além dos limites (propriedade privada e conhecimento) impostos pelo Estado liberal. Aqui interessa definir particularmente o campo comunicacional no seu conjunto como parte da institucionalidade do sistema imperialista, que se encontra hoje em transição⁵, inclusive no que se refere ao sistema global de cultura, que abandona o formato da velha indústria cultural nacional — centrada no mercado de televisão e articulada, em nível internacional, ao oligopólio da produção cinematográfica e musical, mas preservando, na indústria das telecomunicações e na radiodifusão, a lógica da soberania nacional — em favor de um sistema baseado na rede mundial de computadores, segundo uma lógica algorítmica, permitindo a expansão de formas de interatividade contro-

5 A vinculação da estrutura global dos sistemas de comunicação ao imperialismo será feita originalmente pelas chamadas teorias da dependência ou do imperialismo cultural, nos anos 1970 e 1980 especialmente, em diálogo crítico com a primeira escola latino-americana de comunicação e desenvolvimento, influenciada pelo debate do estruturalismo histórico e das teorias sociológicas da dependência, marxistas e não marxistas. Dessa tradição surgiu a escola latino-americana de estudos de economia política da comunicação e da cultura, que realiza uma crítica interna, marxista e radical — ao contrário dos estudos culturais latino-americanos, que realizam uma crítica externa que acaba adotando uma perspectiva pós-modernista — às teorias da dependência ou do imperialismo cultural (BOLAÑO, 2015; 2022d). O conceito de imperialismo em nenhum momento é descartado, mas a ênfase é posta no desvendamento das relações entre comunicação, cultura e capitalismo, de modo que, na caracterização histórica, privilegia-se o conceito gêmeo de capitalismo monopolista.

ladas que garantem a operação das chamadas plataformas digitais, as quais constituem hoje o núcleo central do novo modelo de regulação das comunicações, no qual a ideia de soberania nacional fica completamente descartada, reforçando a perspectiva neoliberal do modo de regulação com dominância financeira, surgido da resposta do capitalismo à crise estrutural dos anos 1970. Trata-se, portanto, de um reforço do sistema imperialista, mas também de suas contradições, coerentemente com o que ocorre nas demais esferas, que, no seu conjunto, constituem a totalidade das relações sociais capitalistas.

É preciso distinguir aqui dois processos que ocorrem simultaneamente: um, de concentração, no sentido definido por Marx, ou seja, de ampliação da área de ação do capital, o que significa maior número de capitais em concorrência, no nível nacional, no caso, criando uma aparência de democratização no acesso à informação e na capacidade de comunicar; e outro, de centralização do mercado, em nível global, em torno de um número extremamente reduzido de empresas, como são as ditas plataformas digitais. É claro que a aparência não é completamente falsa — pois novos agentes, inclusive não empresariais, e mesmo contra-hegemônicos, passam a ter acesso à rede —, mas extremamente enganosa, na medida em que não se trata da superação da velha indústria cultural, com suas características e funções conhecidas, mas da sua subsunção numa estrutura maior, comandada por interesses externos.

Internamente, cada ator relevante tratará de desenvolver estratégias de comunicação de acordo com seus interesses, utilizando as ferramentas a que possa ter acesso. A técnica se apresenta, assim, em princípio, como fonte de assimetrias. O setor da classe dominante que assume a função de controle do sistema de comunicação dispõe evidentemente de todos os recursos necessários ao uso eficiente dos novos instrumentos e das novas técnicas a serviço da publicidade, da propaganda, do controle social e da acumulação de capital. O uso dessas mesmas técnicas e ferramentas pela classe trabalhadora e seus representantes para servir aos seus próprios interesses exigirá importantes adaptações e recursos, o que envolve uma grande complexidade de questões, por exemplo, no que se refere ao domínio dos métodos de produção e distribuição de conteúdo, ou ainda às técnicas de coordenação e planejamento estratégico relativas ao uso das plataformas, mas esse não é o maior problema.

O equívoco mais importante, se é que se pode falar assim, em *segundo* lugar, tomando como exemplo a maioria dos governos da onda rosa latino-americana do início do século, em especial os do Partido dos Trabalhadores, no Brasil, foi desconsiderar completamente questões fundamentais para a caracterização da classe trabalhadora no atual estágio de desenvolvimento capitalista. Não é possível desenvolver o tema em toda a sua complexidade aqui (*vide* BOLAÑO, 2018), mas dois motivos são fundamentais: a reestruturação produtiva e as décadas de políticas neoliberais, que transformaram radicalmente as feições da classe trabalhadora e são marcadas por dois processos conectados, de intelectualização e subsunção do trabalho intelectual (BOLAÑO, 1995; 2002), de um lado, e de precarização, de outro, nem sempre bem compreendidos, para dizer o mínimo, pelas lideranças políticas e intelectuais, umas e outros tragados, desde os anos 1980, por duas ondas que constituem um terceiro motivo fundamental, qual seja, a deriva neoliberal de uns e o revisionismo de outros, que levaram ao desprezo pela problemática do fator subjetivo, embalados pelas ilusões do determinismo tecnológico e das infiltrações pós-modernistas que minaram boa parte do pensamento de esquerda durante todos esses anos.

Isso explica a ilusão tecnicista de uma democratização do sistema baseada no progresso da ciência, mas também na expansão de uma racionalidade comunicativa, para além

da luta de classes — cuja efetividade estaria ligada a um supostamente superado paradigma da consciência, de inspiração lukácsiana, adotado pelos fundadores da escola de Frankfurt —, como defende o mais influente filósofo das últimas décadas do século XX. O projeto habermasiano de construção democrática pela via do entendimento comunicativamente mediado tropeça nos próprios pés quando o desenvolvimento técnico no campo das comunicações acaba por oferecer aos indivíduos uma interatividade que os articula justamente através de formas patológicas de comunicação, para usar um conceito do autor, as quais estão muito longe de constituir as bases da utopia de uma sociedade civil internacional, que, a certa altura da sua elaboração, substituiu a ideia original do próprio Habermas, citada acima, de uma esfera pública burguesa crítica que entra em contradição com o Estado democrático de massas.

Se nos prendêssemos à aparência, referida aqui há pouco, de uma comunicação generalizada, envolvendo a grande massa da população mundial com acesso às plataformas digitais, por exemplo, poderíamos nos convencer do acerto dessa perspectiva idílica que garantiu a legitimidade do projeto de construção europeia e o animou ao longo das últimas décadas do século passado. A história recente, no entanto, mostra que a expansão do novo sistema global de cultura, centrado na internet, só garante, em essência, a massificação de formas de interação linguística sistematicamente distorcidas, para usar ainda a linguagem de Habermas, entre indivíduos que compõem uma sociedade fragmentada ao extremo, cuja unificação, nesse particular, se realiza pela mediação, por via algorítmica, do aparato tecnológico a serviço dos poderes fáticos que controlam amplamente o sistema.

Uma unificação alternativa, contra-hegemônica, só poderia vir de uma classe trabalhadora organizada em torno de um projeto de superação do capitalismo, o que, do ponto de vista da elaboração teórica, exige o descarte do projeto habermasiano, mas não só dele, e a reposição do problema em termos de luta de classes, alimentada, no plano da consciência, pela formulação de horizontes de referência, cuja construção o revisionismo das esquerdas institucionais acabou cedendo ao neoliberalismo — como pretendia, aliás, Hayek, citado por Lagasnerie (2013, p. 34-35), conforme formulou explicitamente na sua crítica ao velho liberalismo, que perdera, segundo ele, para as esquerdas a prioridade na construção das utopias de futuro, acomodado que estava na condição de defensor do *status quo*. Essa foi a posição em que, na sequência, situou-se a esquerda, na Europa em especial, desde que se propôs a administrar o capitalismo, adotando a perspectiva da terceira via, entre o *welfare state* e o neoliberalismo. Por fim, estamos vendo que a extrema-direita, mesmo mantendo uma perspectiva neoliberal, e ainda mais radical, acaba por apresentar-se como alternativa antissistêmica, capaz de seduzir uma parte importante da juventude com discursos do tipo anarcocapitalista, apelidado libertário, ou libertariano, e inclusive diretamente fascistas.

No que se refere às tarefas imediatas, em *terceiro* lugar, seria preciso, do ponto de vista da sociologia crítica, como da crítica da economia política, ou do campo acadêmico da comunicação, definir as características da nova classe trabalhadora que surge da reestruturação produtiva e se configura de forma já bem delineada na atualidade, com suas contradições e divisões internas, suas fragilidades, tendo em conta que “todo grupo tende [...] a conhecer de maneira adequada a realidade, porém o seu conhecimento não pode ir senão até um limite máximo compatível com a sua existência” (GOLDMANN, 1976, p. 15). Trata-se, aqui, de todo um programa de pesquisas de interesse da classe trabalhadora.

Mas, para além das tarefas acadêmicas, do ponto de vista da comunicação como campo de práticas, trata-se de uma tarefa da própria classe, com seus intelectuais orgânicos,



Adelmo Genro Filho

o que envolve também aqueles trabalhadores que, atuando no âmbito da mediação social, desenvolvem as ferramentas e técnicas referidas acima, que precisam ser apropriadas pela classe para servir à luta contra-hegemônica. A esse respeito, quero trazer à baila a crítica que formulei à influente perspectiva de Adelmo Genro Filho a propósito da sua recepção dos escritos de Lênin sobre a imprensa (BOLAÑO, 2018). Note-se que o que está em questão aqui é o problema da autonomia cultural da classe trabalhadora, tal como apontada num precioso trabalho de Hobsbawm (1987), ao referir-se à classe operária inglesa do século XIX, cuja oposição ao regime burguês não se expressava apenas no plano estrito da luta de classes, mas naquele, mais profundo, da identidade de uma classe culturalmente homogênea, apresentando-se como contra-hegemônica no nível mais amplo do sistema global de cultura. Permito-me reproduzir agora, por comodidade, alguns parágrafos do meu texto de 2018.

A oposição entre cultura erudita e cultura popular apresenta-se, assim, como contradição profunda entre duas visões de mundo claramente distintas, no momento em que a classe operária se apresenta como portadora de um projeto de organização geral da cultura alternativo. E isso também no plano estritamente intelectual, como deixam claro as formas de produção e difusão do pensamento socialista, comunista, anarquista, sindicalista. Aqui interessa citar a função organizativa, teorizada por Lênin (s.d.), que a imprensa operária cumpriu na Revolução Russa de 1917, incluindo desde a produção de textos em cada fábrica até a reunião para a produção do jornal e sua distribuição clandestina ao longo de um território tão amplo, envolvendo milhares de mãos, de trabalhadores anônimos formando uma extensa rede de comunicação popular alternativa, totalmente autônoma, que se esforçava por manter a maior invisibilidade perante a repressão policial czarista.

Assim se organizava a inteligência coletiva proletária na Rússia nos primeiros anos do século XX, um oceano cultural em que o revolucionário bolchevique podia nadar como peixe. Note-se que a tarefa urgente proposta por Lênin, vinculando organização partidária e criação de um jornal político para toda a Rússia, implica superar os “métodos artesanais”, como explicitara já em 1899, no artigo *Um problema vital*, incluído na mesma compilação de onde retirei a referência anterior, nos seguintes termos: “O problema consiste em decidir se vale a pena continuar com métodos ‘artesanais’ o trabalho que já se realiza, ou se se deve organizá-lo como trabalho de um só partido e refleti-lo num órgão de imprensa comum.”

Adelmo Genro Filho reconhece que “a tese de Lênin sobre a necessidade do jornal partidário enquanto ‘organizador coletivo’, com funções de análise crítica, luta ideológica,



Plataformas digitais: agentes da diversidade ou novos monopólios de comunicação?

propaganda e agitação é, ainda presentemente, insuperada em seus fundamentos” (GENRO FILHO, 1987, p. 56), mas acrescenta que “há uma tarefa mais ampla do jornalismo tipificado nos diários, que deve ser pensada em sua especificidade” (GENRO FILHO, 1987, p. 47). E conclui:

Embora o jornalismo expresse e reproduza a visão burguesa do mundo, ele possui características próprias enquanto forma de conhecimento social e ultrapassa, por sua potencialidade histórica concretamente colocada [sic], a mera funcionalidade ao [sic] sistema capitalista (GENRO FILHO, 1987, p. 47).

Não tratarei aqui em detalhe das críticas de Genro ao projeto de Mattelart, da época do governo Allende, de “dar a palavra ao povo”, como fiz em meu ensaio de 2018. Em suma, trata-se, para o autor, de uma crítica a um projeto de “jornalismo artesanal” contra o jornalismo industrial moderno, considerado uma forma particular de conhecimento da realidade. A crítica à prática chamada artesanal tem um sentido bem diferente daquela do trecho de Lênin citado. Em Genro, trata-se da defesa de um tipo particular de produção cultural, considerado moderno e eficiente. Assim, diferentemente da construção coletiva pela classe operária e seus intelectuais de um meio de comunicação unificado que refletisse e apoiasse a própria organização da classe, Genro põe em primeiro plano uma função mediadora dos meios de comunicação de massa:

E nisso [tais meios de comunicação] não dependem do capitalismo. É evidente que essa orquestração feita pelos meios de comunicação de massa sobre o conjunto da comunicação e da cultura não funciona nunca como uma imposição, uma relação pura e simples de manipulação. Há uma dialética entre o centro e cada uma das suas partes [...], conduzindo à produção e reprodução da cultura e da informação, na qual o papel das classes, dos grupos organizados e dos indivíduos é sempre irredutível. Mas o centro, o núcleo do poder que qualifica o processo no seu conjunto e lhe fornece os rumos é constituído pelos meios de comunicação de massa (GENRO FILHO, 1987, p. 125).

É certo que a função de mediação é o elemento chave para entender a indústria cultural e os grandes meios de comunicação de massa. O problema é a autonomia que Genro parece imputar a uma instituição, a grande imprensa tomada em abstrato, identificando *Pravda*, ou *Granma*, a *New York Times*, *O Globo* ou qualquer outro, entendido o conjunto como uma nova forma de produção especializada de conhecimento e de mediação social, sem considerar, salvo marginalmente, no caso da grande imprensa, trata-se de empresas em que o trabalho dos jornalistas, entre outros, é subsumido.

Até aqui, o resumo da crítica a Adelmo Genro. Minha própria definição do conceito de mediação, no interior de uma teoria marxista da comunicação centrada na crítica da economia política (BOLAÑO, 2000), articula-o, nos marcos do capitalismo monopolista, ao conceito marxiano de subsunção do trabalho. Com o surgimento dos grandes meios de comunicação de massa, no século XX, o jornalista, como outros trabalhadores intelectuais, passa a cumprir a sua função mediadora, não mais como o intelectual independente do século XIX, mas como trabalhador assalariado a serviço de um capital individual particular, o qual se encontra numa posição estratégica na estrutura social, a serviço do grande capital monopolista e do Estado capitalista. No caso do jornalismo, quanto mais industrializada a produção, ao contrário do que pensa Genro, maior a capacidade de controle e de subordinação do trabalho ao capital. Assim, se a imprensa de massa do século XX representa uma nova forma de produção de conhecimento, como quer o autor, trata-se de um conhecimento, por um lado, a serviço da empresa jornalística, de acordo com suas estratégias empresariais, envolvendo as mais variadas técnicas de manipulação publicitária e de construção de audiências, e, por outro, a serviço da propaganda e do controle social.

Os limites à subsunção do trabalho jornalístico não se referem em essência ao gênio ou à coragem individual, mas às especificidades da sua função mediadora. O capital luta contra a autonomia relativa daí decorrente, estruturando rotinas, processos e sobretudo hierarquias que se refletem em diferenciais de salário, mas também se vale da ideologia profissional constituída como parte fundamental do pensamento liberal no século XVIII e XIX. Mas não é no texto que essas contradições podem resolver-se em favor de um projeto social alterna-



Reprodução de capas dos jornais operários *A Classe Operária* (Brasil), *Pravda* (soviético), e *Granma* (cubano)

Destaco a necessidade de esclarecer a estrutura e a dinâmica do conjunto das instituições do sistema imperialista, com destaque para o funcionamento da chamada mídia hegemônica, cuja articulação e capilaridade ficam bastante evidentes com a decretação da guerra econômica contra a Rússia, revelando os mecanismos da propaganda, da censura, do controle da informação, da produção e disseminação de notícias falsas etc.

tivo. O jornalista deve entender que os limites impostos a sua função de mediação advêm de sua condição de trabalhador, e que a solução passa por uma ação coletiva que transcenda o plano meramente sindical, vinculando-o ao conjunto da classe trabalhadora e pondo-o a seu serviço, o que não pode ser feito de forma consequente na chamada mídia hegemônica. Nesse sentido, a tarefa formulada por Lênin permanece em essência a mesma.

7. À GUIA DE CONCLUSÃO

Mas o caso do jornalismo é apenas um entre muitos. No mesmo ensaio de 2018, tive a oportunidade de apresentar uma objeção, mais séria, ao desdém com que Garcia Canclini se refere ao Teatro do Oprimido, defendendo as sofisticações estéticas de artistas bem formados, desconhecendo, assim, o aspecto comunicacional da arte, que, para além do puro gozo estético, envolve uma capacidade de organização e mobilização que tiveram, por exemplo, um papel importante na resistência às ditaduras na América Latina. Permito-me citar, a respeito, o último parágrafo do meu próprio ensaio:

Do ponto de vista da comunicação, trata-se, como propunha Mattelart [...] de “dar a palavra ao povo”, e é nesse sentido que falo na importância da criação de novas formas de mediação social, como a dos atores e atrizes seguidores das propostas do Teatro do Oprimido, que transferem à plateia as ferramentas de comunicação de que dispõem, e assim, através do seu trabalho, transformam a realidade e transformam-se a si mesmos, pela interação com aqueles outros trabalhadores (o público), que recebem mas também oferecem conhecimento (BOLAÑO, 2018, p. 57).

A construção do socialismo hoje passa pela apropriação, pela classe trabalhadora, das ferramentas de comunicação, e não meramente das técnicas de produção de conteúdo e,

muito menos, daquelas da publicidade, da propaganda ou do *marketing* político por parte de alguns profissionais supostamente a seu serviço. É o conjunto do sistema de mediação social que deve ser tão radicalmente transformado como o sistema econômico e as estruturas de poder do Estado capitalista. Para tal, outro sistema global de cultura precisa ser criado, o que exige a construção, desde já, dos instrumentos de mediação a serviço da organização e da luta de uma classe trabalhadora que se encontra cindida e cuja unidade e autonomia, política e cultural é a condição essencial para a superação da exploração capitalista e da dominação imperialista.

Entre os mediadores profissionais, uma tensão se estabelece, pois se trata de trabalhadores intelectuais, cuja sobrevivência depende da venda da sua força de trabalho ao capital, que precisam não apenas reconhecer a sua condição de classe, mas entender também a importância de transferir conhecimento e de aprender com os demais trabalhadores que a mediação possível pretendida é fundamentalmente automediação, que é a consciência possível do conjunto da classe que garantirá a autonomia ante o sistema de manipulação que se apresenta hoje de forma extremamente capilarizada e eficaz enquanto mecanismo de controle e de vigilância.

Nos artigos citados na nota 1 acima, apresentei uma pequena agenda de pesquisas sobre a guerra atual, em que destaco a necessidade de esclarecer a estrutura e a dinâmica do conjunto das instituições do sistema imperialista, com destaque para o funcionamento da chamada mídia hegemônica, cuja articulação e capilaridade ficam bastante evidentes com a decretação da guerra econômica contra a Rússia, revelando, aos olhos dos pesquisadores, os mecanismos da propaganda, da censura, do controle da informação, da produção e disseminação de notícias falsas etc. O mesmo sistema é instrumentalizado na manipulação da opinião pública mundial contra os governos rebeldes em relação à dominação imperialista, como os de Cuba ou da Venezuela, para ficar nos exemplos mais próximos. Assim, os interesses econômicos e geoestratégicos determinantes das ações integradas do sistema global das comunicações sob controle do capital monopolista têm consequências deletérias sobre a classe operária dos diferentes países, especialmente os subdesenvolvidos, de modo que a construção de um sistema de comunicação alternativo, ligado à luta dos trabalhadores, na linha do projeto leninista, com autonomia cultural, apontado acima, deve ser pensada também em âmbito internacional.

* Professor titular aposentado, colaborador do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Sergipe. Coordenador do grupo Obscom-Cepos, do CNPq, do grupo Epicc e do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso). Diretor da *Revista Eptic*, de economia política da informação, da comunicação e da cultura.

► Texto recebido em 3 de dezembro de 2022; aprovado em 5 de dezembro de 2022

- BOLAÑO, César. **Campo aberto**: para a crítica da epistemologia da comunicação. Aracaju: Edise, 2015.
- _____. Economia política, cultura e a batalha da comunicação na América Latina do século XXI. In: _____ et al. **Cuba**: el legado revolucionario y los dilemas de la izquierda y las fuerzas progresistas en América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2018.
- BOLAÑO, César. Economia política, globalización y comunicación. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 140, 1995.
- _____. Guerra da Ucrânia, imperialismo e comunicação. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 25 mar. 2022a. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/guerra-da-ucrania-imperialismo-e-comunicacao>>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- _____. Imperialismo, guerra, comunicação e a transição do sistema global de cultura na terceira década do século XXI em perspectiva histórico-estrutural. **Líbero**, São Paulo, n. 52, set.-dez. 2022b. No prelo.
- _____. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-78, 2002.
- _____. Ucrânia: imperialismo e guerra da informação. **Outras Palavras**, 21 mar. 2022c. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/ucrania-imperialismo-e-guerra-da-informacao>>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- _____. (Coord.). **Economía política de la comunicación y la cultura en América Latina (1970 y 1980)**. Buenos Aires: Clacso, 2022d.
- CHESNAIS, François. El “campismo” y mi posición sobre la guerra: carta a amigxs y colegas brasileños a propósito de la invasión a Ucrania. **Herramienta**, n. 38, 24 abr. 2022. Disponível em: <www.herramienta.com.ar/el-campismo-y-mi-posicion-sobre-la-guerra-carta-a-amigxs-y-colegas-brasilenos-a-proposito-de-la-invasion-a-ucrania>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- DÖRRE, Klaus. **Teorema da expropriação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- ESCOBAR, Pepe. A China lança uma proposta ao Sul global. **Outras Palavras**, 23 dez. 2022. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/china-lanca-uma-proposta-ao-sul-global>>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- FIORI, José Luís. O mundo depois da Ucrânia. **Outras Palavras**, 25 jul. 2022. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/fiori-omundo-depois-da-ucrania>>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- _____. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- GOLDMANN, Lucien. **A criação cultural na sociedade moderna**. Lisboa: Editorial Presença, 1976.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- JAPPE, Anselm. Cortem o gás russo. **A Terra É Redonda**, 25 mar. 2022. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/cortem-o-gas-russo>>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- LAGASNERIE, Geoffroy de. **A última lição de Michel Foucault**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LÊNIN, Vladimir I. ¿Por donde empezar?. In: _____. **Acerca de la prensa**. Moscú: Editorial Progreso, [s.d.].
- _____. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1979.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MELO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- NUNES, António. **A integração europeia**: um projeto imperialista. Lisboa: Avante!, 2022.
- ŽIŽEK, Slavoj. Pacifism is the wrong response to the war in Ukraine. **The Guardian**, 21 jun. 2022. Disponível em: <www.theguardian.com/commentisfree/2022/jun/21/pacifism-is-the-wrong-response-to-the-war-in-ukraine>. Acesso em: 18 jan. 2023.

A economia política e suas falácias

Por que é importante criticar e repensar

On political economy and its fallacies
Why critiques and rethinking matter

utsa patnaik*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.010>

Reprodução: National Library of Wales/Wikimedia



Coal Brook, Monmouthshire (1831), de Henry G. Castineau. Gravura em aço antigo. 90 × 142 cm.
A ilustração retrata uma paisagem do sudeste do País de Gales durante a Revolução Industrial no início do século XIX

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre questões chave e falácias que estão na origem da economia política. Argumenta-se, quanto ao problema da produção de conhecimento, que a formulação de teorias factual e logicamente incorretas tem início com a economia política clássica inglesa. A economia política desenvolvida na Inglaterra na segunda metade do século XVIII — um período em que o país assistiu a um rápido aumento do seu comércio, especialmente com suas colônias, ao mesmo tempo que fazia a transição para a produção industrial — avançou com base em falácias verbais e materiais e em silenciamentos que são reproduzidos até hoje na historiografia e na economia.

Palavras-chave: Economia política. Imperialismo. Colonialismo. Protecionismo comercial. Escoamento de riquezas.

ABSTRACT

This article provides a reflection on key issues and fallacies that lie at the origins of political economy. It is argued that, as regards the problem of knowledge production, the formulation of factually and logically incorrect theories begins with English classical political economy. Political economy as developed in England in the second half of the eighteenth century — a period which saw a rapid increase in its trade especially with its colonies of conquest, while also making the transition to factory production — proceeded on the basis of verbal and material fallacies and silences which have been reproduced in historiography and the discipline of economics to this day.

Keywords: Political economy. Imperialism. Colonialism. Trade protectionism. Drain of wealth.

1. INTRODUÇÃO

Sam Moyo e eu, juntamente com Issa Shivji, somos coautores de um pequeno livro intitulado *The agrarian question in the neoliberal era: primitive accumulation and the peasantry* (PATNAIK; MOYO; SHIVJI, 2011). Esse livro, entre outros temas, questionou a acolhida interpretação sobre uma revolução agrícola baseada no aumento da produtividade no primeiro país industrializado do mundo. A morte prematura e trágica de Sam devastou a todos nós, mas nos deixou ainda mais determinados a levar adiante o projeto de questionar os conhecimentos recebidos, no intuito de descobrir a verdadeira história da ascensão do capitalismo industrial e o resultante retrocesso das sociedades do Sul que haviam se tornado colônias das nações da Europa Ocidental. A base factual dessa história foi ofuscada em grande parte da literatura, e sua base teórica é, do ponto de vista lógico, altamente suspeita.

Quando me pediram para falar nesta palestra sobre o problema da produção de conhecimento no Sul global, me ocorreu que o problema, na verdade, era o da produção de conhecimento no Norte global, pois os educados nos países do Sul leem os livros didáticos e estudam as teorias que provêm das universidades do Norte. Se a antropologia é filha do imperialismo, como Gough (1968) argumentou, em grau ainda maior a teoria econômica é sua filha, pois os interesses econômicos dos países do Norte global estão diretamente entrelaçados com as teorias de economia política desenvolvidas em suas universidades.

Os escritores mercantilistas dos séculos XVII e XVIII na Europa estavam preocupados principalmente com o comércio exterior e seus efeitos nas economias centrais, pois escreviam em um momento em que o violento expansionismo e o comércio de longa distância de seus países aumentavam rapidamente. Não havia uma disciplina específica chamada *economia* até a segunda metade do século XIX. Quem escrevia sobre economia política estudava filosofia moral e história. Entre os economistas clássicos, Adam Smith era versado em ambas as áreas quando escreveu *A riqueza das nações*. Karl Marx elaborou uma tese de doutorado em Filosofia sobre Demócrito e Epicuro antes de realizar seu *magnum opus*, o estudo do capitalismo em *O Capital*. David Ricardo, no entanto, foi uma exceção; corretor de títulos por profissão, ele modestamente admitiu não ter estudado nem filosofia nem história, o que fica muito evidente quando se lê com olhar crítico a sua obra *Princípios de economia política e tributação* (RICARDO, 1986). Apesar da grande perspicácia que tinha na área da lógica formal, ele não pôde evitar erros simples de lógica aplicada, principalmente quanto a dois aspectos.

Primeiro, Ricardo cometeu uma falácia verbal ao usar, sem qualquer explicação, uma definição diferente para *renda da terra*, desvinculando-a completamente da propriedade da terra e da concentração da propriedade (que havia sido apontada como a razão precisa da renda por Adam Smith e, mais tarde, por Karl Marx), inclusive enquanto criticava Smith sobre a questão da renda. Em segundo lugar, Ricardo cometeu uma falácia material em sua teoria sobre comércio, segundo a qual a especialização consoante as vantagens comparativas de custos necessariamente beneficia os parceiros comerciais, ignorando o fato de que uma grande variedade de bens efetivamente negociados não poderia ser produzida de jeito nenhum nas terras temperadas frias onde os países avançados de hoje estão localizados. Portanto, o custo de produção não se aplicava a esses bens. Essas duas falácias serviram a uma importante função apologetica: a primeira por desviar a atenção da extração de renda sob o arrendamento parasitário, e a segunda por postular que todo comércio baseado na especia-

A “mão invisível” de Adam Smith era um fantasma na máquina da produção capitalista, que, supostamente, produziria o desenvolvimento harmonioso da divisão do trabalho e do comércio prescindindo de qualquer planejamento consciente. A realidade, porém, era bem diferente, pois essa “mão invisível” não existia. Foram as bem visíveis ações de Estados altamente agressivos e belicosos que sustentaram os esforços das emergentes classes capitalistas nos Estados europeus marítimos

lização era benéfico para ambas as partes, quando era exatamente o oposto¹ que se aplicava ao comércio colonial².

Esses erros lógicos nunca são mencionados na literatura moderna, e certamente os escritores de livros didáticos os têm encoberto, muito provavelmente porque as teorias de Ricardo não apenas serviam muito bem aos interesses da Inglaterra como potência industrial em ascensão, mas porque também servem aos interesses atuais dos países capitalistas desenvolvidos em relação ao Sul global.

Embora, quando estudantes, tenhamos aprendido que havia sérios problemas com a economia neoclássica, considerava-se que os principais economistas clássicos eram virtualmente infalíveis e deviam ser tratados com respeito. Apesar de ser incontestável o fato de que todos os estudiosos sérios devem ser tratados com respeito, muitas décadas de ensino e reflexão convenceram a esta escritora de que, no que concerne ao problema da produção de conhecimento, a formulação de teorias factual e logicamente incorretas começa com a economia política clássica inglesa. Isso não surpreende, porque a economia política se desenvolveu na Inglaterra na segunda metade do século XVIII durante um período em que seu comércio estava crescendo rapidamente, especialmente o desenvolvido com suas colônias, e aquele também foi seu período de transição para a produção fabril. Havia uma íntima

¹ N. do E.: parece ter havido aqui um lapso na redação original, uma vez que, no contexto, o uso da expressão “precisamente o oposto” (“precisely the opposite”) conduz a duas conclusões possíveis — duplicidade que por si mesma já eliminaria o caráter de precisão atribuído à inferência: ou se entende que *nenhum* comércio baseado na especialização seria *benéfico* para ambas as partes ou que *todo* comércio baseado na especialização seria *prejudicial* a ambas as partes. Ao que tudo indica, no entanto, o propósito nessa passagem foi afirmar que o comércio colonial *favorece somente à metrópole*.

² Para uma discussão sobre essas falácias, ver Patnaik (2005; 2007).



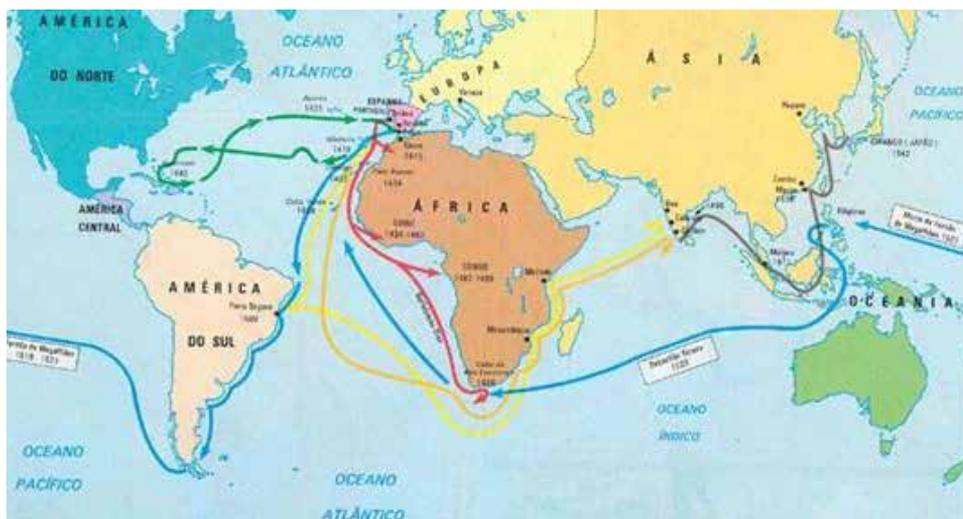
Pintura rupestre simbolizando atividades agrícolas no Distrito Arqueológico de Crow Canyon, noroeste do Novo México

conexão econômica entre os dois processos, mas, é claro, essa conexão nunca é mencionada na literatura atual sobre a primeira transição industrial. Na Inglaterra daquela época, alguns escreveram com honestidade sobre a conexão entre a exploração colonial e a transição industrial doméstica. Subsequentemente, porém, esses escritores passaram a ser ignorados, e foi assiduamente promovida uma narrativa na qual a dinâmica puramente interna é identificada como o motor da primeira transição industrial.

2. O MITO DA “MÃO INVISÍVEL”

A “mão invisível” de Adam Smith era um fantasma na máquina da produção capitalista, que, supostamente, produziria o desenvolvimento harmonioso da divisão do trabalho e do comércio prescindindo de qualquer planejamento consciente. A realidade, porém, era bem diferente, pois essa “mão invisível” não existia. Foram as bem visíveis ações de Estados altamente agressivos e belicosos que sustentaram os esforços das emergentes classes capitalistas nos Estados europeus marítimos — Espanha, Portugal, França, Holanda e Grã-Bretanha —, os quais lutaram arduamente entre si para obter controle sobre rotas comerciais lucrativas e para conquistar colônias. A competição foi especialmente intensa no que dizia respeito às rotas comerciais para regiões tropicais e ao domínio sobre os povos que habitavam esses espaços.

Precisamos nos lembrar de uma realidade material flagrante que é completamente ignorada na literatura sobre a economia política relativa ao surgimento da industrialização capitalista: o fato de que os países europeus temperados frios tinham uma base de recursos primários muito pobre no início de seu processo de desenvolvimento; apesar do aumento



Reprodução

As primeiras rotas das Grandes Navegações

substancial do rendimento de suas colheitas nos tempos modernos, eles ainda permanecem presos a uma quantidade severamente limitada de culturas produzíveis apenas durante os poucos meses quentes de verão, pois no inverno o solo se congela e não produz nada. Nenhuma mudança tecnológica sob o capitalismo pode alterar fatores climáticos que tornavam a monocultura obrigatória para aqueles países. Os países tropicais, por outro lado, podiam se dedicar, além da produção de madeiras de lei tropicais e da arboricultura, a pelo menos duas grandes culturas por ano. Podiam se voltar, no inverno, a todas as culturas produzíveis no verão em terras temperadas frias, e, na estação das monções, a uma vasta gama de culturas — cereais, vegetais, culturas de fibras, estimulantes, adoçantes, frutas e vegetais — que nunca poderiam ser produzidas em terras temperadas e frias. Em áreas favorecidas, como nos deltas dos grandes rios, eles colhiam até três safras anualmente.

À parte as culturas tropicais, cuja produção era impossível para os países temperados frios do Norte, eles podiam cultivar anualmente apenas uma safra de cereais, o principal alimento humano e de ração animal, semeada durante a primavera, de abril a maio, e colhida seis meses depois. Durante os meses de inverno, de novembro a março, o solo estava congelado e nele nem uma folha de grama poderia crescer. A “safra do inverno” era semeada no outono; as sementes permaneciam dormentes durante o inverno e a colheita só podia ser realizada de oito a nove meses depois, no verão do ano seguinte. Mesmo os países europeus temperados quentes, banhados pelo Mediterrâneo, eram no passado como são até hoje forçados a se dedicar a um único regime de cultivo ao longo do ano, em que pese ao menos contarem com a dádiva das videiras e oliveiras. Até hoje, apesar de seu maior rendimento por unidade de área, devido à monocultura, os 27 países da União Europeia juntos produziram 286 milhões de toneladas de cereais em 2020, ante 303 milhões de toneladas de cereais colhidos em somente um país, a Índia; os Estados Unidos, com a maior área arável e a maior produção por unidade de área do mundo, produziram 400 milhões de toneladas, contra 503 milhões de toneladas na China.

Mais importante ainda é ressaltar novamente que a Índia e a China, assim como outros países do Sul global, produziam no verão e na estação das monções, além de grãos, uma ampla gama de culturas tropicais jamais produzidas na Europa e na América do Norte,

Wikimedia



Adam Smith (1723-1790)

Wikimedia



David Ricardo (1772-1823)

enquanto em áreas favorecidas, como os deltas dos grandes rios, foram produzidas até três culturas anualmente. Em terras temperadas frias, a produção não apenas de culturas tropicais, mas de suas próprias culturas de verão ao longo do inverno, era nula no passado, é nula atualmente e permanecerá nula no futuro. O abastecimento comercial de safras tropicais de fontes domésticas era e continua sendo nulo, seja a que preço for. A cesta de produtos de consumo das populações do Norte era extremamente limitada e monótona quando composta de bens produzidos localmente. Não apenas alimentos, mas também fibras para roupas eram restritos à lã e à fibra obtida da planta de linho, que era usada para produzir linho mais caro. O algodão cru não podia ser produzido em terras temperadas frias, embora os verões fossem quentes o suficiente para criar uma demanda por roupas de algodão.

Foi somente depois de iniciar o comércio à mão armada com os países do Sul e de adquirir colônias em áreas tropicais que a cesta de produtos de consumo europeia começou a se diversificar e melhorar, à medida que os bens adquiridos totalmente de graça, usando tributos coloniais arrecadados localmente ou bens que incorporavam a renda escravista, começaram a jorrar das colônias. As colônias de assentamento dos europeus ao extremo sul do Equador, como a África do Sul e a Austrália, que experimentavam o verão quando era o auge do inverno na Europa, também permitiram a esta adquirir bens não produzíveis em suas próprias terras, tal como aconteceu no Sul dos atuais Estados Unidos.

Durante sua fase de industrialização, a partir da metade do século XVIII, a Grã-Bretanha tornou-se deficitária em grãos e, com efeito, viu cair sua produção de grãos *per capita* no período de 1700 a 1850. Os grãos para consumo humano também são usados como ração para animais, sendo a tração animal aplicada ao transporte de produtos e pessoas, a operações agrícolas como a aragem, ao transporte em minas de carvão e para puxar barcaças. Os combustíveis fósseis começaram a ter importância na Europa apenas a partir de meados do século XIX. A Grã-Bretanha explora intensivamente sua primeira colônia, a Irlanda, para cobrir o déficit de grãos e produtos lácteos, além de importar grãos e outros produtos primários da América do Norte. Uma pré-condição para essa aquisição de *commodities* primárias de suas colônias era monopolizar o mercado colonial para seus próprios produtos (e, assim, reduzir seu déficit comercial), implementando de modo rigoroso medidas mercantilistas que

proíbiam as colônias de produzir certos produtos e que protegiam prolongadamente o mercado interno contra a importação de manufaturas muito mais baratas, especialmente têxteis, de terras tropicais.

3. POLÍTICAS DE DISCRIMINAÇÃO MERCANTIL E SILÊNCIOS ENSURDECEDORES NA LITERATURA

As políticas mercantilistas consistiam em proibir as colônias de produzirem os produtos manufaturados que eram percebidos como concorrentes reais ou mesmo potenciais dos produtos metropolitanos, e em insistir nos produtores coloniais primários para suprir as necessidades metropolitanas. Após as colônias norte-americanas da Inglaterra terem conquistado a independência, Adam Smith diz o seguinte, em *A riqueza das nações*:

A causa primordial do rápido progresso de nossas colônias americanas rumo à riqueza e à grandeza reside no fato de terem até agora aplicado quase todos os seus capitais na agricultura. Não têm manufaturas, excetuadas as domésticas e menos refinadas, que acompanham necessariamente o progresso da agricultura, manufaturas essas devidas ao trabalho das mulheres e das crianças, em cada família.

[...] Se os americanos, por conluio ou por algum outro tipo de violência, deixassem de importar manufaturados europeus, e reservassem a patricios seus o monopólio da fabricação desses bens, desviando assim parte considerável de seu capital para a manufatura, em vez de acelerarem o ulterior crescimento do valor de sua produção anual, haveriam de retardá-lo e, ao invés de promoverem o progresso de seu país rumo à riqueza e à grandeza reais, haveriam de obstruí-lo (SMITH, 1986, p. 466)³.

Não poderíamos achar um exemplo mais claro de conselho em benefício próprio, segundo o qual, mesmo após a independência, os colonos de outrora eram instruídos a permanecer agricultores e a não tentar substituir as importações de manufaturas (na prática, importadas apenas da Inglaterra) por meio do desenvolvimento da sua própria capacidade fabril. Na verdade, esse conselho de Adam Smith era mais do que meramente egoísta, pois foi seguido precisamente o curso oposto, de proteger o mercado inglês, sem quaisquer críticas dele ou de David Ricardo no que diz respeito às próprias importações da Grã-Bretanha de manufaturas da Ásia realizadas pela Companhia Inglesa das Índias Orientais, compreendendo têxteis de algodão da Índia, tapetes da Pérsia e afins. A Grã-Bretanha empreendeu todos os esforços para acabar com o uso no país de têxteis importados da Ásia, por meio de medidas que, embora inicialmente talvez não pretendessem fazê-lo, acabaram por promover a substituição de importações e permitiram que ela desenvolvesse sua própria capacidade fabril. O relato mais detalhado e acadêmico da célebre história de como um país que não produzia a matéria-prima, o algodão bruto, baseou sua Revolução Industrial em produtos têxteis de algodão, é de Mantoux (1970), em seu clássico *The Industrial Revolution in the eighteenth century* (a Revolução Industrial no século XVIII), originalmente publicado em francês em 1913.

Durante a maior parte do século anterior à publicação de *Riqueza das nações*, de Adam Smith, de 1700 até 1774, adotou-se na Inglaterra a completa proibição legal do con-

³ N. do E.: a versão para o português da citação foi extraída da passagem correspondente na seguinte edição brasileira da obra em pauta: SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 363.

Ignorar completamente um período tão longo de protecionismo do mercado britânico contra produtos estrangeiros de baixo custo, bem como seus efeitos econômicos internos, não é um ato medíocre de falsificação acadêmica, intencional ou não. Significa que, assim como no passado, mantém-se até hoje um silêncio ensurdecido sobre as condições reais em que a transição industrial realmente ocorreu

sumo de algodão puro importado da Índia e da Pérsia, tecido que naquela época os ingleses não tinham capacidade para produzir. Um tecido grosseiro chamado fustão, mistura de algodão e linho, podia ser produzido por artesãos ingleses e era usado pelos trabalhadores pobres, mas certamente não substituíva, aos olhos dos consumidores, as musselinas finas e chitas estampadas e tingidas importadas. A importação de têxteis asiáticos pela Companhia das Índias Orientais começou em 1600 e, à medida que o público inglês desenvolvia um crescente apetite por esses produtos, os poderosos fabricantes tradicionais de tecidos de lã passavam a ver as importações como uma perigosa concorrência para a lã. Eles então solicitaram ao Parlamento, com sucesso, uma proibição total do consumo de algodão puro, proibição que entrou em vigor em 1700. Mas, como o contrabando e certo uso de algodão puro importado continuaram, a lei foi reforçada em 1720, impondo multas de £ 5 a indivíduos que usassem algodão e de £ 20 a comerciantes que os vendessem — a título de comparação, a renda anual *per capita* na Inglaterra em 1721 era de £ 8,4. Era necessária muita coragem para ir contra a proibição, pois, além das multas, havia a reação direta dos tecelões, que atacavam pessoas que vestissem algodão e rasgavam suas roupas.

A proibição prolongada incentivou fortemente o atendimento à demanda reprimida por meio da produção de substitutos na Inglaterra. Mantoux (1970, p. 201)⁴ afirma que “[j]á no tempo em que a importação de panos das Índias não estava submetida a nenhuma restrição, a demanda por ela criada oferecia possibilidades de sucesso e fortuna a quem fosse capaz de imitá-los. Após a proibição de 1700, essas possibilidades aumentaram muito.” A proibição criou o clima econômico para experimentos repetidos e inicialmente fracassados com meios mecânicos de fiação de fios finos; apesar dos grandes esforços, aos produtores locais “faltavam a habilidade e os dedos ágeis” dos artesãos indianos. “Não podemos imaginar proteção mais completa: assegurava aos produtos um verdadeiro monopólio no mercado nacional.” (MANTOUX, 1970, p. 256)⁵

⁴ N. do E.: a versão em português foi transcrita de MANTOUX, Paul. *A revolução industrial no século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra*. São Paulo: Hucitec, 1957. p. 190.

⁵ N. do E.: *ibid.*, p. 250.

Friedrich List observou, sem surpresas, que as medidas de economia política propostas na Grã-Bretanha eram a um só tempo hipócritas e inteligentes. Seus principais expoentes defendiam o livre-comércio, mas praticavam o protecionismo. Seu objetivo era racional, ao promover as próprias “forças de produção”, à custa de extinguir a capacidade produtiva dos colonizados

Não há menção, muito menos objeção, de Adam Smith a essa proibição completa de têxteis asiáticos por três quartos de século, assim como também não há nenhuma referência de David Ricardo a ela em seus *Princípios de economia política e tributação*. Ao longo de 50 anos após a proibição, as tentativas de imitar os bens proibidos falharam, pois as máquinas de fiação experimental não eram comercialmente viáveis e muitos dos inovadores foram atacados fisicamente, sendo alguns forçados a deixar o país. Demorou mais um quarto de século para que os inovadores finalmente desenvolvessem uma máquina viável — a *spinning jenny*, de Hargreaves, foi aperfeiçoada, gerando a *water frame* e a *spinning mule* —, a fim de produzir mecanicamente um fio forte e fino o suficiente para tecer produtos potencialmente comparáveis aos produtos asiáticos proibidos. Em 1774, Arkwright fez uma bem-sucedida petição ao Parlamento, afirmando que, como o tecido de algodão puro já podia então ser produzido na Inglaterra, geraria empregos para compensar as perdas da indústria de lã, não havendo, portanto, justificativa para manter a proibição do consumo de tecidos.

A proibição foi revogada, mas impuseram-se altas tarifas aos têxteis asiáticos para mantê-los fora do mercado inglês. Entre 1787 e 1813, a tarifa *ad valorem* para chitas estampadas e tingidas subiu de 16,5% para 85%, enquanto para musselinas aumentou de 18% para 44%. A proibição prolongada, seguida do aumento das tarifas, foi sem dúvida a medida mercantilista mais importante que a Inglaterra já implementou, estimulando repetidas tentativas de inovação mecânica na fiação e tecelagem para obter substitutos domésticos. D. S. Landes, ao discutir as mudanças técnicas nos tecidos de algodão, nada tem a dizer sobre as condições econômicas do protecionismo prolongado contra a Índia, que tornaram lucrativas aquelas mudanças. Passaram-se 30 anos completos entre a primeira *jenny* de fiação experimental, de 1735, e a *jenny* de Hargreaves, de 1765.

Todos os principais historiadores da Revolução Industrial e da evolução tecnológica (que publicavam seus trabalhos, sobretudo, embora não exclusivamente, em Cambridge, no Reino Unido) ignoram completamente o protecionismo. Os únicos relatos factuais e objetivos das prolongadas políticas mercantilistas de

discriminação da Grã-Bretanha contra os têxteis asiáticos encontram-se nos escritos de acadêmicos da Europa Continental, da Índia e dos Estados Unidos, a começar por Friedrich List (1856), amplamente citado por Dutt (1970). Um relato detalhado das políticas mercantis que sustentam a ascensão da indústria têxtil da Grã-Bretanha foi fornecido por Mantoux (1970), ao passo que Baran (1953) escreveu extensivamente sobre a discriminação contra a Índia.

Essas políticas mercantilistas contra a importação de produtos têxteis asiáticos, as quais prevaleceram por quase 150 anos, bem como o trabalho dos autores supramencionados que as discutiram, não são referidas sequer em uma nota de rodapé, muito menos no texto principal das obras-padrão de história econômica da Revolução Industrial que os alunos leem nas principais universidades britânicas. Entre esses livros, incluem-se: *British economic growth (1688-1959): trends and structure*, de Deane e Cole (1969); *The economic history of Britain since 1700*, de Floud e McCloskey (1981), em dois volumes; *The unbound Prometheus: technological change and industrial development in Western Europe from 1750 to the present*, uma história das transformações técnicas, de Landes (1969); e as amplamente lidas obras de E. J. Hobsbawm, especialmente *Industry and empire: from 1750 to the present day* (HOBBSAWM, 1972). Mesmo que Hobsbawm diga que “quem fala da Revolução Industrial, fala do algodão”, não há uma palavra sobre as políticas protecionistas prolongadas que a Inglaterra adotou para impedir a entrada de têxteis de algodão asiático, as quais duraram mais do que qualquer regime protecionista já visto na história.

Christopher Hill, o eminente historiador marxista, em seu *Reformation to Industrial Revolution: 1530-1780* (HILL, 1969), descreve especificamente as políticas mercantilistas que proibiam os irlandeses de produzir tecidos de lã para que tivessem de importá-los da Inglaterra, e que também proibiam os colonos norte-americanos de fabricar uma grande variedade de artigos, de tecidos e chapéus a pregos para ferraduras. Surpreendentemente, no entanto, Hill também não faz menção à mais importante e prolongada discriminação mercantilista inglesa, aquela contra a Índia, sem a qual teria sido impossível o algodão se tornar o principal ramo da Revolução Industrial.

Não estamos aqui falando de *eurocentrismo* — na verdade, foram historiadores da economia europeus, como Friedrich List e Paul Mantoux (e mais tarde Paul Baran, que foi um imigrante europeu de primeira geração nos Estados Unidos), que discutiram extensamente o protecionismo britânico. Falamos de competência básica para pesquisar e escrever sobre história econômica, o que exige que informações factuais importantes não sejam suprimidas, pois nesse caso se cria uma imagem distorcida e falsa das condições reais sob as quais a transição industrial ocorreu. A distorção decorre não tanto de atos de comissão, mas de atos de omissão verdadeiramente heroicos, graças aos quais a mais importante política econômica, que perdurou de várias maneiras por quase um século e meio, é simplesmente ignorada, é não se faz nenhuma referência aos poucos autores que discutiram essa política, embora eles estivessem longe de ser obscuros, sendo na verdade escritores eminentes e bem conhecidos. Ignorar completamente um período tão longo de protecionismo do mercado britânico contra produtos estrangeiros de baixo custo, bem como seus efeitos econômicos internos, não é um ato medíocre de falsificação acadêmica, intencional ou não. Significa que, assim como no passado, mantém-se até hoje um silêncio ensurdecedor sobre as condições reais em que a transição industrial realmente ocorreu.

Os economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo promoveram assiduamente a ideia de que o “livre-comércio” que eles defendiam prevaleceu pelo seu simples silêncio

O tratamento dado à Primeira Revolução Industrial pelos historiadores econômicos que escrevem na Inglaterra, e mais tarde também por acadêmicos da América do Norte, ilustra muito claramente os profundos preconceitos que conduziram a uma análise factual completamente errada do processo, retratado como um esplendor isento de esforços e livre de discriminação contra os povos colonizados

a respeito das políticas mercantilistas de discriminação que seu próprio país seguia, mesmo enquanto Smith, particularmente, aconselhava outros países a não proteger suas economias. Friedrich List observou, sem surpresas, que as medidas de economia política propostas na Grã-Bretanha eram a um só tempo hipócritas e inteligentes. Seus principais expoentes defendiam o livre-comércio, mas praticavam o protecionismo. Seu objetivo era racional, ao promover as próprias “forças de produção”, à custa de extinguir a capacidade produtiva dos colonizados.

Como observou List (apud DUTT, 1970a, p. 208), ao falar dos ingleses:

Se tivesse sido sancionada a livre importação de produtos indianos de algodão e seda para a Inglaterra, as manufaturas inglesas de algodão e seda chegariam necessariamente a um impasse. A Índia não tinha apenas a vantagem da mão de obra e matéria-prima mais baratas, mas também séculos de experiência, habilidade e prática. O efeito dessas vantagens não poderia deixar de se fazer sentir sob um sistema de livre concorrência⁶.

Diz Dutt (1970a, p. 209) sobre a Inglaterra:

Como se poderia esperar que o país cedesse seu próprio mercado de manufaturas, a base de sua futura grandeza, para um povo tão numeroso, tão parcimonioso, tão experiente e perfeito nos antigos sistemas de manufatura como os hindus? Assim, a Inglaterra proibiu a importação das mercadorias negociadas por suas próprias fábricas, os tecidos indianos de algodão e seda. A proibição era completa e peremptória. Nem mesmo um fio deles a Inglaterra permitia que fosse usado. A dispor desses tecidos bonitos e baratos, o país preferia consumir seus próprios, inferiores e caros. No entanto, estava bastante disposto a fornecer às nações continentais os tecidos muito mais finos da Índia a preços mais baixos, e de bom grado cedeu a elas todo o benefício dessa pechincha⁷.

Note-se, em nome da precisão, que na verdade a Inglaterra proibiu não a importação de manufaturas indianas, mas a venda delas no país. A Companhia das Índias Orientais importou volumes crescentes de têxteis indianos por mais de 140 anos após a proibição de

⁶ N. do T.: tradução nossa.

⁷ N. do T.: tradução nossa.

1700, e foi autorizada a armazenar as mercadorias em portos ingleses, adicionar a seu custo uma margem de 15% e reexportá-las principalmente para a Europa Continental e o Caribe. O comércio era muito valioso para a Grã-Bretanha porque representava um verdadeiro sangramento da Índia. Esses bens eram obtidos completamente de graça pela Companhia, já que se pagava aos produtores indianos com as rúpias arrecadadas mediante impostos; e toda a enorme quantia de metais preciosos que esses produtos renderam quando reexportados foram para os cofres da Grã-Bretanha.

4. AINDA SOBRE ESTIMATIVAS COMERCIAIS INCORRETAS

O tratamento dado à Primeira Revolução Industrial pelos historiadores econômicos que escrevem na Inglaterra, e mais tarde também por acadêmicos da América do Norte, ilustra muito claramente os profundos preconceitos — que talvez fossem inconscientemente alimentados por ao menos alguns, se não todos os autores — que conduziram a uma análise factual completamente errada do processo, retratado como um esplendor isento de esforços e livre de discriminação contra os povos colonizados.

Esses preconceitos, contudo, não se limitam à academia do Norte; a maioria dos colaboradores da obra *Cambridge economic history of India*, vol. 2 (KUMAR; DESAI, 1984), é de acadêmicos indianos, e muitos seguem acriticamente o caminho escorregadio da apologetica estabelecido por seus mentores. Nesse livro, nem K. N. Chaudhuri, no capítulo “Comércio exterior e balança de pagamentos”, nem Morris D. Morris, que trata especificamente da produção têxtil indiana, fazem qualquer menção às políticas mercantis metropolitanas de protecionismo contra os têxteis indianos.

Os silêncios e a supressão de fatos que apontamos até agora decorrem de um viés básico, o de ignorar o grande impacto positivo da exploração colonial comercial que envolve o escoamento de riquezas para economias metropolitanas e promover a ideia de que havia uma dinâmica puramente interna que resultou em mudanças técnicas e industrialização. O resultado mais bizarro dessa deturpação quase universalmente adotada foi que praticamente todos os historiadores de economia britânicos que estudam os séculos XVIII e XIX e realizam trabalhos empíricos apresentaram estimativas comerciais históricas incorretas para a Grã-Bretanha, subestimando grosseiramente a extensão real do comércio do país.

Afinal, há uma dimensão conceitual e técnica nos termos usados na economia. Os historiadores econômicos não podem simplesmente, sem qualquer explicação, aplicar a seu bel-prazer conceitos de estimativa de dados cujos significados difiram dos aceitos na economia. A definição para comércio nacional de mercadorias que os historiadores econômicos da Grã-Bretanha têm aplicado arbitrariamente (começando com Deane e Cole, que não dão uma palavra de explicação sobre sua razão para fazê-lo) se refere a exportações, mas apenas os bens de exportação produzidos internamente, e a importações, somente a parte retida para uso interno do país; assim, a parte das importações reexportada é completamente excluída, tanto das cifras de importação quanto das de exportação.

Essa não é a definição correta de comércio de mercadorias de um país. A definição correta de exportações é o total de exportações, e a definição correta de importações é o total de importações, sendo que, se houver reexportações de parte das mercadorias importadas, essas importações reexportadas serão incluídas nas importações e também nas exportações. O comércio total de um país é a soma de suas exportações totais e importações totais. A

definição correta pode ser encontrada em todos os livros didáticos de macroeconomia para uma economia aberta, e é aplicada por todas as organizações que forneçam dados comerciais por país (Banco Mundial, Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional). Faz grande diferença se, como fazem os historiadores econômicos, um conceito incorreto é utilizado para estimar a magnitude do comércio de potências imperialistas como Grã-Bretanha, França e Holanda, já que todas elas tiveram um grande comércio de reexportação de mercadorias tropicais. Não estudamos as séries temporais referentes à França ou à Holanda, mas estimamos as séries temporais corretas da Grã-Bretanha e descobrimos que a diferença é muito grande: por exemplo, a estimativa incorreta que fazem Deane e Cole (1969) para as exportações e importações da Grã-Bretanha, deixando de fora as reexportações, dá uma relação comércio/PIB de 36% no triênio centrada em 1801, enquanto pela definição correta a relação comércio/PIB é de 58%⁸.

Estimativas históricas incorretas sobre a magnitude do comércio da Grã-Bretanha são apresentadas não apenas por Deane e Cole, mas, a exemplo deles, agora no que tange ao século XIX, também por Thomas e McCloskey (1981), Crafts (1985), Harley e McCloskey (1981) e muitos outros. A propósito, Adam Smith, escrevendo dois séculos antes, nunca se confundiu quanto a esse tema, explicando longamente que os bens importados pela Grã-Bretanha que excediam as necessidades do país eram reexportados, com o propósito de comprar outros bens, como matérias-primas e alimentos necessários para sua própria produção e consumo.

5. A ÁFRICA, SEGUNDO HEGEL: NÃO EUROCENTRISMO, MAS GERMANOCENTRISMO

O filósofo G. W. F. Hegel teve profunda influência sobre muitas gerações de estudiosos, incluindo, como sabemos, Karl Marx e Friedrich Engels, que desenvolveram suas ideias em oposição às dele. Algumas palestras de Hegel foram compiladas por seus alunos e publicadas após sua morte, em 1831, como *Filosofia da história*, que despertou muita controvérsia devido aos comentários extremos e mal-informados que Hegel (1975, p. 54) fez sobre o mundo fora da Europa cristã:

pode-se dizer que história universal é a representação do espírito no esforço de elaborar o conhecimento do que ele é em si mesmo. E, como a semente carrega em si toda a natureza da árvore, o sabor e a forma dos frutos, assim os primeiros traços do espírito já contêm também, virtualmente, toda a história. Os orientais ainda não sabem que o espírito, ou o homem como tal, é livre em si mesmo; e porque não o sabem, eles não o são. Eles sabem apenas que só um ser humano é livre [...]. Só entre os gregos é que surgiu a consciência da liberdade, e por isso eles foram livres; mas eles, bem como os romanos, sabiam somente que alguns eram livres, e não o homem como tal [...]. Só as nações germânicas, no cristianismo, tomaram consciência de que o homem é livre como homem, que a liberdade do espírito constitui a sua natureza mais intrínseca⁹.

As palavras *livre* e *liberdade* talvez sejam os mais problemáticos e mal aplicados termos já usados na história das nações. O governo da terra natal de Hegel, a Alemanha,

⁸ Para tabelas detalhadas, ver Patnaik (1999; 2011).

⁹ N. do E.: versão para o português reproduzida de: HEGEL, Georg W. F. *Filosofia da história*. Brasília: Editora UnB, 1995. p. 24.

Esse extraordinário estado de coisas e a completa hegemonia intelectual exercida pelo imperialismo são resultado da criação de um sistema de educação colonial e, ao longo de muitas décadas, da inculcação na elite local de uma subserviência intelectual à academia conservadora do Norte — um notável “êxito” dos imperialistas. Isso garantiu que, por meio de silêncios ensurdecidores e atos de omissão, a falsa história produzida pela academia no exterior fosse efetivamente transmitida através de elites educadas locais

um século depois, fixou a infame frase “*Arbeit macht frei*” (o trabalho liberta) em letras de ferro forjado acima dos portões do campo de concentração de Auschwitz, onde pelo menos 3 milhões de europeus foram encarcerados e mais de 1 milhão foram mortos ao longo de cinco anos. A evolução real da história das “nações germânicas” não poderia contradizer de forma mais decisiva a percepção que Hegel lhes atribuiria, de que “todos os homens são livres por natureza”.

No que tange à África, Hegel (1975, p. 190) dizia o seguinte:

deixamos a África. Não vamos abordá-la posteriormente, pois ela não faz parte da história mundial; não tem nenhum movimento ou desenvolvimento para mostrar, e o que porventura tenha acontecido nela — melhor dizendo, no Norte dela — pertence ao mundo asiático e ao europeu. Cartago foi um momento importante e passageiro; mas, como colônia fenícia, pertence à Ásia. O Egito será abordado como transição do espírito humano do Oriente para o Ocidente, mas ele não pertence ao espírito africano. Na verdade, o que entendemos por África é algo fechado, sem história, que ainda está envolto no espírito natural, e que teve de ser apresentado aqui no limiar da história universal¹⁰.

A observação muito debatida de Karl Marx em *O Capital* (MARX, 1978, p. 29)¹¹, sobre a necessidade de virar a dialética hegeliana de cabeça para baixo, de inverter suas proposições, talvez seja especialmente verdadeira e clara quando aplicada às afirmações acima sobre a África. Longe de não haver história africana, sabemos hoje que sem a África não haveria história para toda a humanidade em todos os continentes, pois seus antepassados

¹⁰ N. do E.: *ibid.*, p. 88.

¹¹ N. do E.: cf. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo, 2017. p. 91.

se originaram da África e migraram para outros lugares. Os cientistas nos dizem que, há apenas 8 mil anos, é provável que os ancestrais das populações atuais da Europa tenham sido de pele escura. É realmente estranho que algum professor lecionando na Europa na década de 1820 pudesse imaginar que tudo o que havia para saber sobre as civilizações africanas já fosse conhecido. Descobrimos que Hegel formulou a ideia de que a África carecia de qualquer movimento histórico, graças ao método tendencioso de definir *África* de tal forma que cada região do continente africano fosse recortada e conceitualmente anexada à Ásia ou à Europa, que por acaso eram conhecidas pelos europeus naquela época como donas de uma história documentada! Segue-se que um hegeliano fiel, seguindo o método de seu mestre, deveria ter afirmado que a Alemanha não fazia parte da Europa, mas da civilização russa, porque o movimento característico da história dos europeus do século XVI foi sua rápida expansão marítima para terras distantes, na qual a Alemanha, praticamente sem litoral, não desempenhou nenhum papel até mais de 300 anos depois.

Tais pontos de vista não eram exclusivos de Hegel, mas, devido à sua condição de filósofo, tiveram um profundo e pestilento impacto na maneira equivocada pela qual os estudiosos europeus concebiam a África, atribuindo-lhe a metáfora de “continente negro” da mesma forma que “idade das trevas”¹² fora usada pela Europa para se referir a certo estágio de sua história medieval, conquanto, no caso da África, adicionando um tom racial à designação. É claro que tal erro conceitual também foi uma contribuição cultural útil para a implacável exploração imperialista dos povos daquele continente, em particular daquela parte destacada como “África propriamente dita”.

Os países imperialistas europeus, por outro lado, longe de definir na “escuridão”, deleitaram-se com a glória das enormes fortunas que fizeram ao sequestrar e escravizar os africanos para transportá-los até as Américas e ao se apropriar contínua e gratuitamente das matérias-primas tropicais e das riquezas minerais não renováveis do continente. Nos territórios controlados no Congo pessoalmente pelo rei Leopoldo da Bélgica, de 1884 a 1908, os habitantes locais do sexo masculino foram forçados a trabalhar de forma não remunerada para coletar borracha natural, enquanto suas famílias eram mantidas reféns. Os trabalhadores considerados recalcitrantes tiveram sua mão direita cortada e posta em exibição permanente para disciplinar os demais trabalhadores. A completa paralisação da economia rural dos pequenos produtores no Congo controlado pela Bélgica precipitou a fome, em consequência da qual se estima que a população, de 20 milhões de pessoas, tenha caído pela metade em menos de três décadas (GONDOLA, 2002).

Sob o sistema econômico capitalista, que tem como motivação apenas fazer dinheiro, as considerações morais se tornam redundantes e são prontamente descartadas. O imperialismo é inerente à própria forma dinheiro, que domina o modo de produção capitalista, e um estudo da história mostra que ele reduz seus agentes a monstros amorais. A Bélgica estava longe de ser única a cometer atrocidades contra populações nativas. A Alemanha, potência de industrialização tardia, demonstrou forte ímpeto de adquirir colônias nas últimas duas décadas do século XIX e, particularmente na Namíbia, recorreu tanto à escravidão de trabalhadores locais quanto ao genocídio de povos considerados insuficientemente cooperativos para com as suas políticas. Os campos de concentração que estabeleceu na Namíbia

¹² N. do E.: em inglês, a semelhança entre as duas expressões comparadas fica mais evidente, já que elas têm um adjetivo em comum: *dark continent* e *dark ages*.

antes da Primeira Guerra Mundial para acabar com a resistência local, dos quais o maior era um campo de extermínio, são amplamente considerados um modelo para os campos de concentração e extermínio criados apenas um quarto de século depois, sob a Alemanha nazista.

Os britânicos foram talvez os mais espertos entre os agentes das potências imperia- listas, pois, embora também tenham dizimado muitos milhões de indianos, submetendo-os a repetidos surtos de fome, em geral não o fizeram com base em métodos de genocídio direto ou uso da força militar nua e crua. Como convinha ao berço da economia política, comumente tudo era feito com base em métodos de exploração econômica e financeira não transparentes e inteligentes, que oprimiram severamente o povo e mataram milhões de fome, mas cujo meca- nismo permaneceu invisível e obscuro não apenas para o público em geral, mas também para a maioria dos acadêmicos. O mecanismo consistia em operar anualmente, por 180 anos, um orçamento superavitário do qual uma grande fração, em média de pelo menos um terço das receitas orçamentárias obtidas por meio de impostos e monopólios de produtos, não era gasta da maneira usual, mas usada para pagar rúpias contra os ganhos excedentes de exportação dos produtores locais, dos quais os impostos já haviam sido cobrados (assim, embora parecessem ter sido pagos, não o foram realmente), enquanto todas as receitas em ouro e em divisas do seu excedente de exportação global iam diretamente para o tesouro britânico¹³.

A exceção à regra, quando a força direta passou a ser usada, foi a primeira década de domínio da Companhia das Índias Orientais, período em que se assistiu a uma fome maciça em Bengala, em 1770, resultante da triplicação de arrecadação de receitas fundiárias ao longo de meros cinco anos, de 1765 a 1770, quando a Companhia aparentemente enlouqueceu de avariza ao adquirir do imperador mongol, em 1765, o *Dewani*, direito de arrecadação de receitas naquela província. Após uma visita às áreas afetadas pela fome, os membros do Conselho da Companhia estimaram que mais de 10 milhões de pessoas, ou um terço da população da província, haviam morrido por inanição, e grandes extensões de terra foram completamente despovoadas (DUTT, 1900, p. 1-2).

Os detalhes da fome de 1770 foram suprimidos de modo tão bem sucedido pelo silêncio que em obras subsequentes, como *The Cambridge economic history of India*, vol. 2 (KUMAR; DESAI, 1984), não há menção à fome de Bengala, que marca o início do domí- nio britânico. Também em livros atuais de historiadores de economia indianos, incluindo aqueles escritos por acadêmicos sofisticados vindos de Bengala, o leitor não encontrará uma única referência à tragédia. Os estudiosos da Índia também não entenderam que a grande fome de Bengala de 1943-1944 deveu-se a uma inflação de lucros deliberada, teorizada por J. M. Keynes e praticada na Índia para fazer com que o povo indiano pagasse pelos gastos de guerra¹⁴. Esse extraordinário estado de coisas e a completa hegemonia intelectual exercida pelo imperialismo são resultado da criação de um sistema de educação colonial e, ao longo de muitas décadas, da inculcação na elite local de uma subserviência intelectual à academia conservadora do Norte — um notável “êxito” dos imperialistas. Isso garantiu que, por meio de silêncios ensurdecadores e atos de omissão, a falsa história produzida pela academia no exterior fosse efetivamente transmitida através de elites educadas locais, e essa falsa história é ensinada aos alunos pelos próprios professores locais, embora a maioria deles o faça de boa fé, sem saber que o que eles ensinam é resultado da colonização da sua mente.

¹³ Para discussão detalhada, ver Patnaik, U. e Patnaik, P. (2021).

¹⁴ Ver Keynes (1930) para uma explicação sobre a inflação de lucros e Patnaik, U. e Patnaik, P. (2021) para uma análise sobre a fome de 1943-1944 em Bengala.



Uma família empobrecida e faminta em Bengala, por volta de 1943. É estimado que mais de 2 milhões de indianos tenham morrido na crise

Superar a colonização da mente é essencial não apenas para obter qualquer progresso acadêmico e econômico real no Sul global, mas também para a busca da verdade em geral e o propósito de livrar as disciplinas desenvolvidas no período do colonialismo e da expansão imperialista de seus fundamentos descaradamente ideológicos, que servem aos interesses de nações e classes específicas à custa das demais. A melhor maneira de combater a falsa história em determinada área é realizar um exame honesto e cuidadoso dos fatos, tanto quanto possível, e interpretá-los à luz da teoria crítica. A única maneira de fazer isso é submeter as teorias recebidas a análises rigorosas e críticas e, sempre que possível, extrair os núcleos racionais, se existirem, de seu invólucro ideológico (para parafrasear a ideia que Karl Marx apresentou, em um contexto um pouco diferente, de resgatar da mistificação idealista o método dialético).

* Professora emérita do Centro de Estudos Econômicos e Planejamento da Escola de Ciências Sociais da Universidade Jawaharlal Nehru, Nova Délhi, Índia. *E-mail*: patnaikutsa@yahoo.com. *Orcid*: <https://orcid.org/0000-0001-7059-6442>

Este artigo é a transcrição traduzida de uma palestra realizada em formato virtual em 25 de janeiro de 2021, no décimo aniversário da revista *Agrarian South: Journal of Political Economy*, durante a SMAIAS-ASN Summer School, originalmente publicado naquela revista (vol. 11, nº 3, 2022).

Declaração de conflito de interesses: a autora declarou não haver potenciais conflitos de interesse com relação à pesquisa, autoria e/ou publicação deste artigo.

Financiamento: a autora não recebeu nenhum apoio financeiro para a pesquisa, autoria e/ou publicação deste artigo.

Tradução de Bernardo Schirmer Muratt.

► Texto recebido em 12 de fevereiro de 2023; aprovado em 13 de fevereiro de 2023.

- BARAN, Paul. **The political economy of growth**. London: Pelican Books, 1973.
- CRAFTS, Nicholas F. R. **British economic growth during the industrial revolution**. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- DEANE, Phyllis; COLE, W. A. **British economic growth (1688-1959): trends and structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- DUTT, Romesh C. **Open letters to Lord Curzon on famines and land assessments in India**. London: Kegan Paul, Trench, Trübner and Company Ltd., 1900.
- _____. **The economic history of India**. New Delhi: Publications Division; Government of India, 1970a. v. 1: Under early British rule (1757-1837).
- _____. **The economic history of India**. New Delhi: Publications Division; Government of India, 1970b. v. 2: In the Victorian age.
- FLOUD, Roderick; MCCLOSKEY, Donald N. (Ed.). **The economic history of Britain since 1700**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. v. 1: 1700-1860.
- _____. (Ed.). **The economic history of Britain since 1700**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. v. 2: 1860 to the present.
- GONDOLA, Didier. **The history of Congo**. Westport: Greenwood Press, 2002.
- GOUGH, Kathleen. Anthropology and imperialism. **Monthly Review**, p. 12-27, abr. 1968. Disponível em: <<https://faculty.arts.ubc.ca/menzies/documents/MR-019-11-1968-04.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2023.
- HARLEY, Charles K.; MCCLOSKEY, Donald N. Foreign trade, competition and the expanding international economy. In: FLOUD, Roderick; MCCLOSKEY, Donald N. (Ed.). **The economic history of Britain since 1700**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. v. 2.
- HEGEL, Georg W. F. **Lectures on the philosophy of world history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- HILL, Christopher. **Reformation to Industrial Revolution: 1530-1780**. London: Penguin Books, 1969.
- HOBSBAWM, Eric J. **Industry and empire: from 1750 to the present day**. London: Penguin Books, 1972.
- KEYNES, John M. A treatise on money: the applied theory of money. In: _____. **Collected writings of John Maynard Keynes**. Cambridge: Macmillan; Cambridge University Press, 1930. v. 6.
- KUMAR, Dharma; DESAI, Meghnad (Ed.). **The Cambridge economic history of India**. Cambridge: Orient Longman; Cambridge University Press, 1984. v. 2: 1757-1970.
- LANDES, David S. **The unbound Prometheus: technological change and industrial development in Western Europe from 1750 to the present**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- LIST, Friedrich. **The national system of political economy**. Philadelphia: J. B. Lippincott and Co., 1856.
- MANTOUX, Paul. **The Industrial Revolution in the eighteenth century**. London: Methuen, 1970.
- MARX, Karl. **Capital: a critique of political economy**. Moscow: Progress Publishers. 1978. v. 1.
- PATNAIK, Utsa. Introduction. In: _____. (Ed.). **The agrarian question in Marx and his successors**. New Delhi: LeftWord Books, 2007. v. 1, p. 9-53.
- PATNAIK, Utsa. Misleading trade estimates in historical and economic writings. In: PATNAIK, Prabhat (Ed.). **Excursus in history: Essays on some ideas of Irfan Habib**. New Delhi: Tulika Books, 2011. p. 249-270.
- PATNAIK, Utsa. New estimates of 18th century British trade and their relation to transfers from tropical colonies. In: PANIKKAR, K. N.; BYRES, Terence J.; PATNAIK, Utsa (Ed.). **The making of history: essays presented to Irfan Habib**. New Delhi: Tulika Books, 1999. p. 359-402.
- PATNAIK, Utsa. Ricardo's fallacy. In: JOMO, Kwame S. (Ed.). **The pioneers of development economics**. New Delhi: Tulika Books, 2005. p. 30-41.
- PATNAIK, Utsa; MOYO, Sam; SHIVJI, Issa. **The agrarian question in the neoliberal era: primitive accumulation and the peasantry**. Oxford: Pambazuka Press, 2011.
- PATNAIK, Utsa; PATNAIK, Prabhat. **Capital and imperialism**. New Delhi: Tulika Books, 2021.
- RICARDO, David. **Principles of political economy and taxation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. v. 1.
- SMITH, Adam. **The wealth of nations**. London: Penguin Books, 1986.
- THOMAS, Robert P.; MCCLOSKEY, Donald N. Overseas trade and empire 1700-1860. In: FLOUD, Roderick; MCCLOSKEY, Donald N. (Ed.). **The economic history of Britain since 1700**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. v. 1, p. 87-102.

Contradição, metafísica e dialética

O maoísmo como produto do intercâmbio filosófico entre Oriente e Ocidente

Contradiction, metaphysics and dialectic

Maoism as a product of the philosophical exchange between East and West

hugo Albuquerque*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.011>



Reprodução: <https://vk.com/>

Poster chinês com figura de Mao Tsé-tung em destaque

RESUMO

Este artigo trata da singularidade do marxismo chinês, à luz de sua vertente hegemônica, o maoísmo, o qual é produto de um processo de transposição do materialismo dialético e histórico para um *locus* cultural totalmente diverso daquele de sua origem. Essa transposição, mais do que um deslocamento cultural ou uma mera tradução, implica um processo de reinvenção que não pode ser compreendido sem investigarmos as questões atinentes à construção do léxico marxista no contexto chinês, tanto do ponto de vista conceitual quanto linguístico. Isso não implica apenas uma pesquisa sobre as influências de Mao Tsé-tung no contexto de formação do marxismo na China, mas também o reconhecimento de que esse intercâmbio operou em duas direções, antes mesmo de Karl Marx, graças ao peso frequentemente ignorado da influência da filosofia chinesa sobre a filosofia ocidental moderna. Assim, tendo como paradigma o texto “Sobre a contradição”, de Mao, estamos diante de um fenômeno de trocas havidas em mão dupla entre chineses e europeus do início do século XIX ao século XX.

Palavras-chave: Mao Tsé-tung. China. Modernidade.

ABSTRACT

This article deals with the uniqueness of Chinese Marxism, in the light of its hegemonic aspect, Maoism, which is the product of a process of transposition of dialectical and historical materialism to a cultural locus totally different from that of its origin. This transposition, more than a cultural shift or a mere translation, implies a process of reinvention that cannot be understood without investigating the issues related to the construction of the Marxist lexicon in the Chinese context, both from a conceptual and linguistic point of view. This does not only imply research into the influences of Mao Zedong, in the context of the formation of Marxism in China, but also the recognition that this exchange operated in two directions, even before Karl Marx, thanks to the weight – often ignored – of the influence of Chinese philosophy on modern Western philosophy. Thus, having Mao’s “On Contradiction” as a paradigm, we are facing a phenomenon of two-way exchanges between Chinese and Europeans from the beginning of the 19th century to the 20th century.

Keywords: Mao Zedong. China. Modernity.

1. INTRODUÇÃO

O marxismo chinês, sobretudo sua vertente mais relevante e amplamente hegemônica, o *maoísmo*, é lido pelo Ocidente como a mera apreensão e reprodução, por *uma cultura distante*, de uma forma de pensamento *sua* — o que é questionado apenas em sua eficácia e na sua relação com o Ocidente: os chineses seriam ou poderiam ser bons intérpretes de Marx? Ou: por que os chineses não optaram por outra forma de pensamento ocidental?

A nosso ver, a questão que se insurge é muito mais complexa. Isso se deve tanto à intensidade e natureza dessa *distância cultural* em jogo como, ainda, ao fato de a China não ser uma tábula rasa do ponto de vista do pensamento — aliás, muitíssimo pelo contrário, uma vez que sua vasta e antiga produção intelectual não permite tal afirmação do ponto de vista científico.

Essa tradição chinesa, por sinal, se adapta ao marxismo e dialoga com ele, e, antes dele, com a dialética de opostos como veremos mais adiante. De pronto, devemos lembrar que G. W. F. Hegel travou contato intelectual com Jean-Pierre Abel-Rémusat¹, pai da sinologia secular — que aparece na França na virada do século XIX (CHENG, 2019). Esse encontro termina por ser uma força motriz que irá impactar as suas famosas *Palestras sobre a história da religião* (HEGEL, 1995)² e, por conseguinte, o marxismo vindouro.

Antes, a influência do pensamento chinês chega ao Ocidente por meio dos missionários jesuítas, em um primeiro momento a serviço do patronato português. Os jesuítas terão um papel primeiro de importadores do pensamento chinês, o que terá impactos sobre Espinosa (LAI, 2008) e Leibniz — este último, indiscutivelmente sinófilo (FLORENTINO NETO, 2012; GIACOIA JR., 2017) —, dentre outros luminares.

Por outro lado, do ponto de vista do nascente marxismo chinês, sua influência em relação à própria tradição do pensamento chinês não se restringe às muitas referências e citações encontradas nos escritos de Mao Tsé-tung — de quem iremos focar “Sobre a contra-

O marxismo chinês não é uma mera tradução em sentido usual, mas uma transposição e recriação — e isso se comprova pela maneira como Mao apreende e articula as traduções chinesas para termos tão comuns e caros à filosofia ocidental como *contradição*, *dialética* e *metafísica*

¹ Jean-Pierre Abel-Rémusat (1788-1832) foi um médico e sinólogo francês, considerado por muitos o pai da sinologia secular na França — em um momento em que os jesuítas, em termos práticos e conceituais, saíram de cena na mediação das relações entre Europa e China, e a França enquanto Estado assumia esse papel em meio ao seu empreendimento colonial.

² A filosofia oriental era um tema de profundo interesse e polêmica para Hegel, um leitor atento dos sinólogos franceses. Isso se pode perceber nas suas famosas *Palestras sobre a filosofia da religião* (HEGEL, 1995), excerto que pode ser encontrado em Hegel (2009).

dição”, de 1937 (MAO, 2009) —, mas envolve a perspectiva de como tudo isso se situa em um plano maior do ponto de vista semiótico: o marxismo chinês não é uma mera tradução em sentido usual, mas uma transposição e recriação — e isso se comprova pela maneira como Mao apreende e articula as traduções chinesas para termos tão comuns e caros à filosofia ocidental como *contradição*, *dialética* e *metafísica*.

Isso se deve às exigências incontornáveis da língua chinesa, absolutamente, que é diferente dos idiomas indo-europeus em todos os sentidos idiomáticos, mas também ao seu sistema de escrita milenar, que funciona sob outros fundamentos e, ainda, a um pensamento muito antigo, sistematizado, caudaloso e com conceitos próprios.

O *assombro* sobre como e por qual razão a China — uma cultura tão distante, antiga e sólida — absorveu o marxismo e o aplicou, demanda, em um primeiro momento, pensar em que cultura chinesa é essa e o que ela tem de singular. A China remete, primeiramente, a uma cultura que se desenvolve regular e continuamente desde o Neolítico — pelo menos há 7 mil anos —, originalmente na bacia do rio Amarelo, e, depois, se expande pelo seu vasto território atual, além de ter deixado um enorme legado — em certa medida fundador — para os países vizinhos, como Coreia, Vietnã e Japão — os quais assimilaram e, inclusive, produziram literatura com os escritos chineses, padrão daquela época, os chamados escritos sino-xênicos.

Sem qualquer exagero retórico, a China é um caso raro, talvez único, de perseverança de um povo na história — o que não quer dizer que isso não tenha sido marcado por recuos e acidentes, mas nunca por descontinuidade. Falar sobre a China hoje equivaleria a tratar do Egito antigo ou da Babilônia caso tivessem chegado vivos ao nosso tempo e em condições de nos dar testemunhos diretos sobre seu papel na *história universal* — ao contrário, essas civilizações nos interpelam para que decifremos seu legado, que restou em forma de enigma em suas ruínas ancestrais. Os mais próximos a isso, talvez o Irã ou a Índia, passaram em maior ou menor grau por descontinuidades fortíssimas entre sua formação enquanto tais e os dias atuais.

Como mais de 1,4 bilhão de habitantes, a China supera, sozinha, a população da Europa ou das Américas. Trata-se, por conseguinte, de um país cujas províncias têm o tamanho de países inteiros, como no caso de Guangdong (Cantão), com seus mais de 120 milhões de habitantes, ou mesmo de províncias “pequenas”, como Xinjiang, cuja população supera os 20 milhões.

Isso também se pode dizer das principais cidades chinesas, como Xangai ou Pequim, que superam em mais do que o dobro as populações de países como Portugal ou Grécia, além de remeterem a assentamentos humanos regulares mais antigos do que a maioria das cidades do Velho Mundo — e certamente mais contínuos em termos culturais, uma vez que a Plovdiv búlgara de hoje pouco tem a ver com o seu primeiro assentamento urbano, e ele vale para a Lisboa fenícia e a atual capital portuguesa.

Essa escala titânica igualmente se converte em diversidade interna. O *Language atlas of China* (*Zhōngguó Yǔyán Dìtú Jí* [中国语言地图集]), feito em coprodução da Austrália com a China, aponta para uma quantidade enorme de idiomas e dialetos, entre os quais o mandarim — descrito na Constituição da República Popular da China³, em seu artigo 19, como língua universal ou geral (*pǔtōnghuà* [普通话]) —, que constitui, na verdade, uma língua franca extraída da língua falada em Pequim.

3 cujo texto pode ser lido na íntegra, em português, em Oliveira (2022).

O sistema de escrita chinês, assentado na ideia de representação ideogramática, e não na representação de fonemas, acaba por ter uma função importantíssima na costura e integração das várias regiões chinesas em toda a sua enorme diversidade — e possui caracteres *com mais de 3 mil de história*⁴, com pequenas modificações estilísticas ao longo dos milênios; a última delas, operada após a chegada dos comunistas ao poder em 1949, com vistas a simplificar a escrita para a educação das massas, é o chamado “chinês simplificado”⁵.

Todos esses elementos servem de *advertência* para o início desta reflexão, pois não tratamos aqui de um país em termos usuais, que mesmo nós, habitantes de um país continental, estamos habituados a empregar: a China detém o tamanho e a diversidade do que nos parece *um continente* — e com uma antiguidade incomum para qualquer padrão histórico conhecido, que rivaliza em parte somente com algumas regiões da Índia.

2. TRADUÇÃO E TRADIÇÃO: METAFÍSICA, CONTRADIÇÃO E DIALÉTICA

Uma primeira questão é como o marxismo foi traduzido para o mandarim e a quais conceitos os pioneiros do marxismo na China recorreram. Preliminarmente, há que se anotar que isso foi um processo iniciado no século XX, quando os chineses acompanhavam o contato dos japoneses com o marxismo e a chegada da literatura filosófica ocidental ao Oriente. Paradoxalmente, enquanto o Japão se afastava da matriz cultural chinesa, ainda utilizava a escrita chinesa de modo mais intenso como linguagem erudita, o que lhe permitia um ponto de contato conceitual com os chineses naquele período.

É preciso considerar que um dos sistemas de escrita do Japão — na verdade, o mais erudito deles, o *kanji* — e a escrita chinesa — chamada de *hanzi* — têm aspectos comuns entre si, tendo se originado na China. E isso é possível já que, por não se tratar de um alfabeto, mas sim de um sistema ideogramático, seu funcionamento permite um uso comum por povos que falam idiomas diferentes, ou até mesmo de matrizes diferentes, pois os caracteres representam conceitos, e não fonemas⁶.

4 A escrita chinesa remete ao Período ou Era Shang, um período em que a China não estava unificada, mas seu emaranhado de cidades, condados e afins unia-se em torno de um *Di*, isto é, uma autoridade religioso-política que funcionava como mediadora. Foram três eras na China primitiva, Xia, Shang e depois Zhou, antes da fragmentação daquilo que se via como o “mundo” — *Tudo sob o céu* —, e tudo isso precedeu a unificação imperial, em 283 a.C. De todo modo, o sistema ideogramático desenvolvido por volta de 1300 a.C. e inscrito em oráculos de ossos e bronze é, ainda que de forma mais pictórica, o mesmo usado ainda hoje.

5 O sistema de chinês simplificado é utilizado na República Popular da China, isto é, no vasto continente, mas recusado em certa medida em Taiwan e Hong Kong, o que reflete uma mistura de elitismo das elites locais e seu anticomunismo —, mas evidentemente se trata de um sistema mais eficiente, reprodutível e apreensível. Graças a ele, os comunistas conseguiram trazer centenas de milhões de pessoas, eminentemente camponesas, para o mundo da escrita que lhes era sonogado pelo milenar regime monárquico terminado em 1911 — e por todo o caos instaurado depois, seja pelos senhores da guerra, os velhos generais do imperador, ou pela linha direita do Kuomintang, que, sob a liderança de Chiang Kai-shek a partir de 1928, traiu a Revolução Chinesa.

6 Há, no entanto, diferenças gramaticais importantes entre o mandarim — e as línguas chinesas de um modo geral — e o japonês, uma vez que esses idiomas derivam de matrizes diferentes. A ordem da oração em mandarim é semelhante à do português, com sujeito-verbo-objeto, enquanto em japonês obedece à ordem sujeito-objeto-verbo, o que deu ensejo, desde os tempos antigos, a técnicas de escrita e leitura do chinês antigo em japonês para ele ser compreensível — os *kanbuns*. Do ponto de vista filosófico, no que importa ao conceito, os detalhes da ordenação utilizada por Inoue não nos interessam, uma vez que basta para esta argumentação a utilização de conceitos idênticos, visto que expressos nos mesmíssimos caracteres.

É nesse contexto, e por essa razão, que Tetsujiro Inoue escreve o *Dicionário de filosofia* (*Tetsugaku Jii* [哲学字彙]), em 1881, propondo a tradução de inúmeros termos centrais do léxico filosófico ocidental (NAKAHATA, 2015), a partir da língua inglesa, para os caracteres comuns à China e Japão, dentre aqueles, três conceitos centrais para o marxismo:

1. *Xíng'èrshàngxué* (形而上学) para *metafísica* — que significa algo como *ciência da superior das formas primeiras* — a qual Inoue extraiu do *Xi Cí* (系辭), um livro do século V a.C. *que situa esse campo do saber abaixo do Dao⁷ e acima dos artefatos (do mundo)*, o que busca encontrar um paralelo inteligível ao pensamento oriental àquilo que o pensamento ocidental cunhou durante séculos (INOUE, 1881, p. 24).
2. *Máodùn* (矛盾) — que significa, literalmente, *lança-escudo* — para *contradição*, em razão da obra do *Hánfēizi* (韓非子), o clássico do mestre Han Fei (1939), o grande expoente da Escola Legalista (*Fǎjiā* [法家]) — que, como veremos, elabora com base nessa expressão uma de suas grandes questões (INOUE, 1881, p. 19).
3. Ele fornece os substratos para o termo posterior *biànzhèngfǎ* (辯證法) — que significa, literalmente, algo como *lei (ou método) do debate por evidências* — para *dialética*, propondo *mǐnbìanfǎ* (敏辯法) e *biànǎnlùn* (辯法論) (INOUE, 1881, p. 54). Este sim um neologismo, daí o mais problemático deles, possivelmente extraído da tradição da Escola dos Nomes (*Míngjiā* [名家]), uma das linhas de pensamento chinês que, paradoxalmente, mais se aproximou de temas próximos à filosofia ocidental no mundo antigo — e, em parte, dos sofistas —, da qual os discípulos se chamavam “debatedores” (*biànshì* [辯士]).

Nesse primeiro momento, é central partir para a construção do conceito de *contradição* no Oriente: basicamente, a conjugação dos termos *lança* (*máo* [矛]) e *escudo* (*dún* [盾]) se refere ao famoso paradoxo estabelecido pelo filósofo chinês Hanfei (2022):

Um homem de Chu que vendia lanças e escudos gabava-se de que seu escudo era forte e dizia: “Nada pode perfurá-lo”, e então, também, gabava-se de sua lança, dizendo: “Minha lança é muito afiada, ela pode perfurar tudo.” Alguém o refutou e disse: “O que acontecerá se você perfurar seu escudo com sua lança?”. Ele não pôde responder⁸.

Em vez de simplesmente buscar uma tradução fonética ou conceitual original, Inoue trouxe o debate da filosofia grega literalmente para o âmbito lexical da filosofia oriental, o que teve um duplo efeito: transformar em algo palatável e inteligível o repertório conceitual ocidental, tornando-o mais próximo ao leitor local, mas também fazer a referida noção

⁷ Optamos pelo uso de daoísmo e Dao no lugar de taoísmo e Tao em razão das recentes traduções do mandarim para o português, as quais adotam o sistema pinyin de transliteração da língua padrão da China para o alfabeto romano. O sistema pinyin se tornou padrão internacional para a transliteração em 1982, 34 anos depois de sua criação, o que tem gerado um lento e obstinado trabalho de adequação de termos oriundos do mandarim, sobretudo nomes próprios e de logradouros. Evidentemente, há que se ponderar aquilo que já ficou dicionarizado em português e cuja grafia é oriunda de outros sistemas de transliteração, como no termo “Tao”, mas nesse caso preferimos privilegiar a precisão linguístico-conceitual.

⁸ Tradução livre de 某人講了一個故事，說：有個賣矛和盾的人，誇耀他的盾很堅固，就說“沒有東西能刺穿它，一會兒又誇耀他的矛說：我的矛很銳利，沒有什麼東西刺不穿的。”有人駁斥他說：“用你的矛刺你的盾，會怎麼樣呢？”他沒法回答， trecho extraído do verbete da enciclopédia eletrônica baibe *Hánfēizi Nányi* (韓非子難勢), o que confere com Han (2022).



Reprodução: <https://www.britannica.com/>

Mao, habilmente, funda uma tradição de dialética moderna no Ocidente em Hegel e, depois, em Marx, cuja dialética ele situa como uma generalização de “resultados positivos obtidos pela humanidade”

ocidental entrar no campo da filosofia oriental, ainda que na forma oriental, trazendo um significado inovador — e questionador — do *status quo* do próprio pensamento oriental.

Isso atendia, antes de tudo, a um projeto particular de modernização do Japão, o qual já buscava referência na língua inglesa — como mediação com o Ocidente —, e ao mesmo tempo, ainda que paradoxalmente, usando os caracteres chineses, ele busca dar uma forma oriental pela qual os conceitos filosóficos ocidentais entrariam em todo o Oriente.

De certa forma, foi exatamente isso que fizeram os latinos quando traduziram a *antíphase* (αντίφαση) aristotélica por *contraditio* — o que enfatiza as implicações retóricas, antes das conceituais, desse conceito. Essa tendência é seguida pelo pensamento alemão, que usa o cognato latino em *Kontradiktion*. No entanto, no caso oriental, a transposição irá se dar de forma mais intensa ainda, pela distância cultural entre os dois mundos.

É precisamente quando o Oriente descobre, de forma sistemática e laica, o pensamento ocidental no século XIX, poucos séculos depois de os jesuítas terem permitido a chegada do pensamento oriental ao ocidental, que ocorre um efeito de mão dupla muito curioso: o pensamento oriental servira, até ali, como uma certa iconoclastia no Ocidente, em Leibniz, Espinosa, Voltaire e mesmo em Hegel — servindo de caldo cultural para Karl Marx desenvolver uma nova forma de pensar, baseada na noção de contradição interior ao sujeito —, mas a tradição ocidental aparece naquele momento como um instrumento a serviço do colonialismo, e também do conservadorismo, em lugares como o Japão e a China.

Quando Mao Tsé-tung escreveu “Sobre a contradição”, em 1937 (MAO, 2009), depois de realizar a Longa Marcha e se estabelecer como líder incontestável do comunismo chinês, ele retomou o conceito fixado por Inoue para nomear a sua obra: *Máodùnlùn* (矛盾论) (MAO, s.d.), isto é, *teoria ou ensaio sobre a “contradição”* (“lança-escudo”, literalmente). Ali, Mao repetirá o uso da dialética e da metafísica nos termos que, já ali, haviam se consagrado na filosofia oriental como traduções desses conceitos do pensamento ocidental.

Mas nessa obra, conforme sua tradução para grande parte das línguas ocidentais, se dá por meio de uma adequação do léxico marxista usual e, por essa razão, aparentemente

Mao se restringe a apresentar um comentário inovador, com *nuances* da filosofia chinesa, a Vladimir Lênin em seu “Sobre a questão da dialética” (LÊNIN, 2017). No entanto, a verificação da terminologia em mandarim indica que Mao também está dialogando e polemizando com Inoue — e, além dele, o pensamento e a ideologia que Inoue lega ao Oriente, sendo transplantador do que há de mais fundamental na tradição ocidental:

Nós, os chineses, dizemos frequentemente*: “As coisas se opõem umas às outras e se completam umas às outras”. Isso significa que há identidade entre as coisas que se opõem. Essas afirmações são dialéticas e se opõem à metafísica. “As coisas se opõem umas às outras” significa que os dois aspectos contrários se excluem um ao outro ou que lutam um contra o outro; “as coisas se completam umas às outras” significa que, em condições determinadas, os dois aspectos contrários unem-se e ganham identidade. E na identidade há luta; sem luta não há identidade.

[* Frase dos anais do “Livro de Han” (*Qián Hàn Shū* [前汉书]), tomo 30, *Tratado de literatura* (*Yiwénzhì* [藝文志]), redigido por Ban Gu (班固), célebre historiador chinês do século I. Posteriormente passou a empregar-se na linguagem corrente]⁹ (MAO, 2009, p. 73).

Essa operação demonstra que a tradição chinesa tem afinidade intrínseca com o pensamento dialético, só que nos termos de Hegel — e se isso constitui uma afirmação verdadeira, do ponto de vista da história do pensamento, a afirmação é parte da estratégia de Mao de lembrar que o pensamento chinês não só não é uma tábula rasa como, ainda, está adequado ao que é, para todos os efeitos, uma verdadeira iconoclastia para o pensamento ocidental.

Mao não apresentará, no entanto, isso nos termos de uma dicotomia entre “Ocidente e Oriente”, mas sim como uma dicotomia entre “metafísicos e dialéticos”, existentes tanto no Ocidente como no Oriente —, mesmo que a nova dialética de que se fala no Ocidente tenha interessantes pontos de contato com o Oriente — e seja uma ruptura com a tradição do pensamento do Ocidente, geralmente “metafísica”, em contraste com a do Oriente, certamente tendente à “dialética”.

3. METAFÍSICOS CONTRA DIALÉTICOS

Para demonstrar a dicotomia que Mao constrói, aqui como ao longo de sua obra, um antagonismo no qual de um lado estão os “metafísicos”— e há uma referência óbvia à tradição que se forma pela tradução de *metafísica* para a escrita chinesa, mas também para uma certa corrupção do pensamento chinês:

A concepção dialética do mundo, na China e na Europa, vem desde a Antiguidade. A dialética dos tempos antigos, porém, era algo de espontâneo, de primitivo; em virtude das condições sociais e históricas de então, ela não podia ainda constituir um sistema teórico completo, era incapaz de explicar o mundo em todos os seus aspectos, sendo posteriormente substituída pela metafísica. O célebre filósofo alemão Hegel, que viveu em fins do século XVIII e começo do XIX, prestou uma importante contribuição à dialética,

⁹ A nota na citação consta do original de Mao Tsé-tung, mas nas edições em português da obra, frequentemente, a transliteração do chinês está confusa ou obedece a sistemas antigos, *motivo pelo qual ela está corrigida neste artigo*. Mao faz referência ao “Livro de Han”, que reúne cem volumes divididos em anuários dos imperadores, tabelas cronológicas, tratados e biografias. O volume ao qual Mao se refere é especificamente o *Tratado de literatura*.

mas sua dialética era idealista. Só depois que Marx e Engels, os grandes protagonistas do movimento proletário, generalizaram os resultados positivos obtidos pela humanidade na história do conhecimento humano, e depois que, em particular, retomaram com espírito crítico os elementos racionais da dialética de Hegel e criaram a grande teoria do materialismo dialético e histórico, é que se produziu uma revolução sem precedentes na história do conhecimento humano (MAO, 2009, p. 36).

Mao, habilmente, funda uma tradição de dialética moderna no Ocidente em Hegel e, depois, em Marx, cuja dialética ele situa como uma generalização de “resultados positivos obtidos pela humanidade” — o que se contrapõe a qualquer pretensão noção de esclarecimento de fora para dentro, isto é, da Europa para a China, mas também nega qualquer primazia ao pensamento oriental nessa questão, evitando, assim, também alguma forma de chauvinismo chinês.

A dialética, conforme a tradução estabelecida após o esforço iniciado por Inoue, isto é, o *biànzhèngfǎ* dos chineses, no entanto, não é um elemento que existiu no passado como uma disciplina autônoma do pensamento chinês. Isso se deve, dentre outras coisas, à maneira como o debate retórico era proscrito pelas duas grandes escolas autóctones chinesas, o confucionismo e o daoísmo. A *dialética/biànzhèngfǎ* é uma construção moderna que serve para explicar a generalidade de “dialéticas” do mundo ocidental para os orientais, mas também serviria para agrupar inúmeros pensamentos e métodos do pensamento chinês — ainda que de *forma anacrônica* (TIAN, 2005)¹⁰.

Quando Mao opta por estabelecer a dicotomia nesses termos, ele segue o debate de Lênin, no seu curto e preciso manuscrito sobre a dialética (LÊNIN, 2017), mas se está bastante claro no âmbito da filosofia ocidental quem são os “dialéticos” e os “metafísicos” — e a própria distinção entre uma dialética antiga e moderna —, entre os chineses, estabelecer a mesma clivagem é complexo.

Sobre as confusões a respeito da dialética, é preciso considerar as peculiaridades da China, que jamais teve uma tradição retórica, tampouco teve seu “Aristóteles”, pois antes não teve seu “Sócrates”. Ora, vejamos:

Chama a atenção que a “dialética” chinesa não envolve uma “arte do diálogo”, como na versão autêntica do termo, socrático-platônica. Nos debates conduzidos normalmente por Sócrates, partia-se de um conhecimento provisório dado, por um interlocutor que se afirmava autoridade no assunto. Esse conhecedor era submetido a um exaustivo questionamento, ao longo do qual Sócrates exigia explicações cada vez mais detalhadas. Não raro, o interlocutor desistia da tese inicial, não sem ter aprendido sobre as dificuldades de sua posição primeira. Essa era a maiêutica socrática de, mostrando o quanto não se sabia sobre um determinado assunto, também mapear a capacidade argumentativa do ser humano, avançando em direção ao conhecimento positivo.

Na tradição chinesa, contudo, a “dialética” é, fundamentalmente, uma dinâmica natural de conceitos: 物極必反 (*wujibifan*), isto é, “quando as coisas/seres atingem o seu limite,

10 Por razão, sinologistas como Tian Chenshan (2005) argumentam haver uma artificialidade na construção de *biànzhèngfǎ* (辩证法), fundando, então, a dialética chinesa no conceito de *tōngbiàn* (通變), o qual tem aplicabilidade tanto na matemática quanto na filosofia de um modo geral. Ainda que reconheçamos que seja um conceito poderosíssimo, ele pode ser entendido como uma versão *avant la lettre* de *devir* ou *vir a ser*, não como um campo à parte da filosofia. O que é consensual é o juízo acerca da atualidade de *biànzhèngfǎ*, e que ele só pode explicar a filosofia chinesa do presente para o passado.

tornam-se o próprio oposto”. Essa “dialética” resume-se ao processo em que os opostos surgem, entram em relação, unificam-se mais uma vez, criando novas “contradições” que levam a uma nova proscição de opostos. Isso se depreende dos aforismos de “bipartição das unidades” (一分为二), “unificação das dualidades” (对立统一) e “união dos opostos” (二合为一). Embora a linguagem inspire-se em Hegel (via marxismo chinês), a substância da “dialética” chinesa percebe-se desde Laozi, o fundador da Escola Daoista (SINEDINO, 2022, p. 103).

Sem sombra de dúvida, *nunca houve uma dialética na China no sentido que há no Ocidente*, mas sempre houve pensamentos — o daoismo, dentre eles — que concordam e expressam juízos parecidos com os termos gerais da dialética, que concebe a contradição como interior ao sujeito — e é a ela que Lênin e Mao fazem referência.

Portanto, o próprio Hegel, direta e expressamente, concorda com o fundamento da *específica dialética de opostos do Dao*, nos termos da fórmula que Mao Tsé-tung repetirá anos mais tarde ao afirmar que “um se divide em dois” (BADIOU, 1999) — e que Sinedino (2022, p. 103) traduz por “bipartição da unidade”.

Mao não afirma, no entanto, uma precedência do Oriente sobre o Ocidente, porque a dialética antiga, uma vez que seja a dialética antiga na China ou na Europa, ou mesmo a dialética idealista de Hegel, ainda era insuficiente — embora útil — em comparação à dialética materialista de Marx, a qual, se realizou como uma convergência do desenvolvimento humano, daí sua universalidade, que poderia, assim, operar as transformações que nenhuma outra “dialética” anterior operou.

No entanto, apesar de Mao citar caudalosos exemplos de recorrência de uma dialética de “unidade de opostos” no pensamento e literatura da China, faltam exemplos de metafísicos, mas o que fica é a incidência de um pensamento de imobilismo na história chinesa — o que contrariaria uma leitura mais ortodoxa do daoismo, ou poderia ser contrariado por ela, embora ele próprio possa ter sido usado para justificar isso.

O leitor atento poderia pensar, então: “Onde estariam, afinal, os metafísicos chineses?” — embora, como se viu, Inoue tenha recorrido a um termo antigo da filosofia chinesa para traduzir o termo ocidental *metafísica*. A entrada da metafísica como incorporação externa do dispositivo aristotélico no Oriente — a começar pelo Japão — e seus desdobramentos na China — em outras palavras, a filosofia tradicional ocidental, assentada na unidade do ser — asseverariam leituras havidas ao longo da China na direção da imobilidade (conceitual e, em paralelo, da sociedade). Ora, vejamos, é isso que Mao quer dizer quando refere: “Quanto ao materialismo mecanicista e ao evolucionismo vulgar, importados da Europa nos últimos cem anos, encontraremos seus defensores na burguesia.” (MAO, 2009, p. 34)

Os *metafísicos* aparecem como uma ampla categoria difusa, que envolve os negadores do *movimento* como ocorrência necessária e concebem uma instância de imobilidade ou cristalização do ser, a qual justifica a tirania e sustenta ideologicamente classes privilegiadas. É forçoso, portanto, falar em uma “metafísica chinesa” em um sentido próprio, mas Mao recorre a isso como um ardil estratégico para atacar uma forma de pensamento chinesa que servia à tirania nos termos locais.

Mao, no entanto, sabe que o grande inimigo é uma específica noção de “metafísica” fundada em Aristóteles, portanto ocidental, segundo a qual o ser, *a priori*, é unívoco e inequívoco. Os metafísicos são, de início, os corruptores do pensamento tradicional chinês,

Mao Tsé-tung, então presidente do Governo Popular Central, proclama solenemente a fundação da República Popular da China, em cerimônia realizada na praça da Paz Celestial com a presença de 300 mil pessoas. Pequim, 1º de outubro de 1949



Reprodução: <http://www.china.org.cn/>

com suas falhas e insuficiências, mas a importação recente da metafísica do Ocidente, em vestes chinesas ou sino-xênicas, termina por ser um catalisador dessa corrupção, talvez de forma definitiva — o que se revela, concretamente, com o processo de colonização do Ocidente sobre o Oriente.

Ironicamente, Inoue, o tradutor da noção de metafísica para o Oriente, é conhecido por ser um defensor do budismo e da alegação de incompatibilidade do cristianismo com a cultura japonesa — para evitar a modernização da Era Meiji, uma verdadeira ocidentalização —, mas ele constrói uma gramática e uma estrutura conceitual, semiótica e ideológica ela mesma ocidentalizante, na qual insere e dissolve o “Japão” — enquanto “ele mesmo”, mas de acordo com a linguagem e o pensamento do Ocidente.

Os adversários de Mao na China, no entanto, foram além do projeto de modernização conservadora do Japão — e seu ocidentalismo moderado —, tendo buscado material e formalmente tornar a China um elemento ocidental, uma vez que toda a cúpula do Kuomintang é cristã (SNOW, 1968, p. 44) e o papel que eles reservavam para a “particularidade chinesa” no processo de “modernização” local era, certamente, menor do que a que reservavam os modernizadores japoneses para sua própria cultura.

Um exemplo disso foi o Movimento Nova Vida, encabeçado por Chiang Kai-shek, líder nacionalista e antípoda de Mao Tsé-tung, pelo qual o confucionismo entra como “tradição” e “folclorismo” em uma mensagem cristã conservadora. Chiangnem se esforçava para defender os chineses de seus detratores, que, não por coincidência, eram também seus exploradores coloniais—os quais espalhavam aos quatro ventos o mito do chinês como o “homem doente da Ásia”, tudo para culpá-los das violências que sofriam. Chiang e sua influente esposa, Song Mei-ling, dobraram a aposta na ocidentalização — e mais ainda, na americanização da China (SNOW, 1968, p. 100).

4. A REVOLUÇÃO MARXISTA NA CHINA: UM CAVALO BRANCO É UM NÃO CAVALO

A revolução dialética operada por Hegel e acabada por Marx interessava a Mao, por, no fundo, desenvolver e aprimorar a tradição chinesa, unindo passado e futuro pela

resolução de um problema de ordem conceitual — que termina por ser político: a “metafísica”, seja ela ocidental ou “chinesa”, nega a tradição da China em todo o seu potencial, colocando no seu lugar a tradição hegemônica do pensamento ocidental — ela própria um dispositivo de opressão seja por meio do colonialismo ou da modernização ocidentalizante trazida pela direta.

Se, para os ocidentais, Hegel e, mais ainda, Marx significam iconoclastia pura, para os chineses, eles são inovadores decisivos que podem ser inseridos em uma tradição potente que, no entanto, demandava aprimoramentos. É o que Mao (2009, p. 37) observa ao afirmar: “A dialética dos tempos antigos, porém, era algo de espontâneo, de primitivo; em virtude das condições sociais e históricas de então, ela não podia ainda constituir um sistema teórico completo.”

Esse “porém” à “dialética dos tempos antigos” é levantado pela incapacidade dela, e não por sua natureza. A mesma coisa não se pode dizer sobre a metafísica, cuja versão antiga é, inclusive, mais inofensiva — embora os ocidentais tenham se mostrado mais competentes em desenvolver, já em tempos remotos, uma metafísica capaz de erguer um dispositivo capaz de sustentar, filosoficamente e ideologicamente, o aparato do despotismo; é essa metafísica que termina por bater à porta da China no século XIX.

A filosofia ocidental — geralmente, *metafísica* — “inova” apenas e tão somente ao construir novas tecnologias e artifícios para o que sempre foi uma corrupção do pensamento chinês, marcada por concessões ao imobilismo — essa corrupção levou aquela milenar civilização a uma rota de estagnação, cristalização e imobilidade.

Esse processo, em um primeiro momento, destruiu a dinastia Ming, gerando a belicosa dinastia Manchu que, depois, levou a China a um caos permanente no século das humilhações, sob permanente cerco e agressões das potências imperialistas—um beco sem saída cuja escapatória, nos termos da filosofia ocidental tradicional, se daria na forma de sujeição da China ao Ocidente, seja no sentido mais literal e prosaico de colonialismo ou na “reinvenção” chinesa nos termos do léxico cultural ocidental.

Wikimedia Commons



Hegel com seus alunos em Berlim, em litografia de Franz Kugler, 1828

É recorrente o argumento que o marxismo teria o mesmo efeito da reforma conservadora japonesa ou do Kuomintang na China, só que com o sinal trocado. Só que essa afirmação foge ao óbvio: primeiramente, o pensamento de Marx não caminha na direção de uma doutrina do colonialismo, ao contrário, ele tende para uma ciência da descolonização. Secundariamente, só que não menos importante, o marxismo exige que sejam operados desenvolvimentos particulares de sua doutrina, que não concebe a divisão clássica entre teoria e prática, para efetivar sua pretensão de universalidade.

Não pôr Marx para “falar chinês”, nos termos da filosofia chinesa, seria, antes de tudo, antimarxismo — e se, de certa forma, a operação chinesa sempre foi mal compreendida pelo Ocidente, isso se deve primeiramente a uma incompreensão do marxismo antes de ser um não entendimento da cultura da China. E nisso Mao é fiel ao Lênin que ele evoca e que comenta seu pequeno e valioso manuscrito:

A diferença entre a dialética e o subjetivismo (ceticismo, sofismo etc.) reside, entre outras coisas, porque [sic] para a dialética (objetiva) a diferença entre o relativo e o absoluto é relativa. Para a dialética objetiva existe um absoluto dentro do relativo. Para o subjetivismo e a sofística o relativo é apenas relativo, excluindo o absoluto (LÊNIN, 2017).

Isso explica o deslocamento de Mao: um marxismo que é chinês sem deixar de ser marxista, e uma cultura chinesa que se faz marxista sem deixar de ser chinesa. Uma vez que “existe um absoluto dentro do relativo”.

Ironicamente, a leitura “ortodoxa” de Hegel dá razão a Mao, sobretudo quando lembramos a frequente acusação de que a dialética maoista seria “diferente” e “equivoca” por não comportar “sínteses”. Lembremos sempre que o pensamento hegeliano não fala no esquema *tese-antítese-síntese*, mas sim, dentre tantas tríades, em *abstração-negação-concreto*, uma vez que essa tríade foi, na verdade, introduzida por Fichte e seguida por Schelling a partir de Kant, mas não por Hegel (KAUFMANN, 1966, p. 154) — pois ele não desejava um modelo dialético “fechado”.

Muito antes de Hegel, temos bons exemplos nos textos clássicos daoistas, como os de Zhou (2022, p. 105), que inverte o paradoxo do mestre Gongsun Long, da Escola dos Nomes, que advertia que “um cavalo branco não é um cavalo”, ao que ele respondeu que “um cavalo branco é um não cavalo”, brincando com a ordem dos caracteres que formam o provérbio:

Apesar de escrever de forma meio séria, meio jocosa, Zhuangzi chega a uma conclusão indicativa de sua forma de ver o mundo. Em chinês, o problema é mais fácil de ser visualizado: 白馬非馬 (*baimafeima*) é uma frase que claramente deveria ser lida como oração verbal de três termos: “cavalo branco” (白馬) “não é” (非) “cavalo” (馬). Zhuan-

Trazer Marx para o terreno próprio do pensamento chinês, e para seu léxico, não é fazê-lo vestir trajes incompatíveis, mas sim levá-lo a conversar com os seus



Retrato do filósofo e educador japonês Tetsujiro Inoue (1856-1944)

gzi sabe disso. Contudo, modificando a análise da frase para uma oração nominal com dois pares de caracteres, o autor entende que “um cavalo branco” (白馬) é “um não cavalo” (非馬). Dessa forma, “não ser” é interpretado como atributo, em nada diferente de “branco”.

Mesmo que não passe de uma “piada” semiesquecida no resto deste livro, Zhuangzi transforma aqui a inexistência num predicado, o que destoa da tradição intelectual majoritária no Ocidente. “Ser” não é nem pode ser predicado. O “não ser” na lógica ocidental comunica a carência de um atributo (não ter a cor branca) ou, no máximo, a exclusão do objeto de análise de um grupo de coisas (não pertencer ao gênero dos cavalos). Mas, para o autor, a *negativa representa um tipo de “existência”*. Isso não é um absurdo, do ponto de vista do daoísmo: o “Dao” é majoritariamente entendido como o “Não Ser” que dá origem ao “Ser”. Essa passagem nos dá um exemplo de como isso é aplicado ao mundo real (SINEDINO, p. 106-107).

Nessa obra, do século III a.C., o daoísmo já inscreve, a seu modo, o papel do negativo e, por conseguinte, do relativo, que, séculos mais tarde, Hegel, Marx e Lênin, alcançam ao chegar ao estado da arte de sua formulação: não é que o marxismo chinês não seja marxismo, mas que o marxismo chinês é um não marxismo — e, como tal, o é.

A operação dos modernizadores japoneses, e dos “nacionalistas” chineses, funcionou como uma “operação jesuíta”, seguindo a tradição pela qual aqueles religiosos europeus se infiltravam nas instituições orientais, ora adotando as vestes de monges budistas, ora de acadêmicos confucionistas — só que desta vez com os próprios orientais disfarçando sob vestes locais a narrativa europeia, em uma irônica colonização de si mesmos.

Por outro lado, Mao inverteu esse polo, o que não foi uma operação inédita na história chinesa, haja vista a maneira como os chineses apreenderam e reverteram dominações até mais totais do que aquela que o Ocidente tentou: seja com os mongóis ou com os manchus, que chegaram a estabelecer dinastias duradouras sobre a China.



O filósofo chinês Han Fei (c. 280-233 a.C.), retratado ao lado de páginas do *Hanfeizi*, seleção de manuscritos atribuídos a ele e que tratam da tradição legalista sobre as teorias do poder do Estado

E Mao, a seu favor, tinha uma vantagem tática nada trivial: nada indica que Han Fei, autor do conceito de lança-escudo, concordasse com a lei da identidade aristotélica. Trazer Marx para o terreno próprio do pensamento chinês, e para seu léxico, não é fazê-lo vestir trajes incompatíveis, mas sim levá-lo a conversar com os seus — justo Marx, que, quase um século antes do nascimento da República Popular da China, anteviu uma revolução naquelas terras, com seu célebre “Deslocamentos do centro de gravidade mundial” (MARX, 2003):

É muito provável que o socialismo chinês se assemelhe ao europeu, como a filosofia chinesa ao hegelianismo. Qualquer que seja a forma, podemos alegrar-nos com o fato de que o império mais antigo e sólido do mundo tenha sido arrastado em oito anos pelos fardos de algodão dos burgueses da Inglaterra até a iminência de uma convulsão social que, qualquer que seja o caso, deve ter consequências importantíssimas para a civilização. E, quando os reacionários europeus, na sua já próxima fuga, chegarem enfim junto à Muralha da China, às portas que supõem abrir-se como fortaleza da reação e do conservadorismo, quem sabe se não lerão ali:

República Chinesa
Liberdade, Igualdade e Fraternidade

* Bacharel e mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Editor e curador do selo “Longa Marcha”, da editora Autonomia Literária, sobre assuntos chineses. Atualmente realiza a edição brasileira de *Red star over China*, de Edgar Snow, que será lançada em breve.

► Texto recebido em 30 de novembro de 2022; aprovado em 22 de dezembro de 2023

BADIOU, Alain. One divides into two. **Collège International de Philosophie**, 7 abr. 1999. Disponível em: <www.lacan.com/divide.htm>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CHAUI, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. 1.

CHENG, Anne. Abel-Rémusat e Hegel: sinologia e filosofia nell'Europa del XIX secolo. **Rivista di Estetica**, n. 72, p. 139-151, 2019. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/estetica/6116>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

FLORENTINO NETO, Antonio. Leibniz e a teologia natural dos chineses. **Natureza Humana**, v. 14, n. 1, p. 101-115, 2012.

GIACOIA JR., Oswaldo. Discurso sobre a teologia natural dos chineses: 300 anos. **Revista de Filosofia do IFCH da Universidade Estadual de Campinas**, v. 1, n. 1, jan.-jun. 2017.

HAN, Fei. Hanfeizi [韩非子]. **The Project Gutenberg**, 2007. Disponível em: <www.gutenberg.org/cache/epub/24049/pg24049.html>. Acesso em: 27 nov. 2022.

_____. **The complete works of Hanfeizi**: a classic of chinese legalism. Tradução W. K. Liao. London: Arthur Probsthain, 1939.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Hegel on Daoism (Taoism). **The Autodidact Project**, 9 jan. 2009. Disponível em: <www.autodidactproject.org/quote/hegel-cao1.html>. Acesso em: 27 nov. 2022.

_____. **Lectures on the philosophy of religion**. Tradução R. F. Brown, P. C. Hodgson, J. M. Stewart, J. P. Fitzer e H. S. Harris. Berkeley: University of California Press, 1995. v. 2: Determinate religion.

INOUE, Tetsujiro. **Tetsugakujii** [哲学字彙]. Ed. fac-símile. Tokyo: Waseda University, 1881. Disponível em: <https://archive.wul.waseda.ac.jp/kosho/bunko08/bunko08_a0163/bunko08_a0163.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

KAUFMANN, Walter. **Hegel**: a reinterpretation. New York: Anchor Books, 1966.

LAI, Yuen-ting. The linking of Spinoza to Chinese thought by Bayle and Malebranche. **Journal of the History of Philosophy**, v. 23, p. 151-178, 2008.

LAOZI. **Dao De Jing**. Tradução Giorgio Sinedino. Editora Unesp: São Paulo, 2015.

LÊNIN, Vladimir. Sobre a questão da dialética. Tradução Humberto Rodrigues. **Arquivo Marxista na Internet**, 19 jan. 2017. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/lenin/1915/mes/dialectica.htm>. Acesso em: 27 nov. 2022.

MAO, Tsé-tung. Máodünlùn [矛盾论]. **Marxists Internet Archive**, [s.d.]. Disponível em: <www.marxists.org/chinese/maozedong/marxist.org-chinese-mao-193708.htm>. Acesso em: 27 nov. 2022.

_____. **Sobre a prática & Sobre a contradição**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. Deslocamentos do centro de gravidade mundial. **Marxists Internet Archive**, 21 set. 2003. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/marx/1850/02/deslocamento.htm>. Acesso em: 27 nov. 2022.

MI, Michael C. The spread of Aristotle's political theory in China. **Political Theory**, Newbury Park, v. 25, n. 2, p. 249-257, 1997.

NAKAHATA Masashi. **From ousia to jittai**: a problematic translation. Disponível em: <https://philosophy-japan.org/wpdata/wp-content/uploads/2018/04/Tetsugaku_Vol.2_3.Nakahata.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.

OLIVEIRA, Icaro Aron Paulino Soares de (Ed.). Constituição da República Popular da China de 1982 (revisada em 2018). **Jus**, 15 maio 2022. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/97850/constituicao-da-republica-popular-da-china-de-1982-revisada-em-2018>>. Acesso em: 27 nov. 2022.

SINEDINO, Giorgio. O diálogo não conduz ao saber. In: ZHUANG, Zhou. **O imortal do Sul da China**: uma leitura cultural do Zhuangzi. Tradução Giorgio Sinedino. São Paulo: Editora Unesp, 2022. p. 102-104.

_____. Só a negação produz o saber absoluto. In: ZHUANG, Zhou. **O imortal do Sul da China**: uma leitura cultural do Zhuangzi. Tradução Giorgio Sinedino. São Paulo: Editora Unesp, 2022. p. 105-107.

SNOW, Edgar. **A estrela vermelha brilha sobre a China**. São Paulo: Autonomia Literária, [s.d.]. No prelo.

_____. **Red star over China**. New York: Groove Press, 1968.

TIAN, Chenshan. **Chinese dialectics**: from Yijing to Marxism. Lanhan: Lexington Books, 2005.

ZHUANG, Zhou. **O imortal do Sul da China**: uma leitura cultural do Zhuangzi. Tradução Giorgio Sinedino. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

BERRINGER, Tatiana;
LAZAGNA, Angela (Org.).
**A atualidade da teoria política
de Nicos Poulantzas.**
Editora UFABC, 2022.
384 p.



Atualidade e impasses do pensamento de Nicos Poulantzas

Topicality and impasses of Nicos Poulantzas'
thought

Francisco Prandi Mendes de Carvalho*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.012>

A publicação de *A atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas* expressa a recuperação da obra de um dos autores marxistas mais originais do século XX, Nicos Poulantzas. Desde pelo menos a segunda metade dos anos 2000, sua obra recobrou

No Brasil, desenvolveu-se uma leitura bastante influente de Poulantzas a partir do trabalho de Décio Saes, pioneiro na utilização do marxista greco-francês nas investigações sobre o Brasil

fôlego e passou a animar as mais diversas atividades acadêmicas (artigos, livros, congressos, simpósios, dossiês etc.), processo reconstituído em boa medida na introdução feita pelas organizadoras do livro. Como elas próprias reconhecem, Poulantzas influencia “pesquisas de diferentes objetos — teoria do Estado, classes sociais, formações sociais concretas, relações internacionais, direito, classes médias, nova pequena burguesia etc.” (p. 7). Isso ocorre não apenas no Brasil, mas também na América Latina, como demonstra a variedade de autores não apenas brasileiros, mas também de países como Argentina e Chile, cujas obras compõem o livro.

Assim sendo, as organizadoras reuniram artigos de pesquisadores de diferentes abordagens, lugares, gerações e distintas interpretações a respeito da obra de Poulantzas. Mais recentemente, o pensamento de Poulantzas tem sido amplamente difundido pelo ex-vice-presidente boliviano Álvaro García Linera, incidindo no debate político recente, como reconhecem os autores Leandro Sanhueza Huenupi e Marcelo Rodríguez Arriagada. Esses autores enfocam as distintas conjunturas teóricas e políticas nas quais o pensamento de Poulantzas foi recebido e difundido na América Latina, observando a variação do uso dos conceitos em cada um desses momentos. Em um primeiro momento, nas décadas de 1960 e 1970, marcado pela Revolução Cubana, por Allende e a Unidade Popular e pelas ditaduras militares, a obra de Poulantzas foi objeto de debate para figuras do porte de Manuel Castells e Fernando Henrique Cardoso, dentre outros. Posteriormente, nos anos 1980, destaca-se a apropriação particular de Laclau e uma tentativa de elaborar o que seria uma passagem do marxismo ao pós-marxismo. A mais recente onda de recepção de Poulantzas teria se iniciado sob o impacto do neoliberalismo e da ascensão ao governo de forças contrárias a este, na Venezuela, Argentina, Brasil e Bolívia. Nesse aspecto, é importante observar a influência de Linera e sua leitura entusiasta da obra *O Estado, o poder e o socialismo* (1978), na qual enfoca o Estado como condensação da relação de forças e arena a partir da qual as lutas populares devem avançar rumo a um socialismo democrático, questão que discutiremos mais adiante.

No Brasil, desenvolveu-se uma leitura bastante influente de Poulantzas a partir do trabalho de Décio Saes, pioneiro na utilização do marxista greco-francês nas investigações sobre o Brasil. De acordo com Tatiana Berringer, Saes é o fundador daquilo que seria “uma nova tradição de análise da política brasileira”, que ela denomina “escola poulantziana de Campinas” (p. 305-306). Trata-se de uma recepção particular da obra do grupo althusseriano, que privilegia os trabalhos iniciais dessa tradição, a saber, *Lire Le Capital* (1965) e

Pour Marx (1965), de Althusser, e *Poder político e classes sociais* (1968), de Poulantzas. O artigo de Saes na coletânea busca desenvolver o objetivo central de Poulantzas nesta obra, o desenvolvimento da teoria regional do político no modo de produção capitalista. Para tanto, Saes retoma a discussão althusseriana a respeito da “matriz da totalidade social”, isto é, das instâncias que se articulam e conformam um modo de produção. Saes identifica lacunas e inconsistências nessa formulação e busca dar uma solução para elas. Em sua análise, isso tem consequências na obra de Poulantzas e sua posterior evolução.

Para Saes, os althusserianos elaboraram a ideia de modo de produção a partir de uma fórmula trinitária segundo a qual “a totalidade social é internamente hierarquizada [...] um todo estruturado com dominante” (p. 27), a partir da articulação de três instâncias que conformam o modo de produção: econômica, política e ideológica. Nessa formulação, a econômica é a instância determinante em última instância, isto é, “desempenha o papel de distribuidor de lugares”, que podem ser “o lugar dominante e o lugar subordinado” (p. 28). Assim, há que se distinguir o *papel dominante* do *papel de determinação em última instância*. Althusser e seus seguidores afirmam que: no escravismo, a estrutura econômica atribuiu o papel dominante à estrutura jurídico-política; no feudalismo, à estrutura ideológica; e no capitalismo, a si própria. Esse papel dominante “consiste na capacidade de uma estrutura de intervir na reprodução das demais estruturas”. Porém, ainda segundo Saes, o grande problema é o de que esse modelo, que caracteriza como *intervencionismo estrutural unilateral*, se torna inviável na análise concreta. Dessa forma, o que emerge nessas análises do modo de produção concreto é o modelo que o autor caracteriza como *intervencionismo recíproco* entre as estruturas econômica e jurídico-política. Em períodos de reprodução social, “cada estrutura é a condição necessária da reprodução da outra; e interage necessariamente com as demais, garantindo, assim, a reprodução do tipo de totalidade social” (p. 30).

Em sua visão, esse procedimento também foi repetido por Poulantzas em *Poder político e classes sociais*. Desse modo, o ideológico desaparece como estrutura porque “as estruturas são sistemas ideológicos que orientam e enquadram as práticas econômicas e as práticas políticas” (p. 32). A partir dessa retificação, Saes nota que a grande contribuição de Poulantzas para a elaboração de uma teoria regional do político no modo de produção capitalista foi a de identificar no Estado burguês um conjunto específico de valores ideológicos de classe: o direito burguês e o burocratismo. No caso do direito, o efeito prático é a *individualização de todos os agentes da produção*, o que transforma trabalhadores e proprietários “em sujeitos individuais de direito, todos igualmente capazes de praticar atos de vontade” (p. 32), o que tem como consequência a ocultação do senso de pertencimento de classe e a inibição da formação de coletivos classistas. O burocratismo, por sua vez, ao abrir o Estado formalmente para todas as classes sociais, cria aquilo que Saes chama de “um coletivo alternativo” ao de classe social, produzindo o *efeito de representação da unidade*, isto é, o coletivo de nação, que tem como efeitos práticos guerras e conflitos internacionais, por exemplo.

Essa retificação tem grandes consequências na discussão teórica, e esse procedimento inspira uma série de outros autores presentes na coletânea, no que diz respeito ao método e à reelaboração dos conceitos. Armando Boito Jr., por exemplo, após apresentar o conceito poulantziano de fascismo, notadamente desenvolvido em *Fascismo e ditadura* (1970), e discuti-lo à luz da bibliografia contemporânea, busca retificá-lo a partir da leitura de *Poder político e classes sociais*. Dessa forma, é possível a abordagem do fascismo não apenas na sua dimensão de movimento reacionário de massas (p. 93), mas também como uma forma

Como ressalta Bob Jessop, Poulantzas não viveu o ápice do neoliberalismo e da financeirização, de modo que sua análise é limitada em alguns aspectos. Porém, reconhece Jessop, sua perspectiva sobre contradições interimperialistas, como no interior dos Estados nacionais, “fornece importantes percepções sobre os problemas da governança global”

específica de Estado de exceção burguês que permite realizar, de maneira também específica, os efeitos de isolamento e de representação da unidade. De modo semelhante, Danilo Martuscelli trata de construir o conceito de golpe de Estado a partir da teoria do bloco no poder e da discussão feita em *Poder político e classes sociais*, isto é, busca demonstrar que os golpes de Estado são indissociáveis dos conflitos de classe e da disputa pela hegemonia no bloco no poder entre frações das classes dominantes. O fascismo e os golpes de Estado consistem em dois temas quentes da conjuntura política recente no Brasil e no mundo. As abordagens de Boito e Martuscelli nos parecem mais interessantes do que outras, institucionalistas ou descritivistas, na medida em que permitem determinar o caráter de classe de tais fenômenos e situá-los historicamente em relação ao desenvolvimento do capitalismo contemporâneo.

Ambas as perspectivas abrem um enorme espaço para a investigação empírica, o que, a nosso ver, contrasta com a acusação por vezes feita aos marxismos althusseriano e poulantziano de que eles seriam “teoricistas”. O artigo de Berringer também é muito ilustrativo nesse aspecto, demonstrando a contribuição dos estudos poulantzianos à análise da história política do Brasil. Essa corrente, a partir do desenvolvimento de conceitos como o de frações burguesas, pode oferecer uma explicação original sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente no país. Como destaca Berringer, esse conjunto de trabalhos permitiu, por exemplo, não apenas identificar a inexistência de uma burguesia nacional, ao contrário do que defendia o antigo PCB, como também relativizar teses inspiradas na teoria da dependência, que entendem não haver conflitos entre a fração da burguesia perfeitamente integrada ao capital internacional e a *burguesia interna* — conceito desenvolvido por Poulantzas em *As classes sociais no capitalismo de hoje* (1974) e *A crise das ditaduras* (1975). Esta última fração, apesar de dependente do capital externo, “exige a proteção do Estado brasileiro para que ele limite a atuação desse capital” (p. 324).

Berringer destaca também a grande quantidade de pesquisas empíricas realizadas em distintos setores econômicos — como os bancos nacionais, a cadeia da carne e da soja, as grandes construtoras, dentre outros —, que desenvolvem essa tese sempre à luz da conjuntura brasileira — com recente destaque para a discussão sobre a tese defendida por Armando

Boito Jr. segundo a qual a grande burguesia interna teria sido hegemônica nos governos neodesenvolvimentistas (Lula e Dilma, 2003-2016). Essa abordagem tem a vantagem de afastar interpretações “essencialistas” sobre a atuação das frações burguesas no Brasil, isto é, aquelas que deixam de lado a análise empírica, bem como as análises “estáticas” das frações, que perdem o foco na especificidade de cada conjuntura em prol de uma posição teórica pré-concebida, deixando de observar como elas emergem ou se desarticulam no processo político.

Outros dois temas de grande atualidade presentes na coletânea são o Estado-nação e o imperialismo. Como indica o artigo de Caio Bugiato, na década de 1970 Poulantzas soube identificar na internacionalização do capital “um fenômeno essencial do capitalismo global”, sem perder de vista que “os Estados nacionais, principalmente dos países centrais, são promotores da expansão internacional do capital financeiro, industrial e comercial” (p. 192), e não vítimas passivas daquilo que ficou conhecido como globalização. Dessa forma, Poulantzas se antecipou a teses que verão, posteriormente, uma perda de poder ou de função dos Estados nacionais. Como ressaltam os artigos de Bob Jessop e Lúcio Flávio de Almeida, isso permite uma abordagem não economicista do imperialismo e, agregá-rios nós, também da dependência, uma vez que essas relações entre formações sociais dominantes e dominadas não incidem menos no Estado do que na economia. Elas também determinam as relações no interior do bloco no poder entre as frações das classes dominantes, e produzem efeitos ideológicos.

Como resalta Bob Jessop, Poulantzas não viveu o ápice do neoliberalismo e da financeirização, de modo que sua análise é limitada em alguns aspectos. Porém, reconhece Jessop, sua perspectiva sobre contradições interimperialistas, como no interior dos Estados nacionais, “fornece importantes percepções sobre os problemas da governança global” (p. 166), permitindo ensejar interessantes hipóteses sobre a ascensão de novas potências, como a Rússia e a China — tal como desenvolvido no artigo de Lúcio Flávio de Almeida. Para este autor, o desenvolvimento desigual da corrente imperialista incorporou ambos os países, além da Coreia do Sul, de maneira que Rússia e China tendem a escalar posições no sentido de se tornarem parte do “elo forte”, inclusive na dimensão política e ideológica. A China, no entanto, ainda seria um “elo bem menos débil do que o russo na corrente imperialista” (p. 214), dado que a Rússia sofre com inúmeras sanções da maior potência imperialista mundial, os EUA. Acrescentamos nós que isso se acentuou enormemente após o início da Guerra com a Ucrânia.

O livro também traz uma polêmica direta a respeito do que seria ou não uma ruptura na obra de Poulantzas, que teria atingido seu ponto culminante no seu derradeiro livro, *O Estado, o poder e o socialismo* (1978). Tal debate incide não apenas na compreensão teórica do que é o Estado burguês como também em um tema central para Poulantzas: a estratégia revolucionária. Para Angela Lazagna, que se filia à análise inaugurada por Décio Saes apresentada anteriormente, nessa obra Poulantzas teria rompido com a sua posição teórica anterior, que concebe o Estado como estrutura material em cujo cerne operariam os dois efeitos tratados anteriormente: 1) o efeito de individualização dos agentes da produção, provocado pelo direito burguês; 2) o efeito de representação da unidade, provocado pelo burocratismo, que abre formalmente o Estado a todas as classes sociais, à diferença dos Estados pré-capitalistas. Saes e Lazagna ressaltam que, embora na primeira parte de *O Estado, o poder e o socialismo* Poulantzas reafirme as posições de *Poder político e classes sociais*, ele introduz ideias ao longo do livro que seriam incoerentes com tais posições.

Uma dessas ideias consiste no conceito de aparelhos ideológicos de Estado, diretamente inspirado na concepção de Estado ampliado, de Gramsci. De acordo com Saes e Lazagna, esse conceito alarga de tal forma a noção de Estado que qualquer instituição que contribua minimamente para a reprodução da dominação política passaria a integrá-lo (escola, família, mídia etc.). Assim, o Estado deixaria de estar ligado a uma estrutura específica que produz os efeitos ideológicos mencionados anteriormente e enquadra as práticas dos agentes nos períodos de reprodução social. Como ressalta Luiz Eduardo Motta, esse conceito já havia aparecido na polêmica com Miliband, publicada pouco depois de *Poder político e classes sociais*, e se faz presente também em *Fascismo e ditadura*. O cerne da polêmica diz respeito, portanto, a essa segunda ideia de Estado ampliado com a qual Poulantzas passa a trabalhar. Isso porque, como sustenta Lazagna, em *Poder político e classes sociais* há uma adesão à estratégia leninista de duplo poder como via revolucionária que é feita em estado prático, isto é, não desenvolvida teoricamente. Em *O Estado, o poder e o socialismo*, ao conceber o Estado como esse conjunto de aparelhos repressivos e ideológicos atravessados por lutas inscritas não só fora como dentro do próprio Estado, Poulantzas critica abertamente a estratégia leninista para defender aquilo que qualifica como via democrática para o socialismo.

Motta busca demonstrar que nesse livro a ruptura não é absoluta e que Poulantzas mantém conceitos importantes, como o de bloco no poder e autonomia relativa do Estado, e também não teria rompido com algumas ideias althusserianas fundamentais, como a de corte epistemológico na obra de Marx. Além disso, sustenta que a adesão a noções que remetem à de Estado ampliado não seriam exclusivas de Poulantzas, tendo sido também o caminho tomado por Althusser, que, ao contrário de Poulantzas, continuou a defender a pertinência do conceito de ditadura do proletariado. Ainda de acordo com Motta, Poulantzas não teria aderido ao reformismo, ao contrário do que defendem Saes e Lazagna, mas sim às críticas de Rosa Luxemburgo aos rumos da Revolução Russa, o que para Lazagna não se sustenta, pois essas críticas são feitas em um contexto *pós-revolucionário*.

Todos os autores envolvidos na polêmica reconhecem a diferença entre a ideia de Estado burguês como uma estrutura material caracterizada pelo direito burguês e o burocratismo e a concepção posterior de Poulantzas, presente em *O Estado, o poder e o socialismo*, de Estado relacional como uma “condensação material de relação de forças”, “atravessado por contradições e lutas de classes” (p. 279). No entanto, embora Motta diga que é uma posição dogmática “ignorar a luta de classes no interior do Estado” (lutas políticas e ideológicas, e não apenas econômicas), o leitor pode sentir falta de exemplos empíricos que corroborem tal afirmação, sobretudo se for levada em conta a clássica distinção entre lutas reivindicativas e luta pelo poder, mais desenvolvida teoricamente por Lênin. As lutas populares atravessam o Estado e podem incidir sobre muitos de seus aspectos: a forma de Estado, o regime político, o estabelecimento de uma maior ou menor autonomia, podendo até mesmo iniciar uma situação de crise do Estado. Entretanto, como ressalta Lazagna, nessa nova concepção adotada por Poulantzas, “*a hora da destruição do Estado nunca soa*” (p. 265), mesmo que ele anuncie em diversos momentos que essa destruição do Estado burguês continua sendo necessária à transição para o socialismo. Podem os aparelhos de Estado comportar uma luta que ultrapasse os limites da luta reivindicativa?

No livro, há um aspecto negativo que chama a atenção: o fato de haver somente um único artigo dedicado às classes populares, tema que era caro a Poulantzas, nunca deixou de passar sua obra e que enseja uma série de pesquisas recentes. Pensemos em alguns ins-

trumentais analíticos poulantzianos que poderiam ser aproveitados. A questão das classes-apoio, isto é, as classes populares fora do bloco no poder sobre as quais determinado tipo de Estado se apoia, ideia que carece de desenvolvimento teórico, mas é fundamental para se entender a conjuntura política; a questão dos subconjuntos ideológicos, em que se discute como as classes populares filtram e experimentam a ideologia dominante, que as leva a ter ou não ter um determinado tipo de prática; os critérios pelos quais se pode analisar a emergência de uma classe ou fração de classe e o modo pelo qual elas podem gerar efeitos pertinentes na conjuntura, convertendo-se em força social; a relevância da distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual, mais desenvolvida em *As classes sociais no capitalismo de hoje* e que é crucial para entender as diferenças entre as classes médias e o proletariado. Essas são algumas lacunas presentes nessa importante coletânea.

Em um artigo dedicado às classes populares, Eliel Machado demonstra algumas possibilidades desse enfoque ao analisar os movimentos sociais à luz da obra de Poulantzas, com ênfase nas classes médias, o que culmina em uma tipologia dos movimentos sociais. Seu artigo busca demonstrar que esses movimentos continuam a ser determinados pelas lutas de classes, na medida em que apresentam determinada composição social e que suas reivindicações podem gerar efeitos pertinentes específicos (defesa de uma categoria trabalhadora específica, luta por independência, luta contra opressões raciais, de gênero, étnicas etc). Essa posição auxilia na elaboração de uma teoria marxista dos movimentos sociais que se contraponha à análise dominante na academia, segundo a qual os movimentos sociais têm pouco que ver, ou nada têm a ver, com as classes sociais, muitas vezes procedendo à mera descrição de métodos de luta.

Caso se tratasse apenas de um balanço da obra de Poulantzas, o livro organizado por Berringer e Lazagna já seria de muita valia. Mas é mais que isso. Há desenvolvimento de temas e conceitos cruciais para as ciências sociais em geral e o marxismo em particular, tais como ação e estrutura, diferenças entre estrutura, instituição e aparelhos, imperialismo, fascismo etc. A riqueza do dispositivo conceitual elaborado por Poulantzas é evidenciada através de análises que não são meras exegeses dos textos do autor, mas buscam avaliar a pertinência ou não de determinadas teses, resolver impasses e realizar retificações na teoria.

* Cientista social e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorando em Sociologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). *E-mail*: francisco.prandi.carvalho@gmail.com

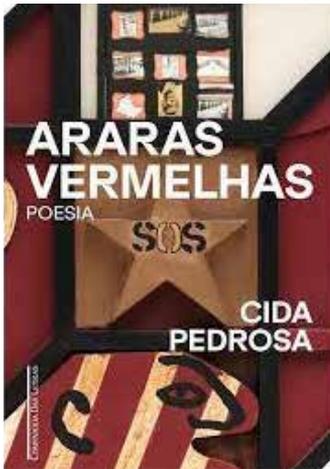
► Texto recebido em 9 de fevereiro de 2022; aprovado em 10 de fevereiro de 2022.



Nicos Poulantzas, filósofo e sociólogo grego e aluno de Althusser

<https://marxismocritico.com/2017/02/17/el-nicos-poulantzas-que-conoci/>

LIVROS QUE RECOMENDAMOS



Araras vermelhas

Cida Pedrosa

Editora: Companhia das Letras

Formato: 21 x 14 cm

1ª edição, 2022

Preço: R\$ 51,92 (promocional)

144 páginas

Neste “poema-mundo”, nos termos do poeta Edimilson de Almeida Pereira, que assina a orelha do volume, Cida Pedrosa, uma das vozes mais admiráveis da poesia contemporânea, faz um retrato brutal do autoritarismo e da violência do Estado brasileiro durante a Guerrilha do Araguaia (1967-1974).

A autora do premiado Solo para viajeiro lança um olhar emocionante sobre os eventos que moldaram a história recente do Brasil, unindo memórias pessoais a acontecimentos históricos e referências culturais das décadas de 1960 e 1970 e revelando uma inabalável esperança em construir outro futuro para o país. Prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA).



Juventude, trabalho e o subdesenvolvimento

Euzebio Jorge Silveira de Sousa

Editora: Appris

Formato: 23 x 16 cm

1ª edição, 2022

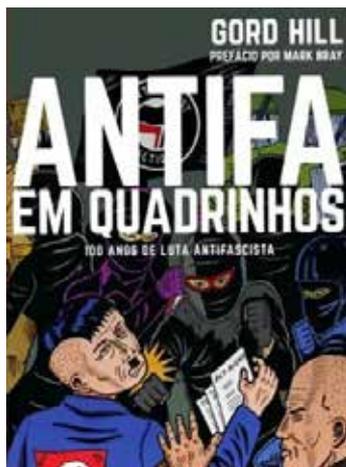
Preço: R\$ 75

385 páginas

Por meio de uma análise histórico-estrutural e da abordagem classista, esse livro retoma o debate sobre o mercado de trabalho, o subdesenvolvimento latino-americano, a desigualdade socioeconômica e a ausência (ou insuficiência) de políticas de Estado.

A exposição, assentada em dados dos censos demográficos e da Pnad entre os anos de 1970 e 2017, questiona, por exemplo, se o excedente estrutural de força de trabalho e a heterogeneidade social são elementos funcionais para o tipo de acumulação no Brasil; se estes demandam uma inserção precoce e precária dos jovens no mundo do trabalho, e se o tipo de inserção laboral dos jovens é um indicador de tendências do mercado de trabalho como um todo.

A obra defende a tese de que o excedente estrutural e a profunda polarização do mercado de trabalho no Brasil são compatíveis com a nova economia de plataforma, modalidade de contratação que tem absorvido parcelas expressivas de jovens em início de carreira, ofertando-lhes ocupações flexíveis e precárias.



Antifa em quadrinhos: 100 anos de luta antifascista

Gord Hill

Editora: Autonomia Literária

Formato: 21 x 15 cm

1ª edição, 2022

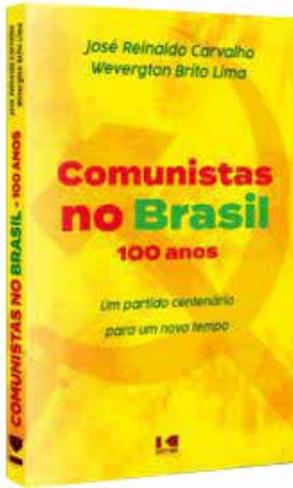
Preço: R\$ 85 (promocional)

128 páginas

Com prefácio de Mark Bray, historiador estadunidense autor de *Antifa: o manual antifascista*, o livro, composto de quadrinhos de Gord Hill, analisa a história do fascismo, inclusive o neonazismo emergente no século XXI, bem como a trajetória dos movimentos que se empenharam em combatê-lo.

Ao longo de sua história, iniciada na Itália do entreguerras, a ideologia fascista produziu alguns dos maiores crimes contra a humanidade, instalando-se em vários países ao redor do mundo. Foi assim na Alemanha nazista, na Espanha de Franco e nos EUA, com organizações como a Ku Klux Klan.

Estimulado atualmente por líderes como Donald Trump, Jair Bolsonaro, Giorgia Meloni e Viktor Orban, o fascismo — agora em sua versão “neo” — continua vivo, assim como persevera em pleno vigor o espírito de resistência dos ativistas antifascistas da atualidade.



Comunistas no Brasil: 100 anos — um partido centenário para um novo tempo

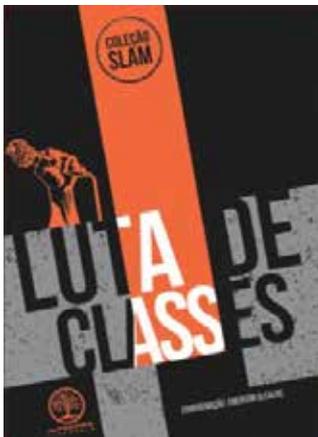
José Reinaldo Carvalho e Wevergton Brito Lima

Editora: Kotter
 Formato: 23 x 16 cm
 1ª edição, 2022
 Preço: R\$ 49,70
 136 páginas

O Partido Comunista do Brasil superou as provas que lhe foram apresentadas durante a sua história e se manteve firme, sem se deixar seduzir pelos discursos eurocomunista, nos anos 1970, e liquidacionista, na época do fim da União Soviética.

Passados cem anos desde seu aparecimento, o partido tem um lugar político prático e uma missão contemporânea a cumprir? Uma linha revolucionária voltada para a transformação total e profunda da sociedade é capaz de constituir maioria na sociedade atual? A construção permanente do partido é viável ou não passa de quimera?

Buscando responder a esses questionamentos com base nas lições da história, o livro advoga a convicção de que o Partido Comunista conserva um papel singular no desenvolvimento político do país.



Luta de classes (Coleção Slam)

Emerson Alcalde (Coord.)

Editora: Autonomia Literária
 Formato: 15 x 10 cm
 1ª edição, 2023
 Preço: R\$ 35
 136 páginas

A elaboração deste novo volume da coleção “Slam” foi motivada por uma frase do ex-ministro da Economia Paulo Guedes: “Até empregadas domésticas estavam indo para a Disneylândia!”.

Embora os ricos, a lumpemburguesia e os pobres de direita não saibam disto, o pertencimento de classe não é uma escolha, mas uma condição, alheia, portanto, à vontade individual.

Este livro demonstra que as classes sociais continuam existindo e que a luta entre elas se mostra mais acirrada do que nunca.



Cantigas dos trovadores medievais no português contemporâneo

Rafael Hofmeister de Aguiar

Editoras: IFRS e Frôntis

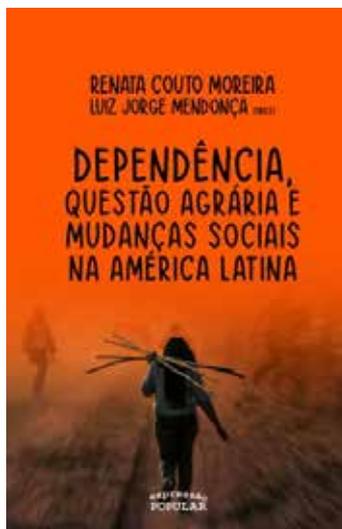
1ª edição, 2022

120 páginas

Esse livro se dirige a leigos interessados na lírica medieval galego-portuguesa, que deu origem à nossa tradição poética. Trata-se de uma antologia que reúne 33 tenções — gênero de cantiga, associando poesia e música, em que dois poetas defendem posições antagônicas perante um público.

Os textos são apresentados no galego-português original e também em português contemporâneo. Além de comentários pontuais sobre o conteúdo das estrofes, incluem-se informações históricas, esclarecimento de conceitos e noções poéticas e sociais sobre o universo trovadoresco.

Embora haja várias antologias das cantigas trovadorescas galego-portuguesas, não se encontra com facilidade uma compilação exclusivamente dedicada às tenções. A leitura dessa obra permitirá a descoberta de variadas relações acerca desse patrimônio cultural.



Dependência, questão agrária e mudanças sociais na América Latina

Renata Couto Moreira e Luiz Jorge Mendonça (orgs.)

Editora: Expressão Popular

Formato: 21 x 14 cm

1ª edição, 2022

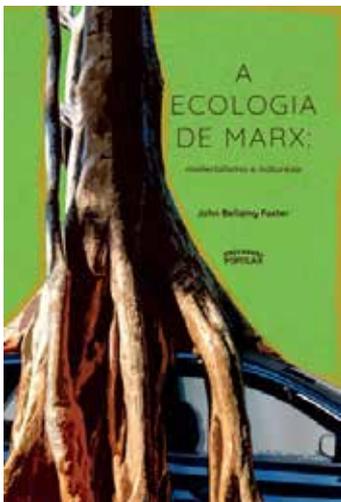
Preço: R\$ 79

409 páginas

Este livro estrutura-se em dois eixos: “Teoria marxista da dependência: história, categorias e revolução socialista”, e “Movimentos sociais e revolução na América Latina”. Enfoca as relações de dependência dos países latino-americanos e considera a questão agrária o centro da luta de classes na América Latina, incorporando ainda uma análise sobre as relações sociais que reforçam o patriarcado, a discriminação de gênero, o racismo e as opressões de classe.

A obra contribui para a compreensão do contexto sociopolítico e econômico em que surgiram as primeiras ideias dos autores e militantes latino-americanos, discorrendo sobre o debate teórico voltado à transformação da realidade social latino-americana.

Também é oferecida ao leitor uma atualização acerca do debate sobre a superexploração, categoria destacada como central para a compreensão dos processos atuais de dominação do capital e de retomada da polarização entre as classes sociais.



A ecologia de Marx: materialismo e natureza

John Bellamy Foster

Editora: Expressão Popular

Formato: 23 x 16 cm

1ª edição, 2023

Preço: R\$ 66

384 páginas

Quando de sua primeira edição, em 2000, essa obra foi um marco no debate a respeito da presença da questão ecológica na teoria social desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels. O livro abriu um amplo debate em torno de um tema que se mostra cada vez mais urgente no atual estágio de desenvolvimento do capital.

Foster reconstrói o percurso investigativo de Marx e Engels em busca de uma leitura materialista da história, que, em contraste com o reducionismo de muitas interpretações posteriores, prova-se profundamente ecológica. Assim, o autor fornece bases teóricas para que as novas gerações de pesquisadores e militantes não repitam os erros do passado e possam dar prosseguimento às atualizações da luta que realmente se fazem necessárias tendo em vista o avanço do socialismo científico.

princípios

teoria, política e cultura

Princípios é uma publicação quadrimestral da Editora e Livraria Anita Ltda.

Registrada no ISSN sob o nº 1415-7888 e no E-ISSN 2675-6609

URL: www.revistaprincipios.com.br

Open Journal System (OJS):

<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br>

E-mail: principios@revistaprincipios.com.br

Jornalista responsável: Fábio Palácio

Gestão do portal Open Journal System: Nilson Weisheimer

Preparação e revisão de originais: Ramiro Torres

Projeto gráfico: Vandrê Fernandes e Cláudio Gonzalez

Diagramação: Cláudio Gonzalez e Laércio D'Angelo Ribeiro

Editora e Livraria Anita Ltda.

CNPJ: 96.337.019/0001-05

End. Adm.: Rua Rego Freitas, 249 - República

São Paulo - SP - CEP: 01220-010

Tel.: (11) 3129-4586 WhatsApp: (11) 92012-3581

E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

www.anitagaribaldi.com.br

Vendas: www.livrariaanita.com.br



Fundador

► João Amazonas (1912-2002)

Editores

► Júlio Vellozo e Fábio Palácio

Editor-executivo

► Nilson Weisheimer

Comissão Editorial

► Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Ana Maria Prestes e Cláudio Gonzalez

Secretário de redação

► Ramiro Torres

Conselho Editorial

Analúcia Danilevicz Pereira (História e RRII/UFRGS); Andréia Galvão (Ciência Política/Unicamp); Antonio Liberac C. Simões Pires (História/UFRB); Armen Mamigonian (Geografia/UFSC); Atilio Boron (Ciência Política e RRII/Universidades de Buenos Aires e Avellaneda); Boaventura de Sousa Santos (Economia e Ciências Sociais/Universidades de Coimbra e Wisconsin-Madison); Carol Proner (Direito/UFRJ); Celso Frederico (Comunicação/USP); Cícero Pêricles de Carvalho (Geografia e Economia/Ufal/Unifesp); Cristhiano Duarte (Matemática e Física/University of Leeds); Dermeval Saviani (Educação/Unicamp); Elias Jabbour (Economia/Uerj); Enzo Bello (Direito/UFRJ); Fábio Guedes Gomes (Economia/Ufal); Fábio Palácio (Comunicação/UFMA); Frederico Mazzucchelli (Economia e História/Unicamp); Gabriel Becerra Yañez (Ciências Sociais/Universidad Cooperativa de Colombia); Gilberto Bercovici (Direito/USP); Gilberto Maringoni (RRII/UFABC); Ilka Bichara (Psicologia/UFBA); João Quartim de Moraes (Filosofia/Unicamp); José Carlos Braga (Economia/Unicamp); José Claudinei Lombardi (Educação/Unicamp); José Luís Fiori (Economia/UFRJ); Júlio Vellozo (Direito/Fadisp); Luís Fernandes (RRII e Ciência Política/PUC-RJ/UFRJ); Luiz Eduardo Motta (Ciência Política/UFRJ); Luiz Fernando de Paula (Economia/UFRJ); Luiz Gonzaga Belluzzo (Economia/Unicamp); Madalena Guasco (Filosofia/PUC-SP); Manuel Domingos Neto (História/Casa de Rui Barbosa e UFC); Marcos Dantas (Comunicação/UFRJ); Maria Lygia Quartim de Moraes (Sociologia e Serv. Social/Unicamp e Unifesp); Marly Vianna (História/UFSCar); Mary Garcia Castro (Sociologia/UFBA/UFRJ); Maryse Farhi (Economia/Unicamp); Miguel Bruno (Economia/Ence-IBGE/Uerj); Nereide Saviani (Educação/Unisantos); Nilson Araújo (Unila); Olival Freire Junior (Hist. das Ciências/UFBA); Paris Yeros (Economia e RRII/UFABC); Sergio Schneider (Sociologia e Economia/UFRGS); Sidarta Ribeiro (Neurociências/UFRN); Silvio Almeida (Administração/FGV); Táci Cordás (Psiquiatria/USP); Volnei Garrafa (Bioética/UnB).

Conselho Consultivo

Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Ana Maria Prestes, Cláudio González, Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aloísio Sérgio Barroso, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Augusto César Buonicore (*in memoriam*), Bernardo Joffily, Dilermando Toni, Edvar Bonotto (*in memoriam*), Fernando Garcia de Faria, Flávio Dino, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy (*in memoriam*), Lécio Morais, Leocir Costa Rosa, Luciana Santos, Manuela D'Ávila, Mariana de Rossi Venturini, Nádia Campeão, Olívia Rangel, Orlando Silva, Osvaldo Bertolino, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Renato Rabelo, Ricardo Abreu de Melo, Rita Coitinho, Rosanita Campos, Rubens Diniz, Sérgio Rubens (*in memoriam*), Walter Sorrentino.

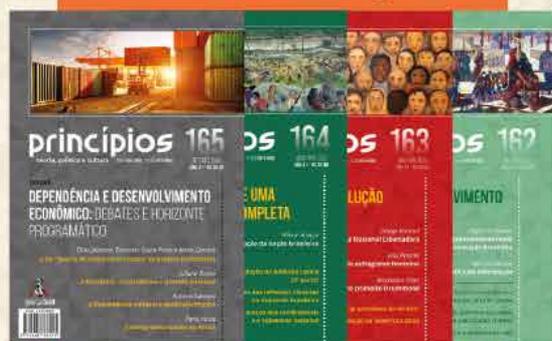
Corpo de pareceristas

Alexandre Pilati (Literatura/UnB); Allan Kardec Barros (Eng. Elétrica/UFMA); Américo Alves de Lyra Junior (RRII/UFRR); Antônio Guedes Rangel Júnior (Educação e Psicologia/UEPB); Antonio Luiz Caldas Junior (Saúde Coletiva/Unesp); Caio Bugiato (Ciência Política e RRII/UFRRJ); Cássia Damiani (Políticas Públicas e Educação/UFC); Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo (Ciência Política/UFT); Cristiano Capovilla (Filosofia/UFMA); Dalton José Alves (Educação/UFRio); Dalton Macambira (História/UFPI); Daniela Borges Pavani (Astronomia/IF-UFRGS); Diego Pautasso (Geografia/Colégio Militar de P. Alegre); Dimitri Toledo (Administração Pública/Unifal-MG); Edileusa Pena da Silva (Biblioteconomia/UFMT); Edsaura Maria Pereira (Saúde Coletiva/UFG); Eduardo Corrêa (Matemática/Uerj); Edwiges C. Carvalho Corrêa (Direito/PUC-GO); Elisângela Lizardo de Oliveira (Educação/IFSP); Ernesto Valença (Teatro/Ufop); Francisco Wellington Duarte (Economia/UFRN); Gianni Fresu (Filosofia/UFU); Haroldo de Mayo Bernardes (Engenharia Civil/Unesp); Hélio de Mattos Alves (Farmácia/UFRJ); Hugo Valadares (Eng. Elétrica e Computação/UTFPR); José Ricardo Moreno Pinho (História/Uneb); José Luiz Alves (Economia/UPE); Júlia Lemos Vieira (PhD Ciências Sociais/Uerj); Juliana Alves de Araújo Bottechia (Química e Educação/UnB); Lígia Maria Ávila Chiarelli (PG Arquitetura/UFPE); Luciano Moreira Rezende (Ciências Agrárias/IFDF); Maelda Barros (Geografia/UFPE); Mara Franco de Sá (Ciências Sociais e Educação/UFPI); Marcelo Pereira Fernandes (Economia/UFRRJ); Marcio Florentino Pereira (B.I. Saúde/UFESB); Maria das Graças de Oliveira (Ciência da Informação/IFMG); Maria do Carmo L. C. Leite (Educação/Unisantos); Maria Luiza Nogueira Rangel (Educação, Políticas Públicas e Filosofia/UEG/UCB); Mariana de Moura Souza (RRII e Energia/Unifesp); Máximo Augusto Campos Masson (Sociologia e Educação/UFRJ/UFR-RJ); Meire Rose dos Anjos Oliveira (Geografia/UFMT); Neusa Valadares (Direito/PUC-GO); Nilson Weisheimer (Sociologia/UFRB); Olgamir Amancia Ferreira (Educação/UnB); Patrícia Simone Nogueira (Nutrição e Educação/UFMT); Paulo Bretas Vilarinho Junior (Psicologia/Faeterj Duque de Caxias); Pedro Luiz Teixeira de Camargo (Ciências Ambientais/IFMG); Reinaldo de Lima Reis Jr. (Educação/IFG); Renildo Sousa (Economia e RRII/UFBA); Robson Câmara (Eape/SEEDF); Romualdo Pessoa Campos Filho (Geografia/lesa-UFG); Sérgio Mário Lins Galdino (Ciência da Computação/UPE); Sheler Martins de Souza (Ciências Biológicas/IFF); Sílvio Costa (História/PUC-GO); Socorro Rangel (Matemática Aplicada/Unesp S. J. do Rio Preto); Tanara Lauschner (Computação/Ufam); Theófilo Rodrigues (PhD Ciências Sociais/Uerj); Thiago Modenesi (Educação e Políticas e Gestão Pública/UNIFG-PE); Wellington Pinheiro dos Santos (Engenharia Biomédica/UFPE); Wladimir Vinycius de Moraes Camargos (Direito/UFG).

princípios combos

Adquira exemplares impressos da revista *Princípios* em combos com duas ou mais edições e com descontos especiais. Todos os números desta nova fase da revista, em formato livro, estão disponíveis para venda.

COMBO TODAS AS EDIÇÕES!



De
R\$ 210
por
R\$ 175

COMBO

EDIÇÕES
162 + 163



DE R\$ 60
POR R\$ 49

COMBO

EDIÇÕES
159 + 160



DE R\$ 60
POR R\$ 49

Para aquisição de exemplares impressos de edições anteriores à 159, consulte-nos via WhatsApp (11) 92012-3581 ou pelo email: livraria@anitagaribaldi.com.br

Confira as opções de combo em:

<https://www.livrariaanita.com.br/revistas/c>

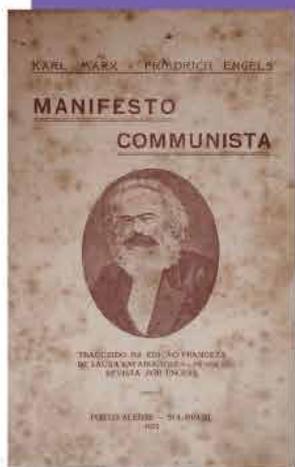


Anita Garibaldi

Manifesto Comunista

175 anos
1848-2023

Escrito por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848, o *Manifesto comunista* completa agora 175 anos de sua primeira publicação. Com estilo vivaz e intenso poder explicativo, o documento contém inúmeras passagens célebres. É o texto político mais influente da Era Contemporânea, e um dos mais influentes da história.



Nas imagens acima, a edição original, em alemão, publicada em Londres em 1848; uma edição russa de 1882 e, ao lado, a primeira edição brasileira da obra, publicada em 1924. Abaixo, estátua de Marx e Engels em praça de Berlim.

